



SENADO FEDERAL

GRANDES MOMENTOS DO PARLAMENTO BRASILEIRO



Vol II



264

Brasília - 1999

Senado Federal
Mesa Diretora 1999/2000

Presidente
Senador Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente
Geraldo Melo

2º Vice-Presidente
Ademir Andrade


1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário
Carlos Patrocínio

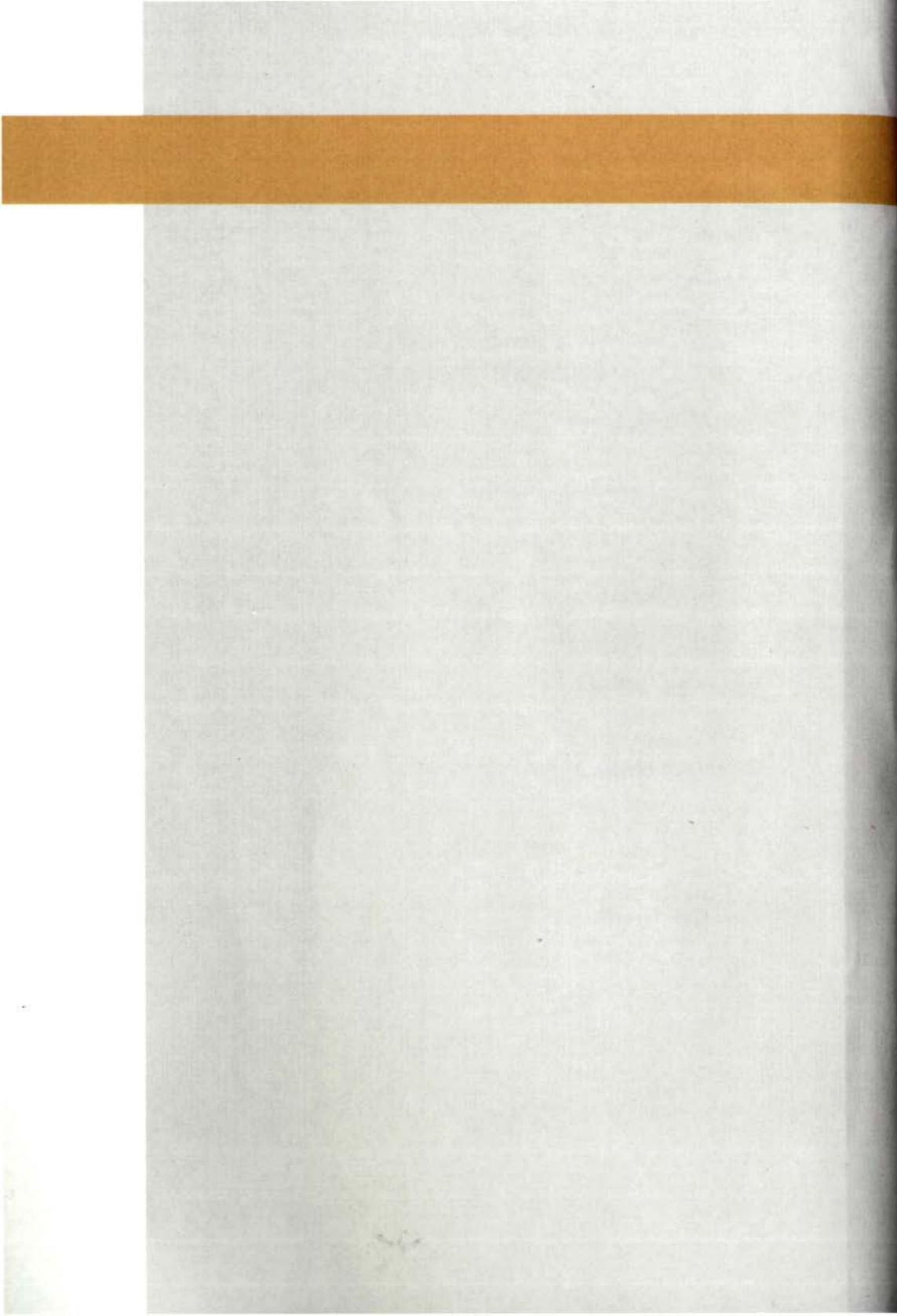
3º Secretário
Nabor Júnior

4º Secretário
Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário
Eduardo Suplicy
Lúdió Coelho
Jonas Pinheiro
Marluce Pinto



**GRANDES MOMENTOS DO
PARLAMENTO BRASILEIRO**





**GRANDES MOMENTOS DO
PARLAMENTO BRASILEIRO**





SENADO FEDERAL

GRANDES MOMENTOS DO PARLAMENTO BRASILEIRO

VOLUME II

BRASÍLIA – 1999

REALIZAÇÃO

Presidência do Senado Federal
Secretaria de Comunicação Social

Grandes momentos do parlamento brasileiro. – Brasília : Senado Federal,
Presidência, 1999-.

v. 2

1. Política e governo, Brasil. 2. Discurso parlamentar, Brasil.

CDD 320.981

Senado Federal, 1999
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF
Telefone: 311-3000
Fax: 311-1073

SUMÁRIO

Nota Introdutória

Página 11

Apresentação (22-1-99)

Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

Página 13

José Maria Alkmin

Defende o Parlamentarismo (31-8-61)

Página 15

Adauto Cardoso

Protesta contra reformas pretendidas pelo
Governo João Goulart (22-8-63)

Página 23

Almino Affonso

Analisa a situação política e econômica do Brasil,
recordando os motivos que teriam levado
Getúlio Vargas ao suicídio (22-8-63)

Página 47

Arthur Virgílio

Contesta a assinatura do
Ato Institucional nº 2 (28-11-65)

Página 71

Márcio Moreira Alves

Defende-se contra solicitação do
Ministério da Justiça, de cassação
de seu mandato (12-12-68)

Página 81

Petrônio Portella

Na transmissão da Presidência do Senado a Filinto Müller, analisa a situação do Legislativo, que necessita adaptar-se às evoluções mundiais (28-2-73)

Página 87

Paulo Brossard

Na votação do projeto de anistia política, manifesta sua insatisfação com o texto apresentado (23-8-79)

Página 93

Jarbas Passarinho

Defende o projeto de anistia política (23-8-79)

Página 99

Marcos Freire

Manifesta-se contra a extinção do MDB, quando da apreciação do pluripartidarismo (22-11-79)

Página 103

Roberto Campos

Trata do problema demográfico do País e da imprevidência das autoridades no tocante às questões energéticas (16-6-83)

Página 107

Humberto Lucena

Na Assembléia Nacional Constituinte, defende o presidencialismo como forma de governo para o Brasil (23-3-88)

Página 157

Nelson Carneiro

Na Assembléia Nacional Constituinte,
defende o parlamentarismo como forma
de governo para o Brasil (23-3-88)

Página 161

Afonso Arinos

Na sessão de encerramento da Assembléia
Nacional Constituinte, fala em nome dos
parlamentares (5-10-88)

Página 165

Ulysses Guimarães

Encerra os trabalhos da Assembléia
Nacional Constituinte (5-10-88)

Página 173

Pedro Simon

Em sessão solene do Congresso Nacional, homenageia a
memória de Ulysses Guimarães (26-11-92)

Página 185

Fernando Henrique Cardoso

Despede-se do Senado Federal, para assumir a
Presidência da República (15-12-94)

Página 197

José Sarney

Em sessão de abertura da 50ª Legislatura
do Congresso Nacional, analisa a importância do
Legislativo em um regime democrático (15-2-95)

Página 243

Antonio Carlos Magalhães

Em seu discurso inaugural no Senado,
manifesta preocupação com o funcionamento
precário da Justiça no País (15-3-95)

Página 251

Darcy Ribeiro

Em sessão do Senado Federal,
relata projeto de lei de diretrizes e bases
para a educação brasileira (8-2-96)

Página 271

Josaphat Marinho

Despede-se do Senado Federal, ao término
de seu mandato (20-1-99)

Página 275

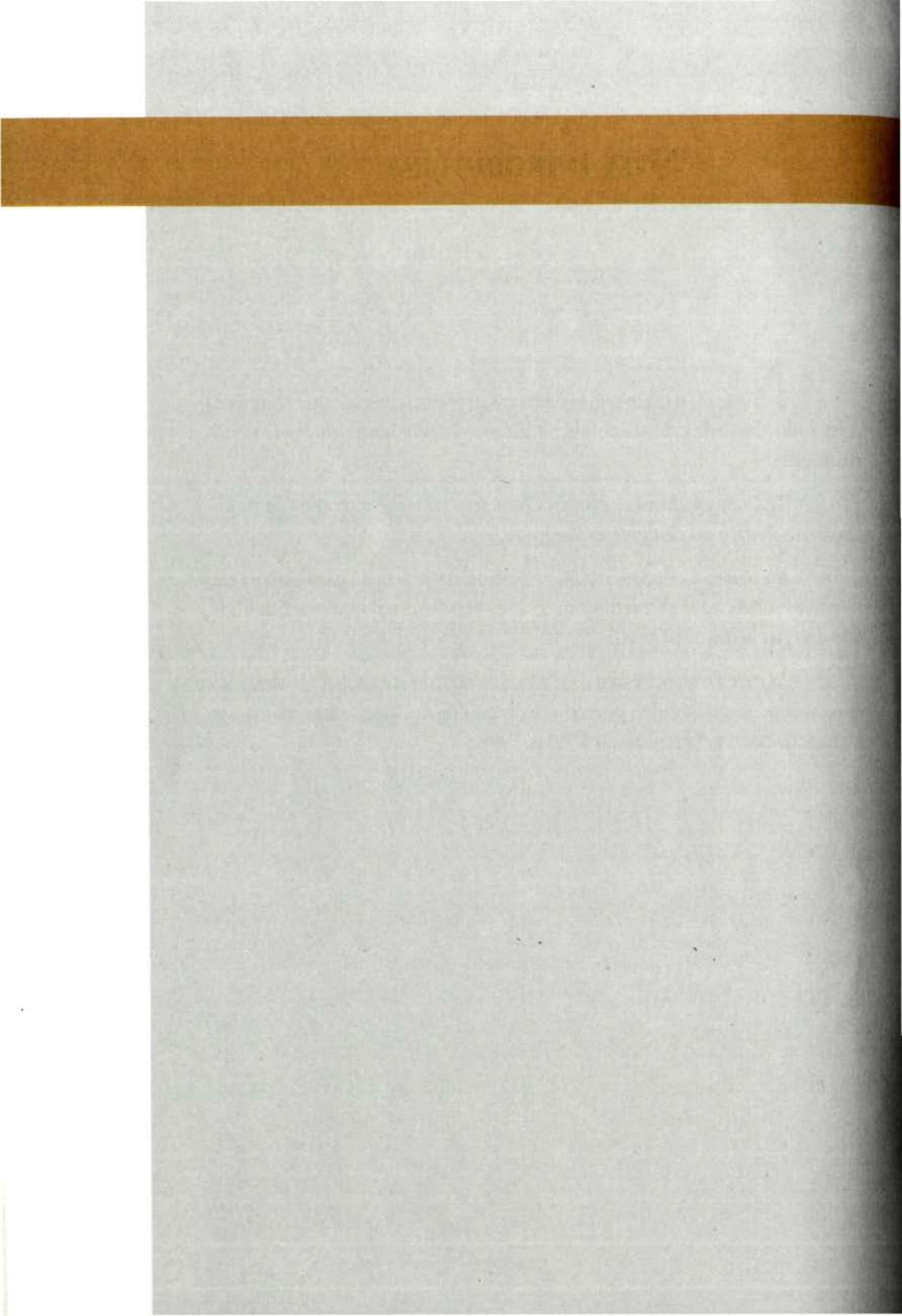
NOTA INTRODUTÓRIA

Neste livro estão consignados os pronunciamentos que compõem o segundo álbum de cinco CDs, intitulado *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*.

Trata-se da transcrição dos discursos, na íntegra, conforme publicação no *Diário do Congresso Nacional*.

Nos casos de inexistência de registros, recorreu-se, para elaboração do texto escrito, a apanhamento taquigráfico procedido *a posteriori*, utilizando-se as gravações disponíveis.

As manifestações estão ordenadas de acordo com sua disposição nos *compact disc*, elaborados por critério cronológico, retratando momentos históricos contidos no período 1961 a 1999.



APRESENTAÇÃO

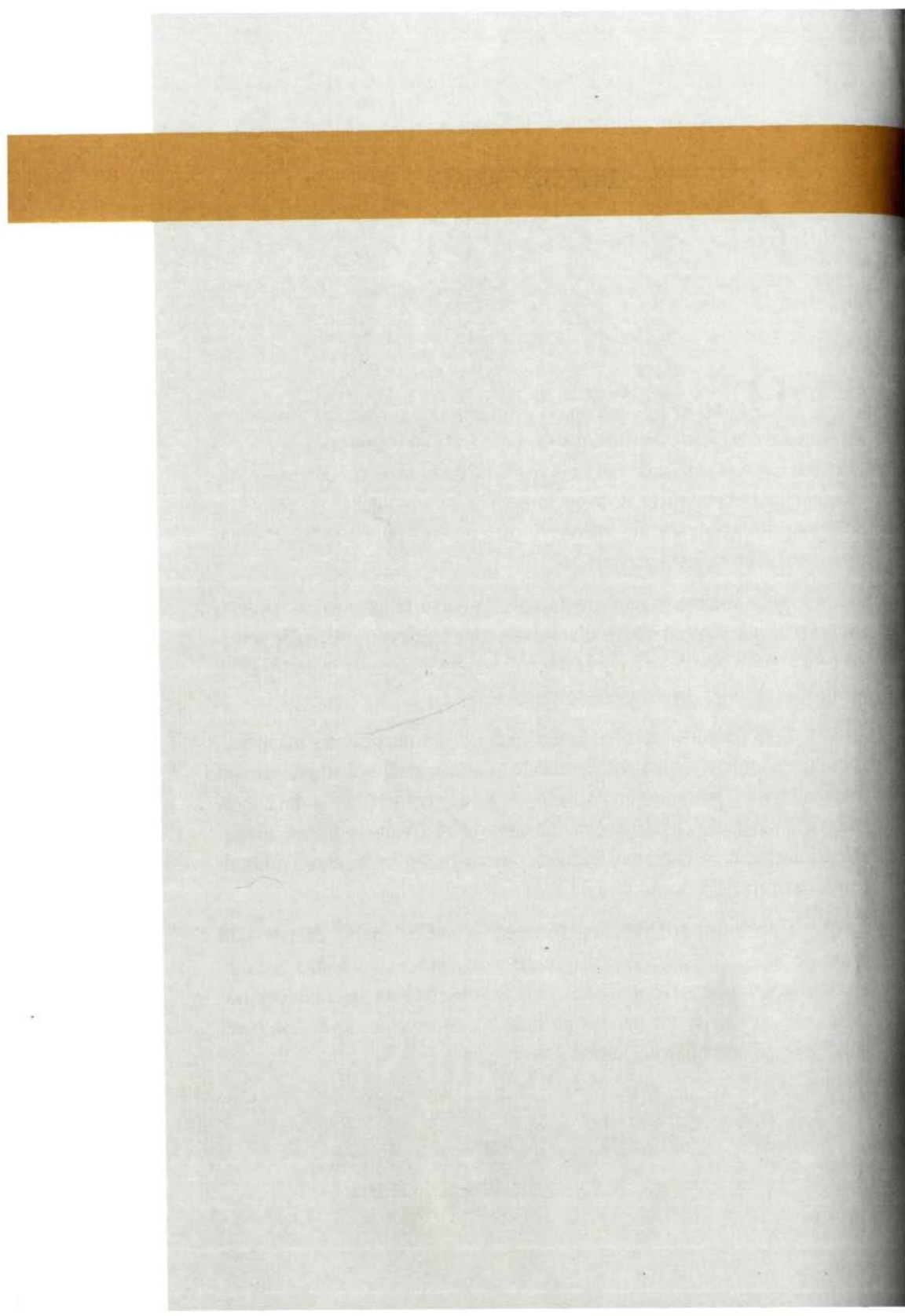
O êxito da publicação do primeiro Álbum *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro* tornou-se responsável pela elaboração deste novo trabalho consubstanciando notáveis registros da história do Congresso Nacional, cuja rememoração se torna imperiosa com o objetivo de perpetuar determinados episódios que merecem ser gravados para o fortalecimento das nossas convicções democráticas.

Neste volume retrata-se a atuação do Poder Legislativo em momentos cruciais que antecederam e se seguiram a mudanças no sistema de governo e na política brasileira a partir da renúncia do Presidente Jânio Quadros até os dias de hoje, sem pretender esgotá-los.

Com grande empenho, foram recuperadas importantes manifestações de senadores e deputados, revelando valiosa contribuição do Congresso Nacional para a manutenção da ordem e do engrandecimento nacionais, como a implantação do parlamentarismo e o retorno, tempos depois, ao presidencialismo, até se chegar ao Estado democrático de direito, com a promulgação da Carta de 5 de outubro de 1988.

Dentro dos critérios anteriormente adotados, etapas decisivas do processo político brasileiro são resgatadas para o pleno conhecimento e correta avaliação de suas repercussões, com fiel observância das atitudes e posições então adotadas por aqueles que tinham o encargo de conduzir debates políticos marcantes da vida nacional.

Senador *Antonio Carlos Magalhães*
Presidente do Senado Federal



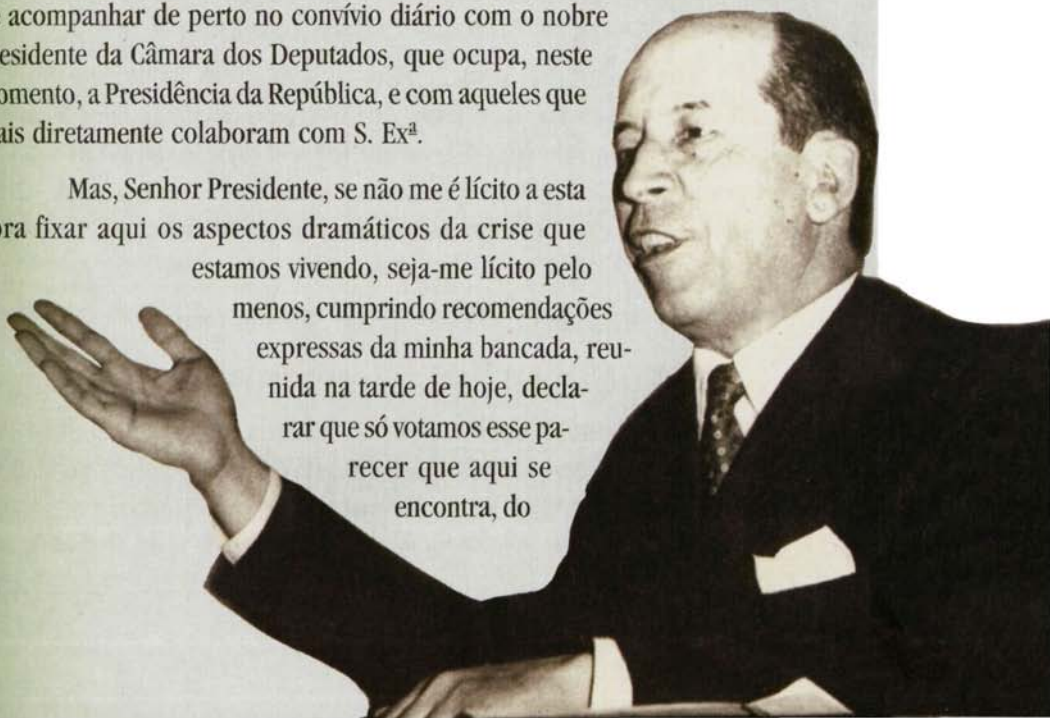
JOSÉ MARIA ALKMIN

Defende o Parlamentarismo (31-8-61).

O SR. JOSÉ MARIA ALKMIN (*Como Líder da Maioria da Câmara.*) – Senhor Presidente, Senhores Congressistas, ao fim da votação, cujo resultado V. Ex^a acaba de anunciar, o Senado e a Câmara reunidos em Congresso, ultimam um trabalho penoso, uma tarefa que reclamou esforços e devotamento, executada com os mais nobres e as mais altas inspirações, todas elas compatíveis com os nossos compromissos de bem-servir ao Brasil.

A esta hora da madrugada não seria razoável que me detivesse nas causas e nas circunstâncias que rodeiam a crise que estamos vivendo, nem seria admissível que viesse aqui historiar as fases desta crise, fases de que tenho conhecimento, os momentos difíceis, dramáticos que tenho vivido e que, em nome da minha bancada, tenho tido a oportunidade de acompanhar de perto no convívio diário com o nobre Presidente da Câmara dos Deputados, que ocupa, neste momento, a Presidência da República, e com aqueles que mais diretamente colaboram com S. Ex^a.

Mas, Senhor Presidente, se não me é lícito a esta hora fixar aqui os aspectos dramáticos da crise que estamos vivendo, seja-me lícito pelo menos, cumprindo recomendações expressas da minha bancada, reunida na tarde de hoje, declarar que só votamos esse parecer que aqui se encontra, do



Congresso Nacional, recomendando à Câmara dos Deputados e ao Senado da República que adotem o regime parlamentar no Brasil, porque essa deliberação não foi tomada simplesmente por entendimentos políticos estabelecidos com as lideranças da Casa o exigiam.

Essa deliberação faz parte dos compromissos que estamos assumindo com o Brasil. Faz parte dos compromissos que estamos assumindo de dar a colaboração do Congresso Nacional para que se dirimam as dúvidas que tanto atormentam os espíritos de todos os brasileiros neste momento. (*Muito bem!*)

Essa deliberação, Senhor Presidente, resulta ainda do respeito que devemos aos que lutaram, horas a fio, para que chegássemos a votar esse documento que o Congresso acaba de aprovar.

Não creio que de boa-fé possa alguém, nesta Casa do Congresso Nacional, supor que pudéssemos com tanto sacrifício, com sessões repetidas e tão penosas, votar documento dessa natureza e, afinal, chegarmos a um ponto morto nos nossos trabalhos. (*Muito bem! Muito bem!*)

Não, Senhor Presidente, esse documento é um documento dramático. Ele exprime o estado de espírito do Congresso Nacional. Ele é a expressão do nosso propósito mais alto de afirmar a existência deste ramo do Poder, porque se o Poder Legislativo não der remédio à crise, a Nação terá o direito de duvidar do nosso patriotismo ou da nossa capacidade. (*Palmas. Muito bem!*)

O Sr. Menezes Cortes – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ MARIA ALKMIN – Com muito prazer.

O Sr. Menezes Cortes – Nobre Líder da Maioria, Deputado José Maria Alkmin, ouço com prazer imenso, mesmo se prazer pudéssemos ter nesta hora, as palavras de V. Ex^a. Elas estão em absoluta sintonia com a declaração de voto que é expressa no próprio encaminhamento de votação do que acabamos de deliberar. Nosso pensamento é o mesmo de V. Ex^a. Votamos para

manter aberta a única porta que se mostra razoável para o entendimento de uma emenda parlamentarista no texto que ainda iremos discutir. Só assim será possível encontrar o remédio para a crise que V. Ex^a tão bem narra. Necessário se torna não faltar, nesta hora, às diversas lideranças e a todos aqueles que buscam a conservação das instituições democráticas, compreensão e patriotismo. É nessa convicção que votamos e a nenhuma outra intenção senão a preservação das instituições democráticas. Não entramos em qualquer outro mérito, exatamente para que não externássemos, nesta hora, os pontos de vista. O que procuramos foi manter a porta aberta para uma emenda parlamentarista que garanta a atual conjuntura nacional, nos próprios termos da Constituição. É o que precisa ser feito. Estaremos com V. Ex^a, com os nobres representantes de todos os partidos. Esta não é a hora de estarmos com quaisquer preocupações partidárias. Esta é a hora de enfrentarmos o problema com clareza, com coragem, buscando, acima das legendas partidárias, aquela força maior que nos congrega, como homens que lutam pela preservação da democracia e que não desanimam diante das crises, porque nos alertam para a necessidade de reformas. Não reformas que nos conduzam a dias negros, mas reformas capazes de melhorar o Estado, de melhorar a confiança de seu povo, na preservação do que ele considera mais caro – o sentimento da liberdade de pensar, da liberdade de manifestar seu pensamento, da liberdade de trabalhar como quer e para quem quer. O que buscamos nesta hora, nobre Líder da Maioria, é a preservação do que há de mais importante para que não se abram os caminhos para ideologias da extrema-esquerda ou da extrema-direita. O que precisamos é construir a democracia, embora estejamos enfrentando uma crise. Confiamos em que todos os nobres Congressistas honrem o mandato popular, não no sentido restrito em que cada um procure vincular seu comportamento, mas no sentido amplo, buscando um ideal que é mais importante, para todos nós – a preservação do nosso País, dentro de um clima de tranquilidade e de confiança. Estou certo, nobre Líder, de que não nos faltarão nem coragem, nem inteligência e que nos entenderemos por um ideal maior.

O SR. JOSÉ MARIA ALKMIN – Agradeço o aparte do nobre Deputado Menezes Cortes, Líder da Minoria. S. Ex^a já havia proferido um discurso, no início da votação, no qual exprimia com vigor todo seu pensamento, e dava notícia exata dos compromissos a que todos nos vinculamos e das medidas necessárias para tornar realidade a votação da emenda que institui o regime parlamentarista no País.

O Sr. Arnaldo Cerdeira – Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JOSÉ MARIA ALKMIN – Com todo prazer.

O Sr. Arnaldo Cerdeira – Quero felicitar a V. Ex^a e o nobre Líder da Minoria nesta Casa, pelas expressões categóricas, enérgicas e inequívocas que, já a esta hora da madrugada, traz a esta Casa, expondo os motivos que, indiscutivelmente, são de dar à Nação tranqüilidade e sossego. Quero dizer mais a V. Ex^a que, ausente meu Líder, nesta hora, posso afirmar que este, também, é o pensamento que S. Ex^a transmitiu-me ainda hoje, quando regressava de São Paulo após rápida ausência de Brasília. Asseguro-lhe que nós, do Partido Social Progressista, aqui estaremos, também, amanhã, para honrar, não só os nossos compromissos públicos, mas honrar, sobretudo, os compromissos com a própria Nação brasileira.

O SR. JOSÉ MARIA ALKMIN – Muito grato pelo aparte do nobre colega, Deputado Arnaldo Cerdeira, representante nesta Casa do Partido Social Progressista.

O Sr. Sérgio Magalhães – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ MARIA ALKMIN – Com muito prazer.

O Sr. Sérgio Magalhães – Nobre Deputado, Líder José Maria Alkmin, creio que um Congresso que atravessou ou que está atravessando galhardamente uma crise tão grave como esta jamais poderá fracassar em nenhuma outra oportunidade que se possa apresentar. Esta, podemos dizer, foi uma

das maiores provas por que passou o Congresso no nosso País e, se esta crise se originou na falta de representação das forças políticas no Governo, um regime parlamentarista estudado, adaptado às condições brasileiras, no qual as minorias, as correntes políticas ideológicas tenham uma representação conveniente, de acordo com seu desenvolvimento poderá produzir o resultado que todos nós desejamos – a estabilidade do regime democrático no Brasil. (*Muito bem!*) Por isso V. Ex^a pode ficar certo de que o Partido Trabalhista Brasileiro jamais trairá as tradições do povo, tão bem representado nesta Casa.

O SR. JOSÉ MARIA ALKMIN – Muito obrigado, nobre Deputado Sérgio Magalhães, Presidente em exercício desta Casa. Sei que V. Ex^a fala com autoridade, em nome do seu partido. Como autoridade falaram os outros ilustres líderes que lhe apartearam.

O Sr. José Menck – Permite V. Ex^a um aparte? (*Assentimento do orador.*) – Falando, neste instante, em nome da liderança do meu partido, um dos partidos pequenos que compõem o Congresso Nacional – o Partido Democrata Cristão –, quero dizer a V. Ex^a que esse pugilo de homens procura trazer a reforma social, procura dentro dos ensinamentos das encíclicas papais, dentro da orientação que prega em praça pública, e através da declaração de voto que fazemos nesta hora, está presente, faz coro ao brilhante discurso de V. Ex^a Nosso partido, embora pequeno, diz à Nação brasileira que, nesta contingência, foi coerente e que os homens que representam o povo neste Congresso Nacional não faltaram com o seu dever.

O SR. JOSÉ MARIA ALKMIN – Muito grato pelo aparte, neste instante, do nobre Líder do Partido Democrata Cristão, que nos traz a palavra autorizada de uma bancada expressiva por sua orientação nesta Casa.

Sr. Presidente quero concluir estas palavras, mesmo porque o adiantado da hora já não justificaria a presença de qualquer representante do povo nesta tribuna. Não o farei, entretanto, sem antes acentuar que, se estivéssemos aqui por força desse documento que comportou tantas restrições, tan-

tas declarações de voto, exatamente porque uma leitura talvez apressada do seu texto tivesse levado a esta conclusão ou pelo receio de uma interpretação, amanhã, contrária ao pensamento de seus autores, estou convencido de que pudesse representar motivo de procrastinação no cumprimento do compromisso que todos assumimos de votar a emenda que institui o regime parlamentar no Brasil. Estou certo de que uma orientação como esta, que viesse procrastinar a medida, seria hoje até mesmo uma traição ao Brasil, que está precisando de que tenhamos mudado com nossas crises. Já que não as resolvemos no sistema presidencial e sua origem vem desde a Constituição de 1891, vamos procurar a forma terapêutica e adequada para corrigirmos os males do Parlamentarismo.

Está provado que se o Presidencialismo configura um sistema ou regime de Governo capaz de definir responsabilidade e de dar estabilidade, também está provado, infelizmente, e exaustivamente provado – e entre as provas, repito, está a da atualidade –, está definitivamente provado que ele não é próprio para dirimirmos as dúvidas que se estabelecem entre os brasileiros, numa hora atormentada como esta.

Temos que ingressar num regime de representantes do Congresso, num regime flexível, que permita uma crítica, como a que foi dirigida ao regime francês.

Quando se declarou que a França chegou a ter cento e oito governos em setenta anos, a resposta pronta do estudioso foi que teve cento e oito governos em setenta anos, mas não teve nenhuma ditadura em todo esse tempo. *(Muito bem! Palmas.)*

Quero dizer, Sr. Presidente, que um regime flexível que possa legitimar-se freqüentemente na consulta popular, que represente realmente o pensamento de todas as correntes políticas do País, um regime como esse, se hoje o praticássemos, não estaríamos aqui nesta Casa, a esta hora, procurando solução para as dificuldades que tanto nos atormentam e tanto nos expõem ao conceito dos povos civilizados.

Não somos mais uma Nação presa fácil de crises que representam apuração de erros. Pelo menos, os grandes erros, precisamos corrigi-los.

É com esse pensamento e com essa aspiração, que chegamos ao documento que acabamos de votar e que não podemos, de forma alguma, subestimar.

Por isso, enviamos o requerimento ao nobre Presidente da Câmara dos Deputados e S. Ex^a prontamente o deferiu, marcando uma sessão para a manhã de hoje, dentro de mais algumas horas, a fim de que nos entreguemos, de coração, inteiramente adaptado à nossa tarefa, pondo nela nossas reservas cívicas a fim de darmos ao Brasil, dentro de mais algumas horas, um regime parlamentarista que seja a segurança, a garantia e o estuário de todas as nossas dúvidas, e no qual possamos, de uma vez por todas, encerrar as nossas dificuldades. (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.*)



ADAUTO CARDOSO

Protesta contra reformas pretendidas pelo Governo João Goulart (22-8-63).

O SR. ADAUTO CARDOSO – Senhor Presidente, advertências no tom em que acabamos de ouvir, como a do ilustre Deputado Ortiz Borges, têm ressoado nesta Casa e fora dela. Não só S. Ex^a, mas algumas das mais responsáveis figuras do Partido a que pertença têm prodigalizado ao Congresso as mesmas ameaças, as mesmas profecias e os sombrios vaticínios que S. Ex^a ousou formular ainda há pouco, da tribuna. Por causa disto é que o meu Partido, ainda ontem, reunido pelo seu Diretório e pelas suas representações nesta Casa e no Senado, entendeu de endereçar às camadas responsáveis da opinião pública, àqueles incumbidos de vigiar e corrigir, uma advertência, que tive o encargo de ler desta tribuna:

“O Diretório Nacional da União Democrática Nacional, em sua reunião de hoje, presentes representantes de suas bancadas na Câmara e no Senado, deliberou denunciar à Nação o Senhor Presidente da República, como fator principal do desassossego e da intranquilidade de todo o País por se empenhar com obstinação numa obra de agitação social e de propaganda demagógica, incompatível com as funções e a figura constitucional do supremo magistrado.



“Provido pelo Congresso de um arsenal de órgãos de administração e de instrumentos legislativos de que nenhum de seus antecessores dispôs, disfarça sua incapacidade de governar com uma pregação reformista que aponta, como responsáveis pela miséria do povo, tão-somente as estruturas econômicas, sociais e políticas do País.

“A inflação que aumenta em níveis de catástrofe, fazendo com que o custo de vida leve o povo ao desespero, o dólar à beira de mil cruzeiros, o empreguismo subornador, parasitando, desmoralizando e destruindo a previdência social, a desonestidade de uma administração que encampa empresas falidas e põe a saque o Erário, a infiltração comunista nos altos conselhos do Governo, o pânico que ele propaga nas classes produtoras, da agricultura que desaparece e pára no temor do confisco, à indústria e ao comércio que se retraem intimidados pelo ódio governamental à livre empresa – tudo compõe o quadro da inépcia, da leviandade do Senhor Presidente da República que conduz a Nação para o caos.

“Nos últimos dias recrudesciu a pregação subversiva diretamente conduzida pelo Senhor Presidente da República, em comícios e reuniões como os que se verificaram em Recife e em São Bernardo, e onde o Chefe do Poder Executivo ousa pregar a ineficiência do regime democrático para resolver os problemas da Nação, e promover o descrédito do Congresso, que se encontra, ontem como hoje, disposto a prosseguir na realização que vem fazendo das reformas estruturais que o País reclama, mas, resolvido a não ceder de novo, ao sistema de pressões que o Chefe do Governo habituou-se a desencadear contra ele. Nessa mesma linha de sediciosos propósitos, o Senhor Presidente da República aumenta a freqüência de suas atitudes hostis contra o Governador da Guanabara, cuja liberdade de palavra tem procurado reprimir, primeiro pela censura e depois pela brutalidade de represálias econômicas e militares, em deliberada violação da autonomia do “pequeno” Estado. E, como se isso não bastasse, em aberta violação das prerrogativas da autoridade estadual a quem a lei atribui a fixação dos locais para a realização de comícios, o Senhor Presidente da República deliberou realizar na

Guanabara, em local não permitido – violação que a lei configura como crime punível com detenção – um comício para o qual mobiliza massas partidárias procedentes de várias localidades de outros Estados, é em que se faz presente.

“O Senhor Presidente da República tem multiplicado suas ações com demonstrações de insatisfação e inconformismo com a legalidade vigente que dá como arcaica e superada. É visível o seu empenho em apresentar o Congresso, no seu todo, aos olhos da Nação, como um órgão destituído “de decoro” e de autenticidade representativa, tentando desmoralizá-lo com o intuito de dissolvê-lo depois, realizando, ao final, a sua aspiração de uma ditadura pessoal que corresponde realmente às concepções de Governo em que formou sua mentalidade e plasmou precocemente suas aspirações de homem público.

“Antes, porém, que ele prossiga na sua obra e realize seus planos de destruição do regime democrático, a UDN cumpre mais uma vez o seu dever histórico de alertar e preparar a Nação para a resistência e a defesa das instituições republicanas.”

Sr. Presidente, o nosso partido há dezoito anos tem ocupado, na vida pública, a vanguarda daqueles que lutam pela legalidade. E seria demais recordar as lutas em que nos temos empenhado para que, neste País, após a longa noite da ditadura se estabelecesse o estado de direito e sobrevivam as instituições republicanas tão longamente eclipsadas. Dezoito anos de incessante vigilância, Sr. Presidente, em que, sem dúvida alguma, tivemos, ombro a ombro conosco, outras agremiações partidárias. Ainda ontem o PSD, numa reunião histórica, deixou fixada, da maneira mais nítida e enérgica, as suas intenções, os seus propósitos, também ela, de não ceder na luta pela legalidade.

O Sr. Rolland Corbisier – Tenho a impressão, nobre Deputado Adauto Cardoso, de que se fizéssemos uma história da UDN, essa história não confirmaria o que V. Ex.^a acaba de declarar, porque, quando foi candidato à Presidência da República pelo PSD, e pelo PTB, seu co-estaduano, o Sr. Juscelino

Kubitschek de Oliveira, o homem que hoje lidera a ala terrorista da UDN, o Governador Carlos Lacerda, defendia a tese de que a candidatura do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira deveria ser evitada de qualquer maneira, pregando, na ocasião, até mesmo a implantação, no País, de um regime de exceção. E, se V. Ex^a se lembra, a *Tribuna da Imprensa*, órgão do qual era diretor e redator-chefe o Sr. Carlos Lacerda, publicou editorial de primeira página, assinado por S. Ex^a, declarando na véspera do dia fatídico, em que o Senhor Café Filho se afastou do Governo a pretexto de doença: “Não podem tomar posse, não devem tomar posse e não tomarão posse!” Naquela oportunidade, a UDN, longe de estar lutando pela legalidade, lutava contra a posse dos candidatos legitimamente eleitos, isto é, Juscelino Kubitschek de Oliveira para Presidente da República e João Goulart, para a Vice-Presidência da República.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Meu nobre colega, sua juventude talvez explique sua ignorância dos fatos.

O Sr. Rolland Corbisier – Se Vossa Excelência me permite, a juventude é muito mais aparente do que real, e não se trata de argumentar com a idade das pessoas.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Se V. Ex^a permite, continuarei meu discurso.

O Sr. Rolland Corbisier – Estou referindo-me à história da UDN, e não à minha biografia.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Senhor Deputado, a veemência não é dos melhores recursos nesta Casa. Os diálogos que estamos habituados a travar são, sem dúvida alguma, diálogos serenos. Quando me referia a sua juventude, tinha por melancólica marca de comparação a minha velhice. Para mim, homens como V. Ex^a são homens jovens. Não me parece isso uma diminuição.

A sua juventude, repito eu, Senhor Deputado, é que justifica sua ignorância dos fatos políticos de 1954 e 1955.

O Sr. Rolland Corbisier – E a sua velhice revela seu esquecimento e a ignorância da história da UDN.

Vozes – Oh! Oh!

O SR. ADAUTO CARDOSO – Vejam V. Ex^{as} como se procura transplantar para esta Casa hábitos de impolidez a que não estamos habituados. Ao referir-me à juventude do eminente colega, eu o fazia tomando como ponto de partida a minha velhice.

O Sr. Rolland Corbisier – Quem falou em ignorância foi V. Ex^a, e não eu.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Sr. Presidente, eu ignoro tanta coisa ...

O SR. PRESIDENTE (Clóvis Mota) – Interrompo V. Ex^a para solicitar aos Srs. Deputados que desejarem apartear o orador, que o façam com seu consentimento e pelo microfone, conforme manda o Regimento.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Agradeço, Sr. Presidente, a colaboração de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Clóvis Mota) – A Mesa cumpre apenas sua obrigação.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Obrigado, Sr. Presidente.

Ignoro tanta coisa que de nenhuma forma sentir-me-ei melindrado, se alguém me increpasse de ignorar fatos. Os fatos são de tal maneira numerosos, ocorrem com tal multiplicidade em torno de nós, na vida tumultuada que levamos, que é natural que alguns deles ignoremos. Em 1954, e temos aqui homens como o Deputado Sérgio Magalhães, veterano nesta Casa, temos veteranos como o Deputado Olavo Costa, e enxergaria mais algumas cabeças grisalhas no plenário para cujo testemunho pudesse apelar. Em 1954, a União Democrática Nacional, pela sua bancada, por duas vezes, fez profissão de fé democrática, antigolpista e de radical fidelidade à ordem jurídica e legal. É certo que, naquela época, o jornalista Carlos Lacerda, também deputado como nós, também membro da bancada, estava em posição

divergente da nossa, mas, com exceção do seu voto, a unanimidade da bancada udenista de então, nos seus pronunciamentos a respeito da posse aos eleitos, foi incensurável. De forma que, dizer-se hoje que meu partido, algum dia, baixou e enrolou a bandeira da legalidade é sem dúvida alguma apaixonada ignorância dos fatos.

O Sr. João Herculino – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ADAUTO CARDOSO – Se algum dos nossos companheiros por um momento vacilou na sua fé pela legalidade, se algum deles se transviou, nada mais natural. Isto ocorre em todos os acampamentos partidários.

O Sr. Olavo Costa – A propósito da invocação de V. Ex^a, de ainda há pouco, venho dar a V. Ex^a a expressão do meu testemunho. É verdade o que V. Ex^a afirmou.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Muito obrigado a V. Ex^a

Nós não podemos...

O Sr. João Herculino – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADAUTO CARDOSO – Um momento. Permita-me pelo menos concluir.

Nós não podemos, por causa de uma voz, por causa de duas vozes, e até mesmo por causa daquela pequena porcentagem marginal que já citei nesta Casa, que um escritor político italiano assinalava existir em todos os agrupamentos políticos, que ele calculava em dez por cento, ainda que dez por cento da União Democrática Nacional, em alguma época, tivesse sido contrária à legalidade ou tivesse desfalecido na sua fé, na sua confiança nas instituições democráticas, nem por isso ninguém teria o direito de vir aqui, neste plenário, increpar-nos como partido, como bancada, como agremiação que luta há dezoito anos pelas instituições republicanas, daquilo de que não somos culpados.

Ouçó agora o nobre Deputado João Herculino.

O Sr. João Herculino – Nobre Deputado, queria eu dizer a V. Ex^a que estranho um elemento pertencente à União Democrática Nacional que, cedendo às pressões das Forças Armadas, rasgou a Constituição em 25 de agosto, naquele episódio da renúncia do Sr. Jânio Quadros venha, com autoridade, censurar e criticar aquele que única e exclusivamente, pela sua fidelidade ao regime democrático, única e exclusivamente pelo seu amor e pela sua devoção ao voto popular, que o havia feito Vice-Presidente da República, com direito inalienável, indiscutível, a assumir a Presidência da República...

O Sr. Paulo Sarasate – S. Ex^a revela agora maior ignorância dos fatos.

O Sr. João Herculino – ... em substituição ao Presidente eleito pela UDN, que correu da arena da luta, com sete meses de Governo...

O SR. ADAUTO CARDOSO – Agradeço o seu aparte. Quem é o elemento?

O Sr. João Herculino – ... e que se curvou a tudo, que agüentou tudo, única e exclusivamente para que o povo não o levasse ao poder pela força, porque tinha sido eleito Presidente da República.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Quem é o elemento da UDN? A quem alude V. Ex^a?

O Sr. João Herculino – A toda a UDN! (*Protestos gerais.*) Foi ela aqui dentro. Golpista! Como sempre inconformada, por não haver chegado à Presidência da República, por não ter tido nunca a oportunidade de saciar a sua sede de poder.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Estou grato a V. Ex^a O seu aparte está-se alongando demais. Peço que o aparte cesse, Sr. Presidente. Está excessivamente longo.

O Sr. João Herculino – E o fez na pessoa de um covarde que correu sete meses depois de ter sido eleito por uma votação das mais lindas a que o Brasil já assistiu.

(Trocam-se apartes simultâneos fora dos microfones.)

O SR. PRESIDENTE (Clóvis Mota) – A Mesa chama novamente a atenção do Plenário para o fato de que os apartes devem ser concisos, com permissão do orador e a ele dirigidos. Não se permitindo discursos paralelos.

(Prosseguem os apartes paralelos fora do microfone.)

O SR. ADAUTO CARDOSO – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que desconte os momentos em que a Mesa foi impotente para resguardar o direito do orador à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Clóvis Mota) – Nobre Deputado, a Mesa só dispõe da força do Regimento para garantir a ordem no plenário e usará de todos os meios ao seu alcance, de acordo com nossa Lei Interna. Evidentemente, a Mesa se vê diante da incompreensão de alguns dos nobres colegas que deveriam colaborar com a Mesa e com o orador para que os debates fossem colocados em plano alto, como o discurso e a própria Casa merecem.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Recebo seu aparte, Deputado Pedro Aleixo.

O Sr. Pedro Aleixo – Nobre Deputado Adauto Cardoso. V. Ex^a certamente ficará constrangido ao responder aos bamboleios do nobre aparteante, dizendo que foi V. Ex^a quem, dentro da União Democrática Nacional, sustentou, desde a primeira hora, que se deveria guardar o exato respeito ao texto constitucional, segundo o qual caberia ao Sr. João Goulart, diante da renúncia do Senhor Jânio Quadros, assumir a Presidência da República. A presença de V. Ex^a nesta tribuna e o testemunho geral desta Casa serão, por certo, a melhor resposta ao aparte com que V. Ex^a foi interrompido. Cumpre, no entanto, nobre Deputado Adauto Cardoso, que deixemos aqui bem ressalvado que o que na verdade ocorreu naquele tempo foi uma solução de caráter nitidamente constitucional e é inútil que estejam aqui aproveitando o ensejo para insultos à União Democrática Nacional, visto como o que a história recolheu...

O Sr. João Herculino – A ala de V. Ex^a.

O Sr. Pedro Aleixo – ... é que mais de dois terços dos membros do Congresso Nacional, no exercício de prerrogativas constitucionais, votaram uma emenda instituindo o sistema parlamentarista e para essa votação contribuíram não somente os membros da União Democrática Nacional, como também os membros do Partido Social Democrático, inclusive os quatro atuais ministros do Sr. Presidente da República e membros do PTB, entre os quais cumpre destacar o Sr. Osvaldo Lima Filho, Ministro da Agricultura, todos votaram a instituição do sistema parlamentarista. Não será, portanto, com a ignorância de fatos nem arroubo de desaforos e atrevimentos que se rasgará a página dessa história do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ADAUTO CARDOSO – Sr. Presidente, eu pediria que Vossa Excelência me assegurasse o mais elementar dos direitos nesta Casa, que é o de falar. A presença do eminente Deputado junto ao microfone é uma ameaça permanente à violação daquele mais elementar direito que cada um de nós tem nesta Casa, o de falar dentro das normas regimentais. Sobre V. Ex^a, que é um dos mais honrados e ilustres membros do PSD, recai a responsabilidade neste momento, diante da perturbação contumaz, obstinada, da ordem nesta Casa e do impedimento a que se fale, de acordo com as normas regimentais. Não dei nenhum aparte ao Deputado João Herculino, não lhe darei nenhum, porque, realmente, para ouvir insultos...

O SR. PRESIDENTE (Clóvis Mota) – Atenção, nobre Deputado Adauto Cardoso, os microfones dos apartes estão desligados e a Mesa conta com a colaboração dos colegas para que a ordem seja mantida.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Senhor Presidente, creio que depois de mim falará esse eminente homem público que é o nobre Deputado Almino Affonso. Separado por profundas divergências de natureza política, eu me tenho habituado a considerar na pessoa desse nobre colega uma das vozes mais dignas, mais autorizadas e mais responsáveis do Partido Trabalhista Brasileiro. A ele sim, a ele e a muitos dos seus colegas que aqui lutam conosco pelo

resguardo dessas prerrogativas que se incorporam aos padrões de decência e de dignidade desta Casa, a ele e a seus colegas que se habituaram a manter os debates numa altura condizente com a dignidade de cada um de nós, a eles eu concederei aparte quando bem quiserem. Com eles eu travarei o diálogo a respeito de fatos políticos quando eles assim o desejarem, mas não permitirei mais que o microfone de apartes e o meu discurso se transformem em um repositório de insultos e de indignidades.

O Sr. João Herculino – Então não insulte V. Ex^a a pessoa do Senhor João Goulart. (*Tumulto.*)

O SR. PRESIDENTE (Clovis Mota) – Atenção, Srs. Deputados! A Mesa assegurará, dentro do Regimento, a palavra ao orador e não admitirá que seja tumultuada a sessão. Conta, para tanto, com a colaboração de todos os nobres colegas.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Senhor Presidente, queremos as reformas. Temos dado, diuturnamente, o testemunho de que estamos todos empenhados numa obra, num empreendimento, num tentame de reforma das estruturas sociais, econômicas e políticas deste País.

O Congresso tem correspondido às aspirações do povo e às pressões legítimas que recebeu, a fim de que essas reformas fossem feitas. O Código de Telecomunicações, o Estatuto do Trabalhador Rural, a lei de repressão aos abusos do poder econômico e as numerosas emendas constitucionais para reformas agrárias, os numerosos projetos de lei ordinária, que visam estabelecer entre nós o Estatuto da Terra, tudo isso são marcos inapagáveis do esforço do Congresso para empreender as chamadas reformas de base.

Dizer-se que o Congresso não quer as reformas é obra de má-fé, é obra de intencional e de maligna deformação da verdade.

O Congresso realmente não tem querido outras coisas, isolado em Brasília, atado a esse horto de tortura, posto nessa campânula de silêncio que é a nova Capital. Enfrentando as condições mais adversas para o seu trabalho, o Congresso, a partir de 1961 e durante todo o ano de 1962, realizou,

realmente, uma obra magnífica de elaboração legislativa que só pode deixar de ser reconhecida por aqueles que são inimigos jurados das instituições democráticas.

Recebo, agora, o seu aparte, nobre colega.

O Sr. Padre Vidigal – Ainda ontem, nobre Deputado Adauto Cardoso, a representação pessedista no Congresso Nacional, em memorável e inesquecível reunião, transmitia ao povo brasileiro essa mesma afirmação que V. Ex^a, com categoria e classe, acaba de fazer. Ainda mais, nobre Deputado, a representação pessedista no Congresso Nacional, por mais do que expressiva maioria, liquidava, de uma vez para sempre, durante, este ano, qualquer encaminhamento de assunto relativo à reforma da Constituição para efeito da reforma agrária, mandando à Convenção do nosso partido, que será realizada antes do fim do ano, a solução do caso. Era o aparte que queria dar a V. Ex^a.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado.

A obra de desmoralização do Congresso é visível, é palpável, é concreta e está diante dos olhos de todos aqueles desapaixonados e não ignorantes dos fatos que ocorrem na vida política do País. Uberaba, Goiânia, São Bernardo foram outras tantas oportunidades em que o Sr. Presidente da República ousou levantar conta a autenticidade das duas Casas do Congresso, contra as intenções patrióticas do Poder Legislativo as mais aviltantes suspeitas. De forma que nós não podemos, nesta oportunidade, quando nosso partido sente que é chegado o momento de cumprir seu dever, deixar de denunciar, de indigitar os traidores do regime, como tem feito de maneira incessante nos 18 anos da sua gloriosa vida; não podemos deixar de apontar o Sr. Presidente da República como a suprema autoridade empenhada na desmoralização do Congresso.

O Sr. Milton Reis – Permite-me Ex^a?

O SR. ADAUTO CARDOSO – Já concedo a V. Ex^a o aparte, no momento em que me parecer oportuno.

Tivemos nos últimos tempos a propaganda mais ampla, mais rica e mais impressionante a respeito daquilo que se chamou e que se chama o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o Ibad. Ninguém, nesta Casa, creio, me nega autoridade moral e autoridade política para falar com a maior isenção de ânimo a respeito desse problema, que é ponto essencial e para onde se tem dirigido a ação do Sr. Presidente da República, no seu empenho de desmoralizar o Congresso, de fazê-lo aparecer aos olhos da opinião pública, aos olhos da Nação como uma Casa destituída de autenticidade. (*Não apoiado.*) Subscrevemos o pedido de constituição de Comissão de Inquérito sobre o Ibad, nós e quase toda a União Democrática Nacional, isto é, todos os seus membros presentes nesta Casa na ocasião em que esse órgão se constituiu. Os deputados da União Democrática Nacional que mais vivamente, que mais asperamente se têm envolvido no debate sobre o Ibad subscreveram o pedido para que se constituísse o órgão parlamentar que investiga, não somente as atividades desse órgão, mas, também, a origem dos seus recursos. Queremos e fazemos questão que os preceitos jurídicos vigentes neste País, e já reconhecidos pela autoridade judiciária e que determinam que nenhum segredo se possa manter em relação a negócios que entendem com a segurança pública, sejam cumpridos. Também achamos e reclamamos que as origens desses recursos do Ibad sejam investigadas, onde quer que estiverem. (*Muito bem!*) Em bancos nacionais, em bancos estrangeiros, em firmas particulares, onde a autoridade puder chegar, aí nós lutamos para que se esclareçam de uma vez por todas, para honra desta Casa, para honra das instituições a que servimos, a origem dos recursos do Ibad. Mas não só a origem dos recursos do Ibad; também a origem dos recursos, a forma de emprego das verbas do Erário, das influências das entidades autárquicas e paraestatais, das sociedades de economia mista, de todas aquelas que, ao lado do Ibad, de par com ele, têm concorrido para falsear os resultados eleitorais, têm concorrido para falsear, nas suas fontes, a formação do poder político no Brasil. (*Muito bem!*) Este é o nosso propósito, Senhores Deputados. Nós e o nosso partido, quaisquer que sejam os riscos que se nos anteparam, nós cumpriremos o nosso dever para com a democracia

no Brasil, facilitando, favorecendo, ajudando, estimulando as investigações desta natureza. (*Muito bem!*) Aqui repetimos a frase daquele homem público, o Deputado Raimundo Padilha: Desgraçado do regime democrático que não resiste a uma investigação desta natureza.

Recebo o seu aparte, Sr. Deputado.

O Sr. Milton Reis – Sr. Deputado, o partido a que V. Ex^a pertence e cuja bancada federal com tanto brilho lidera, em convenção realizada em Curitiba, tomou posição contra as reformas. (*Não apoiados!*)

O SR. ADAUTO CARDOSO – Esclarecerei esta outra ignorância dos fatos.

O Sr. Milton Reis – A emenda constitucional visa a permitir as reformas de base. Não acreditamos em reformas de base sem emenda constitucional.

O Sr. Newton Carneiro – Isso é outra tese. É opinião pessoal de V. Ex^a.

O Sr. Milton Reis – Não é apenas opinião pessoal; é a opinião do PTB. As reformas de base, no seu entender, só serão levadas a efeito desde que se faça a reforma constitucional. Quanto à decisão, a que aludiu o nobre Deputado Padre Vidigal, transferindo à Convenção Nacional a tomada de posição a esse problema, o grande julgador vai ser o povo brasileiro, e as posições deverão ser fixadas com referência àqueles que querem as reformas e àqueles que querem procrastiná-las sempre. Sobre a referência de V. Ex^a de que o Presidente João Goulart tem procurado diminuir, desmoralizar o Congresso, *data venia*, parece que não tem fundamento e a prova é que S. Ex^a, perdendo até grande parte de seu poder, para evitar o derramamento de sangue, cumpriu determinação do Congresso Nacional e se submeteu àquele regime parlamentar que o Congresso brasileiro adotou. O Sr. Presidente da República tem procurado, com equilíbrio e ponderação, conduzir as coisas de forma a permitir a consolidação do regime democrático no Brasil.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Desejamos que, através dessas investigações sobre o Ibad, como através da investigação mais ampla na chamada comissão de pressões sobre o Congresso, se estabeleça a verdade a respeito da influência dos grupos econômicos, sejam eles de natureza privada, sejam eles de natureza governamental, sobre o processo eleitoral. Queremos isso porque queremos esta Casa autêntica.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que não é autêntico é a reforma agrária da emenda constitucional que o Sr. Presidente da República propugna. Isto é que não é autêntico. Nós, UDN, PSD, grande parte do PTB — e citarei daqui a pouco exemplo do Paraná —, nós, que não nos arreamos de tomar contacto com nossas bases rurais, nós, que não tememos o confronto das opiniões daqueles que constituem a infra-estrutura partidária, estamos certos de que a autenticidade em matéria de reforma agrária se encontra na manifestação de propósitos e de opiniões da Convenção da UDN, em Curitiba, e da futura convenção do PSD ontem deliberada. *(Muito bem!)* Isto, sim, é preciso, quando se fala em autenticidade, quando se fere o tema da legitimidade. É preciso que se considere que o Brasil não é absolutamente constituído das organizações de pelegos que o Sr. Presidente da República movimenta e comanda, que o Brasil não é constituído das entidades de promoções de propaganda que são utilizadas para exercer pressões sobre esta Casa e sobre o Senado. As nossas bases estaduais, e falo com maioria de razão, tanto mal autorizado porquanto o Estado que represento não tem nenhuma consciência aguda deste problema, as nossas bases rurais, da UDN, do PSD, como também do PTB, estas, sim é que são autênticas, não a pregação desmoralizadora que o Sr. Presidente da República se permite fazer. *(Muito bem!)*

O Sr. Melo Mourão — Nobre Deputado Adauto Cardoso, quero neste momento, evocar dois grandes instantes da vida parlamentar de V. Ex^a. O primeiro foi quando, naqueles dias dramáticos de renúncia do governo “sete-mesinho” do Sr. Jânio Quadros, V. Ex^a ergueu sua grande voz, fiel como sem-

pre a sua consciência e sua vocação jurídica, para bater às portas do Supremo Tribunal Federal para protestar contra os gerais sediciosos que pretendiam esbulhar o mandato do Sr. João Goulart. Faço, assim, justiça à autoridade histórica que V. Ex^a tem para falar em nome do seu espírito democrático e da sua fidelidade às instituições. Quero lembrar outro momento. Era eu modesto repórter de imprensa no velho Palácio Tiradentes quando V. Ex^a, da tribuna, disse que entendia vida pública, a sua vida pública, a vida pública em geral, como forma de prestar um testemunho, que sua vida pública se exercia como testemunho para a história, para os homens e para Deus. Nobre Deputado, apelo para a fidelidade e para a inteireza de seu testemunho, porque entendo que sempre um líder de Partido fala em nome da bancada, de seu Partido. Assim, quando em nome do Partido de V. Ex^a, o então Deputado Carlos Lacerda pregava abertamente, e não por interpretações nossas, o fechamento do Congresso e a suspensão das instituições e do regime vigente no País, para a instalação de uma ditadura que S. Ex^a dizia ser temporária, então nunca ouvi a voz da liderança da União Democrática Nacional levantar-se para increpar de suspeição contra o regime a palavra, o pronunciamento do Deputado Carlos Lacerda. E agora, quando vem V. Ex^a, cheio de suspeições, das quais não partilhamos, de que o Sr. Presidente João Goulart pretende atentar contra o Congresso, peço a V. Ex^a, em nome de sua inteireza jurídica, em nome de sua consciência histórica, em respeito à Constituição e às instituições, que não levante contra o Presidente do meu Partido aquilo que está apenas na exegese pessoal de V. Ex^a ou de seus correligionários, aquela increpação que a União Democrática Nacional não teve a coragem de levantar quando o Sr. Carlos Lacerda pregava abertamente a morte das instituições. (*Palmas.*)

O SR. ADAUTO CARDOSO – Veja a Câmara como a ignorância dos fatos ainda tem de ser levada a débito de certos pronunciamentos. Tão generoso para comigo o ilustre Deputado representante de Alagoas, tão excessivo nos seus desdobramentos de fidalguia para comigo.

O Sr. Melo Mourão – Faço justiça a V. Ex^a.

O SR. ADAUTO CARDOSO – S. Ex^a, antigo jornalista no Palácio Tiradentes, deixou que a sua memória ocultasse as duas notas que a UDN, em reuniões memoráveis, antes do dia 11 de novembro de 1955, pela unanimidade dos membros do Diretório da bancada, expediu, fazendo a afirmação da sua fé democrática, do seu amor à legalidade e da sua repulsa a qualquer tentativa de ruptura desta legalidade. Eu, que participei dos acontecimentos, que redigi estas notas, a última delas com a colaboração do Deputado Guilherme Machado, por delegação expressa do então Líder da Bancada Sr. Afonso Arinos, posso dar de novo esse testemunho de que, por duas vezes, antes da novembrada, a Bancada da UDN deixou estreme de dúvida a sua posição de amor à legalidade e de repulsa à pregação golpista que então se fazia.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cortamos na nossa carne. Deixamos o nosso então jovem correligionário sozinho, isolado, V. Ex^a se esquece da sessão vespertina memorável em que o então Deputado Carlos Lacerda, isolado, sozinho, resistiu a toda a Câmara, e a sua bancada, contra ele, na tribuna da esquerda do Palácio Tiradentes? Ainda lembro as palavras de Flores da Cunha, que disse nunca ter visto ninguém, com tal poder de expressão verbal, defender uma tese tão falsa e perigosa.

Pois bem, estes fatos que V. Ex^a esqueceu, Sr. Deputado, V. Ex^a, tão generoso, V. Ex^a, tão cordial, peço-lhe vá buscá-los nos arquivos da imprensa da época e verificar que a bancada da União Democrática Nacional, ainda que sangrando nos sentimentos de solidariedade, nos seus sentimentos de amizade, de solidariedade castrense, que V. Ex^a conhece e que se forma ao calor das lutas, a bancada da União Democrática Nacional nunca vacilou na sua afirmação de amor à legalidade e à ordem jurídica. (*Muito bem! Palmas.*)

O Sr. Henrique Lima – Sr. Deputado Adauto Cardoso, estou apreciando as declarações de V. Ex^a e bem avalio a gravidade de todas elas. Embora não concordando com nenhuma das afirmações de V. Ex^a.

O SR. ADAUTO CARDOSO – É natural.

O Sr. Henrique Lima – ...tenho, porém, em relação ao pronunciamento de V. Ex^a, todo o respeito e sei avaliar perfeitamente, repito, a gravidade dele. Entretanto eu me permito, neste momento, interrompê-lo por alguns instantes, para tratar de assunto por igual importantíssimo. Efetivamente, S. Ex^a, Sr. representante de Minas Gerais, Deputado Padre Vidigal, afirmou aqui, no curso da oração de V. Ex^a, que, em reunião de ontem a bancada do Partido Social Democrático adiará a reforma agrária para a Convenção que o partido convocará para o mês de dezembro. Cumpre-me, não obstante o respeito que devo ao nobre declarante Padre Vidigal e levando à conta de um equívoco de S. Ex^a, deixar aqui registrada uma retificação, porque, tendo participado daquela reunião, não me poderia conformar com decisão dessa natureza. O Partido Social Democrático, bem compreendendo, nas reformas de base, especialmente a reforma agrária, não cometeria o absurdo, o verdadeiro crime de procrastinar até dezembro essas reformas, quando o povo brasileiro espera para já a solução desses assuntos.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Solicitaria aos nobres apartes que levassem em conta que a Mesa já me advertiu dos poucos minutos de que disponho. Aceito seu aparte, nobre Deputado Padre Vidigal.

O Sr. Padre Vidigal – Quando a representação pessedista, no Congresso Nacional, por expressiva maioria apenas contrariada por três vozes dissonantes, resolveu delegar à Convenção Nacional a solução dos problemas da reforma da Constituição para efeito de uma reforma agrária, assim o fez por duas razões: primeiro, porque nosso mandato emana daquela fonte formada pelos diretórios municipais; segundo, porque, querendo dar oportunidade a este Presidente da República que aí está para que não encaminhe as outras reformas que nada têm a ver com essa reforma constitucional – a reforma bancária, a reforma administrativa e a reforma eleitoral – verificamos que esta propaganda que se faz dentro desta Casa e fora dela é pura balela. Os resultados aí estão, nas eleições de Pernambuco, que todo o mundo diz ser um barril de pólvora. Diziam que o Nordeste clamava pela reforma agrária. Agora, as ligas camponesas estão sendo fragorosamente derrotadas.

Ainda mais, Srs. Deputados, já que às minhas costas o Nordeste é lembrado, quero dizer a V. Ex^{as} que, quando ainda ontem, pessoalmente, frente a frente, pousando fraterno minha mão sobre o ombro do Ministro da Justiça, lá presente, recriminei S. Ex^a por levar o ex-presidente e atual Senador Juscelino à Paraíba para fazer propaganda de candidato apoiado pelas Ligas Camponesas, submetendo S. Ex^a ao vexame de, com sua presença, com sua propaganda, com seu comício, ter contribuído – quem sabe? – para a derrota do candidato que a Liga amparava nas urnas. Esse negócio de barril de pólvora dá a impressão de que não passava de um estopim vagabundo. Mas, ainda, talvez fosse uma bombinha de São João, de efeito retardado para a noite de São Bartolomeu.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Muito obrigado.

Sr. Presidente, nos poucos minutos que me restam, queria aludir àquilo que me parece essencial. É que a descrença na legalidade adveio para o Presidente João Goulart, não agora, mas de muitos e remotos anos. Sua Excelência, por formação, eu não diria espiritual, que seria talvez um exagero, e não uma liberdade literária, mas Sua Excelência, por conveniência, por vizinhança e por fatores menores facilmente explicáveis, Sua Excelência é de formação caudilhista, embora sem a filosofia positivista, sem a filosofia castilhista que, ao outro caudilho maior e de mais envergadura animava e inspirava: Sua Excelência é homem de vocação caudilhista e é caudilho, como Monsieur Jourdan – o célebre personagem de Molière – que fazia prosa sem o saber; o Sr. João Goulart é pessoa inteiramente distante de qualquer fé legalista. Outros que parecem ter com Sua Excelência abjurado também a essa fé legalista que tão ardentemente se prega nesta Casa e pelo País inteiro – a famosa “Cadeia da Liberdade” da Rádio Piratininga, por exemplo, era um dos condutos da legalidade, uma das grandes vozes da legalidade; outros que também pareceram por um momento os paladinos da legalidade neste País sofrem todos da diátese golpista-caudilhista.

O que se quer é um estado de coisas que permita o pleno florescimento do poder pessoal. Esquecem-se de que, nestes 18 anos, nestes duros

18 anos em que praticamos a sério o regime democrático, nestas eleições em que tantas vezes o meu partido mordeu o pó da derrota, as gloriosas derrotas que a UDN tem acumulado, nestes 18 anos, formou-se no País uma consciência democrática que ninguém mais pode destruir.

O Sr. Presidente da República, como todos aqueles que têm motivos de ressentimento, motivos de desconfiança, motivos de dúvida contra a União Democrática Nacional, pode estar certo de que nós, que não reivindicamos o poder, nem as suas vantagens – como, no começo de meu discurso, me dizia um dos oradores aparteados do PTB – reivindicamos, no entanto, à face da História, papel que ninguém nos pode tomar: é que a legalidade democrática, as instituições republicanas se fundaram de novo neste País em 1946 e se têm mantido, à custa de todos os tropeços, de todos os embaraços, de todos os sacrifícios e de todos os sofrimentos por obra nossa; mais por obra nossa, diria melhor, do que por obra de quaisquer outros.

Não nego aos eminentes colegas de outras legendas participação nessas lutas, mas reivindico para a legenda udenista o maior quinhão nessas glórias. Se não fôssemos nós e aquelas sementes que distribuímos da maneira mais generosa para com outras agremiações partidárias, pois poderemos contar a dedo, mesmo nesta Casa, e eminentes figuras, egressas das nossas fileiras, que balbuciaram conosco, que aprenderam conosco os primeiros passos da democracia, da legalidade e do amor da República. O Sr. Presidente da República e os nossos acirrados adversários não podem negar que estivemos, estamos e, mercê de Deus, estaremos sempre lutando por essa legalidade, e que temos autoridade para denunciar a marcha sinistra que Sua Excelência empreendeu para desmoralização das instituições democráticas.

O Sr. Padre Vidigal – Permito-me discordar de V. Ex^a quanto à acusação que está fazendo ao Presidente João Goulart. Tenho direito de fazer minha interpretação sobre o que Sua Excelência vai realizar no Rio de Janeiro nesse comício inoportuno para Sua Excelência, no dia 23. Eu, se fosse da União Democrática Nacional, francamente, proporia à Direção do partido a ereção, em plena Avenida Rio Branco, de um monumento a Sua Excelência,

uma estátua em tamanho natural, do tamanho das suas virtudes cívicas, em agradecimento à grande promoção que irá produzir em favor do Governador do Estado da Guanabara. Eu, que não sou do partido de V. Ex^a, que não tenho afinidades com o Sr. Carlos Lacerda, que não tenho simpatia pelo Sr. Carlos Lacerda, o que percebo é que o Sr. João Goulart vai transformar-se de Presidente da República em camelô da candidatura do Sr. Carlos Lacerda, que, dia a dia, cresce, porque Carlos Lacerda lembra aquela massa de pão, que quanto mais é sovada, mais é batida, mais cresce. (*Palmas.*)

O SR. ADAUTO CARDOSO – Muito obrigado pelo aparte. V. Ex^a refere os acontecimentos do meu Estado, os acontecimentos de amanhã, na Guanabara. Fôssemos nós oportunistas e, sem dúvida, ao invés de deplorarmos mais esse atentado contra a legislação vigente no Brasil, estaríamos festejando a enorme promoção publicitária que o Sr. João Goulart vai realmente fazer do Governo do nosso Estado.

Violação da lei – e V. Ex^a alude a esse fato, com o qual quero encerrar meu discurso – violação da lei, Sr. Deputado, que estabelece de maneira nítida a responsabilidade penal de quem participa de comícios, em locais não permitidos. É o art. 19 da Lei nº 1.802, de 1953, Lei de Segurança, aquela que estabelece a pena de 6 a 16 meses de detenção para os que promovem ou participam, apenas participam, de comícios em local não permitido pela autoridade policial. O Sr. Presidente, apesar de todas advertências, através de deputados do seu partido, na Assembléia Estadual da Guanabara, decidiu realizar concentração popular naquilo que nós e todo o Brasil chamamos de Cinelândia.

Em 1951, quando pela Lei João Mangabeira se estipulou que a autoridade policial devesse ficar em cada ano nos locais onde seriam permitidos os comícios, a Cinelândia não foi incluída entre esses locais. Também em 1952, 1953 e 1954, durante todo o Governo do Presidente Getúlio Vargas, nenhuma autoridade policial se atreveu a incluir aquele logradouro, ponto de confluência de todas as correntes de tráfego da cidade, entre os locais onde se pudessem realizar comícios. Depois do Governo Vargas, no Governo de

Juscelino Kubitschek, como no Governo breve do Sr. Café Filho, nem no Governo do Sr. Jânio Quadros, mais breve ainda, nenhuma modificação se fez nesta matéria. A Cinelândia continua a ser local vedado a comícios.

O Sr. Sérgio Magalhães – Nobre Deputado, queria recordar a V. Ex^a que, na campanha eleitoral de 1960, requeremos licença e a Polícia concedeu. O comício de encerramento da campanha política para o Governo do Estado da Guanabara foi efetuado precisamente nesse local. Assim quero acreditar que há exceções na concessão da Cinelândia para realização de comícios políticos.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Exato. Pode haver exceções para tudo, Sr. Deputado. V. Ex^a, como homem que respeita a lei, requereu à autoridade policial que lhe abrisse uma exceção e a autoridade policial entendeu de fazê-lo. Mas o Sr. Presidente da República deliberou *ex proprio Marte* realizar o comício. Deliberou mais – através dos deputados que obedecem a seu comando, porque Sua Excelência é, de todos os chefes de partido neste País, aquele que mais rigorosamente exerce a sua atividade de chefe partidário – deliberou que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, e não a tropa do Estado, policiassem o comício.

Tenho – e já agora me escasseia o tempo – a documentação de que essa deliberação de substituir o policiamento de forças federais partiu dos promotores do comício, partiu dos promotores da concentração popular.

O Sr. Sérgio Magalhães – V. Ex^a permite, nobre Deputado?

O SR. ADAUTO CARDOSO – Perfeitamente.

O Sr. Sérgio Magalhães – Eu me animo a apartear, agora que os ânimos estão mais serenos.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Mais adequado aos nossos temperamentos, Sr. Deputado.

O Sr. Sérgio Magalhães – E o clima em que desejo debater esta matéria é para trazer uma informação a V. Ex^a. Tomei parte na reunião da

Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro que deliberou sobre o desenrolar desse comício. E, para tranqüilidade de V. Ex^a, quero comunicar que os discursos dos oradores serão escritos. O representante da CGT vai ler o seu discurso, o Senhor Lutero Vargas, representando a Comissão Executiva, também. Ao que tenho conhecimento, os oradores que representam entidades irão ler discursos naquela oportunidade.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Veja V. Ex^a como é vã essa cautela. Imagine V. Ex^a que o Sr. Presidente da República gosta de improvisar, e Vossa Excelência sabe, quando o Senhor Presidente da República improvisa, o que acontece... (*Riso.*) Em todo caso, Sr. Deputado, essa cautela de que V. Ex^a dá notícia e que representa, sem dúvida, alguma coisa para a tranqüilidade geral, exclusão feita do improvisado do supremo magistrado da Nação, que será, como sempre, incendiário, essa cautela nos restitui, de certa maneira, a serenidade. A bancada udenista, por todos os seus membros da Câmara dos Deputados que possam fazer esse sacrifício, estará amanhã, em demonstração de solidariedade, ao lado do seu Governador, ao lado da suprema autoridade estadual do Estado, cuja autonomia é violada por essa maneira brutal e imotivada, porque ninguém tem respeitado o direito de reunião de maneira tão fiel, tão rigorosa, com tanta estrita observância da Lei João Mangabeira quanto o Governador Carlos Lacerda. V. Ex^a olha com o ar duvidoso de quem lembra as passeatas de há poucos dias. Como sabia que V. Ex^a iria lembrar as passeatas que a Polícia da Guanabara não permitiu, trouxe para V. Ex^a aquilo de que V. Ex^a gosta: acórdãos do Supremo Tribunal Federal que dizem que os desfiles pelas ruas não estão compreendidos no direito de reunião e podem ser coibidos.

O Sr. Sérgio Magalhães – V. Ex^a não precisa ler, porque o Governador da Guanabara invadiu as sedes dos sindicatos e procurou fazer com que os trabalhadores não pudessem atingir o local do comício. Não se tratou de dissolver passeatas, Sr. Deputado.

O SR. ADAUTO CARDOSO – V. Ex^a se engana. O nobre Deputado Marco Antônio me telefonou sobre o assunto e apelou para mim no sentido

de que eu obtivesse da Secretaria de Segurança licença para a passeata. Foi nessa ocasião, Sr. Deputado, que tomei conhecimento da existência desses acórdãos unânimes e reiterados da Suprema Corte do País, nos quais...

O SR. PRESIDENTE (Clovis Mota) – Lembro ao nobre orador que está a findar o tempo de que dispõe.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Já concluo, Sr. Presidente.

... o mais alto Colégio Judiciário da República afirma: "Passeata não se compreende no direito de reunião". Indico a V. Ex^a e a todos aqueles que ainda querem acusar o Governador Carlos Lacerda de praticar violências contra o direito de reunião, indico os acórdãos: estão publicados na *Revista de Direito Administrativo*, volumes 68 e 56, às páginas respectivamente 216 e 228... Por aí V. Ex^a compreenderá, como toda a Casa compreende, que a lei se cumpre segundo a sua interpretação pela Justiça, e a Justiça entende que o direito de reunião nada tem com o direito de organizar passeatas e desfiles para o quebra-quebra nas ruas.

O Sr. Sérgio Magalhães – Não está programada nenhuma passeata no Estado da Guanabara. Naturalmente que os trabalhadores, ao se dirigirem ao local do comício, poderão ir em grupos.

O SR. ADAUTO CARDOSO – Folgo, ao concluir, que o eminente Deputado Sérgio Magalhães, que tem tão alta responsabilidade nas esferas políticas do meu Estado, venha de público dar a esta Casa a garantia de que amanhã realmente não haverá perturbações da ordem promovidas pelo Governo Federal, que violou a lei em matéria de reunião, promovidas pelo Governo Federal, que eliminou da autonomia estadual aquele direito de polícia que ninguém jamais lhe contestou.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo a esta Casa e a V. Ex^a que o Senhor Presidente da República, na sua obra de agitação e propaganda, com a qual visa pessoalmente pressionar o Congresso e criar sobre nós elementos de coação que as nossas bases eleitorais repelem, deve meditar duas vezes, antes de prosseguir nos seus insensatos propósitos. (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

ALFONSO ARONSO

ALMINO AFFONSO

Analisa a situação política e econômica do Brasil, recordando os motivos que teriam levado Getúlio Vargas ao suicídio (22-8-63).

* O SR. ALMINO AFFONSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Casa ontem viveu um dia de grandes preocupações, embora somente hoje elas se expressassem com maior clareza através da palavra do ilustre líder da UDN, Deputado Adauto Cardoso. Recolhemos a inquietação de quantos nos quiseram transmiti-la. Não via a liderança de meu Partido, nas mãos do nobre Deputado Bocaiúva Cunha, razão mais forte para que viéssemos, oficialmente, dizer uma palavra de tranqüilidade. A atoada, no entanto, ganhou tais dimensões que se transformou num fato político. A minha presença na tribuna por delegação do Líder é a reafirmação enfática que o Partido Trabalhista Brasileiro faz em defesa do regime democrático, que a rigor só está ameaçado para quem não tem a isenção bastante para enxergar melhor ou tem uma visão distorcida da realidade nacional. Desde logo, quero ressaltar que estamos a 22 de agosto. Vai mais da metade do mês que os acontecimentos políticos marcaram com o sinete da tragédia. O mês está quase a findar e ninguém poderá dizer que foi quebrada a tranqüilidade

* *Discurso entregue à revisão do orador e publicado posteriormente, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.*



institucional. Há de ser, porém, a evocação de fatos que ferem a consciência de muitos, acordando remorsos, o que justifica a cisma de que agosto seja mês aziago. Não faz muito, o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em grande estardalhaço inquietando o País, tentava intimidar o Sr. Presidente da República anunciando-lhe que agosto estava a despontar... A bem da verdade, a vinculação maior que existe não é de agosto com as tragédias, mas do Governador Carlos Lacerda com o mês de agosto. Se remontarmos no tempo vamos encontrá-lo, há dez anos, comandando a mais odienta campanha que já se promoveu contra um homem público neste País, e tanto caluniou e tanto feriu, que, no bojo de uma crise política sem precedente, Vargas armou contra si próprio o braço da tragédia fazendo-se o estuário das paixões e poupando a Nação de dias sangrentos. Nesta hora em que alguns, sobressaltados, indagam se em verdade agosto é malsinado, que figura emerge do passado senão a do Governador Carlos Lacerda, deflagrando a crise que resultou na renúncia do Presidente Jânio Quadros? Bem lembrados os fatos, o episódio teve pouco de tragédia, foi mais uma ópera bufa. Recordam-se todos? A convite do Presidente da República viera a Brasília o trêfego e falacioso Governador. Na agenda do encontro arrolavam-se problemas da maior monta, sobretudo a política internacional que se convencionou chamar de independente. Com todas as honras de estilo, o Sr. Carlos Lacerda era hóspede no Palácio da Alvorada. Como se passaram as conversações, não sei; o que todos sabemos é que, ao retornar à noite, o desventurado hóspede encontrou a própria mala na guarita do Palácio. O Presidente Jânio Quadros, que em traquinagens não perde para muitos, havia simplesmente despejado o Governador da Guanabara. Deflagrara-se a “crise da mala”...

O Sr. Adauto Cardoso – A primeira crise da mala.

O SR. ALMINO AFFONSO – Raia os limites da anedota, mas certo é que, ferido em seus bríos, as costas curvadas ao peso da mala, o Governador Lacerda, em violenta entrevista concedida às televisões do Rio, denunciou a trama que o Ministro da Justiça Pedroso Horta urdia, em nome do Sr. Jânio

Quadros, contra o regime democrático. Não tenho dúvidas de que o Sr. Carlos Lacerda era parte na conspiração; traiu-a, no entanto, para vingar-se do hospedeiro. Agora, a pretexto de preservar a ordem pública, agride o Presidente João Goulart, inquieta a Nação, entrevendo na concentração popular que amanhã se fará no Rio, em memória do Presidente Vargas, a senha da conspirata, contra si próprio. Mas, então, a presença do povo nas ruas o espanta tanto assim? E os atos de sua administração, e a sua probidade que ele próprio tanto festeja, e a fidelidade de sua polícia militar, nada disso o tranqüiliza? Nenhuma esperança lhe dá de merecer o respeito do povo?

O Sr. Pedro Aleixo – V. Ex^a acentuou bem a cisma do Sr. Governador Carlos Lacerda com o mês de agosto. E lembro V. Ex^a que, tempos passados, esse mês de agosto foi marcado por uma tragédia que, por ser tragédia, só é deplorável. Recordo a V. Ex^a que também o Governador Carlos Lacerda tem bem presente uma outra tragédia, tão deplorável quanto a outra referida por V. Ex^a. É que, no mês de agosto, tombou vítima de sicários o Major Rubem Florentino Vaz. E o Governador Carlos Lacerda, então, só por verdadeiro milagre escapou, sendo alvo dos tiros contra ele desfechados.

O SR. ALMINO AFFONSO – A plenitude do regime democrático deu a resposta à tragédia a que V. Ex^a alude: os responsáveis foram às barras do Tribunal, que lhes deu a condenação adequada. O que V. Ex^a, entretanto, não recorda no seu aparte é que por detrás das duas tragédias – a que atingiu o Presidente Vargas e a que abateu um oficial de nossa Aeronáutica, havia uma outra de muito maior significação: a que não aflorou, a que não veio à tona, a que morreu nos subterrâneos da crise de 24 de agosto, e que consistia na derubada do monopólio estatal do petróleo (*palmas*) entregando-se à iniciativa privada, vale dizer aos trustes do petróleo, a exploração das jazidas e o refino do óleo! Eis o que V. Ex^a silencia: nos bastidores da campanha moralista, que o Sr. Carlos Lacerda arrogante desfraldava, estavam os interesses das forças mais retrógradas, consciente ou inconscientemente fazendo o jogo da Standard Oil, prontos para golpear a Petrobrás, a grande conquista que o povo havia obtido em memorável campanha e pela qual muitos pagaram nas prisões.

O Sr. Adauto Cardoso – Se V. Ex^a está fazendo obra de justiça, deve lembrar que foi o Partido do Governador Carlos Lacerda aquele que promoveu a instituição do monopólio estatal. Esta é uma verdade que V. Ex^a, certamente, não deixará de reconhecer.

O SR. ALMINO AFFONSO – Reconheço-a, sem dúvida. Não sei, porém, se a União Democrática Nacional terá tido pela causa que abraçou em determinado instante a mesma fidelidade como a temos tido com intransigência. De qualquer modo, é verdade histórica a participação de V. Ex^a.

O Sr. Adauto Cardoso – Minha, não, do meu Partido.

O SR. ALMINO AFFONSO – É que V. Ex^a expressa, em síntese, o pensamento da UDN. Já o mesmo não poderei dizer do Sr. Carlos Lacerda. E essa distinção se impõe em homenagem à combativa bancada que V. Ex^a lidera. Não há como confundir a UDN que, pela sua imensa maioria, é fiel às instituições democráticas, e o Sr. Carlos Lacerda, o mais contumaz dos golpistas; e menos ainda é aceitável vincular a participação da UDN na formulação do monopólio estatal do petróleo com a ação deletéria do Sr. Carlos Lacerda. Seja verdadeiro e V. Ex^a não silenciará: contrariando os interesses nacionais o Sr. Carlos Lacerda tem sido o mais renitente adversário da Petrobrás; e tem sido a voz mais alta do golpismo no Brasil. Nos idos de 1955, não satisfeito com a tragédia de 24 de agosto, o Sr. Carlos Lacerda desencadeava nova campanha contra as instituições, visando privar o Sr. Juscelino Kubitschek do seu direito de ser candidato à Presidência da República e, depois, quando as urnas já o haviam consagrado, tentando impedir-lhe a posse. Era ostensivo o seu pregão. Era um regime de emergência o que pleiteava e em cujos objetivos incluía, com absoluta clareza, a supressão do monopólio estatal do petróleo.

O Sr. Pedro Aleixo – V. Ex^a sabe que é com grande pesar que interrompo as suas considerações, porque prefiro ouvi-las a interrompê-las. No entanto, certo sempre do espírito de justiça de V. Ex^a, não desejaria jamais que desse discurso pudesse se concluir que quem matou o Major Rubem Florentino Vaz foi alguém que estava a serviço daqueles que pretendiam que a

Petrobrás saísse do regime para o qual, naturalmente, como V. Ex^a reconhece, contribuiu a iniciativa da UDN. Não vejo como ligar os tiros desfechados contra o Major Rubem Florentino Vaz com aqueles que defendem o monopólio estatal do petróleo.

O SR. ALMINO AFFONSO – Mas vejo como ligar a morte de Vargas à tentativa de supressão da Petrobrás. Se a hipótese que V. Ex^a levanta é inverossímil, a que formulo se erige em verdade, tal a veemência dos elementos circunstanciais. Basta reler as declarações do Presidente Café Filho e determinados comentários da imprensa internacional, à época, bem como o programa do regime de emergência proposto pelo Governador Carlos Lacerda, que golpeava a Petrobrás, para que aflore, do mundo subterrâneo da trama, o nexo da causa e efeito da crise que se forjou contra o Governo de Getúlio Vargas.

O Sr. Pedro Aleixo – Mas V. Ex^a não negará que o Presidente Getúlio Vargas, defendendo um programa de nacionalização, preferiria por certo dar a sua vida em defesa desse programa, a suprimir ele próprio a própria vida.

O SR. ALMINO AFFONSO – V. Ex^a aborda um programa tão íntimo, discute uma opção de natureza tão emocional, tão complexo na sua subjetividade, que realmente escaparia de nossa capacidade qualquer apreciação sobre o gesto extremo que levou o Presidente Vargas à morte. (*Muito bem!*)

O jornalista Matos Pimenta, logo após a morte de Vargas, escreveu um artigo verdadeiramente revelador e que releio agora no *Jornal de Debates*. Transcrevendo trechos de comentários da imprensa internacional, ressaltando o quanto os trustes do petróleo viam na ascensão do Presidente Café Filho o instante azado para que se suprimisse o monopólio estatal do petróleo, o artigo de Matos Pimenta é contribuição definitiva para a história daqueles tumultuários dias da vida brasileira.

“Forças Armadas, Petrobrás e Standard Oil”

“Vamos diretos aos fatos e aos documentos. Em 24 de agosto de 1954, as Forças Armadas levaram o Presidente Vargas a afastar-se do governo, tendo

este, ao suicidar-se, deixando uma carta em que atribuía sua deposição à “Campanha subterrânea dos grupos internacionais”, acrescentando: “Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa a funcionar, a onda de agitação se avoluma”. “Se as aves da rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida”. Que tinha, porém, que ver a Petrobrás com a deposição do Presidente? Setenta e duas horas depois, em 27 de agosto, o *Wall Street Journal* – autorizado porta-voz do trustee estrangeiro – declarava: “Funcionários americanos predizem que Café Filho pode eventualmente abrir a possibilidade de investimentos de interesses estrangeiros nas indústrias do petróleo e da energia elétrica, no Brasil”. (Telegrama da primeira página do *Diário de Notícias*, do Rio, de 28 de agosto.) Doze dias volvidos, em 8 de setembro, chegava ao Rio o subsecretário de Estado norte-americano, Holland, tendo o *New York Times*, que é jornal de maior projeção nos Estados Unidos, declarado: “A chegada amanhã ao Rio de Janeiro de Herny Holland, subsecretário de Estado para assuntos interamericanos, não pode ser mais oportuna”. E acrescentava, em tom imperativo: “O Brasil tem que corrigir as políticas verdadeiramente desastrosas, do extinto Presidente Vargas, quanto ao comércio e ao trabalho. A pedra de toque é o petróleo. Não é nenhum exagero dizer-se que, se o Brasil modificar sua política nacionalista para o fomento de seus recursos petrolíferos jacentes, sua economia poderia transformar-se”. E assim terminava o artigo do *New York Times*: “Difícilmente poderia o novo governo do Presidente Café Filho mudar abruptamente de política num momento de fermentação nacionalista e tensão interna, mas pode-se ter esperança para o futuro”. (Telegrama da terceira página do *Correio da Manhã*, de 8 de setembro). Em seguida, o *Financial Times*, de Londres, que é dos mais categorizados jornais do mundo, escrevia: “É evidente que, se o atual governo do Presidente Café Filho conseguir fazer prevalecer seus pontos de vista, o Brasil abrirá suas portas ao capital estrangeiro mesmo para a exploração dos recursos petrolíferos”. E acrescentava o jornal londrino: “Mas, parece também evidente que a pressão americana no caso do petróleo aumentou”. (Telegrama da primeira página do *Jornal do Comércio*, de 8 de outubro.)

Segundo, portanto, o testemunho do *Wall Street Journal*, do *New York Times* e do *Financial Times*, a deposição de Vargas abriu o caminho para a revogação da Petrobrás e a entrega do nosso petróleo ao trustee estrangeiro, vale dizer, à Standard Oil”.

Eis o principal tópico do artigo de Matos Pimenta, publicado no *Jornal de Debates*, de 26 de agosto de 1955, editado em São Paulo.

Ora, Srs. Deputados, a 26 de novembro de 1955, o Presidente Café Filho, em entrevista concedida à *Tribuna da Imprensa*, confessava: “Pude resistir à pressão dos interessados em dois pontos fundamentais: não revoguei o salário mínimo, nem entreguei a Petrobrás”. Pode haver um conjunto de elementos circunstanciais mais rico do que este, evidenciando a natureza reacionária e antinacional que estava no cerne da campanha desencadeada contra Vargas? As forças ocultas, afinal, não são tão ocultas assim: nas raízes do movimento capitaneado pelo Sr. Carlos Lacerda ostensivamente contra a corrupção estavam os trustes internacionais inconformados com a solução nacionalista que havíamos dado na política petrolífera e que está alicerçando a grandeza deste País.

O Sr. Pedro Aleixo — V. Ex^ã acaba de abrir, nesta Casa, o estudo de um dos capítulos mais interessantes da História brasileira. Eu já havia lido muito a propósito do suicídio do Presidente Getúlio Vargas. Li mesmo um trabalho que, por certo, é do conhecimento de V. Ex^ã, do Professor Napoleão Teixeira, da Universidade de Curitiba. Li referências ao suicídio de Balmaceda ligado ao suicídio do Presidente Vargas, mas não conhecia, ainda, a interpretação que V. Ex^ã está dando, e considero que, realmente, ele nos obriga a uma melhor pesquisa a propósito do delicado assunto. Admito mesmo, e V. Ex^ã também, que tenha havido a influência de fatores subjetivos para o procedimento de Getúlio Vargas, tanto mais quanto V. Ex^ã, com a exatidão científica que está emprestando ao seu discurso, recorda que houve pressões também sobre o Presidente Café Filho. Mas, enquanto o Presidente Café Filho denunciava essas pressões e até se gloriava de haver resistido a elas, desgraçadamente o Presidente Getúlio Vargas resolveu suicidar-se.

O SR. ALMINO AFFONSO – V. Ex^a ainda uma vez se detém na análise de uma decisão profundamente subjetiva, que me nego a discutir. Mas, é irrecusável que, do ponto de vista histórico, a morte do Presidente Vargas desencadeou um verdadeiro impacto emocional, acordando resistências adormecidas na opinião pública, e que resultou na frustração dos objetivos do movimento. É bom não esquecer que, ao lado dos aspectos emocionais da tragédia, houve a denúncia da Carta Testamento, tremendo libelo que marcou em brasa o significado reacionário da campanha movida contra o Governo. É correto, portanto, concluir que a morte trágica de Vargas, fundindo elementos de natureza emocional e de natureza política, impediu que a obra de 24 de Agosto se complementasse. E tanto isso é exato que, ao longo de um ano, o Sr. Carlos Lacerda, incansavelmente, todos os dias, em artigos publicados na *Tribuna da Imprensa*, outra coisa não fez senão reclamar dos chefes militares que dessem conseqüência ao 24 de Agosto. Recordo-me de haver lido os mais duros, senão os mais injustos, ataques ao Marechal Juarez Távora, figura de proa daquele movimento, escritos pela pena irreverente do Sr. Carlos Lacerda. A tônica era sempre a mesma: o 24 de Agosto não podia parar a meio caminho; impunha-se levá-lo até às últimas conseqüências, impunha-se mantê-lo fiel à sua raiz. Tenho como certo, assim, que o gesto extremo do Presidente Vargas, de uma violência dramática impressionante, frustrou os verdadeiros objetivos que animaram a reação golpista. Sem embargo, muitas vezes tenho pensado comigo mesmo: quem sabe se o Presidente Vargas, em vez da opção trágica que adotou, houvesse conclamado os trabalhadores à resistência; em vez da Carta Testamento, houvesse denunciado perante a Nação os exploradores do povo e desnudado, com absoluta clareza, o caráter reacionário da campanha que lhe moviam, assumindo o comando das forças populares, quem sabe se outras não seriam as páginas da História que estaríamos a virar? Sei que decaio no mais puro idealismo, substituindo os elementos da realidade pelos meus desejos. Volto ao leito das considerações que estava fazendo. O Sr. Governador Carlos Lacerda, em artigo publicado na *Tribuna da Imprensa*, em setembro de 1955, estabelece o roteiro do regime de exceção que pregava e nos permite com-

preender sem meias-tintas o sentido reacionário e antinacional das forças que se levantaram contra Vargas. Passo a ler o tópico relativo à política petrolífera, para que não digam que a minha imaginação é mais fértil do que a verdade: “Item 10 – Revisão da política em relação ao petróleo, pela adoção do Estatuto do Petróleo, sem prejuízo de todos os esforços, que devem ser intensificados, pelo êxito da Petrobrás. Mas, dentro da lei e sob fiscalização da autoridade, liberdade de pesquisa do petróleo mediante concessões reguladas na forma do projeto do Estatuto. É claro que, neste ponto, haverá grita. O País está paralisado pela demagogia e pelo medo. Mas, a nosso ver, é esta a única maneira honesta, sincera e eficaz de obter divisas para o Brasil, desenvolver o transporte e dar sentido orgânico e positivo ao surto industrial do País; além de ser, afinal, o meio adequado para que o Brasil tenha petróleo em tempo útil”.

Sr. Presidente, eis a crônica verdadeira daquele movimento. Não fiz porém a retrospectiva desses fatos pelo gosto de fazer história. Pelo contrário, reporto-me a eles para extrair as lições que eles encerram e de que precisamos para os dias de luta que estamos vivendo. Estou convencido de que, no âmbito do 24 de Agosto, estava um golpe de Estado de natureza reacionária e que, em termos econômicos, ele objetivava a entrega do petróleo aos grandes grupos internacionais. Todavia, nenhuma das duas coisas ocorreu. A morte do Presidente Vargas, sacudindo emocionalmente o povo em todos os rincões deste País, impediu que se instaurasse um regime discricionário; nem foi possível, a despeito da pregação do Sr. Carlos Lacerda, acolitado por figuras de nossas Forças Armadas, golpear o monopólio estatal do petróleo. E antes que 1955 houvesse terminado, era o próprio Presidente Café Filho que confessava haver resistido às pressões que se armaram contra a Petrobrás. Por que não foi possível? Porque o povo estava presente no processo político brasileiro. Este é o dado novo da realidade brasileira. De forma que, quando tomo conhecimento da inquietação de homens públicos, receosos de um golpe de Estado que estaria sendo tramado, eu os vejo tão divorciados do povo que não compreendo como possam querer representá-lo nesta Casa! Porque a verdade é que, a despeito do

Congresso Nacional, há um povo desperto e que já não aceitará, em nenhum instante, que o seu avanço seja freado, que suas conquistas sejam anuladas! Hei de dizer muitas vezes antes que me canse de fazê-lo: o povo não abrirá mão das liberdades públicas sem reagir. Não são os homens da União Democrática Nacional os mais zelosos pela sobrevivência democrática. Por mais que a defendamos, nós do Partido Trabalhista, não somos nós os que nos destacamos em primeiro plano.

É o povo, Sr. Presidente. É o povo, Srs. Deputados. Muitos homens públicos, integrantes defensores do regime democrático, podem muito bem, à sombra das ditaduras, sobreviver. Como já sobreviveram alguns. Como por certo sobreviveriam outros, se amanhã a desgraça se abatesse sobre nós. O povo, não! O povo amargaria todos os infortúnios. Em nome da segurança nacional os esbirros da política seriam jogados contra o povo. Em nome da ordem as greves seriam rechaçadas; as reivindicações salariais seriam condicionadas à política econômica, pouco importando o reclamo das necessidades da vida; os camponeses voltariam ao eito e os seus protestos, que estão aprendendo a formular, seriam sufocados em nome da tranqüilidade social; e os estudantes, vanguardeiros desse amanhã que sonhamos, teriam o direito à cultura na medida em que, alienada, ela serve à ordem social vigente, por mais que a consciência lhes gritasse a brutalidade das injustiças defendidas! O povo, não. O povo sabe que as liberdades públicas estão cimentando os degraus de sua ascensão! E onde as nossas vozes, dos homens engajados nas lutas populares, poderiam ser ouvidas? Elas que hoje, de rincão em rincão, vão despertando o povo para a compreensão das verdadeiras causas de sua miséria?! Faz dois anos, Sr. Presidente, esta Casa vivia momentos dramáticos. Foi quase ontem: mas a velocidade dos acontecimentos políticos em nosso País dá-nos a impressão de que faz um século. Surpreendendo a todos, tanto mais quanto estava no auge do poder político, o Sr. Jânio Quadros renunciou à Presidência da República. Era o desfecho inesperado da “crise da mala” a que aludia mais do que pela análise do documento em que nos dava as razões da renúncia, entendi, imediatamente, diria melhor que adivinhei, o objetivo oculto daquela estranha deliberação.

Foi, aliás, o nobre Deputado Pedro Aleixo, tempos depois quem me chamou a atenção para o discurso que pronunciei àquela data, cinco minutos após à leitura da carta de renúncia, e no qual eu denunciava à Câmara dos Deputados a trama, que a renúncia escondia, do Sr. Jânio Quadros ser recolocado no Poder, mas na plenitude de um Poder absoluto. (*Muito bem!*) Ora, Sr. Presidente, a renúncia é um ato unilateral de vontade. De imediato, portanto, tornou-se vago o cargo de Presidente da República. De acordo com a Constituição Federal cabia ao Vice-Presidente assumir a Presidência da República. Vale dizer que, respeitada a ordem constitucional, o País já tinha o seu Presidente na pessoa do Dr. João Goulart. Mas, não foi o que ocorreu. Os três ministros militares arvoraram-se em tutores da Nação. Era Ministro da Guerra o Marechal Odílio Denys; era Ministro da Marinha o Vice-Almirante Silvio Heck; era Ministro da Aeronáutica o Brigadeiro Grun Moss. O povo sequer lhes conhecia os nomes: o povo não lhes havia delegado poderes; mas esses militares resolveram falar em nome do povo, como supremos intérpretes da Nação. E declararam que o Sr. João Goulart não poderia tomar posse. Rasgaram a Constituição a pretexto de defendê-la. E em nome da segurança nacional, impuseram ao presidente esbulhado a pena do degredo, declarando que era contrário ao interesse nacional o seu retorno ao País... Tudo isto – lembram-se todos? – foi comunicado oficialmente a esta Casa. E essa comunicação nos foi feita, em ofício lacônico, pelo Presidente da Câmara Federal, então no exercício da Presidência da República, o Deputado Ranieri Mazzilli. Naqueles dias tudo nos apontava o desfalecimento do golpe. A sobrevivência institucional tinha as suas horas contadas, ao que tudo indicava. Recordo-me, como se ainda vivesse aqueles instantes, da reunião histórica com os ministros militares e as lideranças partidárias na Câmara e no Senado, realizada no gabinete do Presidente Mazzilli, no Palácio do Planalto. Ao seu término, indaguei ao Deputado Herbert Levy, Presidente da União Democrática Nacional, que rumos entrevia, que atitude a adotar para a preservação da legalidade. E a resposta veio tranqüila, se é que era tranqüilidade aquilo, que não via outra saída senão a declaração do impedimento do Presidente João Goulart. Essa era a trama das cúpulas políticas. Mas lá fora estava

o povo. Lá no Rio Grande, um homem tantas vezes agredido como inimigo do regime democrático, o Governador Leonel Brizola, conclamou a resistência e os gaúchos, em pé de guerra, foram às ruas. A resistência popular sensibilizou a consciência nacional. Toda a Nação acordou. Rebelaram-se sargentos quebrando a segurança hierárquica dos comandos reacionários. Greves operárias, algumas de âmbito nacional, atemorizaram as elites quanto aos rumos da crise. A juventude estudantil veio às ruas. A resistência popular, surpreendendo a todos nós, espalhou-se de norte a sul, numa demonstração de naturalidade política impressionante! Tanto maior, Srs. Deputados, quanto é certo que os seus representantes nesta Casa não estiveram à altura daquele momento... E tenho como certo que outra, qualitativamente outra, seria a página da História que estaríamos a revolver se o Presidente João Goulart, em vez de haver aceitado a instituição do sistema parlamentar, transigindo com os setores reacionários, houvesse constituído o seu Ministério, e marchado desde os pampas até Brasília! A opção conciliatória de S. Ex^ª naqueles dias tem sido louvada muitas vezes em nome da tranqüilidade nacional. Eu a respeito. Mas não deixo de assinalar que essa tranqüilidade, nem ontem, nem hoje, nunca existiu para o povo que vive na miséria e que morre esmagado pelas injustiças sociais. A lição que eu quero extrair daqueles acontecimentos é que os ministros militares não puderam consumir o golpe de estado, não lograram impedir que o Presidente João Goulart tomasse posse, embora em sistema de governo diverso. E por quê? Porque o povo está presente no processo político brasileiro. Esse o dado novo da realidade brasileira. Não compreendo mesmo a inquietação de alguns... Há de ser o zelo pelo regime democrático, que ele o tem extremado, o que justifica a preocupação do nobre Deputado Aduato Cardoso. Porque, feita uma análise mais séria, nada, absolutamente nada, nos faz crer na possibilidade da ruptura da legalidade democrática. Serei enfadonho, Sr. Presidente? Mas, ainda uma vez permitam-me repetir: os trabalhadores aprenderam que, garantidas as liberdades públicas, as suas conquistas sociais não apenas serão mantidas como também serão ampliadas. Ninguém, portanto, contará com os trabalhadores para um golpe de estado, parta de onde partir. *(Muito bem!)* A Reforma Agrária

está na pauta das discussões. Imaginam Vossas Excelências que ela se transformou em tema político por que alguns homens públicos resolveram desfraldar-lhe a bandeira? Não. É precisamente o oposto. É porque o problema social do campo de tal modo se tornou agudo; é porque os camponeses começam a compreender que são vítimas da exploração e passam a se organizar nas Ligas e nos Sindicatos; é porque a ocupação de terras se multiplica no Nordeste, em Goiás, no Estado do Rio, no Rio Grande do Sul; porque tudo isto está ocorrendo é que o problema agrário deixou de ser apenas um fato social para se transformar no mais candente debate político. Há cerca de quinze anos o saudoso Deputado Coutinho Cavalcanti apresentava o seu projeto de Reforma Agrária. Há de ter sido, mais ou menos, da mesma época o projeto do Deputado Nestor Duarte. Mas as correntes políticas não se detiveram no debate da matéria. O problema social era o mesmo; mas ainda não se havia erigido em tempo político.

Ainda há pouco falava o Deputado Padre Vidigal. Dizia S. Ex^a que o barril de pólvora, a que comparam o problema agrário, é simples traque de São João, sem qualquer periculosidade. A não ser que S. Exa, retardatariamente, queira prestar uma homenagem a São João, não vejo sentido em sua imagem... Porque o campo, em suas agitações sociais, é barril de pólvora mesmo. Permitam-me algumas observações que decorrem da narrativa dos fatos.

Não faz muito, no Estado do Rio, em determinada região que a memória não registrou, os camponeses prenderam um grileiro que os explorava, submeteram-no a tribunal formado por eles próprios e condenaram-no à morte. O grileiro pediu clemência e a penalidade máxima foi comutada em pena de degredo; não poderia o grileiro voltar àquela região. O que é isto, Senhor Presidente, senão o embrião de um poder popular? O que é isto, realmente, senão um ato revolucionário? Em Pernambuco, também em época recente, os camponeses prenderam um capataz, amarraram-lhe as mãos e os pés, e o levaram prisioneiro até o centro da cidade. No lugarejo defrontaram-se com o Prefeito, o Delegado, o Juiz e o Pároco. Todos lhes pediam libertação do preso. Não lhes parece, Senhores Deputados, surpreender o encontro entre

dois poderes: o poder popular, que está nascendo, e o poder institucionalmente reconhecido? O que é isto, Senhor Presidente, senão um dado da maior significação nas lutas populares no Brasil? Quando Ministro do Trabalho, eu visitei Recife. No Palácio do Governo eu reuni oitenta senhores-de-engenho e usineiros para discutir com eles o pagamento do salário mínimo e do 13º salário a que faziam jus os trabalhadores rurais.

Confesso-lhes que foi um dos instantes mais intensos que já tenha vivido. Os debates constituíram um verdadeiro corte vertical na sociedade. Eu a enxergava por dentro, em toda a dramaticidade das forças sociais em choque e que supera de muito a vontade dos indivíduos. Não importava saber o grau de honestidade de cada um. Lembro-me de um que se emocionou até às lágrimas ao prever o esmagamento de sua classe. Pareciam-me despojados do velho orgulho da aristocracia rural. Confessaram-me o não-cumprimento da lei; declararam-me que desejavam fazê-lo; mas acentuaram que não tinham condições de pagar. Alegavam, com justificativa das dificuldades econômicas, a baixa produtividade da terra, o obsoleto dos equipamentos das usinas, o baixo índice de sacarose da cana-de-açúcar, de tudo isso resultou a escassa rentabilidade da empresa. Serão, talvez, discutíveis os elementos que me forneceram. Mas, o que me parece claro por detrás daqueles argumentos, é que a estrutura agrária do Nordeste já não permite àquela classe, outrora, poderosa e prepotente, avançar tranqüila, sem que as pressões sociais lhes mordam os calcanhares. Será uma frase de efeito, Senhor Presidente? Não. Digo-a com sinceridade. Guardei bem vivos aqueles instantes. Foi uma lição para mim o debate com os usineiros, mais rica do que a que terei aprendido em muitas leituras. Estava presente ao encontro o Governador Miguel Arraes.

Um senhor-de-engenho dirigindo-se a S. Ex^ª revelou que há dezesseis dias não tinha acesso à sua propriedade, virtualmente ocupada pelos camponeses. O Governador, ponderando que não recebera qualquer denúncia nesse sentido, desde logo assegurou todas as garantias ao proprietário. Mas de que elas valiam? Foi a angustiada resposta do senhor-de-engenho. E arrematou: um tiro bastará para abater-me...

Esses fatos estão ocorrendo no Brasil. E diz o Deputado Padre Vidigal que tudo não passa de um traque de São João. Não acho isso, Senhor Presidente. Estamos vivendo um momento difícil da vida nacional. Estamos numa encruzilhada. O problema agrário não é fantasia; é o nó-górdio da problemática brasileira. Por que não enfrentá-lo lucidamente? Por que a insensibilidade há de permitir que ele se transforme amanhã em lutas sangrentas? A verdade dolorosa, no entanto, é que até agora esta Casa não conseguiu votar a reforma agrária que o povo reclama, em nome do desenvolvimento econômico do País, em nome da ampliação do mercado interno consumidor, em nome da justiça social, em nome das eleições realmente livres, transformando em cidadãos conscientes esses pobres homens hoje reduzidos a párias ou a xerimbabos.

O Sr. Padre Vidigal – Nobre Deputado, agradeço a V. Ex^a a lembrança que já teve, por duas vezes, de citar-me no belo discurso que está pronunciando na tarde de hoje, sob este silêncio e encantamento de toda a Casa, que sempre o aprecia. Quando V. Ex^a faz referência ao que aqui aludi, quero despertar sua lembrança para o seguinte: ao ensejo do meu aparte, eu recordava que aqui nesta Casa muito se explora o Nordeste, e Pernambuco era apontado com sendo um barril de pólvora. Lá, as Ligas Camponesas faziam alarde da necessidade de uma reforma agrária e por centenas de vezes elas apareceram nos debates deste Plenário como sendo a interpretação do sentimento de um novo. Então eu relembrava a guerra tremenda que o Governador Miguel Arraes e as Ligas Camponesas estão sofrendo em Pernambuco, nestas últimas eleições, sobretudo no Município de Jaboatão, conhecido como “Moscouzinho”, e mesmo em Recife, onde o seu candidato ora avança um pouquinho, ora perde terreno para o seu opositor, no resultado das urnas até agora apuradas. E cheguei à conclusão de que aquele famoso e explorado barril de pólvora de Pernambuco não passava de um estopim vagabundo – foi isso que a taquigrafia recolheu – ou então uma bombinha de São João com efeito retardado, para a próxima noite de São Bartolomeu. Senhor Deputado, do mesmo modo dizia eu, num outro aparte, que, realmente, o resultado dessa eleição de Pernambuco vem retratar que lá, no Nordeste, a coisa não era assim como

se explorava nesta Casa, e citava o exemplo da Paraíba, onde as Ligas Camponesas também estão sendo derrotadas.

A propósito da Paraíba, ontem, colocando fraternalmente a mão nos ombros do Sr. Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, censurava – pelo fato de ele levar o Sr. Juscelino Kubitschek até lá, para fins eleitorais da candidatura patrocinada pelas Ligas Camponesas, expondo S. Ex^ª ao fiasco, e ao fracasso de ver, mesmo com o seu auxílio, o candidato que ele apoiou derrotado nas urnas. Devo concluir o meu aparte e não prolongar a minha permanência diante deste microfone, a fim de que a Casa continue ouvindo V. Ex^ª, com o encantamento de sempre.

O SR. ALMINO AFFONSO – Mesmo porque V. Ex^ª reitera o que já está registrado...

O Sr. Padre Vidigal – Mas registro também o que disse o nosso prezado e distintíssimo colega Medeiros Neto, quando acentuava, em aparte ao meu discurso, na reunião do Partido Social Democrático, essa infiltração comunista em sindicatos rurais das Alagoas e dizia que metralhadoras tchecas, novinhas...

O Sr. Abraão Moura – Em Alagoas não.

O Sr. Padre Vidigal – Medeiros Neto depois terá a palavra.

O Sr. Abraão Moura – Pode ser do Governador contra os sindicatos rurais.

O Sr. Padre Vidigal – ... foram encontradas no meio dos sindicatos rurais do interior do seu Estado.

O SR. ALMINO AFFONSO – Como todos ouviram, o Deputado Padre Vidigal limitou-se a repetir o que havia dito em seus apartes a outro discurso...

O Sr. Padre Vidigal – Vim confirmar os termos exatos do meu pensamento.

O SR. ALMINO AFFONSO – Que eu não havia deformado. Aludira, apenas, à imagem que V. Ex^a usara. É verdade que eu chamei de traque o que V. Ex^a designara como bombinha de São João... Não vejo, porém, nisso, nenhum demérito para a sua bombinha; é que na minha terra chama-se traque mesmo.

O Sr. Padre Vidigal – Então, o que houve em Pernambuco foi um traque. Somente um traque. Nada mais.

O SR. ALMINO AFFONSO – Não me deterei na discussão sobre os resultados das eleições em Pernambuco. O balanço das forças sociais em choque quase nunca se expressa em termos eleitorais. Sobretudo num país, como o nosso, em que há vinte milhões de analfabetos, precisamente nas camadas sociais mais necessitadas, à margem do processo eleitoral.

Além do mais, as modernas técnicas de propaganda fazem milagres, se é que se pode chamar de milagre a violentação da consciência popular.

Mas, esse tema me levaria a rumos diferentes dos objetivos neste discurso. Retomo, portanto, Senhor Presidente, o fio da meada. Esta Casa ouviu, ainda há pouco, a palavra do Deputado Aduino Cardoso, eminente líder da União Democrática Nacional, em defesa das instituições democráticas. Não é menos enfática a palavra do Partido Trabalhista Brasileiro: nós estaremos sempre, ao lado do povo, na vanguarda dos que defendem a manutenção do regime democrático. (*Muito bem!*) Temos a convicção de que esta é a tarefa política mais importante que os trabalhistas têm a desempenhar neste momento. Não raro ouvimos acusações ao povo, responsabilizado pelas agitações... Os trabalhadores, sobretudo, a cada instante são acusados de tumultuarem a vida nacional. Não os acusem, hipocritamente, classificando de subversivas as reivindicações sociais que postulam. Não construam barragens à caudal que avança. Mesmo porque se amanhã, apavoradas diante da crescente maturidade popular, temerosas de virem a perder seus privilégios, as elites dirigentes recorrerem ao regime discricionário, como forma de afastar o povo do processo político, não restará ao povo outra alternativa senão o arrebentamento dos

diques. Ninguém jamais deteve, nem deterá, impunemente, a marcha do povo. A defesa que fazemos do regime democrático obriga-nos a acentuar que a democracia não se esgota em seus aspectos formais. Muitos se limitam a vê-la em sua dinâmica processual. Consideram-na realizada porque as eleições têm sido respeitadas. E descobrem na vitória de um conservador a prova de que o povo está tranqüilo e feliz com a ordem vigente! Como se iludem tanto! Essa ilusão, sim, é que pode levar a perder a democracia. Eu peço à Casa que atente bem: não há democracia que sobreviva sem sustentação popular; e o povo não sustenta regime algum que não lhe resolve os problemas essenciais de vida. Estará, por acaso, o regime democrático resolvendo os problemas de vida do povo brasileiro? Não faz muito, eu viajava de São Paulo a Bauru. Ao longo da estrada, eu ia encontrando os trabalhadores rurais que voltavam da faina do dia.

E lhes perguntava, parando o carro aqui, parando acolá, o salário que percebiam. Confesso-lhes que me escandalizei: — recebiam o salário de Cr\$200,00 diários, o que somavam, em média, Cr\$5.000,00 por mês, descontados domingos e feriados. Estive na região do Vale do Paraíba, semana passada. Em Taubaté, por exemplo, os trabalhadores rurais ganham Cr\$100,00 por dia! E dizer que isto ocorre em São Paulo! É fácil imaginar o salário de fome que se paga no Nordeste, nos estados mais pobres como o Piauí, como Alagoas, como Sergipe... E ainda há quem tenha a consciência tranqüila! As tensões sociais no campo? Ora, tudo não passa de uma bombinha de São João! Sejam medianamente mais lúcidos. Estamos destruindo a democracia, não com a trama golpista que pudesse estar sendo urdida no Palácio da Alvorada, mas precisamente com o golpe nas esperanças do povo! Eu indago a cada um dos colegas que se elegeram há pouco se já não sentem envelhecido o Parlamento... Onde o ímpeto inovador dos representantes do povo? Ou será que a nossa inércia traduz a satisfação popular? Parece que já vivemos todas as lutas, que todas as trincheiras já foram saltadas, que já não temos o que fazer nesta Casa... Como pode uma democracia ter vida longa quando o Congresso Nacional, inerte, não realiza a obra que o povo reclama? Na escala do poder, Senhor

Presidente, não há espaços vazios: se nós não usamos os poderes que o povo nos conferiu, não tardará o instante em que surja alguém que se sinta com autoridade para falar em nome do povo.

O Sr. Wilson Roriz – Realmente diz V. Ex^a que talvez os deputados novos aqui chegados já estejam desencantados, decrépitos nesta convivência parlamentar em que tão pouca coisa se tem resolvido.

O SR. ALMINO AFFONSO – Não me refiro a qualquer deputado, individualmente tomado. Aludo ao Parlamento como instituição. E isto é o mais grave.

O Sr. Wilson Roriz – Quero dizer a V. Ex^a, se me permite continuar no aparte, que realmente aos que aqui chegamos causa estranheza que vindo todos nós de um mesmo pleito, estejam apenas V. Ex^{as} representando o povo em suas ansiedades e nós, que momentaneamente defendemos princípios diferentes, passamos ser jogados na vala comum da decrepitude. Então perguntaríamos a V. Ex^a: esta Casa é decrépita por que não se vota aquilo que talvez seja o desejo da sua minoria ou esta Casa é o espetáculo de tolerância democrática, à espera de que a minoria continue a agitar o problema que compreendemos urgente, mas talvez não tenha a amplitude que lhe dá o brilho e a inteligência de V. Ex^a porque traz atrás de si, vamos proclamá-lo, todos os foguetes governamentais a intensificá-lo, demonstrando não ser uma reivindicação popular, e, sim, caracteristicamente uma reivindicação governamental?

O SR. ALMINO AFFONSO – Não há cegueira maior do que a de quem não quer enxergar. V. Ex^a, nobre Deputado Wilson Roriz, é homem do Nordeste. Não faz sentido que eu lhe descreva a miséria daquela região e a vida de pária dos homens do campo. Tudo isso V. Ex^a conhece ao vivo. E há de ser V. Ex^a quem venha minimizar essa realidade, fazendo-nos crer que tudo não passa de eco dos foguetões publicitários do Governo? Então, é impossível debater com V. Ex^a.

O Sr. Wilson Roriz – Citou Vossa Excelência o exemplo de São Paulo; não cabe o Nordeste ser invocado nesta hora...

O SR. ALMINO AFFONSO – E por que não?

O Sr. Wilson Roriz – ... porque sempre foi aqui focalizada a sua miséria permanente. V. Ex^a trouxe o exemplo de São Paulo, com informações de salários que hoje não se pagam mais no Nordeste.

O SR. ALMINO AFFONSO – Pagam.

O Sr. Wilson Roriz – Saiba Vossa Excelência que, para colher uma arroba de algodão, que custa Cr\$ 1.000,00, todo nordestino recebe 250 a 300 cruzeiros. E quase ninguém quer colher. Este é o real panorama do Nordeste, nobre deputado. V. Ex^a, para enfeitar seu brilhante discurso, que a Casa ouviu realmente com atenção e respeito, cita exemplo de São Paulo, não do Nordeste. O Nordeste sofre empobrecimento permanente, pelo abandono constante dos governos. O problema é eminentemente social. Se V. Ex^a verificar os salários da indústria, não encontrará situação diferente. E não vejo aqui tanta luta pela reforma industrial.

O SR. ALMINO AFFONSO – Em primeiro lugar, não se confunda um depoimento sério com enfeites... Não vejo como enfeitar a desgraça desses trabalhadores que recebem salários de fome. O que lhes disse sobre os salários pagos em determinadas regiões de São Paulo apenas ilustra a miséria do campo. É verdade que não me havia detido no problema salarial do Nordeste. V. Ex^a tem razões para conhecê-lo melhor do que eu; mas verifico, lamentavelmente, que não o conhece. Em Pernambuco, o salário é de Cr\$ 4.000,00 a Cr\$ 4.500,00 por mês. Quer exploração maior? Isto eu constatei quando Ministro do Trabalho. Isto foi confessado a mim pelos próprios senhores-de-engenho. Não imagine V. Ex^a que o fato de não sermos nordestinos impede-nos de conhecer os problemas da região. Em segundo lugar, nobre Deputado Wilson Roriz, não coloque o debate em termos de pundonor regional. A característica dos países subdesenvolvidos é a diferença de nível de desenvolvimento entre as diversas regiões de um mesmo País. É essa, sabidamente,

uma das conseqüências do subdesenvolvimento. O problema, portanto, não é específico do extremo norte, da minha Amazônia atrasada; nem é do Nordeste em especial. O problema é nacional. E cabe a todos nós, como representantes do povo, reconhecê-lo e enfrentá-lo em suas causas mais profundas, sem a estreiteza de brios feridos...

O Sr. Último de Carvalho – Eminente Líder Almino Affonso, lastimo não comungar da opinião de determinados companheiros quando dizem que não há uma insatisfação generalizada no País e que os trabalhadores rurais não estão angustiados. Os trabalhadores brasileiros vivem escravizados a muitos proprietários de terra que não lhes retribuem o serviço com a remuneração devida. Faço, porém, justiça a muitos senhores de terra que oferecem aos seus trabalhadores um padrão de vida compatível com suas necessidades. Mas, eminente Líder Almino Affonso, lastimo também não comungar com V. Ex^ã, quando atribui a esta Casa a culpa dessa insatisfação e dessa miséria que reina em todo o Brasil, pelo não-pagamento ao trabalhador rural do salário mínimo a que tem direito. Esta Casa, em ocasião oportuna, ofereceu ao Poder Executivo projeto que foi transformado em lei, cujo prazo de regulamentação já está esgotado e que até hoje não mereceu a consideração daqueles sobre cujos ombros pesa essa responsabilidade. Há poucos dias, fui à minha terra, à cidade de Rio Pomba, onde possuo uma propriedade agrícola. Tenho três trabalhadores agrícolas. Mandeí esses operários buscarem suas cadernetas em Juiz de Fora, não para receberem salário mínimo porque o que eles estão auferindo é superior ao salário mínimo estabelecido, mas para que tivessem aquele direito e servissem de exemplo, na minha cidade, a todos os outros trabalhadores. E, Deputado Almino Affonso, voltaram de mãos vazias de Juiz de Fora, porque a repartição trabalhista disse não ter condições de fornecer ao trabalhador do campo suas carteiras. A lei existe. A regulamentação não existe. E a regulamentação não depende desta Casa, mas de outras pessoas que V. Ex^ã muito bem conhece.

O SR. ALMINO AFFONSO – Asseguro a V. Ex^ã que o Estatuto do Trabalhador Rural, a que V. Ex^ã se refere, foi regulamentado no que diz respeito à

sindicalização rural, tendo sido criada, inclusive, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural e no que se refere à previdência social os estudos foram ultimados e eu deixei pronta a exposição de motivos, ao Senhor Presidente da República, apresentando o decreto que a regulamenta. Trabalho sério, realizado por uma comissão da maior categoria técnica. Não me descurei, portanto, desses deveres, quando estive como Ministro do Trabalho. Mas, é uma pena, Deputado Último de Carvalho, que nos limitemos aos debates sobre problemas formais: não existe a regulamentação de tal lei; a carteira profissional não foi expedida; logo os proprietários não são responsáveis... Aliás, eu não me deixo no julgamento da responsabilidade pessoal dos proprietários. Estrutura que os condiciona. E a bem da verdade, o Ministério do Trabalho não está aparelhado em condições de fazer cumprir o Estatuto do Trabalhador Rural...

O Sr. Último de Carvalho – Então a culpa é do Poder Executivo. Devem todos ir para Casa.

O SR. ALMINO AFFONSO – Não há diferença fundamental entre o Poder Executivo e Poder Legislativo. Somos todos partes das elites dirigentes. Enquanto não nos apercebermos disto, nossas discussões serão apenas um jogo floral... Acusaremos o Poder Executivo; e o Poder Executivo responsabilizará o Poder Legislativo. Mas lá fora, indiferente a esse debate, o povo continuará esquecido e a solução dos seus problemas procrastinada. Recuso-me a discutir com V. Ex^a nesses termos; e os que continuarem nesse estilo de ação política serão os responsáveis, amanhã, pela sepultura que hoje estão cavando para as instituições. Se as elites não se apercebem disto, Sr. Presidente, é porque são vesgas, caolhas, capengas.

Concluo, que já me alongo demasiado. Em nome do Partido Trabalhista, declaro não haver razões para a inquietação expressa nas palavras do Deputado Aduino Cardoso. A concentração do Rio, amanhã, é pacífica e objetiva homenagear a memória de Getúlio Vargas. É inalterável a nossa linha de conduta. Continuaremos na estacada, muito conscientes do sentido histórico das liberdades públicas. O que não poderemos tolerar é a distorção do regime;

a fraude consagrada; a democracia do empulhamento. Não distinguimos as responsabilidades, maiores ou menores, dos três Poderes da República. Os três igualmente respondem pelo *status quo*. Por que o Poder Judiciário haveria de ser excluído? As leis interpretadas de maneira anti-social, generosas quando beneficiam as classes dirigentes e inflexíveis quando ferem o povo, quem lhes dá a vida senão o Poder Judiciário? Já imaginaram como seriam resolvidos os processos de desapropriação de terras, para os fins da reforma agrária, se admitíssemos a prevalência do art. 141, § 16, da Constituição Federal? O interesse social seria postergado e tais somas seriam necessárias para as indenizações que a reforma agrária transformaria num negócio agrário...

O Sr. Padre Vidigal – V. Ex^a concede um aparte?

O SR. ALMINO AFFONSO – Vossa Excelência me aparteia quando começava a perorar. Mas tenho o prazer de ouvi-lo. Há de enriquecer minha oração.

O Sr. Padre Vidigal – Quero render minha homenagem, não ao prezado colega Almino Affonso, mas ao Ministro Almino Affonso que, passando pelo Ministério do Trabalho – minha independência mental me força a declarar – honrou aquela Casa. Quando V. Ex^a se refere a essa necessidade de prestar serviços à democracia, resolvendo esses problemas ligados às questões sociais, apraz-me, com a independência que sempre me caracterizou e que V. Ex^a não ignora, lamentar que V. Ex^a, que levou a moralidade e a moralização para aquele Ministério, lá não pudesse continuar a sua obra realmente moralizadora, objetivando levar benefícios de ordem social àqueles que realmente esperam da democracia brasileira melhor assistência. (*Muito bem!*) Louvo V. Ex^a e, com a diversidade de pontos de vista que às vezes registrei nesta Casa, quero ainda dizer que o Governo brasileiro perdeu um grande Ministro do Trabalho, que realmente se interessava pela sorte do operariado nacional. (*Palmas.*)

O SR. ALMINO AFFONSO – Agradeço a V. Ex^a a generosa saudação. Creia-me que o faço profundamente sensibilizado. Embora eu sinta o molho de pimenta e que talvez lhe empreste sentido diverso...

O Sr. Padre Vidigal – Não sei porque V. Ex^a descobre nelas outro sentido...

O SR. ALMINO AFFONSO – Sou homem do Norte, acostumado à comida apimentada; de forma que descubro de imediato o tempero que V. Ex^a costuma pôr nos seus apartes... *(Risos.)*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: é hora de enfrentarmos com seriedade as tarefas legislativas que nos cabem; é hora de nos lembrarmos de que a democracia é o regime do povo; quer dizer, é o regime que realiza os interesses do povo. Recordo-me de que na legislatura passada, na qualidade de líder do PTB, havia assentado com as demais lideranças partidárias meios de facilitar o processo de revisão constitucional, objetivando as reformas de base. Fugiríamos às dificuldades do quorum qualificado de 2/3, substituindo-o pela maioria absoluta, sempre que a revisão da Constituição fosse indispensável às reformas que enumerássemos. Parecia-nos necessária essa obra de terraplenagem para que a nova legislatura tivesse condições de cumprir suas tarefas políticas. Por acaso desapareceram as razões que nos ditaram esse entendimento ano passado. Os titulares das lideranças são quase todos os mesmos; por que não renovar o acordo? Urge vitalizar a democracia. Mas, não lograremos fazê-lo com declarações verbais. Ou o povo se sente beneficiário do regime ou o regime, na orfandade popular, é presa fácil da aventura. O povo despertou. Mas isto é um bem e é um mal. Assegura-lhe o avanço das conquistas sociais; mas também desespera as elites dirigentes. Por isso mesmo pode, em dado instante, a legalidade ser um risco para as elites. E seria esse, em verdade, o desafio maior à democracia brasileira. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

ARTHUR VIRGÍLIO

*Contesta a assinatura do Ato Institucional nº 2
(28-11-65).*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Senhor Presidente, Senhores Congressistas, Brasília é bem a síntese do Brasil.

Esta Casa sempre vazia, quando nós falamos apenas para nós mesmos ou quando vemos uma ou outra pessoa isolada assistindo às sessões, hoje está repleta.

É o Brasil que se encontra aqui, de norte a sul, pela população desta cidade, para assistir e para esperar a decisão que vamos tomar nesta noite histórica. E este interesse de Brasília na síntese da nacionalidade, quando a população da cidade aqui se congrega para acompanhar a reunião do Congresso, está a nos indicar apenas aquilo que o povo espera de nós: se, nesta hora, vamos abdicar da delegação popular que recebemos ao ser eleitos deputados e senadores, se vamos aceitar a tutela, se vamos aceitar a coação ou se vamos nos diminuir a ponto de desaparecermos diante do que poderíamos ser perante a nacionalidade.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não há como esconder a gravidade da hora que esta Nação vive. Não há como obscurecer, sobretudo, a responsabilidade nossa diante dessa gravidade: ou seremos dignos do mandato popular que recebemos, ou seremos



dignos da representação que aqui apenas expomos, ou, então, estaremos entregando esta Nação ao mais degradante dos destinos. *(Não apoiado!)*

Ouvi um “não apoiado” muito tímido. Não sei de onde, não sei de onde partiu, talvez de alguém que se está agachando diante da força. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)*

O Sr. Ruy Santos – No Congresso não há quem se agache, Sr. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Não ouvi, também, de quem partiu...

O Sr. Ruy Santos – Partiu de um representante como V. Ex^a Nesta Casa não há quem se agache. Se V. Ex^a é digno, tem que reconhecer que todos são dignos quanto V. Ex^a *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, um Congresso sitiado, um Congresso sofrendo pressões como nunca imaginou pudesse sofrer: um Congresso sem autonomia, que amanhã poderá estar sob um outro Ato Institucional e ter vários de seus membros cassados, este Congresso é que não se agacha? Este Congresso que tem cedido tudo sob pressão... *(Não apoiado! Não apoiado!)*

(Tumulto no Plenário. O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) – *(Fazendo soar os tímpanos.)* – Atenção!!! Está com a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me garanta a palavra. Não dou permissão para questão de ordem durante o meu discurso e peço a V. Ex^a que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) – O Deputado deixará para propor a questão de ordem em seguida ao discurso do Sr. Senador Arthur

Virgílio. (*Muito bem!*) Declara a Presidência que não admite a interrupção de oradores para questão de ordem.

Assim sendo, nos termos do Regimento, a Presidência garantirá a palavra ao orador e, em seguida, ouvirá a questão de ordem do Deputado Antonio Carlos Magalhães. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, no meio desse tumulto, desse desespero...

O Sr. Pinheiro Brizolla – Eu é que dei o “não apoiado”.

Não me curvo. Sou independente. Tenho espinha dorsal. Não estou sob pressão de ninguém.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – E V. Ex^a pensa que me curvo? Quero ver V. Ex^a me curvar com toda sua idade. Tem que fazer-me curvar.

O Sr. João Herculino – Muito bem!

O Sr. Pinheiro Brizolla – V. Ex^a não tem o direito de afrontar o Parlamento, de afrontar o povo! V. Ex^a está afrontando o Parlamento!

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) – (*Fazendo soar as campanhas.*) – Atenção! Os apartes deverão ser concedidos pelo orador. Os apartes deverão solicitá-los.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Vou dar uma demonstração de serenidade. Democracia é isso. É o diálogo, é o debate. Quero ouvir as opiniões contrárias às minhas. Gostaria de ouvi-las e de contestá-las.

Esse deputado que estava aí tão exacerbado, esse deputado...

O Sr. Pinheiro Brizolla – “Esse deputado” não!

O Sr. João Herculino – É o Brizolla!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – (*Dirigindo-se ao Sr. Pinheiro Brizolla.*)
– Não sei o nome de V. Ex^a.

O Sr. Pinheiro Brizolla – Esse senador que está aí não é melhor que este deputado!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Não fiz nenhuma ofensa a esse deputado. Não tenho o prazer de saber o nome desse deputado.

O Sr. João Herculino – É o Brizolla!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – É o Brizolla.

Pois bem, eu lhe concedo o aparte.

O Sr. Ruy Santos – É um Brizolla decente, é verdade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Eu concedo o aparte a S. Ex^a.

O Sr. Arruda Câmara – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, se o orador consentir.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) – O orador já disse que não consente questão de ordem durante seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Um momento, apenas eu quero declarar que não conhecia, infelizmente, pessoalmente, o Deputado Pinheiro Brizolla e concedo o aparte a S. Ex^a se S. Ex^a quiser apartear, dentro do Regimento, dentro dos princípios democráticos, dentro do diálogo que devemos tratar nesta Casa.

Concedo a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Pinheiro Brizolla – Sr. Senador, eu disse “não apoiado” porque V. Ex^a afirmou que se estava arrastando o País para a desgraça, que estão degradando o País. Não é verdade, Senador. O Governo atual é um governo digno, como eu demonstrei, hoje, desta tribuna. Tem praticado atos para o desenvolvimento da Nação: o desenvolvimento agrícola, industrial, como o aumento de nossa exportação (*não apoiado!*), conforme demonstrarei com algarismos, com estatísticas. Por isso, não concordei com a afirmação de V. Ex^a, que pode dissentir do atual Governo, V. Ex^a pode ficar amarrado ao

passado, àquela situação de caos que o Brasil estava vivendo. V. Ex^a pode estar satisfeito com o dia de ontem, mas não pode negar, Sr. Senador, que nós estamos vivendo uma radiosa manhã. (*Não apoiados! Vozério.*) Esta é uma manifestação de praça pública, não é uma manifestação de parlamento!

O Sr. João Herculino – É a manifestação do povo!

O Sr. Pinheiro Brizolla – Não é o povo que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) – (*Fazendo soar a campainha.*) – Atenção, Srs. Congressistas! Peço a V. Ex^a, Sr. Deputado Pinheiro Brizolla, que encerre o seu aparte, que já está ultrapassando o permitido pelo Regimento.

O Sr. Pinheiro Brizolla – (*Prossegue*).

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) – Vou desligar o microfone de V. Ex^a.

Peço ao nobre Senador Arthur Virgílio que prossiga em seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, irei conceder ao Deputado Monsenhor Arruda Câmara, meu prezado companheiro de Congresso e ao nobre Deputado Antonio Carlos Magalhães, o aparte que não concedi antes devido ao tumulto que se verificou.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Nobre Senador Arthur Virgílio, já que V. Ex^a me concedeu o aparte, quero dizer a V. Ex^a que esta é realmente uma sessão de se marcar posição. Conseqüentemente, a questão de ordem ia se referir ao direito de V. Ex^a marcar sua posição, mas não desrespeitar a nossa, com termos que não são comuns a V. Ex^a e que esta Casa não vai aceitar. Não há nenhuma ameaça nisto. Pelo contrário, o meu desejo é travar o diálogo com V. Ex^a, nos termos em que sempre se travaram nesta Casa. Conseqüentemente, quero dizer que estamos prontos para o debate, examinando as posições nesta conjuntura, no passado e no presente. Não temos porque não defender este Governo do Marechal Castello Branco. Porque muito

nos honra o apoio que lhe damos; é uma honra para nós. Queremos travar o debate em termos, mas aceitaremos o debate nos termos em que V. Ex^{as} o quiserem!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – É este o diálogo que desejo, nobre Deputado. O diálogo democrático, a troca de razões, a troca de opiniões, o que nesta hora querem negar a nós, porque nesta hora quase nos impedem de falar, em vista do tumulto que V. Ex^a viu aqui. Isto vem demonstrar que eu ouço a opinião de V. Ex^a. Agora, quero que fique bem claro, nesta hora, que ninguém conseguirá me calar pela violência. *(Muito bem!)*

E quem quiser fazê-lo, que o tente, porque vai verificar que não me calará pela violência. Quem quiser impedir-me com ameaças, que o tente, para verificar se o consegue. Porque, assim como não admito que alguém seja monopolista do moralismo, da dignidade, não admito também que ninguém seja monopolista da coragem. *(Muito bem!)* Ninguém aqui monopoliza a coragem. Ninguém aqui é mais bravo do que o outro. E se alguém duvidar, que venha testar, que venha experimentar, que venha impedir-me de dizer aquilo que desejo dizer nesta hora. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) – *(Fazendo soar a campainha.)*
– Para isso a Mesa garante a palavra a V. Ex^a. Não há necessidade de ser colocado o assunto nos termos em que V. Ex^a e o aparteante estão colocando. A Mesa garante a palavra a V. Ex^a. Portanto, não há necessidade de excesso de coragem, de parte a parte, para ocupar a tribuna. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Mas antes de a Mesa me garantir, Sr. Presidente, eu me garanto. Asseguro a V. Ex^a, asseguro ao Congresso, asseguro a quantos colegas Congressistas que me ouvem que, antes de a Mesa me garantir, eu me garanto!

Concedo o aparte a V. Ex^a, Deputado Cid Carvalho.

O Sr. Cid Carvalho – Nobre Senador Arthur Virgílio, inscrito para a discussão, sei que não terei tempo para falar. Por isso, considero da maior

importância ler um trecho histórico, que se aplica muito bem a esta sessão do Congresso. Discutia-se, na Alemanha de Hitler, uma lei de autorização solicitada ao Parlamento, uma lei de autorização que era solicitada ao Parlamento. Aqui temos essa maravilhosa página, que pode ficar muito de advertência a este Parlamento, neste momento histórico e grave:

“A democracia parlamentar...” depois de concedidos poderes,

“... foi, assim, enterrada na Alemanha. A não ser pela prisão dos comunistas e de alguns dos deputados social-democratas, tudo foi feito de forma completamente legal, se bem que acompanhado pelo terror. O Parlamento entregara sua autoridade constitucional a Hitler e, assim, suicidara-se, embora sobrevivesse, como uma recordação, até o fim do Terceiro Reich, servindo esporadicamente como caixa de ressonância para alguns dos estrondosos pronunciamentos de Hitler; seus membros, daí em diante, foram escolhidos pelo Partido Nazista, pois não houve mais eleições de verdade.”

É isto, Sr. Presidente, é isto, Srs. Congressistas, que se está decidindo, neste dia histórico e grave da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — *(Fazendo soar a campainha.)*

— O Sr. Senador Arthur Virgílio dispõe apenas do tempo necessário para concluir suas considerações. Peço a S. Ex^a que use esse tempo para conclusão de seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Vou concluir, Sr. Presidente.

Nós estamos, de fato, nesta hora, escrevendo História; nós estamos fazendo História. Cada palavra nossa é uma linha que acrescentamos à História; cada frase poderá ser um capítulo; cada período poderá vir a ser um título da História. Temos uma responsabilidade presente. Temos, por nós e pelos nossos descendentes, uma responsabilidade futura: cada um de nós assume,

nesta hora, a responsabilidade pelo papel que está representando dentro da História. Cada um de nós se responsabilize por aquilo que fará, hoje, pelo futuro deste País e de suas instituições livres.

Sr. Presidente, depois de muito conceder, depois de muito recuar, depois de muito abdicar, chegou a hora de este Congresso se impor: chegou a hora de este Congresso ser digno da representação que ele encarna e dizer à Nação que se ele cedeu, que se ele recuou, não cederá nem recuará mais. Nós não exercemos um emprego aqui, Sr. Presidente, mas uma delegação popular. Nós não devemos pensar apenas nos subsídios que nos são pagos (*Muito bem! Palmas.*), mas na delegação que recebemos dos eleitores, que para cá nos enviaram. E está na hora – e permita V. Ex^a, Sr. Presidente, que eu lembre agora aquela frase dos barões aragoneses que V. Ex^a citou na instalação do Congresso, em 1963 – está na hora de ser lembrada essa frase: Se se dirigirem a nós pedindo leis justas para o povo, pedindo leis que dêem tranqüilidade ao povo; se se dirigirem a nós solicitando que cumpramos com o nosso dever, que sejamos fiéis ao juramento que fizemos quando assumimos o nosso mandato; se se dirigirem a nós pedindo isso, apenas isso, nós diremos sim; se não – não! Se se dirigirem a nós pedindo que votemos leis que aperfeiçoem o regime democrático, que ampliem as liberdades e as garantias populares; se se dirigirem a nós solicitando isso, diremos sim; se não – não!

Está na hora de respondermos como os barões aragoneses, Sr. Presidente, com toda a coragem, com toda a renúncia, com todo o espírito público de amor a este País, que não pode continuar mais assim desgraçadamente tutelado, dominado pela prepotência, pela violência e pelo arbítrio.

Se querem degradar-nos perante o mundo, se querem aviltar-nos perante o povo civilizado, implantando a ditadura, que o façam, Sr. Presidente, e assumam a responsabilidade perante a História. (*Muito bem! Palmas.*) Mas que cessem com a farsa, cessem com a impostura (*Muito bem!*) dessas leis que são, assim, a legalização da ditadura, votadas por nós.

Arranquemos, pois, a máscara. Que se implante a ditadura, mas não com leis do Congresso Nacional. Que se liquide com a liberdade, mas não com nosso apoio e nosso voto. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) – *Fazendo soar a campainha.*)
– O tempo do orador está terminado. Solicito a S. Ex^a que compreenda, e encerre suas considerações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Concluirei, Sr. Presidente.

Que liquidam com o direito que tem o povo brasileiro de ser livre, de ser digno, mas que o façam sem a nossa convivência, sem a nossa participação, sem que este Congresso se diminua, e se agache, para, amanhã, ser fechado com o apoio do povo. (*Muito bem!*)

Que nos fechem, hoje, mas com o povo que nos assiste ao nosso lado; e não nos fechem amanhã, Sr. Presidente, ingloriamente, com o aplauso do povo brasileiro, como aconteceu em 1937, na implantação do Estado Novo! (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)



Faint, illegible text is visible throughout the page, appearing as ghosting or bleed-through from the reverse side. The text is too light to transcribe accurately.

MÁRCIO MOREIRA ALVES

Defende-se contra solicitação do Ministério da Justiça, de cassação de seu mandato (12-12-68).

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES – Marcou-me o acaso para que me transformasse no símbolo da mais essencial das prerrogativas do Poder Legislativo. Independentemente do meu desejo, transmudaram-me em símbolo da liberdade de pensamento, expressa na tribuna desta Casa. Sei bem que a prova a que me submeteram está muito acima das minhas forças e da minha capacidade. Mas transcendeu a causa que a Câmara julgará, à minha pessoa, ao meu mandato, aos partidos. É incômoda e angustiante a posição que me tocou. Suporto-a sem temor, embora não merecesse a honra de simbolizar a liberdade de toda a Casa do Povo. As grandes causas exemplares, que na vida das nações firmam as garantias da democracia, sempre ultrapassam os que as hajam motivado.

A impessoalidade das conquistas do Direito é uma das mais belas realidades da luta dos povos pela liberdade. O nome dos barões que, nas pradarias de Windsor, fizeram o



Rei João Sem Terra assinar a Magna Carta perdeu-se nas brumas do tempo. Mas o julgamento por jurados, o direito dos cidadãos de um país livremente atravessarem as suas fronteiras, a necessidade de lei penal anterior e de testemunhas idôneas para determinar uma prisão, continuam a ser um imorredouro monumento àqueles homens e a todos os homens. Até mesmo as decisões iníquas podem ser fonte de liberdade. Ninguém sabe ao certo onde jazem os restos do escravo Dred Scott. Contudo, a decisão da Suprema Corte Americana, que o manteve escravo, foi o estopim para a libertação de todos os negros da América do Norte.

Assim poderá ser, também, neste caso. Apagado o meu nome, apagados os nomes de quase todos nós da memória dos brasileiros, nela ficará, intacta, a decisão que em breve a Câmara tomará. Não se lembrarão os pósteros do deputado cuja liberdade de exprimir da tribuna o seu pensamento é hoje contestada. Saberão, todavia, dizer se o Parlamento a que pertenceu manteve sua prerrogativa de inviolabilidade ou se dela abriu mão. A verdade histórica é que os homens passam, mas os direitos que uma geração estabelece, através de suas lutas, às outras gerações são legados, pouco a pouco criando o patrimônio comum das leis, garantias e liberdades de uma nação.

Não se julga aqui um deputado. Julga-se uma prerrogativa essencial do Poder Legislativo. Livre como o ar, livre como o pensamento a que dá guarida, deve ser a tribuna do povo. Pode um deputado pronunciar um discurso que não conte com o apoio de um só de seus colegas. O fato de poder proferi-lo não quer dizer, no entanto, que a Câmara a que pertence é solidária com os conceitos que emitiu. Simplesmente significa que a Câmara existe, que é um poder independente e que garante a seus membros a liberdade de palavras e opiniões.

Procura-se criar, em torno da concessão ou não de uma licença para que se prossiga um processo, a respeito do que muito bem chamou o nosso professor de deveres, Djalma Marinho, “delito impossível”, uma crise institucional. Pudesse eu evitar essa crise abrindo mão dos meus direitos,

certamente o faria. Não que as crises que cada vez mais freqüentemente sacodem a imperfeita estrutura constitucional brasileira possam ser removidas com o sacrifício de um, de dois ou de todos os deputados. Transcendem elas ao Congresso, aos mandatos e aos representantes do povo. São, antes, originárias de abusos de poder que do exercício de direitos. Estão fundamentalmente fincadas na própria Constituição de 1967, no gigantismo das atribuições do Executivo, no afastamento do povo dos governantes que não escolhe, na desigualdade da repartição das riquezas nacionais, nas ameaças à soberania nacional que a todo momento sentimos. Entretanto, isso não me é dado fazer. Não se discute, na espécie, o que pertence ao deputado, ou seja, a inviolabilidade da sua tribuna, das suas comissões, das suas votações.

Todos nós chegamos aqui pela confiança que recebemos de uma parcela do povo brasileiro, manifestada pelo voto secreto em eleições diretas. Esta confiança não é gratuita. Representa o compromisso que assumimos com o pensamento e os interesses daqueles que nos elegeram para que aqui exprimíssemos os seus anseios. Assim entendo e procuro viver o meu mandato. Os que em mim votaram não o fizeram iludidos. Sabiam quem eu era e por isso me escolheram. O que pensava a respeito dos tempos que vivemos no Brasil, a visão que tenho do futuro ao qual devemos aspirar, tudo isso era conhecido de forma clara e precisa, pois que minhas opiniões longamente as expusera, através de livros, e discursos, de programas de televisão, e, sobretudo, de uma longa e diária presença na imprensa.

Que visão é esta? Creio poder encontrar as suas raízes em uma profecia de Isaías:

“Pois eu vou criar novos céus e uma nova terra. O passado não será mais lembrado, não volverá mais ao espírito, mas será experimentada a alegria e a felicidade eterna daquilo que vou criar (...). Serão construídas casas que se habitarão, serão plantadas vinhas das quais se comerá o fruto. Não mais se plantará para que outro se ali-

mente. Os filhos do meu povo durarão tanto quanto as árvores, e meus eleitos gozarão do trabalho das suas mãos. Não trabalharão mais em vão, não darão mais à luz filhos, voltados a uma morte repentina.”

É por um mundo assim que batalhamos. É por um Brasil assim que não tememos o sacrifício. O que prego, nesse princípio de minha vida pública, nesta Casa e fora dela, é o estabelecimento de uma sociedade justa, onde todos possam viver livremente, livremente exprimindo suas tendências e recebendo oportunidades iguais de desenvolver os seus dotes humanos sem sofrer qualquer restrição por motivo de cor, de crença, e, sobretudo, de disparidades de fortuna. Acredito que todos nós temos uma responsabilidade direta na construção da paz social, como da paz internacional, responsabilidade esta que é tanto maior quanto maiores forem os instrumentos de cultura, de fortuna e de poder de que cada um disponha.

É-me lembrado, freqüentemente, nesta Casa, por amigos que à minha responsabilidade apelam, por adversários que me procuram julgar, que sou um dos privilegiados da sociedade brasileira. É verdade. Tenho disso a mais profunda e pesada noção. Procuo, por isso, transformar o que de mais eficaz os privilégios me deram, ou seja, a possibilidade de acesso aos bens da cultura, que a noventa por cento dos brasileiros é negada, em um instrumento que permita aos despojados de hoje serem os participantes de amanhã.

Na defesa dos sagrados direitos do homem, acuso o espírito militarista que se apossou e uma minoria de civis e militares que, infelizmente, desfruta de acesso ou participação nos conselhos da República. Repito o que em minhas razões preliminares disse: nem todos os militaristas são militares. A maioria dos militares não é militarista. Sei que a tentativa de cassar o meu mandato é a primeira, de muitas que virão. Sei que o apetite dos que a esta Casa desejam mal é insaciável. Os que pensam em aplacá-lo hoje, com o sacrifício de um parlamentar, estarão apenas estimulando a sua voracidade.

Buscam os inimigos do Congresso um pretexto. Acusam-me de injuriar as Forças Armadas. Nos processos penais de injúria a ação é liminarmente suspensa quando o acusado nega o seu ânimo de injuriar e o acusador aceita a explicação.

Nego, aqui e agora, que haja, em qualquer tempo ou lugar, injuriado as Forças Armadas. As classes militares sempre mereceram e merecem o meu respeito. O militarismo, que pretende dominá-las e comprometer-lhes as tradições, transformando-as em sua maior vítima, esse militarismo – deformação criminosa que a civis e militares contamina – impõe-se ao nosso repúdio.

Entrego-me agora ao julgamento dos meus pares. Rogo a Deus que cada um saiba julgar, em consciência, se íntegra deseja manter a liberdade desta tribuna, que livre recebemos das gerações que construíram as tradições políticas do Brasil. Rogo a Deus que mereça a Câmara o respeito dos brasileiros, que possamos, no futuro, andar pelas ruas de cabeça erguida, olhar nos olhos dos nossos filhos, os nossos amigos. Rogo a Deus, finalmente, que o Poder Legislativo se recuse a entregar a um pequeno grupo de extremistas o cutelo da sua degola.

Volta-se o Brasil para a decisão que tomaremos. Mas só a História nos julgará.



PETRÔNIO PORTELLA

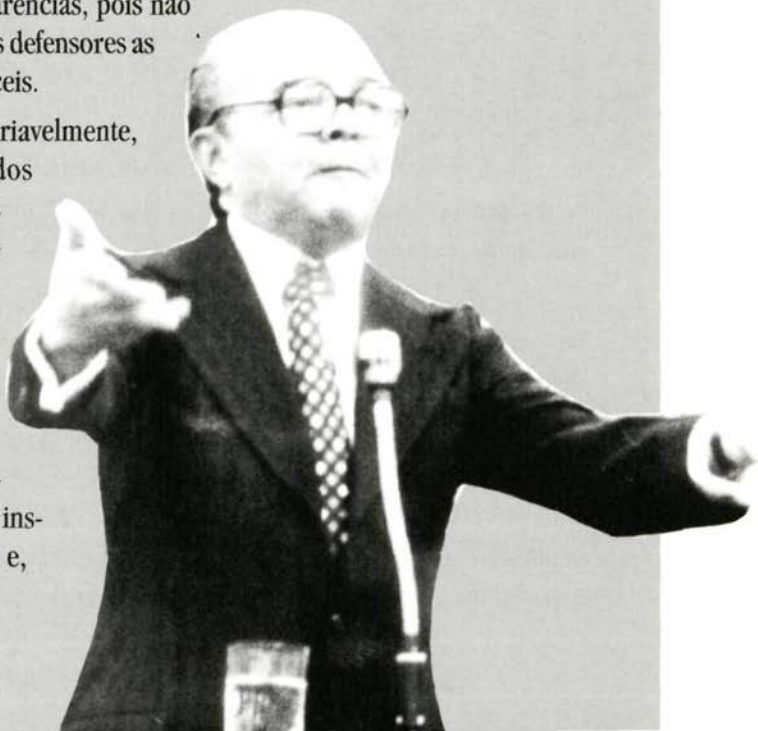
Na transmissão da Presidência do Senado a Filinto Müller, analisa a situação do Legislativo, que necessita adaptar-se às evoluções mundiais (28-2-73).

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) – Ao fim do meu mandato presidencial posso dizer – e com ufania o proclamo – que fui um fiel servidor do Poder Legislativo.

Num trabalho sem tibiezas, empenhei-me além de minhas forças no propósito de dotar o nosso poder do instrumental que lhe faltava para o pleno exercício de suas magnas atribuições.

Despreocupe-me de proclamar o óbvio das excelências de um poder que precisa de eficiência, pois nela repousa sua autoridade. Não lhe aponte as faltas ou carências, pois não quis disputar aos falsos defensores as honras das críticas fáceis.

Recolhi, invariavelmente, como contribuição dos companheiros, todas as denúncias de deficiências na administração ou desacerto no conduzi-la e procurei supri-las ou corrigi-lo nos limites de minha competência, a fim de fazer a instituição mais atuante e, assim, mais forte.



Só se fará justiça ao Legislativo se a sua missão for vista à luz da lei, nascida da realidade social.

Em todos os países, mesmo nos em que grande é a tradição parlamentar, o nosso poder vive crise profunda, provinda da preocupação de mantê-lo nos moldes determinados por antiga realidade social.

O ordenamento jurídico-político perde, assim, seu embasamento fático, e ínvios caminhos se criam à margem da lei morta. Não creio seja de bom gosto manter a aparência quando a complexidade de todo um mundo novo, no seio do qual um relacionamento diverso prospera e domina, está a impor transformações radicais.

Sem pretensão de exclusivismo, mas preocupado em cumprir bem uma de suas atribuições, o Congresso se prepara para, na elaboração legislativa, apresentar sempre o lastro técnico e o sentido político que inclui a busca permanente do justo.

Não subestimando o tecnicismo, atribuímos notável valia à contribuição dos juristas. Sem eles os outros técnicos disciplinam mal a realidade que conhecem bem.

É, pois, no recinto parlamentar, no Plenário ou nas Comissões Técnicas, que as verdades são testadas à plena luz do dia, no calor das grandes discussões, enriquecidas por dados de todas as regiões e setores.

Neste processo de contrariedade, a publicidade enseja a presença interessada de todos e mais fácil é modelar-se a norma justa que se precisa definir.

Não cabe, pois, em exclusividade, a celebração encomiástica dos juristas, por mais preclaros, nem a exaltação obstinada dos especialistas, por mais ilustres, pois todos têm sua parte numa elaboração normativa, que não se completa com a simples descrição da realidade que se pretende abranger e disciplinar, mas com a correção a ser-lhe atribuída pela ciência jurídica.

Vê-se, então, que do técnico, do especialista se exige a visão universal dos problemas para que não deixe isolado o que há de relacionar-se sempre com a complexa realidade social.

O técnico, distinguido com a missão de legislar, há de subordinar-se a homens de Estado ou ser um deles, para sensibilizar-se com as determinantes da sociedade a que serve, sem o que concebe norma que não sobrevive sem a cirurgia da emenda ou o uso das exegeses dela substitutas.

O que é pior – nela esquece o essencial, quando não a deixa ambígua ou obscura.

Por isso entendemos imprescindível atribuir ao Senado um corpo técnico especializado, suprido das melhores e mais prontas fontes de informações.

O Prodasen já se encontra em funcionamento e começa a alimentar a Secretaria de Informações.

Ingressamos na era da informática e fizemo-lo bem. O mais importante é transformar o Centro de Processamento de Dados em órgão indispensável a quem se dedique à arte de legislar, em todas as esferas do poder, com o que teremos atingido os objetivos a que visamos.

Os rumos estão definidos e nós encontramos em meio ao caminho. Há, ainda, muito a fazer pelas mãos firmes do Presidente Filinto Müller.

Os serviços administrativos e legislativos já estão sob os novos controles.

Assinamos o primeiro convênio com a Justiça, através do Tribunal Superior do Trabalho. E como não podemos separar a lei da jurisprudência, entendimentos se ultimam com o Tribunal Federal de Recursos e prosseguem as gestões junto ao Supremo Tribunal Federal.

As universidades já nos oferecem recursos humanos, e marchamos para estudos e pesquisas sobre a realidade política.

É, pois, o Senado, destruindo rotinas estéreis, que busca conhecer melhor a problemática brasileira, para provê-la com um sistema normativo mais adequado.

Esse o clima que implantamos, graças ao apoio do Plenário, onde não medrou o divisionismo partidário ao tratar de problemas administrativos. Do Plenário tivemos ainda inumeráveis demonstrações de apreço, que são as melhores recompensas.

Exalto a prestimosidade do Líder do MDB, Senador Nelson Carneiro, sempre brilhante e interessado em estimular o que viesse aperfeiçoar a dinâmica legislativa.

Ressalto, feliz, a colaboração do funcionalismo desta Casa, à frente o Diretor-Geral, Dr. Evandro Mendes Vianna, com os trabalhos de reforma. Tive de todos – mais que o apoio – a adesão entusiástica, o que é muito para que tudo, em pouco, esteja nesta Casa renovado.

Deixo ao relatório, que destas palavras de despedida faz parte, a narrativa do que foi realizado.

E sei, Srs. Senadores, que o mais – que será o principal – há de ser feito pelo Presidente Filinto Müller, a quem tenho a honra de entregar a direção da Casa, por determinação dos sufrágios de V. Ex^{as}.

Ninguém ostenta maiores títulos que S. Ex^a para o exercício da missão de que se vai incumbir. Marcado pelas lutas cívicas desde a juventude, tem a energia e autoridade do chefe, a clarividência do líder, e aprendeu da vida as grandes lições, sabendo magistralmente transmiti-las pelo exemplo.

O ato singelo de hoje vai ensejar o comando de atos decisivos para a História do Brasil. A presença de Filinto Müller nesta cadeira é segurança de que o Congresso, nestes dois anos, aparelhado e forte, há de atuar, sempre, eficientemente no desempenho de sua missão constitucional, apoiado como está no brilho e na competência dos demais membros da Mesa ora eleita.

Ao Plenário voltarei para as alegrias dos aplausos calorosos a quem, no comando, honrará a instituição.

Se não fizemos o melhor, perseguimo-lo. É que isso ao nosso alcance não estava. Contamos com todos, com a confiança ou o trabalho. Cada um, convocado, prestou a sua colaboração decisiva.

A Mesa, solidária em tórno dos problemas, deu um exemplo de unidade permanente. Entre nós não nasceu o germe da desconfiança, o fermento da discórdia, provindos do personalismo. Estivemos juntos, sempre, nas decisões coletivas, orientando-nos, invariavelmente, o sentido do que imaginávamos o melhor para a instituição.

Ter presidido a esta Mesa foi mais que uma honra, foi um privilégio. De seus membros fiz amigos, e é na gravidade das grandes decisões, ou na intimidade do dia-a-dia de trabalho que os homens se revelam. Alguns crescem na nossa admiração e estima. Revelam virtudes que a modéstia tranca ao conhecimento de muitos. Surpreendem-nos com os largos gestos de bondade ou as insuspeitadas posturas de coragem ou desprendimento.

E todos assim se me apresentaram nos trabalhos que juntos realizamos. A luta nos convocou e os sentimentos comuns nos uniram, numa amizade que não terá desfalecimentos.

À imprensa, nossos agradecimentos. Com o ofício que é como o sacerdócio, pois não tolera fraqueza de quem o exerce e transigência que importe em sacrifício da verdade, os jornalistas foram honrados e dignos e merecem também, portanto, as nossas homenagens. Olvidando sempre as próprias paixões, sobre elas fizeram triunfar os fatos autênticos. Cumpriram bem o dever, não cometendo o crime da falsidade que desmerece as instituições e envenena o povo.

Um grande desafio se encontra ante nós, e é preciso sabermos enfrentá-lo, despojados do passionalismo que obumbra a visão.

O Legislativo foi chamado a demonstrar que pode, com presteza e clarividência, dotar a sociedade de todos os instrumentos normativos necessários ao desenvolvimento econômico e social.

E o faremos, Sr. Presidente, sob seu comando, neste ano em que se comemora o sesquicentenário de nossa Instituição, honrando os títulos de que somos depositários e com as energias mobilizadas a serviço do Brasil. *(Palmas.)*

Tenho a honra de convidar o Presidente Filinto Müller para ocupar o seu lugar na mesa. *(Palmas. Palmas.)*

PAULO BROSSARD

Na votação do projeto de anistia política, manifesta sua insatisfação com o texto apresentado (23-8-79).

O SR. PAULO BROSSARD (MDB – RS. Como Líder.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é contraditória a impressão que se tem neste momento; as sensações que assomam ao espírito lembram as lutas travadas durante tanto tempo, para que num certo momento uma lei de anistia pudesse ser votada. Até há algum tempo só a Oposição falava em anistia. A anistia parecia ser uma coisa imaginária e inacessível, mas em meio àquele mar de desesperança a Oposição brasileira jamais deixou de cumprir o seu dever, clamando para a adoção da medida saneadora e reparadora, necessária sempre depois das grandes comoções sociais.

À voz da Oposição somaram-se outras vozes, ilustres e respeitáveis. Quicá a primeira a juntar-se à nossa voz foi a da Ordem dos Advogados do Brasil. (*Palmas.*) Quase ao mesmo tempo a da Associação Brasileira de Imprensa. (*Palmas.*) Não tardou a da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (*Palmas.*) E seria um longo trabalho a enumeração de todas as vozes que começaram a surgir, aqui, ali, avolumando-se por meio das várias entidades que, pelo Brasil afora, vieram a surgir com a missão precípua, com o encargo específico de lutar pela anistia.

Até ontem era só a Oposição que clamava por esta medida. E este ontem, não faz muito tempo. Até o início deste ano, nas



esferas oficiais, jamais se pronunciava esta palavra maldita nos arraiais do Governo.

De modo que, Sr. Presidente, eu festejo aqui a vitória da Oposição brasileira, que encarnou a opinião liberal do Brasil. (*Palmas.*) O trabalho da Oposição brasileira chegou até o Palácio do Planalto, de onde haveria de sair um projeto de anistia mau, defeituoso, incongruente, mas assim mesmo um projeto que, até o Governo passado, seria incapaz de surgir e foi incapaz de aparecer.

A opinião pública nacional ganhou dimensões tais que chegou a impressionar o Chefe do Governo. Aí, Sr. Presidente, o motivo de aplauso. Por que não? Mas aí também começou o grave erro praticado pelo Governo.

Há instantes a Casa ouvia a eloqüente oração do porta-voz do Governo na Câmara dos Deputados, e S. Ex^a dizia franca e abertamente: Foi isto o que nós pudemos dar; foi isto o que foi possível dar. Não discuto, Sr. Presidente, se teria sido isto, realmente, o que o Governo poderia propor. Não sei, mas o que sei é que o Governo, que chegou a impressionar-se com os impressionantes clamores da alma brasileira, que está cansada do arbítrio que nada produz de bom e que tanto produz de ruim, o Governo, que foi capaz de ouvir os vagalhões da opinião pública, rugindo por toda a parte, não foi capaz de sentir que o Brasil de hoje é um Brasil diferente do Brasil de ontem, e que não mais é dado a um Governo pretender governar como se este País não tivesse alma, não tivesse opinião, não tivesse respeitabilidade e não tivesse uma Oposição que encarna as aspirações mais legítimas do povo brasileiro. (*Muito bem! Palmas.*)

O Governo procedeu como se esta Casa não fosse a Casa do povo brasileiro e como se o povo brasileiro já não houvesse quebrado os grilhões do despotismo, já não tivesse manifestado o seu desprezo e a sua repulsa pelos atos de arbítrio. O Governo não percebeu que estava na hora de tratar com a Oposição, e de fazer isto que em todos os países do mundo e em todos os parlamentos, e em todas as democracias ninguém se peja de fazer e

nenhum governo se recusa de praticar. O Governo ainda não aprendeu que a negociação é um processo, é um processo de busca de soluções, e de soluções boas. Se é verdade o que diz o nobre Líder do Governo na Câmara dos Deputados, que era isto que agora o Governo podia conceder, era isto o que era possível fazer, então aquele negociou com alguém, com alguém ele transacionou, com alguém ele discutiu, com alguém ele acertou, com alguém ele combinou. Mas esse alguém não foi o protagonista necessário do diálogo político, que é a Oposição parlamentar na Câmara e no Senado da República. (*Palmas.*)

Grave erro cometeu aí o Governo. Por quê? Porque a anistia, antes e acima de tudo, é uma medida política de conciliação. E nenhum assunto mais adequado para que se começasse a fazer aquilo que os anos do arbítrio afastaram da vida pública. Mas que por força da natureza das coisas há de ressurgir e ser restabelecido.

É que até ontem a Oposição era chamada de inimiga. Até ontem a Oposição era qualificada de inimiga. Por quem? Pelo suposto primeiro magistrado da Nação. Esta mentalidade anacrônica e primária já ninguém é capaz de externar. Mas, não externando por palavras, o Governo, no seu vezo autoritário, repete por atos.

Veja só a Casa: um projeto que deverá acender alegrias e deverá marchar triunfalmente na Casa dos representantes do povo, foi encontrando os embaraços da sua tramitação fora do Congresso, quando ao longo dos dias, quando na sucessão das noites, a sociedade foi externando as suas reservas e formulando os seus reparos, dada a pequenez do projeto governamental.

Veja o Governo o erro em que incidiu e que tem incidido ao persistir na ignorância de que a democracia se faz praticando a democracia, e não concebendo os seus projetos, frutos das combinações palacianas, e depois jogados no seio do Congresso para que este os aprove, como foi a melancólica crônica parlamentar de mais de 10 anos, de cerca de 15 anos. Tome o Governo nota do fenômeno que irrompeu em torno deste projeto, e veja que

não é mais possível governar este País com os métodos que vinham sendo adotados até aqui. Tire, pelo menos, essa ilação.

É uma pena, Sr. Presidente, que o Governo não houvesse antes discutido, clara e lealmente, com a Oposição brasileira.

Gosto de dizer as coisas de maneira clara. Compreendo que, por questões tais ou quais, sábias ou erradas, o Governo não pudesse ou não quisesse chegar até ao ponto que é o da Oposição, da anistia sem peias. Mas, ainda assim, a negociação só poderia trazer vantagens. E se o Governo, aqui, numa primeira fase, não pudesse se associar à bandeira oposicionista, creio que muitos dos defeitos do projeto poderiam ser elididos, poderiam ser riscados. Mas, nada. A grande alegação para limitar a anistia foi de que o Governo não anistiará terroristas. Este eu creio que tem sido um dos pontos mais em evidência colocados pelos defensores do projeto.

Jamais defendi, e espero em Deus jamais defender, atos de violência. A violência para mim não apenas é antinatural, como contrária à natureza humana, como também o é, e por isto mesmo, um atentado aos princípios democráticos. A democracia, se funda na persuasão e a persuasão na palavra inteligente; e o ato de violência é a negação da inteligência, e a negação da palavra é a negação da persuasão. De modo que não há necessidade de grandes demonstrações a esse respeito, porque entre os primeiros a repelir, a maneira mais profunda, qualquer ato de violência.

Mas, manda a verdade, Sr. Presidente, que seja lembrado, que nós atravessamos uma longa e escura era de violência de toda ordem – e o mais grave ainda é que muitas dessas violências foram cometidas por aqueles que, mais do que quaisquer outros, não podiam praticá-las.

Será um ato de persuasão democrática? Será um ato que se possa conciliar com a natureza, com a essência da democracia, um AI-2, por exemplo, que começou por institucionalizar a desordem em nosso País? Depois do AI-2, o AI-5, que veio não apenas institucionalizar a desordem mas inaugurar um período sombrio, um período negro, um período repulsivo da

História brasileira, quando a violência, nas suas feições mais bárbaras, nas suas modalidades mais repulsivas, nas suas degradações mais repugnantes, vicejou e prosperou neste País, sob o signo falso da ordem que não é ordem, da ordem que é desordem, porque da ordem que é crime.

Depois do AI-2 e do AI-5 houve quem veio praticar contra o Brasil aquilo que passou a ser conhecido como o “pacote infame”, como o “pacote de abril”. E isto não é desordem? E isto não é violência? E isto não é crime? E isto não é subversão? Mas notem os Srs. Congressistas que estes atos não foram praticados por jovens imberbes e inexperientes; estes atos foram praticados por homens que, pela idade e pela autoridade, não podiam jamais praticá-los e, ainda mais, foram praticados com quebra de juramento de honra feito perante a Nação. Isto não é violência? Isto não é de causar uma reação proporcional à própria desqualificação desses atos?

Mas, se sairmos do plano alto, das camadas governantes, e mergulharmos no subsolo da administração, então, Sr. Presidente, é preciso recorrer aos versos com que Dante retratou o Inferno, para bosquejar o que se passou no subsolo da administração neste País.

De uma feita, da tribuna do Senado, o Líder do Governo chegou a dizer, diante das críticas da Oposição, que o Governo não respondia pelo que se passava nos porões da Administração. Está nos Anais. Ao tempo, eu disse que, graças à palavra do porta-voz do Governo, esse Governo tinha porões, e que, pelo que ocorria nos porões do Governo, ele não respondia. Completei que corria o risco de o mau cheiro dos porões chegar até os salões do Governo.

Aí estão, Sr. Presidente, as denúncias que se repetem sobre as violências praticadas no fundo das masmorras, em outras palavras, a respeito das torturas praticadas nas dependências da Administração.

Eu, Sr. Presidente, que repilo a violência, que repilo o terrorismo em todas as modalidades, pergunto: qual a diferença que existe entre um terrorista e um torturador? Qual é?

São tipos do mesmo gênero, e, se ainda fosse preciso estabelecer uma ordem, creio que o terrorista, que em campo aberto pratica o seu ato vandálico, correndo os riscos da sua ação, ainda é menos condenável do que aquele que, ungido de autoridade, abusando da lei, do silêncio das noites, protegido pela ausência de testemunhas, servindo-se de um objeto – porque já deixa de ser uma pessoa humana, para ser um objeto – exercer sobre um pobre, sobre um miserável objeto humano, a crueza dos seus instintos bestiais. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, como teria sido bom que estas coisas pudessem ser ditas num ambiente sério e alto, como deve ser uma discussão do Governo com a Oposição, da Oposição com o Governo; como teria sido bom que estas coisas pudessem ser examinadas com franqueza e lealdade, antes que o projeto, como obra definitiva do pensamento do Governo, tivesse chegado a esta Casa.

Agora, Sr. Presidente, a sorte está lançada, temos de votar circunscritos pelas modalidades regimentais.

A Oposição nesta Casa reivindica a glória de ter criado as condições para que a anistia pudesse chegar a esta Casa, ao mesmo tempo em que declara que este projeto, que aqui está, está longe do seu modelo ideal.

Declaro, Sr. Presidente, que um ato de sabedoria não tenha alargado os limites deste projeto, porque aquilo que sair daqui, na tarde de hoje, será a semente que vai germinar, vai florescer e vai vencer. Hoje, estamos vencendo uma batalha, mas a guerra, a campanha, digo melhor, a campanha pela anistia, pela anistia saneadora, pela anistia pacificadora, esta continuará, não vai continuar amanhã, porque vai prosseguir hoje.

Votado hoje o projeto da anistia restrita ou da anistia mesquinha, ou da anistia caolha ou da anistia paralítica, hoje, ainda hoje, daqui diremos ao Brasil: a nossa vitória está longe, ainda, de ser alcançada, mas, dia mais, dia menos, ela virá, pela voz dos homens que, no fundo das trevas, não perdendo a esperança, anunciavam ao Brasil a anistia para os brasileiros. (*Muito bem! Palmas.*)

JARBAS PASSARINHO

Defende o projeto de anistia política (23-8-79).

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA. Como Líder.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A impressão que se tem, principalmente alguém com pouca vida política como eu, é de que o dia de hoje, a manhã, que já é tarde, estaria marcado por uma posição odienta da maioria que estaria votando leis por seu turno imensamente restritivas às liberdades individuais. Se assim fosse, talvez nós, do Governo, talvez nós, da Maioria, não estivéssemos recebendo tantas imprecisões, tantos insultos e tantos doestos.

No entanto, Sr. Presidente, um dos jornais mais categoricamente contrários ao Governo e um dos mais conceituados jornais desta República, que meu ilustre correspondente no Senado da República, o Líder Paulo Brossard, usa com muita freqüência ler-lhe os editoriais, no dia 1^a de julho escreveu a respeito do projeto de anistia estas palavras, que vêm muito ao propósito para o clima que aqui hoje estamos vivendo. Diz o jornal:

“O presidente João Baptista Figueiredo enviou um projeto de anistia ao Congresso Nacional. Julgá-lo pela só extensão e alcance ignorando contumazmente a intenção que enfatiza, é ceder à má-fé, que só sabe argüir deficiências e privilegiar falhas. Aos que assim lamentam não ser a anistia da iniciativa presidencial a anistia “ampla, total e irrestrita” de suas



proclamações retóricas e que se recusam a examinar-lhe as virtualidades, caberia perguntar: a má-fé, o individualismo faccioso, o preconceito não er-guem, de si, formidáveis limitações à anistia – a qualquer anistia?”

A palavra é do jornal *O Estado de S. Paulo*. Em regra... Gosto de ouvir esse tipo de manifestação primária dos meus colegas, de alguns deles, e gosto de ouvir, porque, em regra, *O Estado de S. Paulo* é citado no Senado da República como grande exemplo de combate àquilo que eu represento no Senado. Mas agora, agora, *O Estado de S. Paulo* merece vaias.

Vou acostumando-me aos poucos, Sr. Presidente, com isto.

Anistia restritíssima, disse alguém, imoral, disse outro, e uma anistia que, em duas mil duzentas e sessenta pessoas anistiáveis, anistia duas mil e duzentas, apenas sessenta ficam do lado de fora. E ficam do lado de fora não se dizendo que ficarão permanentemente. Ficam do lado de fora tendo o Presidente da República autorizado a mim, como seu Líder no Senado, a, no momento de ler a Mensagem que chegava às duas Casas do Congresso, dizer que este era o primeiro passo de uma primeira fase.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como Líder do Governo, tive oportunidade de receber em meu gabinete várias comissões, de militares, de artistas, de intelectuais, que nos procuravam, colocando os seus pleitos.

Recebemo-los, Sr. Presidente, com a homenagem que deveríamos prestar à dignidade de cada um.

Não é, seguramente, esta gente que hoje está aqui. (*Muito bem! Palmas. Apupos. Manifestação das galerias.*) Não a reconheço, não posso reconhecê-la.

Não é, seguramente, aquela que vocifera, a mesma que ontem, humildemente, pedia que se ampliasse a anistia, em seu benefício.

Quando Molière escreveu as suas *Figuras Inapagáveis da Vida do Teatro*, quando ele sobretudo se deteve em Tartufo, ele sabia que estava

descrevendo uma figura do seu mundo contemporâneo, mas que o estava projetando para o futuro, com segurança, sim, daqueles que, na mão esquerda – e sempre à esquerda – trazem a Bíblia e vociferam, espumam ódio no momento em que, aqui desta tribuna, com o dedo erguido contra nós, faziam as mais violentas ameaças.

Liam palavras que a eles sabiam mais como se fossem do gosto do Velho Testamento, do que do Novo Testamento.

Não era Amor, Sr. Presidente; era Ódio.

“Ai daqueles que...! – Com toda a arrogância: “Ai daqueles que...!”

E, em seguida, outro declarou: “Marcharemos juntos para derrubar essa ditadura fascista e sanguinolenta que aí está.”

É este Governo que, em total ignorância desse tipo de doença, compreende que o seu dever é maior que a sua sensibilidade para os tipos de ofensas que são primárias. Não deve o Governo perder-se, não deve a Maioria irritar-se; ao contrário, a nós cabe, como coube ao Presidente, o gesto aberto de generosidade, o primeiro. Se ele é aceito, muito bem, e haverá segundo, e haverá terceiro, e haverá perspectiva.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, abaixo o ódio, abaixo a intolerância, abaixo a mosca que se ergue, defendida por um Sr. Senador, para dizer que esta é a Nação brasileira. Falam em nome da Nação como se dela tivessem procuração. Pétain também falava em nome da nação francesa. Onde está a Nação que não esteja também ao nosso lado, que não esteja com o relatório Ernani Satyro, que não esteja com o apoio que lhe vamos dar? É esta Nação que vai se pronunciar em seguida. (*Palmas.*)

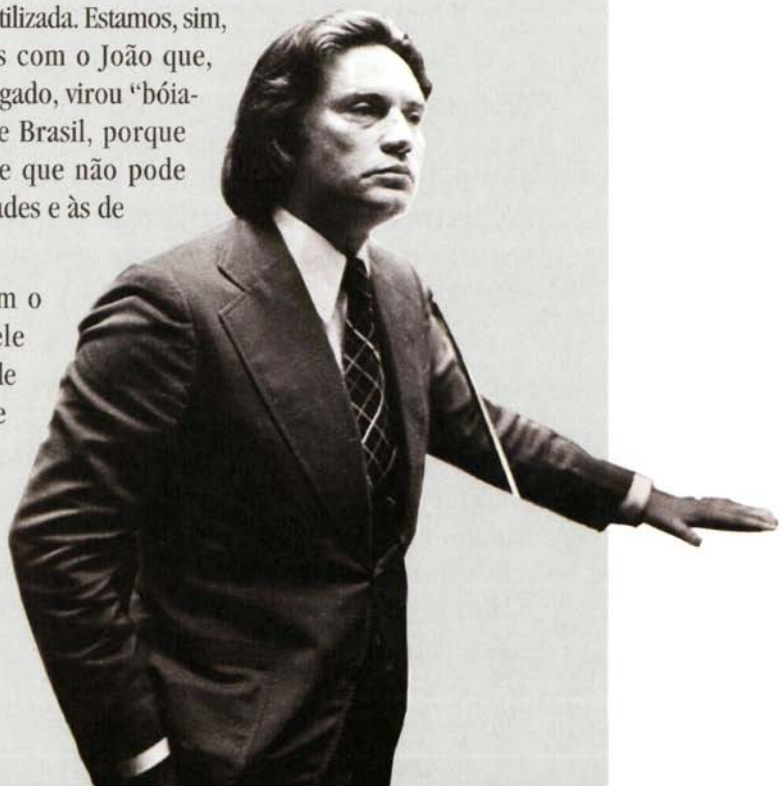


MARCOS FREIRE

Manifesta-se contra a extinção do MDB, quando da apreciação do pluripartidarismo (22-11-79).

O SR. MARCOS FREIRE (MDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós, do MDB, estamos com o João, mas não o João dos palácios encantados de Brasília. (*Manifestação das galerias. O Sr. Presidente faz soar as campainhas.*) Estamos, sim, estamos com o João das palafitas da Amazônia, com o João dos mocambos do Nordeste, com o João dos cortiços de São Paulo. Estamos com o João das favelas do Rio e do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*) Estamos com o João, mas estamos com o João desnutrido, cujos filhos morrem antes de atingir 5 anos de idade. Estamos com o João, mas com o João que lavra a terra, que cava o chão, que corta cana e não tem direito a um pedaço de terra neste País, dominado pelo latifúndio, onde sequer metade das terras é utilizada. Estamos, sim, com o João, mas estamos com o João que, quando não está desempregado, virou “bóia-fria” pela imensidão deste Brasil, porque ganha tão miseravelmente que não pode satisfazer às suas necessidades e às de sua família.

Sim, estamos com o João. Estamos com aquele João magro, esquelético, aquele João que trabalha, que sua e que, infelizmente, não participa da riqueza nacional. Lá está a faixa “Estamos com o João”. Estamos com o João, analfabeto; e são 50% da população



brasileira dos quais se exige tudo, dos quais se tira tudo, mas não se lhes deixa sequer o direito de votar e de escolher, pela eleição direta, seu Presidente da República, seu Governador de Estado e seu Prefeito da Capital. (*Palmas. Manifestação das galerias.*) Sim, estamos com o João que se alegra no campo de futebol e que, muitas vezes, sem poder ser eleitor neste País, pelo menos vibra, pelo menos torce pelo seu partido, o partido que querem acabar, que é o partido do povo, que é o MDB, que é o Movimento Democrático Brasileiro. Querem tirar-lhe até este direito.

Congressistas do Brasil, talvez a maioria que aqui está seja integrada por homens da minha geração, que viram e sentiram o Brasil na redemocratização de 1945, aquele Brasil que sofreu tantos retrocessos, que teve avanços e recuos na sua evolução política, que sofreu golpes e contragolpes, que teve Presidente levado ao suicídio, Presidente que renunciou, que teve presidentes depostos. Mas, apesar de todos esses fatos, não assistiu, jamais, ao retrocesso de um regime democrático com a extinção de seus partidos políticos.

Sim, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nunca, em país algum do Ocidente democrático; jamais no Brasil, na Monarquia ou na República, quando imperou o regime democrático, extinguiram-se partidos políticos. A extinção é sempre um golpe de força, uma violência, golpe de força que eles fizeram em 1964, quando extinguiram os partidos políticos – mas naquela época ainda havia atos institucionais que poderiam não justificar, mas explicar a tirania.

Agora, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o próprio Governo diz que estamos num processo de abertura. Que abertura é essa que começa por fechar partidos políticos? Que abertura é essa que, em nome de um pluripartidarismo, começa por extinguir partidos? Não somos contra o pluripartidarismo; pelo contrário, esta é uma bandeira nossa, a tese de que não abrimos mão. Por isso mesmo, os membros da Comissão Mista apresentaram um substitutivo consagrando um pluripartidarismo, mas um pluripartidarismo livre e pleno, um pluripartidarismo que não pode ter as amarras consagradas no projeto do Executivo.

Somos a favor do pluripartidarismo que assegure a todas as correntes de pensamento político o direito de se organizarem autonomamente. Em nome desse pluripartidarismo, não se pode querer extinguir os partidos existentes.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, trata-se de um atentado de que não se tem notícia na História o de submeter a Casa do Povo a acabar com os partidos. Este projeto é inconstitucional, porque atenta contra a Constituição que, pelo menos formalmente, assegura um regime representativo baseado na pluralidade dos partidos.

Dentro de poucos dias, se aceito este projeto, já não haverá partidos políticos neste País. Será o caos. Ninguém sabe o que vai acontecer. Ninguém sabe sequer qual a trama diabólica que se esconde por trás disso tudo. Estamos aqui para fazer o que sempre fazemos nesta tribuna: denunciar as violências que ocorrem neste País, violências contra trabalhadores espezinhados e sacrificados por uma política salarial de arrocho, violências contra os estudantes do Brasil, para quem, muitas vezes, eles lançam *slogans* odiosos e plenamente fascistas. Infelizmente, ouvimos aqui dizer que estudante deve apenas estudar, quando o estudante tem sido o artífice da nossa história política através de nossa existência. (*Palmas.*) Há uma violência institucionalizada contra esta Casa, que muitas vezes viu seus integrantes caírem pelo poder da força. Quantas e quantas cabeças não rolaram porque ocuparam esta tribuna para defender a liberdade! Eles agora acham isso pouco e querem degolar a própria Oposição, partido que, como eles mesmos reconhecem na mensagem, cresceu, se avultou, se prestigiou, eis que tem o respaldo popular.

Que eles acabem com o seu partido, se dele têm vergonha – inclusive, nas últimas eleições, muitas vezes omitiram a sigla partidária. Se a ARENA é um fardo insuportável para seus membros, eles que se autodissolvam, mas permitam que nós continuemos a existir, porque nós somos o povo, nós somos o João, o João brasileiro, este João que está conosco dizendo: “viva o MDB.” (*Palmas.*)



ROBERTO CAMPOS

Trata do problema demográfico do País e da imprevidência das autoridades no tocante às questões energéticas (16-6-83).

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS – MT) – Senhor Presidente, Senhores Senadores:

“A nossa situação atual é crítica: não digo que não possamos sair da má posição em que estamos; podemos, tendo economia e juízo; mas é um fato, que isto não pode acontecer senão com o tempo: as nossas circunstâncias hão de melhorar... ao passo que se for desenvolvendo a indústria, porém não rapidamente.”

“Não nos lembremos, Senhor Presidente, por maneira nenhuma de suspender o pagamento da nossa dívida externa! Não vamos aumentar a desgraçada lista das Nações da América que não gozam do menor crédito, e são até olhadas com horror, como destituídas de boa-fé, se é que na Europa não chegam a ser tratadas de bárbaras! Quais serão os resultados desta medida, de não pagar os juros e amortização dos nossos empréstimos? Creio que os mais tristes e deploráveis que se podem apresentar à consideração humana.”



“A Nação brasileira é, talvez, a nação mais feliz do mundo, pela facilidade que tem para pagar as suas dívidas, a qual não possui outra nação nenhuma, e não me intimida por isso o futuro quando está passada a época perigosa. Se tivermos juízo, seremos muito felizes. Todos os recursos nacionais serão desenvolvidos, teremos indústria e comércio que nos prestarão meios superabundantes para satisfazer os nossos ajustes.”

Esse não é o meu discurso, Senhor Presidente, nem tampouco uma arenga do PMDB, ou uma réplica do PDS. Trata-se de excertos de discursos de Cunha Matos e Evaristo da Veiga, em acalorado debate sobre a “Moratória”, na Câmara dos Deputados da Regência Trina Permanente, em 7 de junho de 1831, precisamente 152 anos atrás! Nossas eructações sobre o tema, hoje, são apenas uma atualização do arcaico. O Brasil é um país grande e belo. Mas não pode ser acusado de País “original”.

Espero que os nobres Senadores não me dêem o tratamento dado por um velho parlamentar inglês a um novato que sofria sua desvirginação oratória em Westminster:

“A fala do novo membro do parlamento contém muita coisa verdadeira e muita coisa nova; mas o que é novo não é verdadeiro e o que é verdadeiro não é novo.”

Se compatível, Senhor Presidente, com o Regimento da Casa, ousaria pedir-lhe que os debates e intervenções aguardassem o fim da minha fala de estréia. A razão é simples. Quando se trata de um quadro de Rubens ou uma escultura de Michelangelo, pode-se perscrutar um traço e um talho, pois encerram uma promessa de perfeição. Quando se trata de um debuxo canhestro como o meu, é preciso vê-lo em sua inteireza, para se decidir se vale contemplação, ou se deve passar, sem parança, ao lixo da História...

Prometo voltar depois, Senhor Presidente, à parcimônia oratória que me tem caracterizado nesta Casa.

Meditarei muito sobre o perfil de minha postulação, neste momento de crise. Haveria três posturas possíveis: a postura histórica, a crítica e a analítica.

A simplesmente histórica seria escapismo, face à hora espessa. Não me cabe uma postura crítica, pois errei demasiado para gostar de criticar. Minhas colocações serão, portanto, puramente analíticas, buscando extrair as lições da crise. A nossa crise. Pois, como bem disse meu prezado amigo, o Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, Ministro da Aeronáutica – “Governo é Governo, Oposição é Oposição, mas a crise é de nós todos”.

Acho esporte desinteressante a caça às bruxas. E para evitar a hipersensibilidade daqueles que confundem análise objetiva com crítica agressiva, e se esquecem das palavras do Chanceler Adenauer – “o maior dom que Deus pode conferir a um estadista é dar-lhe couro de elefante” –, declararme-ei, de antemão, culpado. Senão por crime de comissão, pelo menos de omissão.

Aliás, meus Senhores, o único brasileiro que conheço, totalmente isento de culpa, por nos ter advertido destemidamente, no tempo e na hora, é o Professor Eugênio Gudín, com a infinita sabedoria de quase um século de vida!

Aprendamos as lições da História, não apenas porque quem não as aprende está condenado a repeti-la, como porque, como dizia Isaac Newton, “sábio não é quem ensina. É quem aprende”. E tomarei emprestada a introdução do filósofo francês:

“Je ne suppose rien, je ne propose rien; j'expose”.. – *“Eu não suponho nada, eu não proponho nada; eu exponho”*..

Cristalizarei minha fala, em obediência ao preceito cartesiano de “idéias claras e distintas”, em torno dos seguintes temas:

- A displicência demográfica
- A imprevidência energética
- A sacralização do profano
- A nova demonologia
- A gaveta dos sonhos
- A panacéia jurisdicista
- As lições, e soluções, da crise.

A DISPLICÊNCIA DEMOGRÁFICA

A displicência demográfica se manifesta em nossa timidez, senão mesmo inércia, em face da explosão populacional. No último decênio, evoluímos de uma posição de antipatia em face do planejamento familiar, para uma postura de *apatia simpática* e, agora, de *simpatia apática*. O último censo, de 1980, ainda consigna uma taxa de crescimento populacional de 2,49%, declinante em relação à dos censos de 1960 e 1970, mas ainda assim bastante para nos condenar a bolsões de pobreza absoluta. Para se ter uma idéia, nobres Senadores, das dimensões do problema, basta lembrar que entre os dois censos de 70 e 80 a população brasileira cresceu mais que um Canadá, quase uma Argentina. E nos últimos quarenta anos, crescemos o equivalente a uma França, país que levou dois mil anos para construir sua infra-estrutura.

Isso nos coloca frente a duas alternativas: ou sacrificamos o investimento diretamente produtivo, a fim de investir na infra-estrutura social – diminuindo a taxa potencial de crescimento –, ou sacrificamos a infra-estrutura social, criando uma tremenda e desumana carência em termos de habitação, saúde e educação. A poupança interna simplesmente não basta para atendermos simultaneamente ao objetivo do crescimento rápido e ao de justiça social. Disso deriva nossa propensão a conciliações ilusórias e escapistas, por meio da inflação interna e do endividamento externo.

Não podemos refugir a algumas evidências cruéis:

– Todos os países hoje desenvolvidos, com boa qualidade de vida, têm taxa de crescimento populacional inferior a 1% ao ano, sem nenhuma exceção.

– Todos os países subdesenvolvidos têm crescimento populacional superior a 2% ao ano, e todos os de maior pobreza relativa crescem a mais de 3%, com crônicos problemas de pobreza, desnutrição e favelamento urbano.

– A região de melhor qualidade de vida no Brasil são os Estados Unidos do Extremo Sul, onde o crescimento demográfico já baixou para 1,44% ao ano, segundo o Censo de 1980.

Isso não é mera coincidência ou capricho estatístico.

A conjugação de rápido crescimento populacional com a satisfação social e a alta taxa de desenvolvimento só tem ocorrido, historicamente, quando a rapidez do crescimento demográfico provém da importação de capital humano, através de imigrantes em idade produtiva, que permitem ao país hospedeiro ou à região hospedeira economizar longos anos de investimento na formação do agente produtivo. Foi o caso dos Estados Unidos, Austrália, Canadá e Argentina, no século XIX, e do Sul do Brasil há alguns decênios, e agora, do Centro-Oeste.

O Nordeste tipifica o extremo contrário. Apesar da deprimente mortalidade infantil e da exportação de trabalhadores adultos, mantém uma taxa líquida de crescimento demográfico ainda exagerada, superior a 2% ao ano, e uma taxa altíssima de fecundidade – 5,9% ao ano. Somente no último decênio a população nordestina aumentou 6.7 milhões de pessoas, mais que uma Suíça, quase uma Suécia e mais de dois Uruguais.

Esse panorama é que levou um dos nossos jovens economistas a apelidar o Brasil de “Belíndia” – híbrido entre a Bélgica e a Índia, podendo tornar-se um ou outro, dependendo do complexo de políticas adotadas.

Há muita coisa que o resto do País deve fazer pelo sofrido Nordeste, até mesmo como redistribuição ao capital humano que dele recebeu. Mas convém reconhecer que as transferências federais não são nada negligíveis. Elas superam, como diz o Ministro Delfim Netto, os empréstimos anuais do Banco Mundial para todo o Terceiro Mundo. E outras regiões, como o Centro-Oeste, começam a reclamar, alegando um paradoxo: estradas sem produção no Nordeste, e produção sem estradas no Centro-Oeste. Mas se muito resta ao Governo Federal fazer em benefício de nossos irmãos nordestinos,

há uma coisa que o Nordeste tem de fazer por si mesmo: conter sua explosão populacional.

A pergunta que surge é: por que nos recusamos por tanto tempo a exorcizar o *tabu* demográfico? As razões são várias e, felizmente, cada vez menos convincentes. Na classe empresarial alguns enxergavam na rápida expansão demográfica uma garantia de mão-de-obra barata e ampliação de mercados. Hoje, na era da automação e incipiente robotização, convenceram-se os empresários de que a qualidade é mais importante que a quantidade da mão-de-obra. E deram-se conta, afinal, de que o mercado depende menos da quantidade de bocas do que da produtividade das mãos e cérebros. Assim, a Suíça, é melhor mercado que o Paquistão. Na classe militar, imaginava-se que a explosão demográfica criaria massa de manobra humana, fator cada vez menos relevante na era dos botões, mísseis e satélites. Imaginava-se também que a dinâmica demográfica ajudaria a preencher o ecúmeno vazio da Amazônia. Hoje se percebe que, nas ocupações de território, tão ou mais importante que a massa humana é a capacidade de investimento na infra-estrutura. Parcela pequena das massas sobrantes do Nordeste se deslocou para o vazio amazônico, às vezes em condições desumanas. A grande maioria fluiu para as metrópoles do Nordeste ou às favelas do Sul, criando megalópoles que parecem dinâmicas e são apenas obesas, e gerando um potencial de protesto contra carências básicas, que é um fator de insegurança social. Salvador e Fortaleza, no último decênio, cresceram muito mais do que o Rio de Janeiro, já em si uma cidade inchada.

As objeções remanescentes se situam no plano ético-religioso. Mas, mesmo a Igreja Católica está hoje fundamente cindida. Alguns, os mais conservadores, insistem deliberadamente em confundir controle populacional compulsório com planejamento familiar voluntário e assistencial. O Brasil, com sua generosa dotação de recursos, não precisa ainda do controle demográfico, quase ditatorial a que tiveram de recorrer China e Índia. Bastanos dar à população pobre aquilo que os ricos já têm: amplo acesso à educação e a artefatos moderadores da natalidade. Em outras palavras, não se

trata de impedir a ninguém ter os filhos que quer. Trata-se de ajudar os pobres a não ter os filhos que não querem.

Outros setores da Igreja começam a perceber a intrínseca contradição de suas atitudes. Enunciam uma opção preferencial pelos pobres, mas garantem sua perpetuação, já que a evidência histórica é que a explosão demográfica está universalmente associada à pobreza. Clamam por melhor distribuição de renda, mas ignoram que se o único fator cuja oferta cresce continuamente é a mão-de-obra – enquanto o capital é escasso e a terra fixa – a renda do fator trabalho sofrerá sempre desvantagem comparativa. Pois, infelizmente, nem o Evangelho, nem Karl Marx, nem os teólogos da libertação, nem o *Diário Oficial* conseguiram revogar a lei da oferta e da procura. Muitos líderes eclesiais já se convenceram da injustiça que se comete em nome da justiça. No Sul do País, pelo efeito combinado de educação, crescimento de renda e urbanização, já há um planejamento familiar espontâneo. O de que se trata é apenas de dar às classes e regiões mais pobres a oportunidade de praticar uma paternidade responsável, hoje impossível pela desinformação e inacessibilidade de instrumentos preventivos.

Praza aos céus que o pensamento eclesial evolua com suficiente rapidez para evitar que continuemos um país dos Herodes, com destacada classificação no campeonato de abortos e de mortalidade infantil, e péssima classificação no campeonato da qualidade de vida. E não adiantam soluções escapistas. Uma delas é confiar na abolição da pobreza apenas por meio do crescimento econômico, desconsiderando-se a variável demográfica. O problema é que a explosão demográfica exige que se apliquem na infra-estrutura social recursos que teriam de ser aplicados na infra-estrutura econômica, se quiséssemos acelerar o crescimento do produto. Nem o drama se resolve por apelos à decência e caridade, ou pregações contra o egoísmo. A caridade é uma formosa virtude quando exercida por indivíduos e grupos. Mas não é um método de organização do Estado. Conhecem-se, através da História, tiranias, oligarquias, monarquias, democracias e meritocracias. Mas inexistem caritocracias...

Uma das bizarras de nossa atual circunstância é que todo o mundo discute o desemprego em termos das mais variadas causas: os monetaristas atribuem-nos à inflação, os estruturalistas à recessão, quase todos responsabilizam a conjuntura internacional. E poucos se lembram da importância da variável demográfica na persistência do subemprego e na geração do desemprego...

Dir-se-á, finalmente, que o planejamento familiar é irrelevante para a atual conjuntura, pois só surtirá efeito após uma ou duas gerações. É verdade. Mas, como diz o provérbio hindu, “uma jornada de mil milhas começa por um único passo”.

A IMPREVIDÊNCIA ENERGÉTICA

A imprevidência energética responde por uma importante parte de nosso problema de endividamento, ainda que não o explique, pois outros países, melhor gerenciados, sofreram o mesmo impacto sem as mesmas consequências. No caso brasileiro, a importação líquida de petróleo e derivados, sem contar compras de bens ou serviços de aluguel de equipamentos, representou mais de 53 bilhões de dólares de 1974 a 1980, enquanto os déficits em conta corrente atingiam soma quase idêntica – 54 bilhões de dólares... Uma coincidência chamada “dívida”!

Se a dimensão da alta de preços foi imprevisível, a perspectiva da crise começou a delinear-se em 1967 com o embargo árabe, em represália à Guerra dos Seis Dias.

O petróleo deixara de ser um bem econômico para tornar-se instrumento de poder político, desvinculando-se totalmente os preços de venda do custo de produção.

E aumenta dramaticamente nosso coeficiente de dependência e insegurança. Entretanto, o País não se deu conta dessa mudança da conjuntura, não se iniciou o planejamento de soluções alternativas, não houve aceleração

dos investimentos em pesquisas e exploração, nem é conhecido qualquer plano de contingências das autoridades de planejamento estratégico.

Em realidade, somente em 1978, vários anos após a crise do Yom Kippur, a parcela de pesquisa e exploração no orçamento global da Petrobrás veio a atingir proporção (37,9%) comparável à de 1969 (37,5%). Não surpreendentemente, a produção declinou entre 1974 e 1979, no intervalo entre os dois choques do petróleo. Mudada a política de investimento, os resultados não se fizeram esperar, e a produção dobrou desde então. A geologia brasileira não melhorou. Melhorou apenas nossa alocação de recursos. Mas não a tempo de evitar evitável endividamento.

Na década de 1970/80, que abrangeu os dois choques de petróleo, a demanda física de derivados do Brasil, estimulada por subsídios – ao invés de freada por desincentivo de preços ou racionamento – mais do que dobrou (de 508 para 1.098 mil barris/dia), enquanto a demanda mundial crescia de apenas 37%. Referida ao ano base de 1970, nossa demanda em 1980 havia aumentado 116%, mais que a de países exportadores como México (89%), Venezuela (74%), Peru (33%) e Noruega (4%). Com raras exceções, como Coreia do Sul, Indonésia e Nigéria – estes dois últimos, exportadores – a vasta maioria dos países em desenvolvimento logrou refrear seu consumo: Argentina (25%), Colômbia (61%), Índia (69%), Grécia (83%), Espanha (95%). Nos países industrializados, o ajustamento à crise foi muito mais dramático. Na Alemanha Ocidental a demanda cresceu em toda a década apenas 12%; na França, 9%; no Japão, 34%; na Holanda, 4%; na Inglaterra, reduziu-se em 21%, enquanto que nos Estados Unidos, que pagam o petróleo com sua própria moeda, o incremento foi de apenas 16%.

Ao longo dos anos de subinvestimento em pesquisa e exploração, a Petrobrás se tornou uma grande empresa “acima do solo”, como diz o professor Eugênio Gudín. A vocação substantiva da Lei nº 2.004 se havia tornado vocação adjetiva...

Nesse interregno, registraram-se duas constantes no comportamento da empresa:

- a expansão contínua da área de monopólio; e
- a transformação da função *supletiva* na petroquímica e outros setores, em papel *competitivo*.

Entretanto, o dispositivo constitucional é intergiversável:

“Art. 163. São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de Segurança Nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais.”

Seis monopólios foram criados, desde a Lei nº 2.004 por vários métodos, evitando-se escrupulosamente o único caminho legal – a votação legislativa – que permitiria um processo contraditório de audição dos empresários, consumidores, competidores e da sociedade em geral, e garantiria maior estabilidade às regras do jogo. Curiosamente o Congresso Nacional – este Congresso – permaneceu em silêncio ensurdecido perante esta invasão de suas prerrogativas...

Esses monopólios ilegais, alguns antieconômicos e todos mutiladores da iniciativa privada, são:

- o monopólio do gás natural, por simples licença hermenêutica, de vez que a Lei nº 2.004 se refere apenas a “gases raros” e não ao gás natural;
- o monopólio da importação de petróleo e derivados, criado em 1963, por simples decreto (Dec. nº 53.337, de 23-12-63);
- o monopólio *de facto* do transporte marítimo de longo curso, de petróleo e derivados, em navios próprios ou afretados no exterior, assim como o monopólio da grande cabotagem, ambos decorrentes da “posição de força” criada pelo monopólio de importação;

– o monopólio da tancagem coletora e de segurança, de álcool, mediante simples resolução da Comissão Nacional do Álcool e do Conselho Nacional do Petróleo (Resoluções CNAL nº 6/80 e CNP nº 17/80);

– no monopólio da produção de insumos básicos da petroquímica, por simples decisão administrativa e manobras aquisitivas.

A indagação que surge é: para onde foram os investimentos da Petrobrás estranhos à sua vocação básica – a busca do petróleo? Uma parte foi consumida em outras áreas legais do monopólio, como transporte e sobretudo refino, setor nitidamente superdimensionado.

Mas boa parcela dos investimentos nas suas 86 empresas (entre subsidiárias, controladas, coligadas, subcoligadas e associadas) transbordou para atividades extracurriculares, valendo citar-se, exemplificativamente, distribuição, petroquímica, nutrientes, tintas, detergentes, mineração, comércio internacional, transporte de produtos químicos, distribuição de valores etc. – setores em que nem há imperativos de Segurança Nacional, nem desinteresse do setor privado. Não é óbvia, por exemplo, a conexão entre Segurança Nacional e postos de gasolina no Aterro do Flamengo, ou a produção de tintas e aromáticos...

Se em alguns casos – é justiça reconhecer – a empresa simplesmente atendeu a convites dos próprios empresários privados, para viabilizar alguns projetos, em muitos outros, como na petroquímica, ela decidiu, *sponte sua*, exigir que sua participação nunca fosse inferior à de qualquer outro acionista, preferindo-se projetos com participação estatal a outros que a dispensassem. Supletivo deveria significar *quantum satis* e não *quantum volo*...

Essa a verdade que poucos ousam dizer – pois é intimidante a capacidade de retaliação do imperialismo burocrático. E, ademais, o fanatismo pseudonacionalista sanciona a desordem legal.

A subversão da “hierarquia de leis” tornou-se entre nós, sob sucessivos governos, tão rotineira, que parece constituir um traço genético. Per-

gunto-me sempre qual a etiologia dessa *disfunção genética*. Só posso atribuí-la ao longo reinado de Vargas, de quem herdamos muitas coisas boas e duas síndromes negativas. Uma, o descaso pela *hierarquia de leis*, já que se considerava que as Constituições, como as mulheres, “somente são férteis quando violadas”. Outra é o continuísmo, que reponta esporadicamente, tal qual “herpes”, reincidiva do corpo político.

À luz dessas observações, compreendo e apóio os reclamos insistentes dos governadores de Estado produtores, como os Governadores Antonio Carlos Magalhães, Virgílio Távora e, agora, Leonel Brizola, por um aumento dos magros *royalties* que lhes cabem, ou pelo recebimento de *royalties* sobre exploração submarina. Pois, se o monopólio tem recursos sobranes para fazer o que a iniciativa privada pode fazer, é melhor dar recursos aos estados para fazerem o que os particulares não podem fazer, isto é, melhorar sua miserável infra-estrutura social.

Aliás os estados da Federação têm sido grandemente prejudicados, em suas receitas pela “regressão centralista”, que se instaurou desde 1969. Como parte do compacto político que viabilizou a reforma tributária. A Constituição de 1967, no art. 24, número II, combinado com o art. 22, parágrafo 6º, outorgou aos estados o direito de cobrar:

“Imposto sobre a Circulação de Mercadorias na operação de distribuição, ao consumidor final, dos lubrificantes e combustíveis líquidos, utilizados por veículos rodoviários, e cuja receita seja aplicada exclusivamente em investimentos rodoviários.”

Se esse dispositivo, sem-cerimoniosamente extinto pelo Ato Complementar nº 40, de 30-12-1968, estivesse em vigor, os Estados teriam importante fonte de receita adicional.

Os Estados foram também “espoliados” – para usar a expressão preferida dos teólogos da libertação – pelo fato de o Imposto Único sobre Combustíveis, a que se refere o art. 21, número VIII, da Constituição vigente,

ter deixado de ser "único", em clara violação do texto constitucional. O Imposto Único, no qual os Estados teriam constitucionalmente uma participação de 40%, hoje representa apenas uma pequena fração (15%) da margem tributável de gasolina, isto é, da margem que sobraria após computados todos os custos de realização, refino e contribuições previdenciárias e sociais. O resto é consumido, de um lado, por subvenções a outros derivados, distorcendo-se a estrutura de preço (que deixou de corresponder à estrutura técnica de refino), e desencorajando-se o uso de energias alternativas. E, de outros, pela subsidização agressiva dos custos de transporte, de tal maneira que se uniformizaram os preços em qualquer ponto do território nacional, *não só para combustíveis de caráter social*, mas também para a gasolina do transporte individual. Esta anestesia dos custos reais de transporte fez com que as áreas interioranas, que há muito deveriam ter-se voltado para combustíveis alternativos, como o álcool, continuem consumindo o produto importado.

Se o Imposto Único permanecesse realmente único, sua receita, que em 1982 foi de apenas Cr\$ 118 bilhões, poderia alcançar, no ano em curso, com base na estrutura de preços vigentes, em março de 1983, cerca de 1,2 trilhão de cruzeiros. Os Estados, que receberam em 1982 uma participação de Cr\$ 47.2 bilhões, passariam a receber quase dez vezes mais. Outra ilustração, talvez mais gritante, é que a receita do Imposto Único sobre Combustíveis, que em 1976 chegara a representar cifra equivalente a 62% do Imposto de Renda, alcançou, em 1982, apenas 5%!

Eis as conseqüências da *Regressão Centralista*, que tem como contraquadro a elefantíase das empresas federais. Estas se contavam por cerca de 530 (432, segundo o Secretário Executivo do Programa Nacional de Desburocratização), em levantamento da Secretaria de Controle das Empresas Estatais, de 1981.

Releva notar que, a despeito dos esforços da SEST, o dispêndio dessas empresas, que em 1979 representava 24% do PIB (Produto Interno Bruto)

passou a quase 29% em 1981, enquanto que o dispêndio global do setor público alcançava, em 1982, quase metade do PIB, e, seus investimentos, 60% do total investido.

Dados da Fundação Getúlio Vargas indicam que, em 1982, o capital estatal representava 82% do capital conjunto das cinquenta maiores empresas, e, destas, nada menos que 26 eram estatais (segundo levantamento de setembro de 1981). O êxito do Programa de “Desburocratização” será perfunctório sem um esforço de “desestatização”. Pois a burocracia é filha direta dos controles do Estado, e a praga nacional da venda de facilidades é antecedida pela criação de dificuldades.

Com o objetivo de reduzir o absurdo grau de concentração, no Estado, da propriedade das poupanças nacionais, estou apresentando um Projeto de Lei Complementar institucionalizando um “Programa de Repartição do Capital”, destinado a promover a distribuição, entre as pessoas que prestam serviços de trabalho. Da propriedade do capital de empresas formado com recursos federais criáremos um capitalismo do povo. As empresas públicas devem ser do público.

À atual hipertrofia do Estado Empresário correspondeu uma “disfunção social”. Conforme assinalado em estudo recente da Fundação Getúlio Vargas:

“O crescimento da ação do Estado em áreas de competência privada tem-se processado em juízo das aplicações nos setores sociais, cuja proporção no PIB declinou de 4,46% em 1979 para 2,46% em 1971, e possivelmente, 1,73% em 1982.”

Decididamente, o Estado empresário não é um bom samaritano! Ficam vazios espaços sociais; e são esvaziados espaços econômicos para que o Estado os ocupe.

Merece encômios o Presidente João Figueiredo pela iniciativa de refrear esse Leviatã, através do “Programa de Privatização de Empresas Públicas”. Já foram privatizadas 14, e há mais de 30 privatizações em estudo,

tímido mas saudável começo. O BNDES tem dado um bom exemplo em seu esforço de reprivatizar empresas anteriormente absorvidas. Se a Petrobrás, em obediência às diretrizes do Presidente Figueiredo, tomasse a iniciativa de privatizar algumas das 86 empresas que controla, ou das quais participa – concentrando-se nas tarefas da Lei nº 2.004 – poderia aplicar os recursos assim hauridos, seja para intensificar a pesquisa e exploração, seja para aumentar os *royalties* pagos aos Estados.

Estou oferecendo hoje, como contribuição ao Poder Executivo, um projeto de lei que visa atualizar a estrutura técnica de preços previstos no Decreto-Lei nº 61, de 1996, voltando o Imposto Único a ser realmente único. Isso beneficiaria enormemente os Estados e Municípios. Auxiliaria também a Eletrobrás, que tem expressiva participação na receita do Imposto Único. E salvaria, pela terceira vez, a Petrobrás, que teria correção automática do preço de realização, cuja desatualização está na raiz do grave déficit atual de suas contas, levando-a a uma humilhante plástica contábil.

Sei que meus comentários deflagrarão a sanha incontida dos patrulheiros ideológicos do “nacionalismo”, que ainda pensam que “o petróleo é nosso”, quando, na realidade, é dos árabes.

Tenho prestado suficientes serviços ao País para não ter que apresentar minhas credenciais de “nacionalista”, tal como os jovens na puberdade, que insistem em exibir sua virilidade, talvez porque nela não confiem... Aliás, a expressão “nacionalismo” tem sido tão deformada por demagogos, e prostituída por ideologias escusas, que virou um “termo impostor”, para usar a frase de Jeremias Bentham no *Tratado dos Sofismas Políticos*. Prefiro chamar-me simplesmente *patriota*. Alguém que ama seu País, sem odiar os demais. Dizia Gilberto Amado que o nacionalismo é apenas “uma forma zangada de patriotismo”. E a esta altura da vida, já vendo caírem as fanadas folhas do outono, não estou zangado com ninguém.

Desde que não é proibido cumprir a Constituição, não tenho que pedir desculpas por querer que a Petrobrás volte aos seus parâmetros legais.

Que cultive os jardins imperiais do monopólio, sem invadir os magros bosques do mercado privado. E os mais objetivos e sinceros servidores da empresa se lembrarão de que, em duas crises existenciais, assumi a liderança de medidas que a salvaram de estagnação certa, e insolvência provável.

Coube-me em 1956, juntamente com o Ministro Lucas Lopes, a iniciativa da revisão da lei do Imposto Único sobre combustíveis, ao tempo em que era presidente do BNDE e acredito que já fosse funcionário, o nobre Senador Saturnino Braga, coube-me essa iniciativa da revisão da lei do Imposto Único sobre combustíveis, visando a converter o imposto específico (que numa situação inflacionária dissocia rapidamente as receitas da empresa) em imposto *ad valorem*, que acompanhasse a dinâmica dos preços externos e a taxa cambial. E em 1996, através do Decreto-Lei nº 61, juntamente com o Ministro Mauro Thibau, o Dr. Benedicto Dutra e o saudoso Dr. Heitor Lima Rocha, diretor da Petrobrás, propus uma regulamentação global que, através de ajustes automáticos na estrutura de preços, protegia o “preço de realização” da empresa, fundamental para a Petrobrás.

A História registra que, sem me prostrar como um idólatra perante o altar do bezerro de ouro – “ouro negro” no caso – fiz muito mais pela Petrobrás do que a maioria dos que a adulam, os quais, como os fanáticos de que falava o filósofo Santayana, “redobram seus esforços depois de perderem de vista seus objetivos”.

A SACRALIZAÇÃO DO PROFANO

Mas a transformação de bens econômicos em tabus ideológicos é apenas um dos aspectos da “sacralização do profano”, coisa talvez pior que a profanação do sagrado.

A sacralização do profano tem dois subprodutos às vezes involuntários, mas nem por isso menos danosos: o intervencionismo estatal e, de novo, o desrespeito à hierarquia de leis.

Aliás, a sacralização do profano transborda também para o campo político, através do elástico imoderado do conceito de “segurança nacional”. Citarei três exemplos. Um deles é o exagerado número de municípios subtraídos ao processo político normal, a título de “área de segurança”. Outro, é a excessiva dimensão da faixa de fronteira, a qual, em seu conjunto, equivaleria a vários países europeus, criando desnecessário constrangimento aos direitos fundiários dos estados e ao adensamento agroindustrial. Um terceiro são as inovações introduzidas em 1969 (admitidamente sob o impacto de surtos terroristas), na Lei de Segurança de 1967, ampliando-se, além do indispensável, a área de arbítrio na caracterização dos crimes contra a segurança.

A sacralização do profano pela imantação obsessiva da segurança é um obstáculo ao tratamento racional dos problemas. Vários setores econômicos têm sido periodicamente, sob esse pretexto, subtraídos ao campo de análise, entrando no reino da Paranálise, isto é, a “paralisia da análise”. Instaura-se a: “ideocracia”, que Raymond Aron definiu como “o despotismo de um preconceito ideológico”.

A doença da Paranálise atacou vários setores. Primeiro, o petróleo, de que já falei. Depois, a energia nuclear. Agora, a informática, eletrônica e fibras ópticas. Gradualmente, as autoridades incumbidas do planejamento estratégico, presumivelmente empenhadas na longa visão e projeção dos objetivos nacionais, passaram a se embrenhar em miúdos exercícios normativos e executivos. Este Senado talvez não saiba que a importação de qualquer medidor de vazão, de máquinas de calcular, de máquinas de escrever para contabilidade, de caixas registradoras, de máquinas de emitir bilhetes, assim como quaisquer aparelhos médicos, “desde que eletrônicos”, está sujeita à prévia e expressa manifestação de uma secretária do Conselho de Segurança Nacional! (Comunicado nº 41 da Cacex.) Idêntica burocratização foi aplicada aos componentes informáticos da indústria de telecomunicações (hoje, aliás, nacionalizada), criando-se ademais uma discriminação esdrúxula e inconstitucional entre “empresas nacionais” e “empresas genuinamente

nacionais”, aquelas filhas legítimas, e estas bastardas, de nossa ordenação econômica. Não é óbvio para o cidadão comum porque tais assuntos exorbitam da esfera do Ministério da Indústria e do Comércio e da Cacex, assim como do Ministério das Comunicações, que são os órgãos legalmente habilitados.

Não só o *locus decisionis* foi mudado sem amparo legal, como há reparos a fazer no tocante:

- à técnica de proteção; e
- à hierarquia de leis.

Todos os países industrializados estimulam, e protegem, de algum modo, sua informática, visando a assegurar atualização tecnológica. Tipicamente, como nos ensinam os japoneses, a evolução tecnológica obedece a uma lei de três estágios – tecnologia imitadora, depois adaptadora e, finalmente, criadora. Criam-se primeiro os técnicos e, depois, a técnica. Usam-se mecanismos protecionistas, às vezes para queimar etapas, ou, mais geralmente, para sustentar a indústria nascente durante seu período de aprendizado. Mas os economistas, de variadas escolas, concordam em que a reserva de mercado não é – comparativamente às alternativas de taxas cambiais realistas, tarifas adequadas e incentivos creditícios e fiscais para pesquisa e desenvolvimento – a melhor forma de proteção, pois se corre o risco de criar oligopólios, senão mesmo cartórios industriais. Reserva de Competência é o que deve existir, em lugar de Reserva de Mercado, conforme recomenda um de nossos mais destacados líderes industriais, o empresário Antonio Ermírio de Moraes. Ninguém deseja que nossa nascente indústria se exponha a um “vendaval de competição”. Mas é convincente manter-se pelo menos uma “brisa de competição”, a fim de que os consumidores e usuários possam aferir o grau de avanço tecnológico do produto, conheçam os preços de nossos competidores no comércio internacional, e para que a sociedade possa medir os custos reais da proteção, que se quer limitada no tempo e não ofensiva à competitividade dos usuários.

Meu terceiro reparo diz com a “hierarquia de leis”.

Por decretos, atos normativos, portarias e resoluções – pois nossa tecnocracia passou de “revolucionária” a “resolucionária”, como se diz na ONU – têm sido ditadas normas de composição do capital das empresas, vedações de produção, ou restrições à livre associação empresarial, mesmo quando o objetivo é simplesmente exportar. Esta última atitude é patentemente absurda num País que necessita drasticamente de exportações e de aporte de divisas.

Nunca é demais lembrar, e relembra, que o “direito de fazer e não fazer”, assim como o direito de “livre associação”, são “garantidos” pela Constituição vigente, que assim reza:

“Art. 153. § 2ª Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei...”

§ 8ª É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser dissolvida senão em virtude de decisão judicial.”

Mas se violações da Constituição forem consideradas apenas “pecado venial”, resta lembrar que estaríamos também ferindo um dos mais basilares princípios do Direito Romano:

“Restrictio quae non est in lege, non praesumitur.”

(A restrição deve ser expressa; não presumida.)

Se for sentida, pelo Governo, uma urgência existencial de intervir no domínio econômico privado, que se submetam ao Congresso Nacional os competentes projetos de lei. Assim poderão ser administrados os conflitos que surjam entre produtores interessados no nível da produção, usuários, interessados na produtividade e custos, membros da comunidade científica, que julgarão do nível factível de desenvolvimento tecnológico, e as Forças Armadas, que são importantes usuários. Todos devem ser ouvidos, para evitar decisões irrealistas, como ocorreu no programa nuclear. Se quisermos ser uma

democracia, precisamos primeiro ser uma nomocracia! A pior forma de promover a Segurança do País é criar a Insegurança dos cidadãos e das empresas, pelo desrespeito às leis...

Confesso, a propósito, que sempre duvidei da sabedoria da ampliação arbitrária do conceito de “segurança nacional” no domínio da economia competitiva. Quando isso ocorre, surge inconsciente propensão a considerar impatriota a atitude dos que defendem soluções alternativas. É uma espécie de maniqueísmo profano. Assim, quem questiona a dimensão do programa nuclear é “homem de esquerda”; quem receia que a atividade regulatória do governo na eletrônica e informática resulte em atraso tecnológico, é “vendido às multinacionais”, quem ousava não considerar a Petrobrás “intocável”, era acoimado de “entreguista” aos trustes do petróleo (agora felizmente ultrapassados pelos xeiques, com a agravante de não se saber o que e a quem entregar, já que nosso petróleo é caro e raro...).

Deus é injusto. Deus é muito injusto, dizia o Chanceler Adenauer, pois impõe sérios limites à inteligência humana e nenhum à estultice humana.

O que se espera do Conselho de Segurança é que municie o Presidente da República e os Ministros de Estado com dados de planejamento estratégicos; com a visão de cenários alternativos da evolução brasileira até o ano 2000, e além; com análises atualizadas dos pungentes débitos sociais criados pela explosão demográfica e pela massificação urbana; com avaliações das prováveis e cambiantes opções energéticas vistas pelo ângulo de segurança; com os reflexos psicossociais da “estagflação”; com apreciações do quadro geopolítico da América Latina e do Mundo; com análises das probabilidades de estabilização ou desestabilização de governos em nossa área de interesses.

Mundialmente, os órgãos de segurança sofrem, mesmo nas mais sólidas democracias, de uma tendência de exorbitação funcional. E são por isso sujeitos a algum tipo de supervisão legislativa, sem o que se tornam irreconhecíveis mesmo aos olhos de seus próprios criadores.

Resta-nos, nobres Senadores, esperar que os organismos econômicos, assim como os de segurança, voltem às suas funções basilares. E que, extinta a sacralização do profano, dê-se a César o que é de César e a Deus o que é de Deus!

Repito, enfaticamente, que faço apenas uma análise atitudinal e institucional sem qualquer vislumbre de personalismo. Até porque muitos dos membros das instituições que citei são amigos que prezo e respeito, como devotados patriotas. Aliás, em minha vida pública, absorvi muito mais a tecnologia de “bode expiatório” do que a de “promotor de acusação”. Alguns dos nobres Senadores talvez se lembrem das homéricas verrinas com que, quando coordenador da política econômica do Governo Castello Branco, me agradeceram três dos maiores atores da televisão política brasileira – os Governadores Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto...

Nunca me esqueci da sátira elegante de Lacerda, segundo quem a política econômica do Governo Castello Branco conseguira a perfeição, pois “matava, implacavelmente, os pobres de fome, e os ricos de raiva”... Adquirimos ambos – Santo Octávio de Bulhões e este pecador que vos fala – o “couro de elefante”, a que aludiu o Chanceler Adenauer. Na luta antiinflacionária, Bulhões manteve o pulso firme dos que conhecem a procela; eu, o coração frio dos que não esperam ser amados...

A NOVA DEMONOLOGIA

Dois traços são característicos da psiquê dos países em desenvolvimento: ambivalência e escapismo. Típico da ambivalência é querermos investimentos estrangeiros sem investidores estrangeiros. E querermos acelerar o desenvolvimento tecnológico e insistirmos às vezes em redescobrir, orgulhosamente, a roda. Típico do escapismo é buscar desculpas externas para evitar reformas internas. É o complexo de transferência de culpa que nos leva a uma superprodução de demônios explicativos e bodes expiatórios.

No nosso caso, os demônios têm variado no tempo e no espaço. Em meus dias de jovem – é cômico recordar – os demônios explicativos de nossa pobreza eram os trustes do petróleo, a Ligth, a remessa de lucros e a exploração do comércio internacional por parte dos países ricos, para não falar no ridículo episódio do tório e areias monazíticas... Mas os trustes foram substituídos pelos xeiques. A Ligth tornou-se uma pachorrenta empresa estatal. A remessa de lucros pelos capitais de risco – em média 5% anuais sobre o capital investido – provou-se muito mais barata do que a remessa de juros sobre os capitais de empréstimo, capital de aluguel, que merecem, misteriosamente, nossa preferência. E os responsáveis pela grande espoliação do comércio internacional – os dois choques do petróleo – não foram os países industrializados e sim os nossos “cupinchas” do terceiro mundo...

O demônio hoje na moda são empresas multinacionais (ah! esquecia-me – há um demônio de reserva, o FMI). Pouco importa que o estado mais espoliado pelas multinacionais seja também o mais rico e menos dependente – São Paulo. E que o Piauí, e meu próprio Estado, Mato Grosso, por elas intocado, seja pobre e dependente. Esse contraste entre os Estados me fez lembrar o que dizia, com a notória insuspeição dos marxistas, a Professora Joan Robinson, da Universidade de Cambridge – “só há uma coisa pior de que ser explorado; é não sê-lo”...

Curiosamente, os sindicatos trabalhistas norte-americanos têm percepção mais matizada; acusam suas multinacionais de beneficiar outros países, pela exportação de capitais e emprego! Se, subitamente, as multinacionais nos desertassem – o que não é impossível se a inflação, a crise cambial e a inconstância das regras do jogo passarem a ser nosso estilo de vida – não curaríamos tristezas antigas e criaríamos angústias novas. Apenas nossos ideocratas teriam que usar sua imaginação criadora para fabricar novos bodes expiatórios. Aliás, poderia ajudá-los na fabricação de demônios, pois tenho três demônios favoritos: – explosão demográfica, a explosão inflacionária e o gigantismo estatal. Esses, os demônios que insisto em denunciar; esses, os demônios que quero exorcizar.

Nossos patrulheiros ideológicos não mais precisam temer uma invasão noturna de multinacionais. A estimativa do Banco Central de um ingresso este ano de 1,5 bilhão de dólares não é uma estimativa; é uma aspiração. É que ninguém gosta de pôr dinheiro bom em cima do mau...

Os países em desenvolvimento não são mais – se é que jamais o foram – o paraíso das multinacionais. Os Estados Unidos se tornaram o magneto para investidores europeus e japoneses. Precisamente porque tem duas coisas que nos faltam – moeda forte e regras de jogo estáveis. Os norte-americanos aprenderam que, melhor do que brigar com a eficiência dos competidores japoneses, é deixá-los produzir na Califórnia, criando empregos e trazendo novas técnicas gerenciais. Na competição comercial, como na política de Mato Grosso, vale o brocardo de um chefe político de Várzea Grande: – “a mão que não pode ser cortada, deve ser beijada”...

Temer esse tigre de papel, as multinacionais, é um complexo de *banana republic*. O Governo controla todos os insumos básicos – petróleo, eletricidade, telecomunicações, transporte ferroviário, crédito e importações. Três tecnocratas mancomunados – um controlando preços no CIP, outro controlando crédito no Banco Central, e um terceiro controlando a CACEX – poderiam levar qualquer das grandes empresas a um estado agônico em poucas semanas.

Como mentor de boa parte dos jovens tecnocratas, e co-autor, com o Professor Octávio Bulhões, da reestruturação econômica e fiscal do País, poderia até dar-lhes assistência técnica nessa operação *multicida* – o genocídio das multinacionais – se me convencerem de que isso enriqueceria o País, traria justiça social, produziria mais empregos e solucionaria nosso impasse cambial. *Quod erat demonstrandum...*

E o que dizer do FMI, o demônio de reserva? Esse hospital financeiro, do qual somos cotistas e fundadores, estava, como Inês de Castro, “posto em sossego”, até que fomos bater à sua porta, quase em vésperas de Natal. Não queríamos ir ao FMI, nem ele insistia em vir a nós. Nossos bancos cre-

dores é que entenderam que precisávamos de um programa racional de austeridade, para vivermos dentro de nossos meios, pois desconheciam o tamanho da “mesada” de que necessitávamos, e por quantos anos ainda teriam que desembolsá-la. Não exigiam mais que isso: – um programa racional de cura da inflação e contenção de gastos, preparado por nós mesmos e discutido com o FMI, e por este periodicamente aditado já que temos uma sólida tradição de cumprimento das metas financeiras, sob os mais díspares governos – conservadores, populistas ou militares.

Itália, França e Inglaterra já recorreram ao FMI sem se considerarem feridos em sua soberania. Nós já o fizemos onze vezes, e retivemos nossa independência, até mesmo para repetir a imprudência.

Os temas válidos em nosso relacionamento com o FMI são bem diferentes. Um deles é insistirmos em que os programas antiinflacionários levem em conta o “limite de tolerância política” (que varia de país para país), pois que o pior meio de estabilizar a moeda é desestabilizar o Governo. A Alemanha considera intolerável uma inflação de 6% ao ano, e resigna-se a ter desempregada 10% de sua mão-de-obra. O Brasil é o contrário. A sociedade é incrivelmente tolerante face à inflação e, por causa da pressão demográfica e da inadequacidade do seguro social, extremamente alérgica a remédios austeros. O problema consiste em extrair da sociedade o máximo possível de austeridade, sem chegar ao ponto de ruptura social.

Não há peças mais difíceis de engenharia social do que a descompressão política após um período autoritário, e a desinflação após um período inflacionário. No primeiro caso, já atravessamos a zona de turbulência, porque houve determinação. No segundo, indecisos, perdemos tempo à procura de suaves rotas inexistentes.

Lembro-me que, quando convidado, há poucos anos, pelo Presidente McNamara, do Banco Mundial, e pelo Diretor Witteveen, do FMI, para fazer parte de uma Comissão Internacional para reestruturação dos salários e do funcionalismo dessas organizações, sugeri que as missões do FMI sem-

pre incluíssem um sociólogo ou um politicólogo exclusivamente para estudar, à luz de análises histórico-institucionais, o “limite da tolerância social” dos países-clientes. A idéia não foi aceita porque os economistas propendem a considerar seus colegas da área social mais “artistas” que “cientistas” pela menor possibilidade de matematização dos teoremas. Mas o que se tornou convicção, permaneceu como apreensão...

Outro tema legítimo é a aspiração de que os programas antiinflacionários admitam um mínimo de crescimento, pelos motivos acima expostos. Não enxergo divergência de objetivos, conquanto possa haver diferença de métodos. O FMI prefere que qualquer margem possível de crescimento ocorra através da expansão do setor privado, e não da ingurgitação do setor público. Simplesmente porque aquele é mais diretamente ligado ao esforço produtivo e mais flexível na resposta à conjuntura. Todos nós sabemos que o Governo tem capacidade de criar empregos, porém não necessariamente de criar trabalho...

Nossa atual insolvência, conquanto por ela acelerada, não é imputável apenas à conjuntura internacional adversa nem muito menos ao chamado “modelo econômico” de 1964. Não. É uma tristeza antiga. Pois já falávamos de moratória em 1831, quando não existiam nem multinacionais nem crise de petróleo. E desde então tivemos nada menos que cinco moratórias declaradas e várias não declaradas. Nem são elas privativas de governos elitistas ou militares, porque ocorreram com extraordinária rapidez em governos populistas. É uma “Novela Exemplar”, como diria Cervantes... Vargas detém o campeonato, pois suspendeu pagamentos externos nada menos que quatro vezes ao longo de suas várias encarnações, que compõem um museu weberiano de configurações de poder; – O Poder Revolucionário, o Carismático, o Ditatorial e o Constitucional.

O populismo de João Goulart não quis ficar atrás. Dois anos após o reescalamento de dívidas sob Jânio Quadros – que recebeu a herança de endividamento do Governo Kubitschek – estávamos novamente pedindo uma acomodação ao FMI e ao Tesouro Americano.

Coube-me pessoalmente a tarefa pouco apetitosa de negociar nada menos que três composições de dívida, em 1961, 1963 e 1964. Em 1961, sob Jânio Quadros, cuidei do reescalonamento na Europa, enquanto o Embaixador Moreira Salles fazia o mesmo nos Estados Unidos. Em 1963, sob João Goulart, auxiliando o saudoso San Thiago Dantas, então Ministro da Fazenda. Em 1964, no Governo Castello Branco, quando Santo Octávio Bulhões e eu próprio recebemos pesada herança de endividamento do governo anterior, cuja retórica de independência mascarava uma humilhante dependência externa... Esperei, oh, sonho insano, que essa fosse nossa última humilhação!...

É tempo de refugarmos o infantil escapismo de atribuir nossa insolvência ora ao Elitismo da República Velha, ora ao Populismo de Vargas ou Goulart, ora ao Desenvolvimentismo de Kubitschek, sempre à Espoliação infligida por forças externas, tudo com retórica inflamada, característica daqueles que, como dizia Gilberto Amado, “nos dardejам o olhar terno dos que se despedem da razão”!

A verdade é que na raiz de tudo está nossa crônica e “mui tupiniquim” inflação. Um país inflacionário é, por definição, um país que vive acima de seus meios. O Brasil é um País reincidentivo na insolvência porque é um país cronicamente inflacionário. O resto é arroubo de palanque...

A GAVETA DOS SONHOS

Há quatro inquilinos contumazes em nossa gaveta de sonhos:

- A ilusão da ilha da prosperidade
- A cura indolor da inflação
- A ilusão transpositiva
- A ilusão distributiva

Em 1974, após o primeiro choque do petróleo, e depois em 1980, após o segundo choque, entretivemos a ilusão de que poderíamos ser uma

“ilha de prosperidade” num mar de recessão. Dessa miragem nasceu o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Enquanto outros países faziam doloroso ajustamento, nós preferimos recorrer ao financiamento. “Financiamento em vez de ajustamento” – eis o nosso lema. Por ter sido postergado, o ajustamento tem agora que ser amargurado. O “Setembro Negro” de 1982 marcou o fim da era de financiamento e começo da era do ajustamento.

O segundo sonho é o combate indolor à inflação. Ou seja, a teoria do “Contanto Que”. É imperativo combatermos a inflação. Contanto Que isso não prejudique o crescimento; Contanto Que não haja desemprego; Contanto Que melhore a distribuição de renda. Em suma, operação de câncer sem trauma operatório.

As razões por que isso é impossível são tão fáceis de entender como difíceis de aceitar. É que a inflação distorce os preços relativos e deforma a estrutura produtiva. Os setores primeiramente beneficiados pela expansão monetária, aquilo que os antigos gregos chamavam a pretória numismática, esses setores se hipertrofiam. Cria-se uma demanda especulativa que se superpõe à demanda normal de reposição e crescimento. Mas a expansão monetária não pode ser indefinida, sob pena de hiperinflação. Quando a expansão monetária cessa ou regride, esses setores entram em crise. Em teoria, os fatores de produção por eles liberados poderiam transferir-se para setores deprimidos pela inflação, que voltariam a ter oportunidades de crescimento. Na prática, existe uma grande viscosidade no mercado de trabalho. Coexistem, hoje, recessão metalúrgica em São Paulo e expansão da fronteira agrícola no norte de Mato Grosso. Mas não se pode esperar que um torneiro da Volkswagen subitamente se torne um seringueiro em Aripuanã. Essa defasagem na reabsorção de fatores é que os economistas chamam de “crise de estabilização”, necessária para “reverter expectativas” e corrigir deformações na estrutura produtiva. Para os economistas, isso é uma inevitabilidade técnica; para os políticos, um pesadelo; para todos, um drama humano!

O problema do Brasil é complicado por não termos apenas um desemprego conjuntural e sim estrutural. Nosso desemprego não é keynesiano.

É marxiano. No desemprego keynesiano há excesso de poupança em relação às oportunidades de investimento. No marxiano, há escassez de capital para ocupar toda a mão-de-obra. O desemprego é estrutural, mais que cíclico. As receitas keynesianas – expansão monetária e investimentos públicos – são inaplicáveis como cura do desemprego marxiano. É duvidoso mesmo que se apliquem à situação atual dos países industrializados, que não sofrem da opressão convencional senão que de uma moléstia nova – a estagflação – desconhecida no universo keynesiano.

O Brasil atual tipifica um caso de desemprego marxiano, o qual, para citar o Professor Marx Blaug:

“Resulta do crescimento excessivo da população ou de níveis de renda demasiado baixos para um adequado fluxo de poupanças, tudo isso combinado com uma tecnologia primitiva e rígida. Poupança insuficiente, e não insuficiência de demanda efetiva, impede o crescimento do produto; por esse motivo, o investimento público baseado em política monetária expansionista, eficaz na cura do desemprego keynesiano, apenas produzirá mais inflação sem levar ao pleno emprego. Os sintomas são os mesmos em ambos os casos, mas a cura exige remédios diferentes, pois a natureza da doença é diferente.”

Se a correção de nosso desemprego “estrutural” será exasperantemente lenta, que fazer em relação às componentes “conjunturais”?

Temos vacilado na luta contra a inflação com receio do desemprego conjuntural. Mas isso é confundir o efeito com a causa. A bomba de cobalto tem efeitos colaterais desagradáveis, mas não é a causa do câncer. O principal causador do desemprego é a própria inflação. Acima de certo limite, ela estiola os investimentos privados, pela explosão de custos. Depois cessam os investimentos estrangeiros, amedrontados pela crise cambial. Finalmente, definham os investimentos públicos, que não podem resistir à explo-

são dos orçamentos. Tanto a inflação como a desinflação têm custos sociais; mas num caso esse custo é permanente, e, noutro, temporâneo. Receio que se vacilarmos no combate à inflação, acabaremos garantindo-nos o pior dos dois mundos: — a perpetuação da inflação e do desemprego, simultaneamente. Há três anos vimos pagando o custo social da recessão, sem o benefício social da desinflação.

Ouçõ agora vozes que desejam, reincidivamente, combater a inflação pelo crescimento. Isso, como dizia o humorista inglês Muggeridge, referindo-se ao segundo casamento, é o “triunfo da esperança sobre a experiência”. Se essa fórmula existisse, teríamos que denunciar, perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU, o Presidente Reagan e Madame Thatcher, como sádicos e depravados, que impuseram a seus povos o inútil sacrifício da recessão, quando o Brasil já tinha achado a pedra filosofal: “desinchar e crescer”.

A verdade é bem outra. Já tentamos essa fórmula em 1963 e 1980 e tivemos apenas mais inflação e mais desemprego. O que há é uma rudimentar confusão entre aumento de produtividade, que realmente auxilia no combate à inflação, e aumento de produção, que exige pagamentos, hoje, aos fatores de produção, que só amanhã se converterão em produto. Antes de crescer a produção, cresce a demanda, numa defasagem fatídica.

Mas, dir-se-á, nossa experiência de 1980 foi um perverso exercício capitalista. Entretanto, o socialista Miterrand fez experiência semelhante na mesma época. No seu receituário não faltou sequer a nacionalização dos bancos privados, idéia de que tolamente alguns querem imitar no Brasil.

Os resultados da experiência socialista de Miterrand são conhecidos. Nem a inflação nem o desemprego foram contidos, o franco se desvalorizou três vezes e agora se implantou um programa de austeridade que é “para ninguém botar defeito”.

Como as nações não aprendem pela experiência e sim pela fadiga, continuaremos a buscar soluções mágicas na gaveta dos sonhos. Não é proibido iludir o povo. É apenas cruel...

O terceiro inquilino da gaveta dos sonhos é a ilusão transpositiva. Consiste na esperança de que, pela subvenção a certos preços críticos, se consiga, de um lado, proteger o consumidor, e, de outro, conter a onda inflacionária. Nossa experiência a respeito é um rosário de derrotas...

O *punctum dolens* é a indisponibilidade de milagres. Alguém paga o subsídio. Se a despesa se contém num orçamento fiscal equilibrado, inexistente impacto inflacionário, conquanto possam ocorrer distorções na estrutura produtiva ou encorajar-se demasiado o consumo ou a importação (como no caso do petróleo e do trigo). Se o subsídio é financiado pela dívida pública, pressiona-se a taxa de juros e as empresas buscam prontamente repassar os custos financeiros ao usuário ou consumidor. Se o financiamento se faz pela emissão de papel-moeda, o impacto sobre os demais preços é imediato. Perde-se pela inflação o que se ganha pela subvenção. Esta beneficia alguns que não precisavam, e aquela pune muitos que não mereciam...

O quarto inquilino da gaveta dos sonhos é a ilusão distributiva. Muitos no Governo e no Congresso pensam que podem aumentar os salários reais por ucasse executivo ou decreto legislativo. Infelizmente, o que podemos manipular são apenas os salários nominais. O mercado continuará indiferente aos nossos discursos e rebelde às nossas leis...

A Questão Salarial

Consideremos a lei salarial de 1979, que agora se pretende reformar. As intenções foram excelentes. Os resultados medíocres, senão negativos. Tomemos a "semestralidade". O intervalo do ajustamento caiu pela metade mas a inflação dobrou, sem nenhuma melhoria real para o trabalhador. E com aumento do desemprego, particularmente nas pequenas e médias empresas, é que o fluxo de vendas e receitas não obedece necessariamente ao cronograma semestral. Se há sazonalidade nas vendas, a empresa só terá três soluções: despedir gente, declarar insolvência, ou ainda buscar capital de giro, a juros ruinosos, no mercado bancário, o que significa apenas adiar o desfe-

cho. As grandes empresas resistem a essa dessincronização entre o mercado e a lei. As pequenas perecem.

A lei salarial de 1966 era mais realista. O reajuste de salários era anual, mas os sindicatos reclamavam, e as firmas concediam “abonos provisórios”, sempre que podiam fazê-lo sem ruína financeira ou dispensa de pessoal.

Consideremos o objetivo da redistribuição de renda. Ninguém questiona a urgência social do problema. Para um País que já atingiu nosso nível de renda, a persistência de bolsões de pobreza absoluta não é apenas uma tristeza. É também uma indignidade. Se as sociedades demasiado igualitárias perdem criatividade, as demasiado desiguais adquirem explosividade. Não existe disputa sobre o objetivo. Discute-se apenas o método.

A lei salarial de 1979 teve efeitos peculiares que ainda não foram bem analisados. Melhorou realmente a renda real do estrato inferior, de 1 a 3 salários mínimos. Mas apenas para os que ficaram empregados, pois muitos foram “desempregados” e outros se tornaram “inempregáveis”. No estrato superior, onde se situam os empregados “vitais” para a empresa, mudou apenas a forma de pagamento: o aumento de salários foi suplementado por benefícios colaterais, menos visíveis nos estratos intermediários, de produtividade também intermediária e de mão-de-obra um pouco mais oferecida, aumentou o rodízio, com queda de níveis salariais.

Globalmente, o resultado parece ter sido, em relação à população economicamente ativa, uma melhoria de renda para uma proporção decrescente de empregados, à custa de uma proporção crescente de desempregados.

Isso me leva a crer que num país dualista – com um vasto “exército de reserva” de mão-de-obra – a redistribuição de renda por via salarial não é a mais eficaz. A legislação de 1965 se baseava em filosofia diferente: a redistribuição de renda deveria ser feita mediante benefícios indiretos, isto é, através do aumento do salário social resultante de investimentos sociais – habitação, educação, saúde e assistência social.

A distribuição de renda por via indireta tem as seguintes vantagens:

- não exacerba a remarcação de preços pelo empresário, pois que os benefícios indiretos financiados por via fiscal não são percebidos como custo direto de produção;
- não discrimina contra os sindicatos de menor agressividade política e reivindicatória; e
- não exacerba o desemprego resultante da tentativa de se aumentar o salário real em descompasso com a produtividade real da economia.

A rebeldia da economia de mercado é sem dúvida amofinante para o legislador. Quando se legisla salários acima da produtividade, os empresários podem:

- reduzir seus lucros, o que, após certo limite, leva à redução do investimento de hoje e, portanto, do emprego de amanhã;
- remarcar preços, o que, se o mercado aceita, anulará o ganho real do assalariado;
- despedir trabalhadores e cancelar novas contratações, com o resultado que o aumento de renda real de alguns significará perda de renda real de muitos.

Consideremos agora a questão que hoje ressurge: a estabilidade. Quando em 1965 propus ao Presidente Castello Branco a substituição da “estabilidade” pelo FGTS, analisei estatísticas de São Paulo que demonstravam que apenas 3% do operariado transpunham o limiar da estabilidade. Tratava-se de uma “conquista ilusória” de nossa legislação trabalhista: o operário ficava escravizado à firma, angustiando-se na espera de um benefício que nunca chegava. O patrão, para manter seus custos flexíveis, despedia antes dos 10 anos mesmo aqueles trabalhadores que gostaria de conservar, pelo treinamento já adquirido.

Receio que qualquer tentativa de restaurarmos o estatuto da estabilidade – mesmo na forma alemã mais moderada – e a Alemanha é diferente

do Brasil, pois a mão-de-obra é mais treinada e os imigrantes podem ser devolvidos aos países de origem – seja um desincentivo ao emprego e um estímulo perverso à mecanização e, eventualmente, à robotização. É que em uma economia de mercado é difícil para as empresas admitirem a estabilidade de emprego, se não tiverem estabilidade de receita ou venda, coisa que ninguém pode garantir. O pior meio de estabilizar o emprego é desestabilizar a empresa...

Essa, a lógica da economia de mercado. Mas as alternativas são piores. Nas economias marxistas, o desemprego é invisível, porque os não-empregados na indústria e no comércio engrossam as fileiras da burocracia, do exército ou da polícia secreta, sem desprezar o potencial de absorção dos campos de concentração. Desempregados mesmo, só os intelectuais dissidentes... Certamente, não se trata de estilo de vida que queiramos imitar. Aliás, quem gosta do marxismo não são os habitantes dos países marxistas. Estes arriscam a vida para fugir. Quem gosta do sistema, além do Clube dos Apóstolos de Oxford e os filósofos franceses, anteriormente à Nouvelle Vague, são mesmo os intelectuais latino-americanos...

O caminho realista para se minorar a crise do desemprego não é criar constrangimentos e inflexibilidade de custos para as empresas. É diminuir subsídios ao capital e tornar mais atraente, e menos onerosa, a contratação da mão-de-obra.

Estou apresentando a este Senado um conjunto de projetos de lei que me parecem contribuições factíveis e realistas para aliviar o drama humano do desemprego. Duas dessas medidas visam evitar o desemprego, duas a melhorar o auxílio-desemprego e duas a facilitar a criação de empregos.

– A primeira medida cria a disponibilidade renumerada nas empresas privadas, como alternativa à dispensa.

– A segunda institucionaliza a redução de horários e, em consequência, dos custos salariais, quando necessário para evitar dispensa de pessoal.

– A terceira autoriza a delegação de atividades da Previdência Social a empresas privadas, antecipando o seguro-desemprego.

– A quarta reforça o Fundo de Assistência ao Desempregado (FAD), criado pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965.

– A quinta cria contratos de trabalho simplificados e menos onerosos para facilitar novos empregos.

– Finalmente, a sexta favorece as aposentadorias, dando oportunidade à renovação de quadros das empresas.

Espero ainda coordenar-me com o Ministro Beltrão para a apresentação de um projeto de lei complementar sobre mini-empresas, com o objetivo de estimular a implantação de empresas familiares, totalmente isentas de exigências contábeis, encargos sociais ou ônus fiscais de qualquer espécie. Merece também reexame uma proposta antiga, e complexa, de se deslocar a incidência dos encargos sociais, da folha de pagamento para o faturamento das empresas, de modo a não-estimular a automação prematura e manter competitividade nas indústrias intensivas de mão-de-obra.

Estou apresentando, outrossim, projeto de lei sobre a distribuição eventual e voluntária de lucros a empregados, hoje desencorajada pelo receio da “habitualidade” e por encargos previdenciários e fiscais.

A esta altura dos acontecimentos, acredito que o regime salarial menos conducente à geração do desemprego seria o de livre negociação entre as partes. Os sindicatos defenderiam suas aspirações e os empresários mediriam suas possibilidades, o que é consoante com a nova liberdade de abertura democrática. Após um período de turbulência, caminharíamos para uma acomodação mais realista, convencendo-se os empresários de que devem praticar austeridade pessoal para investir na empresa e nos trabalhadores, de que o pior que um salário insatisfatório é o salário-zero do desemprego. A livre negociação salarial é consoante com as novas liberdades democráticas. As diversas fórmulas salariais dos diversos decretos refletem

as percepções – de variável grau de realismo ou irrealismo – dos tecnocratas e políticos; a livre negociação revela as realidades do mercado.

Visando pôr fim ao paternalismo estatal e ao intervencionismo perturbador, estou apresentando, como alternativa ao Decreto-Lei nº 2.024, um projeto instituindo a livre negociação para todos os níveis, exceto o salário mínimo. Este continuaria a ser fixado conforme a legislação vigente, com o propósito de proteger os trabalhadores não-qualificados, de menor poder de barganha. Desde que não esqueçamos que, se esse nível for mal calculado, seria dificultada a absorção de desempregados. Algumas medidas aparentemente humanitárias podem ser cruéis. Há algozes vestidos de sacristãos! É esse o caso da equalização dos salários mínimos regionais. Seu efeito seria aumentar o desemprego nas regiões mais pobres, cujo único atrativo para os investidores é precisamente a mão-de-obra mais barata.

A recente proposta do Governo – o Decreto-Lei nº 2.012 – assim como o texto resultante do acordo entre o PDS e o PTB – e Decreto-Lei nº 2.024 – se bem busquem reduzir os custos salariais, ainda contêm elementos de irrealismo e inflexibilidade. Um deles é a “compulsoriedade da semestralidade”, que as pequenas e médias empresas só podem cumprir se seu fluxo de vendas obedecer a esse cronograma; e que muitas entidades estatais só podem cumprir cortando investimentos e agravando, portanto, o desemprego. Outro, é o reajustamento segundo o salário-pico, ao invés do salário real médio, que foi aquilo que a economia realmente pôde dar e que, excedido, simplesmente apressará a dramática erosão dos salários nominais. E, em uma conjuntura adversa, de baixa produtividade, a redução compulsória do horário de trabalho, imposta pelo Governo e não decidida pelo próprio empresário como alternativa à dispensa de pessoal, constituirá um incentivo perverso à automação, a fim de reduzir custos unitários. Às vezes os bons samaritanos, que pensam as feridas, se dispensam de bem-pensar os remédios...

Essas coisas são desagradáveis de pensar, difíceis de dizer e certamente impopulares politicamente. Mas como não sou candidato a Ministé-

rio, nem à Presidência da República – cargo para o qual existem numerosos candidatos – posso dar-me ao luxo de dizer a verdade nua e crua. Preferivelmente nua, pois me considero mais um esteta que um canibal...
(*Risos.*)

Passemos à PANACÉIA JURISDICISTA.

Surpreende-me a soteriologia dos que vêm em uma nova Constituição, ou uma nova Constituinte, virtudes balsâmicas! Considero ambas as coisas úteis exercícios de atletismo democrático, porém não fórmulas de salvação. A reforma das instituições não garante a reforma dos homens e os homens podem arruinar as instituições. Donde o humanograma governamental ser mais importante que o organograma institucional.

Consideremos a proposta de uma nova Constituição, inteiramente nova. O problema brasileiro nunca foi fabricar constituições; sempre cumpri-las, já demonstramos à saciedade, ao longo de nossa História, suficiente talento jurisdicista – pois que produzimos sete Constituições, três outorgadas e quatro votadas – e suficiente indisciplina para descumpri-las, rigorosamente todas!

Nossa criatividade jurisdicista supera de longe a das grandes democracias anglo-saxônicas. Os ingleses não tiveram talento para fazer sequer uma constituição escrita, enquanto os norte-americanos mantêm a mesma há quase dois séculos, apenas aqui e acolá remendada. Poderíamos fabricar constituições elegantes, mas em geral fazemo-las enxundiosas, casuísticas e até mesmo mercadológicas. Ao que saiba, tivemos, graças a propostas dos constituintes de 1967, a única constituição mercadológica do mundo, pois individualiza duas mercadorias – o papel de imprensa e o petróleo. Se nossa Carta Magna durasse dois séculos, como a norte-americana, gravada *in aere perenni*, seríamos considerados excêntricos ao sacralizar um combustível superado, na era da fusão nuclear, da energia solar, dos raios *laser* e da energia de partícula. Seria como se a Constituição de Filadélfia houvesse criado, em 1787, o monopólio da lenha, e as constituições européias do século XIX, o do carvão.

Por essas e outras – embora reconhecendo que o atual diploma é uma colcha de retalhos – prefiro à feitura de uma nova Carta Magna, à via humilde de votar neste Congresso emendas concretas e adelgaçantes, voltando-se tanto quanto possível aos lineamentos originais da Constituição de 1967, que me parece a mais realista de todas para um país em desenvolvimento. Ao abandonar o modelo americano de balanço de poder, ela admite, como é a tendência das constituições modernas, um Executivo forte, com poder de iniciativa para planejamento e coordenação, moderado por um Poder Legislativo revisor e fiscalizador e por um Judiciário com suficiente autonomia para interpretar as leis e dispensar justiça, ainda que lenta.

Nem esperemos que as constituintes encerrem uma promessa “soteriológica”. Tivemos cinco constituintes, das quais uma dissolvida pelo Imperador. Não foram clubes de filósofos de Platão nem Assembléias de Pentecostes... As Constituintes parecem despertar um fanatismo por utopias, com mais ênfase sobre direitos inatingíveis do que sobre deveres imprescindíveis!

Seja-me permitido agora tomar posição sobre um tema candente, desta hora espessa. Diz o ditado que é perigoso profetizar, especialmente sobre o futuro. Mas ousou fazer uma profecia melancólica. Se a Constituição fosse alterada para permitir a reeleição do Presidente, Governadores e Prefeitos, estaríamos destruindo nossa única vacina imunológica contra o “Continuismo”. Todos os mandatários se considerariam diminuídos e injustiçados se não fossem reconduzidos. O primeiro mandato passaria a ser um noviciado e não uma missão. A rotina da eleição viraria “a crise de sucessão”. E o rodízio democrático previsível e certo, tão importante para renovar lideranças e conter a insidiosa corrupção do poder, seria relegado aos porões da História como sonho fugaz de uma democracia impúbere! (*Muito bem! Palmas.*)

Bem se houve o Presidente Figueiredo em declarar-se desinteressado na prorrogação de seu mandato, ou em sua reeleição. Estará assim seguindo o exemplo do Presidente Castello Branco – o qual declarou que o rodízio de liderança e a rejeição do culto da personalidade diferenciaram a

Revolução brasileira do caudilhismo latino-americano – assim como o exemplo dos ilustres Presidentes militares que lhe antecederam.

Como autor dessa difícil peça de engenharia social – a descompressão política – o Presidente João Figueiredo já marcou, antes de terminar seu mandato, seu lugar na História, Castello Branco fê-lo em três anos; Campos Salles, em quatro, Kubitschek, em cinco.

Entendo também que promover, e não apenas legitimar, rodízio das lideranças é função indelegável dos Partidos Políticos. Tão importante como as duas outras funções medulares – vocalizar protestos e canalizar aspirações. A eleição presidencial deve ser um exercício de política comparativa e não de disciplina hierárquica.

Consideremos agora o debate passional sobre as eleições diretas. São também excitantes exercícios de atletismo democrático. Mas quem nelas vê uma garantia de redenção não leu, ou tresleu, nossa História. Em pouco mais de cinquenta anos, tivemos cinco eleições presidenciais pelo voto popular direto, e duas assunções presidenciais de Vice-Presidentes, também popularmente eleitos. Apenas dois dos ungidos completaram seu mandato – Dutra e Kubitschek. Dos outros cinco – Washington Luís, Vargas em seu retorno constitucional, Café Filho, Jânio Quadros e João Goulart – três depostos, um suicidou-se, outro renunciou. Uma ingênua extrapolação histórica indicaria a probabilidade estatística de que 70% dos sagrados pelo voto direto sejam vitimados por crises institucionais! Somente tiveram alguma estabilidade Getúlio Vargas, em seu período discricionário e os líderes militares, eleitos por eleições indiretas. Essa, a bárbara lição de nossa história! Suficiente, espero, para moderar o arroubo dos que sonham com soluções formais, dispensando-se de viajarem ao âmago da coisa: a explosão demográfica, explosão inflacionária, o gigantismo estatal, a epilepsia das regras do jogo econômico e político – quatro cavaleiros do Apocalipse que ameaçam a cidade-la do progresso!

Eis por que preferiria testar por mais algum tempo o sistema de eleições indiretas, preferivelmente em torno de um candidato civil, ou pelo

menos “civilizado”, evitando-se na medida do possível, o “plebiscito dos demagogos” que caracteriza nosso jogo eleitoral. Isso não implica desconhecer que as eleições diretas, em face da frustração econômica, podem tornar-se um imperativo psicológico; pois se uma sociedade economicamente confiante pode suportar alguma frustração política, a conjugação de frustrações pode também levar a uma ruptura institucional. E sem desconhecer também que as atuais regras do jogo tendem a privilegiar o “sistema”, ainda que tenham também o propósito menos tendencioso de reforçar o poder de barganha dos estados menores. O meio-termo dela teria sido manter-se o disposto na Constituição de 1967, que previa um mínimo de quatro representantes estaduais no colégio eleitoral e, mais um delegado para cada 500 mil habitantes, combinando-se, assim, a representação mínima com proporcionalidade eleitoral.

De tudo se conclui, nobres Senadores, que se não tivermos uma visão histórica de nossa peripécia, acabaremos tendo uma visão histórica...

AS LIÇÕES DA CRISE

Consideremos agora como reduzir nosso “índice de desconforto” – essa angustiada combinação de inflação e desemprego.

A solução de nossa crise exige mudanças atitudinais, estruturais e institucionais. Não basta o conselho que me deu um líder sul-americano: “El problema del Brasil es muy sencillo: gañar más que gastar y exportar más que importar”...

A primeira mudança atitudinal é darmos ao combate à inflação uma prioridade existencial, pois que ela deixou de ser “inflação” para ser “inflamação”, isso não é mais uma opção e sim condicionante de sobrevivência. Sobreviveu sua hora a “política de acomodação”. Soam os sinos da “política de convicção”. A sociedade precisa se convencer de que, sem conter o processo inflacionário, todos os demais objetivos sociais são inatingíveis:

– a inflação provoca o desemprego pela paralisia de investimentos;

– a inflação piora a distribuição de renda, em detrimento dos assalariados;

– a inflação provoca ou agrava o estrangulamento cambial;

– a inflação inviabiliza um crescimento econômico sustentável.

A segunda mudança atitudinal tem a ver com a necessidade de estabilidade nas regras do jogo, em dois planos.

– a política econômica não pode sofrer de alternâncias de expansionismo e contracionismo. Como disse o apóstolo Paulo na Primeira Epístola aos Coríntios:

“Se a trombeta soa um som incerto, quem se aprestará para a batalha?”

– deve ser contida, primeiro, e depois revezada a sanha estatizante, que dificulta a luta antiinflacionária e reduz a eficiência global do sistema.

A terceira mudança atitudinal é descartar os falsos dilemas, como “exportação versus mercado interno”. Todos temos direito às nossas próprias opiniões, porém, não infelizmente, aos nossos próprios fatos.

E os fatos são os seguintes:– a exportação acentua as linhas de maior eficiência, permite a economia de escala e ocupa fatores ociosos, o que reforça o mercado interno;

– a história econômica recente comprova que os países de maior dinamismo exportador são também os que mais expandiram seu mercado interno;

– o endividamento brasileiro torna imperativo e prioritário o esforço de exportação, já que mercado interno não paga dívidas;

– o Brasil não é um país excessivamente extrovertido; as exportações não atingem 10% do PIB.

A quarta mudança atitudinal é abandonar explicações escapistas para a crise, em termos de fatores externos. Esses fatores externos afetaram

com igual ou maior intensidade outros países em desenvolvimento sem provocar nem hiperinflação, nem insolvência. É o caso de Taiwan, Malásia e Colômbia.

Não há disputas sobre o diagnóstico da causa imediata da escala inflacionária – o déficit do setor público. A disputa é sobre as causas mediatas, das quais vale citar três “causas cooperantes”: os dois choques de petróleo; a errônea aplicação da correção monetária criando um efeito realimentador; a estratégia de ajustamento através do crescimento substitutivo de importações e da manutenção de elevada taxa de crescimento, desapojada em adequada poupança interna. Essa estratégia, que parecia apenas ousada, tornou-se imprudente quando a recessão mundial se aprofundou.

Qualquer contenção do processo inflacionário deve passar pela contenção do déficit do setor público. E isso exige:

- a redução ou eliminação dos subsídios;
- o disciplinamento das empresas estatais.

Para o problema dos subsídios três soluções têm sido propostas: duas monetaristas e uma estruturalista. As monetaristas são o tratamento de choque, que consistiria na abrupta eliminação dos atuais subsídios; e o gradualista, que contemplaria iniciar-se o processo pela rápida eliminação das subvenções ao consumo de produtos importados (petróleo e trigo), fazendo ainda com que os demais subsídios à produção e à exportação se contenham no limite estrito de verbas orçamentárias. O apoio à agricultura se faria através da garantia generosa de preços mínimos, aperfeiçoamento do seguro-agrícola e redução de encargos fiscais, assegurando-se ainda completa liberdade de comercialização externa e interna. A solução estruturalista consistiria em deslocar para investimentos rurais criadores de empregos dos recursos ora alocados no orçamento monetário ao subvencionamento da produção e da exportação.

A luta contra a inflação é plena de desapontamentos. Se há preços reprimidos, o primeiro resultado é apenas mudar a natureza da inflação,

de espiral para corretiva, coisa que não enche ninguém de alegria. Depois, há uma repugnante defasagem entre a aplicação de medidas de austeridade e a colheita de resultado. Esse intervalo para o economista é apenas um entreato. Para o público, uma dívida. E a dívida interna é pior que a dívida externa..

O gigantismo estatal dificulta extremamente a luta antiinflacionária. É um dos paradoxos do “Estado empresário”. Imaginar-se-ia que o setor privado fosse mais difícil de disciplinar que o setor público. Mas o contrário acontece. A empresa privada, em face dos constrangimentos monetários, é forçada a se ajustar pela redução de custos (inclusive salariais) e aumento de produtividade. As empresas estatais consideram seu custeio inflexível e reagem buscando recursos adicionais, aumentando tarifas e preços administrados, ou sacrificando investimentos. Respostas todas perversas que garantem a continuação da inflação e o aumento do desemprego.

Não é por outra razão que existe uma correlação positiva entre a dimensão do setor estatal e a vulnerabilidade inflacionária. No nosso caso somente o setor público federal despende 40% do PIB e a correlação entre o gigantismo do Estado e a aceleração inflacionária é de uma “refulgência tonitruante”, como dizia Rui Barbosa.

O êxito na luta antiinflacionária exige ainda mudanças estruturais. Essas são:

- o retorno do Banco Central às suas funções exclusivas de autoridade monetária;
- a observância de um sistema de orçamento consolidado, conforme previsto no esquecido art. 62 da Constituição vigente;
- a reforma tributária.

Quando propusemos em 1965 – o Professor Bulhões e eu – a criação do Banco Central, como controlador e guardião da moeda, jamais imaginávamos que ele se transformaria em um grande banco rural, cúmplice ao

invés de disciplinador da expansão monetária. Teve suas funções ampliadas e sua independência reduzida. É preciso retorná-lo à sua concepção original.

Outro exemplo de perversão institucional é o *open market*. Concebido originalmente como instrumento de controle monetário, tornou-se um grande acelerador da velocidade de circulação de vários tipos de quase-moeda.

A regulação da base monetária perdeu eficácia, porque pouco adianta controlar o estoque de meios de pagamentos sem controlar a velocidade do fluxo de quase-moeda. Os ativos monetários, que em 1978 representavam 36% dos ativos totais, hoje representam apenas 18%. Com o *open market* conseguimos o feito singular de criar um mercado secundário sem um mercado primário!

Já que estamos neste tema, que dizer das excruciantes taxas de juros no segmento livre do mercado, que afligem nossas empresas? *Ab initio*, descartemos duas soluções que nada solucionam:

- o tabelamento dos juros;
- a nacionalização dos bancos privados.

A primeira causa dos juros altos é a expectativa de inflação e de desvalorização cambial, que alimenta a inflação e dela se realimenta. Em segundo lugar, a bizarra coexistência de taxas negativas para dois terços dos empréstimos e taxas explosivas para o terço restante, pois que a isso se limita o segmento livre do mercado. Este mercado não é a caldeira, é a válvula de escape da excessiva pressão da procura. Eliminado o crédito subvencionado, descobriríamos o milagre aritmético da média: os juros tenderiam a baixar pela diminuição da procura e pela mudança da expectativa! E o mercado bancário se tornaria mais competitivo, pois os bancos não mais precisariam ser racionados, dado que o Governo poderia melhor controlar a base monetária.

E cessaria de pressionar o mercado financeiro, que reflete fielmente o excesso de demanda e de recursos por parte do setor público, quer federal quer estadual.

O tabelamento de juros, que já tentamos no passado – com resultados tão desapontadores como os da “Lei das Doze Tábuas” do Império Romano – muda apenas a forma de pagamento. Surgirão exigências dos saldos médios, pagamentos por fora, desintermediação por via do mercado paralelo, operações triangulares etc. Até pelo menos que se consiga revogar essa aborrecida lei da oferta e da procura.

A ineficiência do tabelamento de preços – gênero do qual os juros são espécie – já foi demonstrada desde o Código de Hamurabi, há mais de quarenta séculos. Houve um repique de estultície com os “Éditos de Diocleciano” no ano 301 da era cristã, cujo único efeito foi a escassez de óleo, pão e sal nas províncias. Robespierre, a caminho da forca, em 1794, ouviu turbas ululantes protestando contra a *Lei dos Máximos* da Convenção Nacional da República Francesa, que fizera o trigo e a cevada desaparecerem das feiras. Mas o tabelamento de preços é como certas damas balzaquianas que rejuvenescem à medida que esquecem as experiências passadas.

A nacionalização dos bancos – experiência de que França e México começam a ficar arrependidos – além de idéia tola é supérflua. O Banco Central já abiscoita 45% dos depósitos privados e dois terços dos mútuos provêm de órgãos estatais. A rigor, são os governos – o federal e os estaduais – que formam as taxas.

Se o racionamento do crédito e a falta de competição interbancária aumentarem excepcionalmente os lucros, o remédio adequado é um imposto sobre os lucros extraordinários e não a nacionalização dos bancos. Como dizem os socialistas suecos, se a gente pode socializar o leite, que importa a cor da vaca?

Um terceiro exemplo de perversão institucional é a reciclagem através de correção monetária, de choques de oferta, desvalorizações cambiais ou

o aumento de impostos indiretos, que deviam ser dele expurgados. De outra maneira, não se alteram os preços relativos e a correção monetária, mal aplicada, se torna uma máquina de realimentação inflacionária.

A Reforma Tributária

O orçamento fiscal – único apreciado pelo Congresso – é apenas a ponta do *iceberg*. Mais importantes são o orçamento monetário, gerido pelo Banco Central, e o orçamento das estatais, que parece incontrollável. Uma visão consolidada dos orçamentos é passo rudimentar para o controle da inflação.

O sistema tributário, cuja última grande reforma data de 1966, tem de ser repensado, em vários sentidos:

– Redistribuição de rendas, obviamente com realocação de funções a fim de fortalecer estados e municípios, pois ocorreu uma “regressão centralista” justificada esta apenas parcialmente pela necessidade federal de transferir recursos para as regiões mais pobres.

– Aumento da progressividade do Imposto de Renda, seja pela correção de vazamentos nos incentivos fiscais e através de *holding* pessoais, seja pela melhor tributação de ganhos de capital e heranças (esta última por considerações sociais antes que pelo seu rendimento). A médio prazo, poder-se-ia pensar em um sistema de tributação integrado da pessoa física e jurídica. E, a longo prazo, em uma revolução conceitual e simplificadora, pela qual o Imposto de Renda se preocupasse apenas com a renda consumida, isentando-se *ab initio* toda a poupança legítima, pois esta é a mola do crescimento não-inflacionário.

No tocante ao primeiro aspecto, a Comissão Especial de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda avançou sugestões construtivas de simplificação do IPI e transferência do poder tributário aos estados, que em outra ocasião discutirei em pormenor.

Há que atentar para a anemia das receitas municipais, pois é no município que nascem, vivem e sofrem os cidadãos. No Código Tributário (1966), com base na Emenda Constitucional nº 18, de 1965, previa-se que os municípios, sob regulação estadual, cobrassem, como receita própria, o ICM, ao invés de simplesmente participarem do imposto estadual. A complexidade dessa cobrança fez com que esse dispositivo fosse abandonado. Uma idéia substitutiva foi proposta por vários parlamentares em 1980 (*Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 6-11-80), visando permitir aos municípios cobrarem um imposto sobre vendas a varejo, dentro de alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal. Agora que se cogita de reformas do texto constitucional, seria oportuno reabrir-se a matéria. Dessas propostas resultaria uma saudável descentralização de receitas.

O Endividamento Externo

Quanto ao endividamento externo, qualquer busca de soluções passa pelo reconhecimento destas aborrecidas verdades:

1. O inédito advento da sinistra quadrilha do Apocalipse – o choque do petróleo, a explosão dos juros, a queda dos preços de matérias-primas e o protecionismo – responde em parte pela intensidade da crise mundial, e sobretudo explica sua generalização. Mas não é explicação que nos satisfaça. De um lado, países mais pobres que o Brasil em vários continentes, conseguiram ajustar-se, sem humilhação e sem insolvência. De outro lado, o Brasil, ao longo de sua História, teve periódicas insolvências, sob os mais variados governos, mesmo sem essa agressão conjunta dos Cavaleiros do Apocalipse.

2. Os fatores externos não devem ser desculpas para atenuar nossa autocrítica e anestesiar o sentido da urgência de reformas internas, atitudinais e institucionais.

3. Nossa capacidade de negociar ou renegociar dívidas a longo prazo e nossa autoridade para reclamar esquemas internacionais de reescalona-

mento generoso pressupõem que os credores se convençam de que estão sendo tomadas medidas não só corretivas da crise de hoje, mas também preventivas das crises de amanhã.

Não há indiferença mundial em relação às “tensões de insolubilidade” criadas pelo altíssimo nível de endividamento do mundo subdesenvolvido, que hoje supera 600 bilhões de dólares. Ao nível acadêmico, e mesmo em certos níveis do Executivo norte-americano, cresce a conscientização de que ajustes de curto prazo apenas prolongam a crise, e que, mesmo se ocorrer uma conjugação de fatores favoráveis – alguma queda de preços de petróleo, algum afrouxamento da taxa de juros e substancial retomada econômica dos países líderes – ainda assim a dívida do Terceiro Mundo teria de ser reestruturada a prazos mais longos, com juros suavizados. Não há falta de planos: há o plano Lever, o Rohatyn, o plano Zambanaki, o plano Bailey, o plano Kenen, o plano Kaufman, o plano Bergsten-Klein, o programa do *Committee for Development Plainning* da ONU e, mesmo no Brasil, um elenco concreto de interessantes sugestões do Deputado Virgildásio de Senna, do PMDB baiano. O Ministro Delfim apresentou recentemente em Chicago uma sugestão imaginosa, visando à monetarização, por entidade internacional, dos créditos dos países em desenvolvimento, resultantes de exportações para o Terceiro Mundo. Essa proposta é de aceitação improvável. De um lado, o Brasil é o único país em desenvolvimento que detém créditos substanciais. De outro, alguns dos devedores não são apetitosos, nem comercial nem ideologicamente, para os círculos financeiros ocidentais.

Planos não faltam... O que falta são duas coisas:

1. Vontade política de ação conjunta. Dificilmente o Congresso norte-americano se disporia a uma operação de salvamento do Terceiro Mundo, sem partilha de riscos com a Europa e Japão. Essa cooperação tem sido difícil mesmo para exercícios de interesses mais egoístas, como o relance econômico conjunto. Os vários esforços de coordenação internacional – a teoria das locomotivas, segundo a qual Estados Unidos, Europa e Japão liderariam a

retomada – a teoria de comboio, que previa um esforço coordenado dos principais países industriais, o programa conjunto de recuperação, que ampliava para toda a OCDE – soçobraram todos nos escolhos do individualismo e na diferença de percepção de prioridades pelos grandes países, privilegiando alguns a retomada do desenvolvimento, enquanto outros preferiram concentrar-se no combate à inflação.

2. Convencimento, sobretudo da parte do Congresso norte-americano, mas também dos contribuintes, Congresso e bancos centrais dos outros países credores, de que, ao encamparem os títulos de dívida para reescaloná-los a longo prazo, não estariam simplesmente ratificando a imprudência dos grandes bancos, ou premiando a licenciosidade financeira dos países mutuários. Estariam antes promovendo seu próprio comércio de exportação – pois que em 1981, o Terceiro Mundo absorveu quase 40% das exportações americanas e 45% das exportações japonesas – estariam também garantindo a sobrevivência do sistema internacional. Quanto mais austeros formos, mais fácil será transmitirmos a convicção de que a história não se repetirá. E mais acolhíveis serão para nossos credores governamentais e privados planos bilaterais de reescalonamento a longo prazo, que visem aplainar a “corcova de endividamento” dos próximos quatro anos (quando se vence quase metade da dívida superior a doze meses), abrindo ao país um espaço respiratório a fim de recuperar um ritmo prudente de crescimento, compatível com a retomada econômica que se desenha no mundo ocidental.

Todas as soluções internacionais discutidas para equacionamento global da “crise de endividamento” são variantes de uma ou outra das três seguintes concepções:

1. Aumento dos recursos do FMI, Banco Mundial ou bancos regionais, com o propósito de apoiar programas de estabilização monetária e reestruturação de dívidas.

2. Criação de uma entidade especial, associada ou não ao FMI, envolvendo a responsabilidade dos governos ou bancos centrais dos países

credores, a fim de comprar, com desconto, do sistema bancário privado, títulos de dívida dos países em desenvolvimento, e negociar com estes um reescalonamento a longo prazo, com juros suavizados.

3. Adoção de um modelo de reescalonamento flexível, ajustado à evolução no tempo, da receita de exportação dos devedores, empenhando-se uma parcela dessa receita em garantia da dívida.

Os resultados desapontadores da Conferência de Cume dos Países Ricos, em Williamsburg, revela que insuficiente progresso foi feito, quer em vontade política, quer na conscientização do problema. Dos quatro tempos – consulta, cooperação, harmonização e coordenação – que, como diz o Professor Henry Wallich, marcam o relutante reconhecimento, pelas nações, de que *não estão sozinhas no mundo, estamos ainda no primeiro estágio*. Nem as propostas do Presidente Mitterrand, visando à convocação de uma nova conferência Bretton Woods para a reforma do sistema financeiro internacional, nem os planos de um tratamento global do endividamento dos países em desenvolvimento, passaram da concepção à implementação. O que sublinha a imprescindibilidade de nos ajudarmos, para que nossa postulação seja convincente, e nossas soluções, definitivas.

PALAVRAS FINAIS

Eis, nobre Senadores, minha modesta contribuição para que o irrealismo do passado não comprometa o idealismo do futuro.

Espero não ter feito apenas um “sermão sobre o desejável”; mas não estou certo de ter encontrado a “receita do possível”...

Conta-se, Senhor Presidente, que, na desaparecida civilização da Ilha da Páscoa, que produziu gigantes de pedra, a religião vigente só tinha deuses. Não tinha demônios, porque os demônios estavam nos próprios homens. E verazmente estavam.

Brigas tribais dizimaram os ilhéus e depois, com a depredação das florestas, exauriu-se a madeira para construir barcos. Não podiam mais navegar. Os ilhéus definharam, prisioneiros de seus próprios ódios...

Se continuarmos a buscar soluções na gaveta dos sonhos, combatendo sempre os falsos inimigos, não sobrá madeira para navegar. E navegar é preciso... Se não, não alcançaremos jamais a visão *pisgab* da Terra Prometida, onde os bons encontrarão recompensa, os maus não mais poderão fazer o mal, e os cansados encontrarão descanso, afinal...

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

HUMBERTO LUCENA

Na Assembléia Nacional Constituinte, defende o presidencialismo como forma de governo para o Brasil (23-3-88).

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os que criticam o presidencialismo costumam dizer que esse sistema tem sido, ao longo da nossa História republicana, fator preponderante de crises institucionais, mas se esquecem de que foi o presidencialismo que assegurou os grandes avanços econômicos e sociais ao povo brasileiro (*Palmas*). O grande talento de estadista de Getúlio Vargas nos garantiu o monopólio estatal do petróleo com a Petrobrás e nos trouxe a legislação trabalhista das mais progressistas do Mundo, tanto assim que se transformou, na sua época, num dos maiores líderes do povo brasileiro. E o inesquecível Juscelino Kubitschek de Oliveira (*palmas*), através de uma ação dinâmica, responsável e corajosa do presidencialismo, fez a ocupação do Brasil-Central, com Brasília, com a Belém-Brasília, e ampliou o nosso processo de industrialização, com a indústria automobilística, que foi, inclusive, a grande responsável pelo surto do sindicalismo forte do ABC paulista.

Portanto, Sr. Presidente, pedimos a reflexão dos Srs. Constituintes sobre este aspecto fundamental do sistema presidencialista de governo que está



no coração do povo brasileiro (*palmas*), que se acostumou a votar diretamente e quer, agora, eleger o Presidente pelo voto direto. A grande maioria dos eleitores brasileiros ainda não votou para Presidente da República, e não será agora que vamos, então, cassar o seu direito de escolher o Presidente da República como chefe de governo.

Não, Sr. Presidente! Vamos defender os avanços econômicos e sociais do povo brasileiro, votando pela implantação de um presidencialismo moderno, com o Presidente e Chefe de Governo, eleito pelo voto direto, por maioria absoluta e, ao mesmo tempo, fortalecendo o prestígio do Poder Legislativo, através de duas medidas salutaras adotadas pela nossa emenda. Uma, que estabelece que o Ministro de Estado, convocado ao Senado ou à Câmara, após a sua exposição e a resposta às interpelações, na sessão seguinte poderá ser alvo de uma resolução apresentada por líder partidário discordando do seu desempenho no plenário, o que tem acarretado em outros países, como no Uruguai, a sua renúncia, pois fica sempre sob suspeita. E a outra, moção de censura individual ao Ministro de Estado, que é uma maneira de o Poder Legislativo poder interferir, diretamente, no processo político-administrativo, afastando do Governo aquele Ministro que fique incompatibilizado pela sua política setorial com a sociedade brasileira.

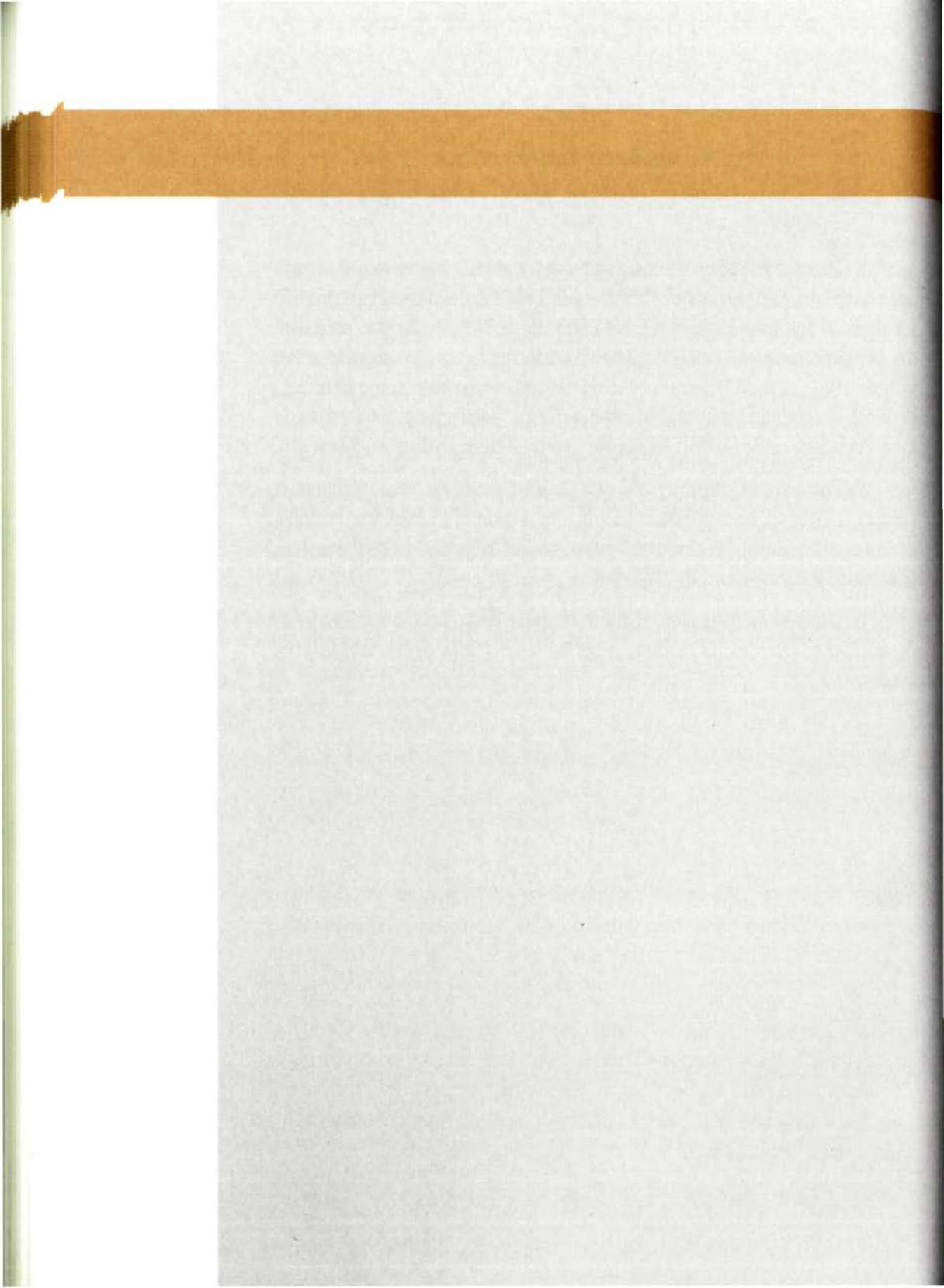
Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o sistema presidencialista que preconizamos na nossa emenda deve, desde logo, ser transferido para os Estados e para os municípios, porque os Secretários dos Estados e os Secretários dos municípios poderão ser também censurados na Assembléia e nas Câmaras Municipais.

Se a nossa emenda não prosperasse – o que não vai acontecer, porque tenho certeza da nossa vitória – teríamos um fato *sui generis* no Brasil: dois sistemas de Governo, quais sejam, o parlamentarismo, no plano federal, e o presidencialismo, nos planos estadual e municipal. Isto seria um absurdo, uma incoerência gritante, gerando um conflito permanente do princípio de autoridade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, cada um vote de acordo com a sua consciência. O que desejo dizer, antes de concluir desta tribuna, é que não vai vingar o argumento que se tentará lançar neste Plenário de que, no passado, já me pronunciei e votei a favor do parlamentarismo. Isso aconteceu nos idos de 1961, quando estava no meio da rua e no Congresso, como Deputado Federal, defendendo a legalidade democrática, para assegurar a posse do Vice-Presidente João Goulart, eleito para plena soberania do povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, saio desta tribuna na convicção de que, neste momento, com alta responsabilidade, vamos construir a espinha dorsal da estrutura de poder no Brasil, ao decidir qual o melhor sistema de governo para o Brasil.

E o melhor sistema de governo é aquele que o povo quer; é o presidencialismo, sem dúvida nenhum. (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.*)



NELSON CARNEIRO

Na Assembléia Nacional Constituinte, defende o parlamentarismo como forma de governo para o Brasil (23-3-88).

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na Roma antiga afogavam-se as crianças disformes, e assim agiam não por um motivo de cólera. A razão aconselhava a afastar do que era sadio o que era enfermo.

Srs. Constituintes, temos diante de nós um monstro para aprovar; não é uma emenda, é um monstro de vários pais. (*Palmas.*) Contra ele se insurge a voz de um dos mais autorizados presidencialistas desta Casa, o nobre Senador Marco Maciel.

Vou repetir suas palavras, de 16 de março, há 6 dias apenas, no Senado Federal. É a palavra do Marco Maciel, um insuspeito presidencialista:

“A opção, portanto, terá que ser: ou pelo aprimoramento do presidencialismo ou pela tentativa de uma volta às experiências parlamentaristas: nunca pela adoção do que já se convencionou chamar sistema híbrido, porque pode tanto ser ‘presidencialismo mitigado’, ou um ‘parlamentarismo misto’.”

Isto disse um líder presidencialista.

Mas, aqui, desta tribuna, o nobre Senador, o eminente Senador Humberto Lucena, lembrou duas



grandes figuras da História política do Brasil: Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Getúlio Vargas suicidou-se no poder; Juscelino Kubitschek foi para o exílio sofrer as agruras por ter lutado pelo novo Brasil. Estes dois exemplos não servem para justificar o presidencialismo. E por que falar de 1961? É preciso repetir que durante os anos de 1961 e 1962, na vigência do parlamentarismo criado naquelas condições que todos conhecem, não houve queda do governo; os Urutus não saíram porque o Parlamento reagiu. Quando foi que Urutus saíram às ruas? Foi exatamente depois do plebiscito, na vigência do presidencialismo. E como eles saíram ontem, poderão voltar amanhã se esta Assembléia não for digna do respeito, da consideração e do voto recebido do povo.

Nasci, Sr. Presidente, nas barricadas da oposição; por isso posso desafiar a todos aqui, porque minha vida tem sido uma constante luta pela liberdade. Defendi Juscelino Kubitschek, nesta Casa, na véspera da cassação do seu mandato. A única voz que se levantou foi a minha e naquela multidão de deputados uma só voz se ergueu para apartear-me, a de Martins Rodrigues. O Plenário estava calado, silencioso.

Por isso é que volto a falar, hoje, neste instante. Acaba de falar Luís Viana, falará Afonso Arinos, estou falando eu: somos os três mais velhos desta Casa, por isso mesmo nossa mensagem não é para nós, a nossa mensagem é para V. Ex^{as}, os jovens de hoje, os homens do futuro. *(Muito bem! Palmas.)*

Depois de 59 anos de vida pública, de 37 anos de vida parlamentar, nada mais espero senão a graça de Deus. Mas os que aqui estão irão responder perante as futuras gerações pelo crime que estão cometendo, de manter este presidencialismo que tem sido uma sucessão de desastres, de crimes, de erros, de decepções para o povo brasileiro.

Senhor Presidente, não quero abusar da confiança de V. Ex^a. Vou concluir, dizendo que este texto é uma monstruosidade porque confunde

sistema presidencialista com sistema parlamentarista. Então é o que dizia Marco Maciel, não há o que salvar. Vencida esta etapa, a quem recorrer se o presidencialismo der errado?

Quero dirigir-me especialmente agora às Bancadas do PDT e do PT; quero perguntar por que é que irão votar este texto, quando eles, por este texto, não podem, jamais, um só, usar da atribuição que consta no parágrafo único do art. 97:

“Na Sessão Ordinária imediatamente posterior à presença do Ministro de Estado convocado à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, por iniciativa de qualquer das Lideranças que representam, no mínimo 1/3 da respectiva Casa Legislativa e pelo voto de dois terços de seus Membros, poderá votar resolução exprimindo discordância ao depoimento e às respostas do ministro às interpelações dos parlamentares.”

O PT e o PDT, sozinhos, não podem pedir essa moção. Então eles estão armando a própria força para morrer salvando o presidencialismo. Mas ainda a moção de censura também só será possível mediante requerimento de 1/3 de seus membros; o que quer dizer que o PT, sozinho, ou junto com o PDT, não pode jamais oferecer uma moção de censura. E eles vão aprovar isto; e, com isto, aprovam os cinco anos, ninguém se iluda!

Os que estão na flor da idade, esperando que hoje vença o presidencialismo e, daqui a pouco se aprovem os quatro anos, chorarão muito em breve, quando lembrarem da palavra do Constituinte Carlos Sant'Anna, que, falando há pouco pelo governo, desprezou os votos do PT e do PDT, para afirmar que independentemente deles, há 280 votos para aprovar os 5 anos do mandato presidencial. O PDT e o PT irão ser apenas contrapeso. Responderão, perante a História, pelo erro que irão cometer nesta oportunidade!

Sr. Presidente, aqui não há ninguém maior de 100 anos. Nenhum de nós chega a esta idade capaz de superar o bem ou o mal.

Desejo concluir, Sr. Presidente, dizendo que a miséria de que se falou desta tribuna, a miséria aí está e esta miséria não foi obra do parlamentarismo do Império. É a obra da República. É a obra, é a obra do presidencialismo. *(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

AFONSO ARINOS

Na sessão de encerramento da Assembléia Nacional Constituinte, fala em nome dos parlamentares (5-10-88).

O SR. AFONSO ARINOS (PSDB – RJ) – Exm^a Sr. Dr. José Sarney, Presidente da República Federativa do Brasil; Exm^a Sr. Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte; Exm^a Sr. Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exm^{os} Srs. Presidentes dos Parlamentos dos Países do Continente Americano, da África de expressão portuguesa, de Portugal e da Espanha; Exm^{os} Srs. Representantes do Corpo Diplomático; Autoridades civis, militares, eclesiásticas; colegas Constituintes, minhas senhoras, meus senhores, permiti que o mais idoso dos representantes do povo com assento nesta Assembléia agradeça, de todo o coração, a honra que só por aquele título lhe foi concedido (*não apoiado!*), de falar em nome dela, nesta data em que a palavra do Brasil, ao se elevar neste recinto, ressoa em todo o mundo. (*Palmas.*)

A experiência histórica brasileira em matéria constituinte é bem antiga. Provém da Conspiração da Inconfidência, ocorrida em 1788 na Capitania de Minas Gerais.

O Tiradentes, herói e mártir daquele grande episódio, inspirava-se em um



livro francês dedicado ao estudo da Constituição dos Estados Unidos da América, elaborada havia apenas um ano.

A primeira Constituinte brasileira foi convocada pelo Príncipe Regente, D. Pedro, antes da Independência, por decisão de 3 de junho de 1822, e eleita pela grande maioria das Províncias.

Desde a sua instalação, a 3 de maio de 1823, revelou-se o insanável conflito entre a Assembléia, expressão da soberania nacional, e o Príncipe Regente, aferrado à tradição absolutista da monarquia dos Bragança.

Do dissídio crescente resultou a dissolução da Assembléia, pela tropa militar, na noite de 11 de novembro de 1823, a chamada Noite da Agonia. Esta agonia da coação militar sobre a representação popular infelizmente não foi a única na nossa História. (*Muito bem!*)

A Constituinte caiu com honra, enfrentando as ameaças e acusando energicamente o príncipe, inclusive com pregações em prol da República. O principal redator do projeto foi o Deputado Antônio Carlos de Andrada, que tomou por modelo não mais a Constituição dos Estados Unidos, porém aquelas das monarquias continentais da Europa Ocidental.

Esse mesmo modelo francês da Carta outorgada pelo Rei Luís XVIII, em 1814, na fase de Restauração pós-napoleônica, foi embutido, na Carta brasileira outorgada, a 25 de março de 1824, pelo já Imperador Pedro I. Foi redigida por pequena comissão de brasileiros ilustres, componentes do chamado Conselho de Estado, no qual figuravam diplomatas como Maciel da Costa, Marquês de Queluz, escritores como Mariano da Fonseca, Marquês de Maricá, autor das famosas *Máximas*, ou provector juristas, como Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas, o principal redator do documentário.

A Constituição republicana, de 1891, na qual predominou o gênio de Rui Barbosa, voltou ao modelo americano, que nunca funcionou a contento no Brasil, nem em nenhum outro sistema presidencialista na América Latina (*palmas*), devido à impossibilidade da criação, por costume e não pelo

texto, de um órgão moderador e constantemente renovador, como é a suprema Corte dos Estados Unidos, único país do mundo em que o sistema presidencialista funciona a contento. Rui Barbosa, no declínio da vida, rendeu-se a esta verdade.

A terceira Constituinte, de 1934, que encerrou o longo Governo Provisório de Getúlio Vargas, seguiu-se à pressão de vários setores sociais, que a reclamavam desde a Revolução Paulista de 1932. O texto do projeto foi preparado por uma Comissão, presidida pelo Ministro do Exterior, Melo Franco, e composta de outros grandes nomes como Assis Brasil, Antônio Carlos de Andrada, João Mangabeira, Osvaldo Aranha, Oliveira Viana. O jurista Carlos Maximiliano, comendador da Constituição de 1891, foi relator-geral. Concessão perigosa da Comissão foi a eleição do Presidente da República pela Câmara dos Deputados, o que assegurou a Vargas a desejada continuação no poder e o preparo político esmerado da Constituição fascista de 11 de novembro de 1937, que morreu com a morte do fascismo no mundo.

A quarta Constituinte brasileira foi a de 1946, época em que a vitória democrática na guerra mundial determinou um grande movimento constitucional em toda parte.

Na Europa surgiram nove Constituições; na América Latina doze; nos países árabes e na Ásia cinco. Ao todo, vinte e seis reordenações jurídicas estatais.

Iniciou-se, nesta fase, um movimento sem precedentes no processo geral de elaboração constitucional, movimento este que continua a se manifestar até hoje. Como já acentuamos em outra oportunidade, tem sido observado, pelos autores de Direito Constitucional comparado, um fenômeno realmente marcante – o Direito, nas novas Constituições, parece evoluir, em conjunto, para tornar-se mais um corpo de normas teóricas e finalísticas, e cada vez menos um sistema legal vigente e aplicável. Por outras palavras, nunca existe distância maior entre a letra e a escrita dos textos constitucionais e a sua aplicação.

Hoje poderíamos juntar algo de mais grave, que é o seguinte: a aplicabilidade dos textos depende, paradoxalmente, da sua aplicação.

Esta situação anômala manifesta-se fortemente no texto de 1988, confirmando-se aquilo que Oliveira Viana chamou de “idealismo constitucional”.

É importante insistir neste ponto. A garantia dos direitos individuais é cada vez mais eficaz e operativa nas Constituições contemporâneas, mas a garantia dos direitos coletivos e sociais, fortemente capituladas nos textos, sobretudo nos países em desenvolvimento e, particularmente, nas condições do Brasil, torna-se extremamente duvidosa (para usarmos uma expressão, branda), quaisquer que sejam as afirmações gráficas existentes nos documentos, como este que estamos, hoje, comemorando. Afirmar o contrário é ingenuidade, ilusão, ou falta de sinceridade, quem sabe de coragem. Direito individual assegurado, direito social sem garantia: – eis a situação.

Ao Presidente do Supremo Tribunal Federal é dirigida esta exortação: o Mandado de Injunção vai ser o instrumento dessas experiências. (*Palmas.*) O desejável é que o Supremo Tribunal Federal, preservando suas tradições de competência, diligência e integridade, se esforce para encaminhar soluções viáveis e realistas, ou para oferecer interpretações aceitáveis às dificuldades, bem como rumos e caminhos para o enfrentamento gradual dos problemas que vão aparecer entre a letra do texto e sua implementação.

Recordemos, ainda uma vez, que este problema não é só nosso, no Direito Constitucional moderno. Tudo decorre do desajustamento entre a generosidade da aspiração política e a dificuldade da sua implementação jurídica.

Somos, pois, a quinta Assembléia Constituinte brasileira. Lancemos um olhar retrospectivo sobre seus trabalhos, que hoje se encerram, em tão consagrada cerimônia.

A idéia da Constituinte já se manifestava, desde o final da década de 70, por meio de organizações depois transformadas em partidos políticos. Em

1984, formou-se a Aliança Democrática que indicou o nome do saudoso Tancredo Neves (*palmas*) para a Presidência da República. Em 1985, já eleito pelo Colégio Eleitoral, o Presidente Tancredo visitou o presente orador, no Rio, e o convidou para presidir uma Comissão incumbida de redigir o anteprojeto da Constituição. Formada ela, com personalidades eminentes nas áreas jurídica, política, literária, empresarial, trabalhista e científica, iniciou seus trabalhos em agosto de 1985. Com o dramático falecimento do Presidente Tancredo Neves, assumiu o Presidente José Sarney, que manteve a convocação. (*Palmas.*)

Na sede do Rio, a Comissão se organizou em várias subcomissões internas e formou comitês regionais, fora do Rio, que muito adiantava sua tarefa. Concluídos os trabalhos em setembro de 1986, foi o texto final entregue ao Presidente Sarney, que preferiu não o remeter à futura Assembléia, embora lhe dedicasse belo e generoso discurso.

A Constituinte foi eleita em novembro de 1986 e instalada em fevereiro de 1987. Em junho desse ano, foi criada a Comissão de Sistematização presidida pelo mesmo Constituinte que chefiara a Comissão lembrada por Tancredo Neves. Aos admiráveis e dedicados membros dessa Comissão coube o preparo final do projeto da Constituição, concluído no mês de novembro, remetido ao plenário, que o discutiu, enriqueceu, e finalmente o aprovou, por consagrada maioria.

Cumprir, finalmente, a colaboração direta do povo no processo político, não só por meio de centenas de propostas remetidas à Comissão de Sistematização, vindas até do Exterior, como também pela ação de grupos variados de brasileiros, que atuavam diretamente: sindicatos, empresários, militares, professores, mulheres, índios e negros. Era estimulante e comovente sentir a mobilização direta do povo, desejoso de colaborar na obra de seus representantes.

Srs. Constituintes, concluída está vossa tarefa preferencial, mas outro dever se abre ao vosso cuidado e esforço. Este dever indeclinável é sustentar

a Constituição de 1988 (*muito bem! palmas*), apesar de quaisquer divergências com sua feitura; é colaborar nas leis que a tornem mais rapidamente e mais eficazmente operativa, apesar das dificuldades referidas; é colaborar na sua defesa contra a onda que se avoluma e propaga no seio do povo, e que visa a atacá-la, tão desabridamente, que esses ataques passaram a envolver toda a classe política. Hoje se está falando dos políticos como se constituíssem um grupo específico de aproveitadores hedonistas e mal-intencionados. (*Palmas.*)

É indispensável determo-nos sobre este aspecto da atualidade nacional, pois ele envolve graves conseqüências.

Começemos por lembrar que ação política corresponde exatamente à ação de governar as coletividades sociais e nacionais integradas no Estado. Se há Estado (e ele existe desde a antiguidade grega), há, necessariamente, Política. Na Grécia antiga, o Estado era a cidade, como a Atenas de Aris-tóteles ou a Esparta de Licurgo, e a Política era o governo da cidade. Em Roma, o Estado abarcou todo o mundo conhecido e o governo fez política, durante séculos, primeiro com os reis, depois com a república, depois com o império.

Na Idade Média, não havia política porque não havia Estado nem propriamente comunidade social, senão que população escassa de senhores e servos disseminados em volta de castelos, em terras que não eram território. Com o Renascimento, renasce o Estado, e com ele a política, a terrível “política” ditatorial, doutrinada por Maquiavel para os Médicis de Florença.

Srs. Constituintes, pensemos seriamente neste movimento, talvez não intencional, mas seguramente orquestrado, que visa desmoralizar a classe política. (*Palmas.*) Lembremos aos brasileiros de boa-fé que política é exatamente governo, e que por detrás da campanha insidiosa que atinge milhões de brasileiros de boa-fé pode haver a intenção de acabar não com a política, que não acaba nunca, nem pode acabar, mas acabar com as liberdades que estão garantidas na Constituição que elaboramos, como nunca estiveram garantidas em nenhuma outra. (*Muito bem! Palmas.*)

Derrubar a Constituição, execrar os políticos, é derrubar a liberdade para entregar a política atual a outra “política”, isto é, a outro tipo de “governo” não declarado, que teria em mão a sorte e o destino do povo, e com ele o próprio futuro da Pátria.

O desprezo à política não é a sua supressão, pois ela se confunde com o governo.

Que haverá por detrás de tudo isso? Será que estamos ameaçados de outro tipo de “política”, ou seja, as ditaduras civis e militares, que têm sido a agonia secular da nossa República? (*Muito bem! Palmas.*)

Srs. Constituintes de hoje, Srs. Congressistas de amanhã, nosso dever é fazer política, isto é, defender e praticar a Constituição brasileira em vigor, acreditar nela, convocar a Nação para defendê-la, se estiver em risco, reagir contra esses riscos disfarçados. Em suma, praticar e defender a liberdade. Fazer política é honrar nosso mandato, sustentar nosso trabalho, enobrecer a memória do nosso tempo. (*Palmas prolongadas.*)

THESE GUARANTEES

ULYSSES GUIMARÃES

*Encerra os trabalhos da Assembléia Nacional
Constituinte (5-10-88).*

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) – Ex^{mo} Sr. Presidente da República, José Sarney; Ex^{mo} Sr. Presidente do Senado Federal, Humberto Lucena; Ex^{mo} Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Rafael Mayer; Srs. Membros da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte; Eminente Relator Bernardo Cabral; preclaros Chefes do Poder Legislativo de nações amigas. Insignes Embaixadores, saudados no Decano D. Carlo Furno; Ex^{mos} Srs. Ministros de Estado; Ex^{mos} Srs. Governadores de Estado; Ex^{mos} Srs. Presidentes de Assembléias Legislativas; dignos Líderes partidários; autoridades civis, militares e religiosas, registrando o comparecimento do Cardeal D. José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília, e D. Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB; prestigiosos Srs. Presidentes de confederações. Sr^{as} e Srs. Constituintes; minhas senhoras e meus senhores.

Estatuto do Homem, da Liberdade, da
Democracia.



Dois de fevereiro de 1987: “Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar”. São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. *(Palmas.)*

A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. *(Palmas.)*

Num país de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o analfabeto.

Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora.

Bem-aventurados os que chegam. Não nos desencaminhamos na longa marcha, não nos desmoralizamos capitulando ante pressões aliciadoras *(palmas)* e comprometedoras, não desertamos, não caímos no caminho. Alguns a fatalidade derrubou: Virgílio Távora, Alair Ferreira, Fábio Lucena, Antonio Farias e Norberto Schwantes. *(Palmas.)* Pronunciamos seus nomes queridos com saudade e orgulho: cumpriram com o seu dever.

A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. *(Palmas.)*

A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma.

Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. *(Palmas.)* Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. *(Muito bem! Palmas.)* Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. *(Muito bem! Palmas.)*

A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia.

Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. (*Muito bem! Palmas prolongadas.*) Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina. (*Palmas.*)

Assinalarei algumas marcas da Constituição que passará a comandar esta grande Nação.

A primeira é a coragem. A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela, não haveria a cruz, nem os evangelhos.

A Assembléia Nacional Constituinte rompeu contra o *Establishment*, investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do velho do Restelo, no genial canto de Camões. Suportou a ira e perigosa campanha mercenária dos que se atreveram na tentativa de aviltar legisladores em guardas de suas burras abarrotadas com o ouro de seus privilégios e especulações. (*Muito bem! Palmas.*)

Foi de audácia inovadora a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojeto forâneo ou de elaboração interna.

O enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de um milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas, no longo trajeto das subcomissões à redação final.

A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de dez mil postulantes franquearam, livremente, as onze entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, comissões, galerias e salões.

Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramujo, guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio. (*Palmas.*)

A Constituição é caracteristicamente o estatuto do homem. É sua marca de fábrica.

O inimigo mortal do homem é a miséria. Não há pior discriminação do que a miséria. O Estado de direito, consecrário da igualdade, não pode conviver com estado de miséria. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria. (*Palmas.*)

Tipograficamente é hierarquizada a procedência e a preeminência do homem, colocando-o no umbral da Constituição e catalogando-lhe o número não superado, só no art. 5^a, de 77 incisos e 104 dispositivos.

Não lhe bastou, porém, defendê-lo contra os abusos originários do Estado e de outras procedências. Introduziu o homem no Estado, fazendo-o credor de direitos e serviços, cobráveis inclusive com o mandado de injunção.

Tem substância popular e cristã o título que a consagra: “a Constituição cidadã”. (*Palmas.*)

Vivenciados e originários dos Estados e Municípios, os constituintes haveriam de ser fiéis à Federação. Exemplarmente o foram. (*Palmas.*)

No Brasil, desde o Império, o Estado ultraja a geografia. Espantoso dispauteiro: o Estado contra o País, quando o País é a geografia, a base física da Nação, portanto, do Estado.

É elementar: não existe Estado sem país, nem país sem geografia. Esta antinomia é fator de nosso atraso e de muitos de nossos problemas, pois somos um arquipélago social, econômico, ambiental e de costumes, não uma ilha.

A civilização e a grandeza do Brasil percorreram rotas centrífugas e não centrípetas.

Os bandeirantes não ficaram arranhando o litoral como caranguejos, na imagem pitoresca, mas exata, de Frei Vicente do Salvador. Cavalgaram os rios e marcharam para o oeste e para a História, na conquista de um continente.

Foi também indômita vocação federativa que inspirou o gênio do Presidente Juscelino Kubitschek (*palmas*), que plantou Brasília longe do mar, no coração do sertão, como a capital da interiorização e da integração.

A Federação é a unidade na desigualdade, é a coesão pela autonomia das províncias. Comprimidas pelo centralismo, há o perigo de serem empurradas para a secessão.

É a irmandade entre as regiões. Para que não se rompa o elo, as mais prósperas devem colaborar com as menos desenvolvidas. Enquanto houver Norte e Nordeste fracos, não haverá na União estado forte, pois fraco é o Brasil. (*Palmas.*)

As necessidades básicas do homem estão nos estados e nos municípios. Neles deve estar o dinheiro para atendê-las.

A Federação é a governabilidade. A governabilidade da Nação passa pela governabilidade dos Estados e dos Municípios. (*Palmas.*) O desgoverno, filho da penúria de recursos, acende a ira popular, que invade primeiro os paços municipais, arranca as grades dos palácios e acabará chegando à rampa do Palácio do Planalto. (*Palmas.*)

A Constituição reabilitou a Federação ao alocar recursos ponderáveis às unidades regionais e locais, bem como a arbitrar competência tributária para lastrear-lhes a independência financeira.

Democracia é a vontade da lei, que é plural e igual para todos, e não a do príncipe, que é unipessoal e desigual para os favorecimentos e os privilégios.

Se a democracia é o governo da lei, não só ao elaborá-la, mas também para cumpri-la, são Governo o Executivo e o Legislativo.

O Legislativo brasileiro investiu-se das competências dos Parlamentos contemporâneos.

É axiomático que muitos têm maior probabilidade de acertar do que um só. O governo associativo e gregário é mais apto do que o solitário. Eis outro imperativo de governabilidade: a co-participação e a co-responsabilidade.

Cabe a indagação: instituiu-se no Brasil o tricameralismo ou fortaleceu-se o unicameralismo, com as numerosas e fundamentais atribuições cometidas ao Congresso Nacional? A resposta virá pela boca do tempo. Faço votos para que essa regência trina prove bem.

Nós, os legisladores, ampliamos nossos deveres. Teremos de honrá-los. A Nação repudia a preguiça, a negligência, a inépcia. (*Palmas.*) Soma-se à nossa atividade ordinária, bastante dilatada, a edição de 56 leis complementares e 314 ordinárias. Não esqueçamos que, na ausência de lei complementar, os cidadãos poderão ter o provimento suplementar pelo mandado de injunção.

A confiabilidade do Congresso Nacional permite que repita, pois tem pertinência, o *slogan*: “Vamos votar, vamos votar” (*palmas*), que integra o folclore de nossa prática constituinte, reproduzido até em horas de diversão e em programas humorísticos.

Tem significado de diagnóstico a Constituição ter alargado o exercício da democracia em participativa, além de representativa. É o clarim da soberania popular e direta, tocando no umbral da Constituição, para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais.

O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o superlegislador, habilitado a rejeitar, pelo referendo, projetos aprovados pelo Parlamento.

A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. Do presidente da República ao prefeito, do senador ao vereador.

A moral é o cerne da Pátria.

A corrupção é o cupim da República. (*Palmas.*) República suja pela corrupção impune tomba nas mãos de demagogos, que, a pretexto de salvá-la, a tiranizam.

Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública. (*Muito bem! Palmas.*)

Pela Constituição, os cidadãos são poderosos e vigilantes agentes da fiscalização, através do mandado de segurança coletivo; do direito de receber informações dos órgãos públicos, da prerrogativa de petição aos poderes públicos, em defesa de direitos contra ilegalidade ou abuso de poder; da obtenção de certidões para defesa de direitos; da ação popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão, para anular ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, isento de custas judiciais; da fiscalização das contas dos municípios por parte do contribuinte; podem peticionar, reclamar, representar ou apresentar queixas junto às comissões das Casas do Congresso Nacional; qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato são partes legítimas e poderão denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, do Estado ou do Município. A gratuidade facilita a efetividade dessa fiscalização.

A exposição panorâmica da lei fundamental que hoje passa a reger a Nação permite conceituá-la, sinoticamente, como a Constituição coragem, a Constituição cidadã, a Constituição federativa, a Constituição representativa e participativa, a Constituição do Governo síntese Executivo-Legislativo, a Constituição fiscalizadora.

Não é a Constituição perfeita. Se fosse perfeita, seria irreformável. Ela própria, com humildade e realismo, admite ser emendada, até por maioria mais acessível, dentro de cinco anos.

Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los. Será redentor o caminho que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria.

Recorde-se, alvissareiramente, que o Brasil é o quinto País a implantar o instituto moderno da seguridade, com a integração de ações relativas à saúde, à previdência e à assistência social, assim como a universalidade dos benefícios para os que contribuam ou não, além de beneficiar onze milhões de aposentados, espoliados em seus proventos. (*Palmas.*)

É consagrador o testemunho da ONU de que nenhuma outra carta no mundo tenha dedicado mais espaço ao meio-ambiente do que a que vamos promulgar.

Sr. Presidente José Sarney: V. Ex^a cumpriu exemplarmente o compromisso do saudoso, do grande Tancredo Neves, de V. Ex^a e da Aliança Democrática ao convocar a Assembléia Nacional Constituinte. A Emenda Constitucional nº 26 teve origem em mensagem do Governo, de V. Ex^a, vinculando V. Ex^a à efeméride que hoje a Nação celebra.

Nossa homenagem ao Presidente do Senado, Humberto Lucena, atuante na Constituinte pelo seu trabalho, seu talento e pela colaboração fraterna da Casa que representa.

Sr. Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal (*palmas*), saúdo o Poder Judiciário na pessoa austera e modelar de V. Ex^a.

O imperativo de "Muda Brasil", desafio de nossa geração, não se processará sem o conseqüente "Muda Justiça" (*palmas*), que se instrumentalizou na Carta Magna com a valiosa contribuição do poder chefiado por V. Ex^a. Cumprimento o eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, que, em histórica sessão, instalou em 1^a de fevereiro de 1987 a Assembléia Nacional Constituinte.

Registro a homogeneidade e o desempenho admirável e solidário de seus altos deveres, por parte dos dignos membros da Mesa Diretora, condôminos imprescindíveis de minha Presidência.

O Relator Bernardo Cabral foi capaz (*palmas*), flexível para o entendimento, mas irremovível nas posições de defesa dos interesses do País. O louvor da Nação aplaudirá sua vida pública.

Os relatores adjuntos, José Fogaça, Konder Reis e Adolfo Oliveira (*palmas*) prestaram colaboração unanimemente enaltecida. Nossa palavra de sincero e profundo louvor ao mestre da língua portuguesa Professor Celso Cunha, por sua colaboração para a escorreita redação do texto.

O Brasil agradece, pela minha voz, a honrosa presença dos prestigiosos dignitários do Poder Legislativo do continente americano, de Portugal, da Espanha, de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Príncipe e Cabo Verde. (*Palmas.*) As nossas saudações. (*Palmas prolongadas.*)

Os Srs. Governadores de Estado e Presidentes das Assembléias Legislativas dão realce singular a esta solenidade histórica.

Os líderes foram o vestibular da Constituinte. Suas reuniões pela manhã e pela madrugada, com autores de emendas e interessados, disciplinaram, agilizaram e qualificaram as decisões do Plenário. Os Anais guardarão seus nomes e sua benemérita faina. (*Palmas.*)

Cumprimento as autoridades civis, eclesiásticas e militares, integrados estes com seus chefes, na missão, que cumprem com decisão, de prestigiar a estabilidade democrática.

Nossas congratulações à imprensa, ao rádio e à televisão. (*Palmas.*) Viram tudo, ouviram o que quiseram, tiveram acesso desimpedido às dependências e documentos da Constituinte. Nosso reconhecimento, tanto pela divulgação como pelas críticas, que documentam a absoluta liberdade de imprensa neste País.

Testemunho a coadjuvação diuturna e esclarecida dos funcionários e assessores (*Muito bem! Palmas*), abraçando-os nas pessoas de seus excepcionais chefes, Paulo Affonso Martins de Oliveira e Ademar Sabino. (*Muito bem! Palmas.*)

Agora, conversemos pela última vez, companheiras e companheiros constituintes.

A atuação das mulheres nesta Casa foi de tal teor (*palmas prolongadas*), que, pela edificante força do exemplo, aumentará a representação feminina nas futuras eleições. Agradeço a colaboração dos funcionários do Senado – da Gráfica e do Prodasen.

Agradeço aos constituintes a eleição como seu Presidente e agradeço o convívio alegre, civilizado e motivador. Quanto a mim, cumpriu-se o magistério do filósofo: o segredo da felicidade é fazer do seu dever o seu prazer. (*Palmas.*)

Todos os dias, meus amigos constituintes, quando divisava, na chegada ao Congresso, a concha côncava da Câmara, rogando as bênçãos do Céu, e a convexa do Senado, ouvindo as súplicas da Terra (*palmas*), a alegria inundava meu coração. Ver o Congresso era como ver a aurora, o mar, o canto do rio, ouvir os passarinhos.

Sentei-me, ininterruptamente nove mil horas nesta cadeira, em 320 sessões, gerando até interpretações divertidas pela não-saída para lugares biologicamente exigíveis. (*Risos. Palmas.*) Somadas as das sessões, foram 17 horas diárias de labor, também no gabinete e na residência, incluídos sábados, domingos e feriados.

Político, sou caçador de nuvens. Já fui caçado por tempestades. (*Palmas.*) Uma delas, benfazeja, me colocou no topo desta montanha de sonho e de glória. Tive mais do que pedi, cheguei mais longe do que mereço. (*Não apoiado!*) Que o bem que os constituintes me fizeram frutifique em paz, êxito e alegria para cada um deles.

Adeus, meus irmãos. É despedida definitiva, sem o desejo de retorno.

Nosso desejo é o da Nação: que este Plenário não abrigue outra Assembléia Nacional Constituinte. (*Palmas prolongadas.*) Porque, antes da Constituinte, a ditadura já teria trancado as portas desta Casa.

Autoridades, Constituintes, Senhoras e Senhores.

A sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou antagonismo do Estado.

O Estado era Tordesilhas. Rebelada, a sociedade empurrou as fronteiras do Brasil, criando uma das maiores geografias do Universo.

O Estado, encarnado na metrópole, resignara-se ante a invasão holandesa no Nordeste. A sociedade restaurou nossa integridade territorial com a insurreição nativa de Tabocas e Guararapes (*palmas*), sob a liderança de André Vidal de Negreiros, Filipe Camarão e João Fernandes Vieira, que cunhou a frase da preeminência da sociedade sobre o Estado: “Desobedecer a El-Rei, para servir a El-Rei”. (*Muito bem!*)

O Estado capitulou na entrega do Acre, a sociedade retomou-o com as foices, os machados e os punhos de Plácido de Castro e dos seus seringueiros. (*Palmas.*)

O Estado autoritário prendeu e exilou. A sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou. (*Palmas.*)

A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram. (*Muito bem! Palmas prolongadas.*)

Foi a sociedade, mobilizada nos colossais comícios das diretas-já, que, pela transição e pela mudança, derrotou o Estado usurpador.

Termino com as palavras com que comecei esta fala: a Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar.

A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança.

Que a promulgação seja nosso grito:

– Mudar para vencer!

Muda, Brasil! (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.*)

PEDRO SIMON

Em sessão solene do Congresso Nacional, homenageia a memória de Ulysses Guimarães (26-11-92).

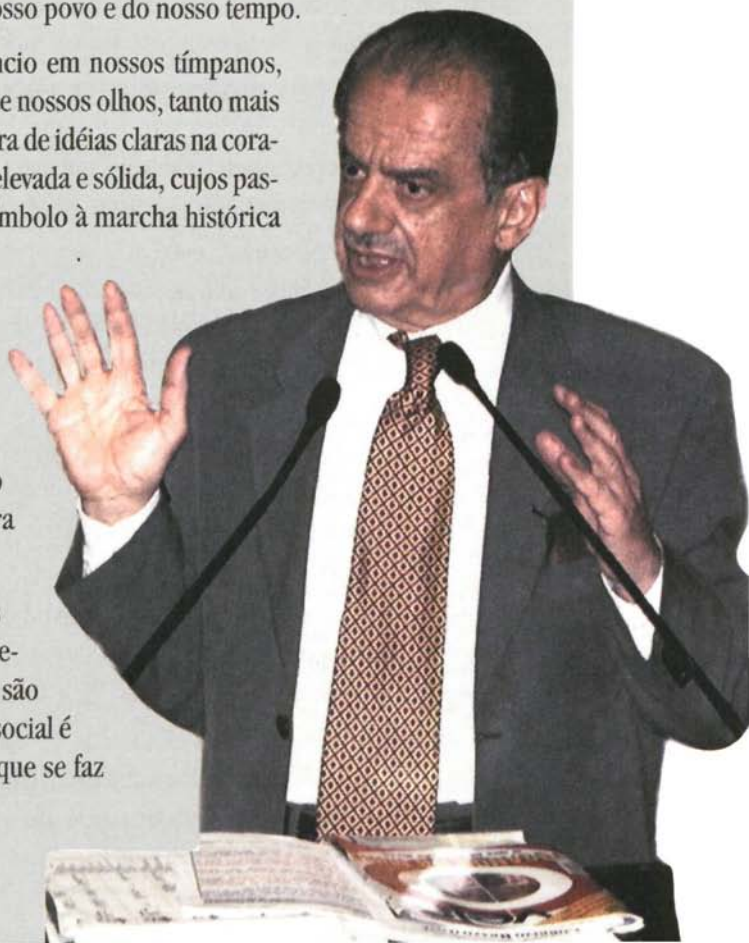
O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Há um grande silêncio neste plenário. Há uma grande ausência nestas salas e corredores. Não obstante o silêncio e a ausência, silêncio que perturba os nossos ouvidos, ausência que fere os nossos olhos, a voz forte de Ulysses Guimarães ecoa na consciência moral deste Parlamento, de nosso povo e do nosso tempo.

Quanto maior o silêncio em nossos tímpanos, quanto maior o vazio à frente de nossos olhos, tanto mais vigorosa a sua palavra, portadora de idéias claras na coragem, tanto maior a sua figura, elevada e sólida, cujos passos cadenciados serviam de símbolo à marcha histórica destas Casas Parlamentares.

Ele não deixou sombras detrás dos seus passos, e sim uma esteira de luzes.

Há homens que nascem para contemplar o mundo e há homens que nascem para construir o mundo.

Como todas as coisas deste universo que não entendemos, cuja aparência e essência são insondável mistério, o mundo social é um processo, é alguma coisa que se faz todos os dias.



Há homens que se contentam com a rotina, com as muralhas erguidas pela brevidade da vida, e a consomem na volúpia da ostentação.

Há homens para os quais o poder é mera licença para o hedonismo. E há homens, como Ulysses Guimarães, para os quais a alegria está na luta pela ordem que se funda na justiça, pela liberdade que se alicerça no respeito sagrado ao direito alheio.

Ulysses foi o construtor, como foi – e a metáfora se impõe, inarredável – o *navegador*. Coube-lhe retirar de seu descanso, na admirável biografia que Plutarco traça de Pompeu, a admoestação do grande general aos tripulantes de naves romanas, de que a vida não é necessária, necessária é a navegação (*Navigare necesse est, vivere non est necesse.*)

O seu desaparecimento arrepiava-nos a consciência, confirma-lhe a coragem e a disposição de servir. Tal como Pompeu, diante do porto de Siracusa, ele podia recensear as nuvens que pesavam, negras, sobre o mar, e os ventos que se fechavam para abrirem-se, enlouquecidos, na tormenta.

As horas, porém, exigiam a sua presença, reclamavam os seus conselhos, como no passado a população de Roma aguardava o trigo da Sicília. Era preciso navegar, e Ulysses embarcou no frágil aparelho, mais frágil do que as embarcações romanas de Pompeu, em companhia de Mora, Severo e Henriqueta.

A frase de Pompeu não pode, porém, aplicar-se às novas circunstâncias que nos sitiam. Era preciso navegar, sim, contudo, mais do que navegar, era preciso que Ulysses vivesse. Era preciso navegar e era preciso viver.

Daqui desta tribuna, vejo-o, ainda, a nos orientar “com a embriaguez da aventura no coração, pando de sonhos e alado de esperanças”, como fez em tantas oportunidades, indiferente aos riscos próprios das empreitadas cívicas pois, como disse, em 1973, quando lançado “anticandidato” à Presidência da República:

“A estátua dos estadistas não é forjada pelo varejo da rotina ou pela fisiologia do cotidiano.”

De fato, as miudezas e o ramerrão jamais o seduziram. Envolto por seus ideais de liberdade e de democracia, viveu como poucos: sinceramente comprometido e preocupado com as causas maiores do País e da Nação. Em um de seus últimos discursos, proclamou esse elemento da própria personalidade, quando exortou:

“Vamos cuidar das grandes coisas. Fica pequeno quem se envolve com coisas pequenas.”

Cidadão de idéias e político de ideais, em pleno arbítrio vislumbrou para si uma tarefa e um desafio: reconduzir o Brasil ao Estado de direito.

Surgiu, então, o grande intérprete das vontades da sociedade. A partir de 1968, logo após a edição do Ato Institucional nº 5, entregou-se à faina que chamou mudanças.

Perante a Convenção Nacional do PMDB, em setembro de 1973, ao oficializar a anticandidatura, explicou:

“O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira. Na Situação, o anunciado como candidato, em verdade, é o Presidente. Não aguarda a eleição e sim a posse. Na Oposição também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido. (...) a inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a Nação e perante o mundo que o sistema não é democrático, de vez que tanto quanto dure este, a atual Situação sempre será Governo.

Perenidade impossível quando o poder é consentido pelo escrutínio direto, universal e secreto, em que a alternatividade de partidos é a regra, consoante ocorre nos países civilizados. Não é o candidato quem vai percorrer o País. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo *habeas corpus* e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade

dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes porque ensurdece a Nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão e ao cinema.”

Durante uma viagem à Bahia, as forças do regime foram acionadas para intimidá-lo. Policiais fortemente armados, tendo à frente cães raivosos que ladravam ameaçadoramente, barraram-lhe o caminho.

Numa fração de segundos, percebeu que de sua atitude dependia o futuro da democracia e, por conseqüência, da Nação. Empertigou-se, pisou firme, foi em frente e bradou com determinação:

“Respeitem o Presidente da Oposição.”

Os soldados entreolharam-se desorientados. Os oficiais atônitos, deram a contra-ordem. Mais uma vez, a força do ideal derrotou o poder da força.

A homenagem que o Congresso, tendo à frente o ilustre Presidente Ibsen Pinheiro, fez a Ulysses Guimarães, dando a este plenário seu nome, é tão espontânea, é tão natural que a Nação a aceita com carinho, mas sem alarde.

Ulysses foi, em primeiro lugar, o cidadão. E cidadão com tal consciência que se tornou político.

Na política, foi sempre homem de Parlamento. Poucos, como ele, sentiram este recinto com a sacralidade que o envolve. Não o perturbavam as fraquezas de alguns, porque ele sabia que a legitimidade da representação não admite quaisquer restrições à escolha eleitoral.

O Parlamento reflete a sociedade dentro do seu tempo. Os compromissos éticos e o saber de cada legislatura se submetem, em seu todo, aos compromissos e ao saber da geração que a elege. Mas ele sabia, como todos sabemos, que a imensa maioria dos representantes do povo é fiel ao mandato recebido.

É preciso dizer bem claro, Sr. Presidente, e essa era a convicção de Ulysses, que o vício de origem de nosso sistema republicano, que faz do Chefe do Poder Executivo imperador sem cetro, compromete o Estado, perturba as relações entre os Três Poderes e desmerece o Parlamento, seja no exercício de fatos graves, até corruptíveis, seja no emprego de coação.

Livre dessas amarras, e delas, esperamos em breve, livre, o Parlamento, como queria Ulysses, encontrará a sua essência e se conformará à sua razão. É no exercício de sua gravíssima responsabilidade de interpretar, impor a vontade da Nação, que o Congresso se redimirá, para redimir o povo.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, duas linhas traçam o destino e o caráter de Ulysses. Quem o visse bem, nele identificaria a verticalidade moral, mas veria também, no seu apego ao povo, a linha horizontal da democracia. Essas linhas, a que marca o compromisso com a igualdade essencial entre todos os homens e a que revela a única diferença elogiável, a altivez do caráter, destacam-no como um dos maiores parlamentares da História desta Nação. Ele foi um pouco de Mirabeau e de Siéyès, um pouco de cada um dos grandes homens da humanidade.

Ao lembrar Mirabeau, lembremos o título que recomenda para os membros da Assembléia Nacional, em seu discurso de 15 de junho de 1789: “Tal deve ser – dizia o grande orador – na minha opinião, a fórmula que segue: representantes do povo francês. Quem pode disputar esse título?”

Quem pode disputar esse título? Que título pode ser mais alto? O dos reis, que se dizem representantes de um Deus tão próximo dos fortes e tão distante do povo? O dos tiranos, que representam a violência liberticida? Ulysses, senhores, foi, como todos nós, mais do que todos nós, representante do povo brasileiro.

Ele, no seu respeito à representação popular, podia repetir, como Cavour, que a pior das câmaras vale muito mais do que a melhor das antecâmaras. E a luta desta Nação, Sr. Presidente, luta na qual se destacou o

grande paulista de Rio Claro, não foi outra senão a de retirar o poder das antecâmaras, para que esta Casa e este Congresso possam exercê-lo na sua plenitude.

Senhoras e senhores, nas tribunas, palanques e coretos, Ulysses não discursava, Ulysses pregava. Mais que político, Ulysses era apóstolo sempre e, às vezes, transformava-se em profeta. Dos algozes que ocuparam o poder, exigia respeito; aos adversários de idéias, advertia; aos companheiros de luta, conclamava e estimulava, e, ao povo, impelia sempre para frente, rumo às conquistas indispensáveis à cidadania.

Mesclando em si as personagens de Homero e Cervantes, soube, a um só tempo, ser Ulysses de Tróia e Quixote de La Mancha, sem jamais deixar de ser ele próprio, o Ulysses Guimarães de nosso tempo, personagem de carne e osso e idéias, dentro de uma realidade contra a qual, quando necessário, combateu com suas armas prediletas: a garra e a palavra.

Poucos homens, muito poucos homens, conseguem alterar o curso dos acontecimentos de uma nação, Ulysses mudou o Brasil. Com certeza, este Brasil não é o país dos nossos sonhos e dos nossos ideais, mas, inegavelmente, é bem melhor do que era antes de ele atirar-se, movido por seus delírios patrióticos, na direção das liberdades democráticas e da conscientização popular.

A rigor, ao declarar promulgada a Constituição, bem poderia dar por concluída a tarefa de mudanças que a si mesmo impôs, mas preferiu continuar a sua aventura de viver. Coerente com a condição de ouvidor dos anseios da Nação, converteu-se no mascote da tese parlamentarista.

Ao defender a plenitude democrática, sustentou que nada justifica a exclusão de qualquer pessoa do processo eleitoral. Como Lincoln, dizia ser o voto a arma mais importante do cidadão. Por isso, explicava: "*A cidadania começa no analfabeto*".

Se o debate feria questões constitucionais, estava sempre pronto a demonstrar a supremacia do homem sobre o Estado. Daí não ter jamais ad-

mitido a violência estatal contra qualquer pessoa. E Ulysses ensinava: “*A injustiça contra um é a ameaça contra todos*”.

Atento às questões sociais, nunca se conformou com a precariedade do ensino e com o descaso oficial para com as crianças oriundas das classes menos favorecidas. Chamou a atenção, em várias oportunidades, para o fato de que “*não há um só exemplo de nação forte sem bom sistema de educação*”. E comentava a dolorosa situação das crianças abandonadas, ponderando: “É este um tema do qual só podemos falar com a cabeça baixa, os olhos no chão”.

Com a autoridade de quem tinha os pés calejados por tantas andanças pelo País e via nas desigualdades econômicas e sociais um sério risco à unidade nacional, registrou sua advertência: “Quando as elites políticas pensam apenas na sobrevivência do poder oligárquico, colocam em risco a soberania nacional. A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis”.

Em várias de suas prédicas, dentro e fora do Parlamento, ensinou: “Só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. O inimigo mortal do homem é a miséria. Não há pior discriminação do que a miséria. O Estado de direito, consectário da igualdade, não pode conviver com o estado de miséria. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria”.

Federalista, resumiu em três frases as suas preocupações com esta questão. “A Federação é a unidade na desigualdade, é a coesão pela autonomia das províncias, comprimidas pelo centralismo. Há o perigo de serem empurradas para a secessão. Enquanto houver Norte e Nordeste fracos, não haverá na União Estado forte, pois que fraco será o Brasil”.

Se, para muitos a política é uma arte, para ele sempre foi um contínuo ato de fé. Aliás, foi nesse sentido que com a política viveu e dela fez a matéria-prima com que forjou a sua irrepreensível vida pública.

Quarenta e cinco anos de atividade parlamentar tornaram-no mais do que um membro do Parlamento. Mesmo em vida, era o seu símbolo. Pode-se dizer que construiu com o Congresso Nacional uma simbiose: Ulysses era o Legislativo, o Legislativo era Ulysses.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, e familiares de D. Mora e Ulysses:

Deixei para o final as minhas recordações afetivas. Todo mundo sabe do carinho, do apreço e da admiração que tinha por Ulysses Guimarães. Fui daqueles que o tiveram como mestre. Tive, ao longo da vida, nos bons e nos maus momentos, a emoção do seu conselho e da sua orientação. Muitos foram iguais a mim.

Se eu perguntar aos gaúchos que se encontram aqui se, na História do Brasil, existe um brasileiro que foi mais vezes ao Rio Grande do Sul que Ulysses Guimarães, dirão que não, porque dezenas e dezenas de vezes Ulysses Guimarães ali esteve. Mas, se eu perguntar a qualquer patriota, de qualquer Estado da Federação, a resposta será a mesma: dezenas e dezenas de vezes Ulysses percorreu este País.

Será que alguns dos senhores se deram conta, pararam para pensar sobre isso? Não há, na História deste País, nenhum homem público que, não tendo ocupado cargo no Executivo – não foi Presidente, não foi Governador, foi um homem de partido –, que tenha andado, viajado, percorrido os caminhos do Brasil tantas vezes como Ulysses.

Vinha nas horas amargas, nas horas difíceis, nas horas de sofrimento, nas horas da interrogação, quando todos se perguntavam se valia a pena continuar. Ulysses vinha para nos dar forças.

Quando houve a série de cassações no MDB do Rio Grande do Sul e se iniciou um movimento para a auto-extinção do partido Ulysses lá estava para dizer: – É preciso continuar!

Quando houve as cassações e nós, com o Governo praticamente eleito, fomos impedidos, com a nomeação de um governador, houve quem quisesse dissolver o partido, quem pretendesse votar em branco. Mas lá estava Ulysses para dizer: – É preciso continuar!

Em cada estado, companheiros poderiam dizer o que digo.

Mais de uma vez, umas sete ou oito vezes, aconteceu, no Rio Grande do Sul, o carro rolar várias vezes e cair lá embaixo no precipício e Ulysses levantar, arregaçar as mangas e entrar em outro carro e continuar. Lembro-me das vezes – nós éramos oposição ao regime da violência e do arbítrio – em que o vi entrar em um aviãozinho monomotor e, só, enfrentar as tempestades, para, milagrosamente, sair do outro lado! Mais de uma vez Ulysses fez isso. Foram tantas as vezes que Ulysses nasceu de novo no Rio Grande do Sul! Falo no Rio Grande porque é o meu estado, mas se perguntar à Bahia, a Pernambuco, a Alagoas, ao Acre, a Rondônia, a qualquer Estado, os senhores hão de dizer a mesma coisa: – Lá ele também esteve.

Por isso, de certa forma, entendo o que muita gente não entende. Como não o aconselharam que não era hora? Por que ele entrou naquele helicóptero? Foram tantas vezes que ele o fez, foram tantas as vezes que ele aceitou o desafio, que, este último, para ele, era apenas mais um.

Tenho certeza de que muitos e muitos dos companheiros aqui presentes receberam, nas horas difíceis, ou a presença física, ou o telefonema, ou a carta, ou o conselho do Dr. Ulysses. Nas horas alegres isso não acontecia.

Não me lembro do Dr. Ulysses nas horas de glória. Não me lembro do Dr. Ulysses nas horas de festa, mas não consigo lembrar um momento difícil em que não tivéssemos a presença do Dr. Ulysses. Não consigo lembrar um momento de desafio, um momento de garra, um momento de luta em que não tivéssemos a palavra e a orientação do Dr. Ulysses.

Vejam que não foi Presidente, não foi Governador. Porém se recorrermos à nossa História, será muito difícil encontrarmos nomes que se asse-

melhem, no seu estímulo, na sua vontade e na sua garra a Ulysses Guimarães. Não me lembro de ver Ulysses Guimarães pensando em bens, em patrimônio, em quanto ganharia no fim do mês, o que poderia fazer, o que poderia deixar de fazer. Recordo o carinho e o afeto que ele tinha pelos seus filhos, pela sua família. Lembro-me de D. Mora dizer que dos bens que ela possuía, que eram seus, tinha de tirar os do Dr. Ulysses, porque, em termos de aluguel, ficava dois ou três anos sem reajustá-los, por não ter qualquer preocupação com essas questões.

Esse era o Dr. Ulysses.

É muito difícil encontrarmos uma pessoa como o Dr. Ulysses. Se um dos senhores se aproximar dos íntimos, conversar com as pessoas, se vocês pegarem os íntimos, as pessoas que jantavam, que conversavam e dialogavam com ele na maior intimidade – com a sua Mora, com seus filhos –, todos dirão da sua preocupação com o seu País. Duvido que apontem, em toda a existência do Dr. Ulysses, um ponto que não seja a dignidade, a seriedade, a preocupação com este País, com a sua libertação e com os problemas da sua sociedade.

Ulysses era o grande homem público, mas nunca deixou de ser o homem de sua casa, de sua mulher, de seus filhos, os filhos de Dona Mora trazidos para o seu afeto. Era também Ulysses o amigo de seus amigos, o chefe que impunha sua autoridade, com as mãos mansas, a voz serena e o exemplo do trabalho.

Ele sabia repartir-se, embora desse mais de sua vida ao País, ao nosso Brasil. Com tantos outros homens de seu tempo e de seu compromisso Ulysses espantava o sono com o dever. E, mesmo nas horas mais amenas, ao lado dos mais íntimos amigos, a política estava presente.

Ele sabia que a paz, como dizia Tancredo, é a esquiwa conquista da razão política. E que, para promovê-la, é necessário, muitas vezes, recorrer à bravura. Foi o que ele fez, nos tempos do regime de força, quando sua autoridade moral afastava as baionetas e silenciava o ladrar e o rosnar dos cães.

Ele guarda, no seu desaparecimento, o símbolo transcendental dos esperados. Tal como D. Sebastião, provavelmente levado pelas águas do rio El Makhazin, do Saara ao vasto abismo atlântico, o mar nos negou um corpo a velar, e, com isso, nos deu a ilusão do seu retorno.

Recordo-o com a dor de todas as saudades, mesmo sentindo-o aqui entre nós. Nos plenários e corredores deste Congresso, seu corpo esguio, por sobre o qual ressaltava a cabeça altiva, continua desfilando a imponência e o carisma do grande homem, que recebeu, uma semana antes do seu último vôo, a homenagem das crianças, no dia em que completava 76 anos.

Mas o velhinho, como já sabia ser chamado, ainda tinha muito a dar. Exemplo disso foi o telefonema recebido de Vossa Excelência, Presidente Itamar Franco, em Angra, horas antes de sua morte. Mesmo no seu descanso, era comum ser procurado por aqueles que buscavam a sua palavra, os seus conselhos e as suas opiniões.

Ao seu lado, a figura doce da companheira de todas as horas, D. Mora, esposa, amiga e cúmplice. Ela, que milhares de vezes ficou em casa, quando ele saiu podendo não voltar, estava com ele o tempo todo durante a derradeira viagem.

Perdoem-me os familiares, mas quando o corpo de D. Mora Guimarães foi encontrado só, tive o pressentimento, que vai-se confirmando. Ulysses não permitirá que o encontrem.

Ao deixar a Presidência do PMDB, em discurso célebre, avisou: "Vou livre como o vento, transparente, e, cantando como a fonte. Desço. Vou para a planície, mas não vou para casa. Vou morrer fardado, não de pijama".

E assim ele fez. Confirmando que "viver não é preciso", entregou-se, após uma vida digna e profícua, à morte inexorável. Estava na liça e segue a navegar, pois é preciso. Certamente há de estar caminhando rumo ao sol, que é luz, não rumo à lua, que é noite.

Ulysses Guimarães fez tudo isso. E fez mais. Lutou para mudar o Brasil. Conseguiu. Não será apenas uma lembrança efêmera. Ficou eterno.

Vá em frente, Ulysses; vá em frente, amigo; vá em frente, companheiro; vá em frente, conselheiro; vá em frente, líder; vá em frente, mestre; vá em frente, irmão. Singra teus mares! Deus te abençoe!

A Pátria e todos nós atestamos: cumpreste o teu dever! Haveremos de tê-lo na alma, no sentimento e na saudade, sabendo que, em qualquer momento, estejamos onde estivermos, nas horas difíceis, a palavra, a orientação, a fé, a presença de Ulysses Guimarães nos confortará.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Despede-se do Senado Federal, para assumir a
Presidência da República (15-12-94).*

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna, não para uma despedida, mas para uma palavra de gratidão e fidelidade.

Há doze anos, quem aqui fazia seu discurso de estréia era o intelectual que as artimanhas do autoritarismo afastaram compulsoriamente da cátedra universitária e converteram em aprendiz de político.

Hoje, vencida uma etapa desse aprendizado, sinto a emoção de deixar a Casa onde me fiz plena e orgulhosamente político. E com o diploma de primeiro mandatário que o povo generosamente me concedeu, venho à presença dos meus pares dizer do fundo do coração: muito obrigado.

LIÇÕES DE POLÍTICA DEMOCRÁTICA

Obrigado pela prática permanente do diálogo, do debate – freqüentemente acalorado; crispado, aqui e ali, pelo risco de impasses que fomos capazes de superar, para o bem do Brasil; mas sempre leal e construtivo. Não poderia haver exercício mais gratificante do que esse para alguém, como eu, que entende que a



política democrática deve ser uma forma de convivência civilizada: a arte de transformar a sociedade acreditando nas próprias razões, mas ouvindo as razões do outro e medindo as conseqüências dos próprios atos. Porque o modo democrático de mudança significa também mudança das consciências por meio do convencimento. E este, quando não é imposição disfarçada, é um processo de esclarecimento recíproco que supõe a possibilidade tanto de convencer quanto de ser convencido.

Obrigado pelos exemplos de espírito público que tive a felicidade de colher nesta Casa. Foram tantos, e de tantos lados, que só fizeram fortalecer em mim a certeza de que a devoção à busca do bem comum não é monopólio de ninguém; não conhece fronteiras de partidos, nem de ideologias, nem de interesses regionais ou de classe. Exige apenas generosidade para pensar no que é melhor para o País como um todo, e discernimento para julgar o que é melhor. Discernimento que provém – e isto eu também aprendi aqui – muito mais da experiência no trato da coisa pública do que de qualquer saber teórico.

Estreei nesta tribuna, há doze anos, rendendo homenagem a dois políticos – Ulysses Guimarães e André Franco Montoro – que para mim encarnam no mais alto grau as virtudes do espírito público e da capacidade de diálogo.

Hoje eu gostaria de deixar registrada nos *Anais do Senado* uma manifestação de reconhecimento a todos quantos, nesta Casa e fora dela, fizeram das mesmas virtudes a argamassa da ponte que deu passagem à transição democrática.

AS ELEIÇÕES MARCAM O FIM DA TRANSIÇÃO

Acontece que estas eleições colocam, a meu ver, um ponto final na transição. Depois de dezesseis anos de marchas e contramarchas, a “abertura lenta e gradual” do ex-presidente Geisel parece finalmente chegar ao porto

seguro de uma democracia consolidada – e aqui falo mais como observador da história recente do que como presidente eleito.

É um edifício acabado essa democracia? Decerto que não. Há uma agenda de reformas políticas que não se esgotou na questão do sistema de governo. Teremos de encaminhar essas reformas, até para compatibilizar a opção presidencialista do eleitorado com os requisitos de legitimidade e eficácia das instituições representativas.

Quando digo que a transição chegou a bom termo, não me refiro, portanto, às instituições. Refiro-me, em primeiro lugar, ao enraizamento da democracia no solo firme da sociedade brasileira.

Esta é uma boa notícia que as eleições confirmaram.

É verdade que as frustrações políticas dos últimos anos cobram seu preço. Aí está o aumento do absenteísmo e dos votos brancos e nulos, a nos advertir que as reservas de esperança do povo podem ser grandes, mas não são inesgotáveis.

Apesar disso, a imensa maioria apostou mais uma vez na participação eleitoral. E distribuiu maciçamente seus votos entre opções que, bem pesadas as diferenças, apontavam para um horizonte comum de mudanças com liberdade.

Nestes meses de andanças pelo Brasil, quantas vezes não li no olhar do eleitor mais humilde, nos lugares mais remotos, a mensagem tocante de confiança, mas também de cobrança ativa de quem sabe e se orgulha de ser cidadão? Quem leva no peito esse sentimento, mesmo quando ele ainda nem se traduz em palavras, saberá repelir tanto o salto no escuro como o retrocesso a situações autoritárias. Ou – o que seria talvez o pior dos cenários – o marasmo de uma democracia meramente formal, esvaziada de conteúdo econômico e social pelas pragas do elitismo, do fisiologismo e do corporativismo.

Não deixa de ser espantoso que uma sociedade marcada por tamanhas desigualdades, e castigada, no passado recente, por decepções tão amar-

gas com seus representantes, tenha sido capaz de marchar para as urnas com tanta tranquilidade. E que afinal saia das eleições unida em torno da perspectiva de um amanhã mais próspero e justo pela via democrática.

Eu me pergunto: E nós, os depositários desse voto de confiança? Seremos capazes de superar nossas próprias deficiências para corresponder aos anseios da sociedade?

Creio que também nesse terreno, Srs. Senadores, há sinais alvissareiros.

Sáímos da refrega eleitoral sem cicatrizes pessoais ou partidárias, pelo menos no plano nacional. Na imprensa, aqui e ali, chegaram a reclamar da “frieza” da campanha presidencial. Eu não vi frieza. Vi, sim, a busca de uma escolha mais refletida por parte do eleitorado, e um clima de civilidade entre os candidatos – ambiente para o qual procurei contribuir e pelo qual sou grato aos meus competidores.

As circunstâncias facilitam que seja assim.

O colapso das fronteiras ideológicas no mundo repercute, até com algum atraso, na política doméstica, arrefecendo os ímpetos sectários à esquerda e à direita.

A divisão histórica entre apoiadores e opositores do regime de 64, que de algum modo sobreviveu ao pacto da Aliança Democrática, também não vigora mais. Não polariza as forças políticas nem o eleitorado. As tentativas de restabelecer esse divisor de águas no processo eleitoral frustraram-se. Se aindaoubessem dúvidas, caíram por terra diante das alianças feitas por todos no segundo turno das eleições para governador.

O amadurecimento da sociedade vem acompanhado, assim, de uma saudável distensão das forças políticas. Saudável, não porque a polarização seja um mal em si – ao contrário, ela é a mola do processo democrático. Saudável, porque a remoção das barricadas do passado abre caminho para um outro tipo de recorte partidário, que não bloqueie o diálogo e que, em

vez do imobilismo, instaure a dinâmica da competição entre diferentes alternativas de construção do amanhã.

Por isso me animo a afirmar que chegamos ao fim da jornada da transição – que a democracia brasileira finalmente repousa sobre alicerces firmes, embora seu travejamento institucional ainda demande reparos. E rendo aqui minha homenagem aos que, mantendo posições partidárias e convicções pessoais, souberam dar-se as mãos e dar a mão ao País para superar os impasses que se apresentaram ao longo do caminho. E que foram muitos, muitíssimos.

Se me permite o Presidente, eu queria recordar, numa das primeiras sessões do Congresso de que participei depois de eleito senador, a atitude do então Presidente do Senado, Senador Nilo Coelho, que, sob forte pressão de todos nós da Oposição, ele manteve a sua posição de magistrado e consolidou uma decisão que punha por terra – pela primeira vez no regime autoritário – uma decisão do Governo que congelava salários, e a que nós nos opusemos. O Senador Nilo Coelho nunca hesitou entre a fidelidade àquilo que era a Casa que ele presidia e as suas ligações partidárias.

O CONGRESSO, SOLUCIONADOR DE IMPASSES

Os políticos, em geral, e o Poder Legislativo, em especial, têm sido alvo de críticas duríssimas. Críticas em parte procedentes. Longe de mim tapar o sol com a peneira por uma descabida “solidariedade de classe”. A sociedade tem direito de ser dura, implacável mesmo, na cobrança de decência e transparência de seus representantes.

Mas há que separar o joio do trigo, até para que a cobrança seja eficaz.

É justo que se diga, então, em alto e bom som: a transição não teria chegado a bom termo, o edifício da nossa democracia não pararia de pé, se dentro do Congresso Nacional não houvesse políticos com “p” maiúsculo. Deputados e senadores da melhor qualidade, cuja presença honraria qual-

quer parlamento do mundo. Homens públicos que, nas horas mais difíceis, preferiram correr o risco de se abrir aos anseios de mudança da sociedade do que se entrincheirar em posições estabelecidas. Que entenderam, por outro lado, que em certos momentos é mais importante transigir e avançar, um passo que seja, do que meramente marcar posição. E que nunca, nunca esmoreceram nem abriram mão da responsabilidade de levar adiante a agenda das decisões nacionais. Quantas vezes não teria sido mais cômodo, e até humanamente compreensível, cuidar dos próprios assuntos e lavar as mãos diante do quebra-cabeças quase insolúvel criado pela fragmentação das nossas forças políticas?

Por contar com políticos desta envergadura, o Congresso – o mesmo Congresso ao qual a sociedade brasileira às vezes quer dar as costas, como a um espelho cruel da sua própria heterogeneidade –, este Congresso foi capaz de se superar e vencer os grandes desafios da transição.

Foi aqui que o surgimento de uma nova maioria mudancista, fundada no calor da mobilização por eleições diretas para presidente, em 84, pre-nunciou o fim do ciclo dos governos militares.

Quando o autoritarismo agonizante reuniu forças para barrar as diretas-já, foi aqui que essa mesma maioria engendrou o pacto para a transferência pacífica do poder aos civis. E abriu caminho para a restauração da plena liberdade partidária; para a convocação da Constituinte; para a elaboração de uma nova Carta que, com todas as deficiências conhecidas – a elas voltarei logo adiante –, consagrou de maneira vigorosa os direitos e garantias de uma democracia moderna.

Mais recentemente, quando o País se viu traído em sua confiança pelo primeiro presidente eleito pelo voto direto depois de três décadas, foi ainda o Congresso que, mais uma vez, ouviu a voz das ruas e possibilitou a solução da crise sem uma ruptura institucional.

Este mesmo Congresso, mal feito do trauma do *impeachment*, foi capaz de expor suas próprias mazelas num doloroso processo de autodepuração.

É verdade que, nas agruras desse processo, perdemos a oportunidade única de realizar a revisão constitucional prevista nas Disposições Transitorias da Carta de 88.

Ainda assim, conseguimos aprovar as bases legais do Programa de Estabilização Econômica, com o qual o Governo do Presidente Itamar Franco estendeu uma ponte para a retomada, no ano que vem, das reformas estruturais que o País demanda. E digo “conseguimos aprovar” com a confiança de quem, havendo participado da elaboração do Plano Real nas funções de Ministro, nunca deixou de se sentir em casa quando chamado a debatê-lo no Congresso.

Venho de uma campanha em que ostentei com orgulho o título de senador – senador por São Paulo –, e assumi claramente as alianças políticas que fiz, para que o eleitor as julgasse.

O apelo fácil do discurso antipolítico nunca me atraiu nem intimidou.

A condição de político, de homem do diálogo e do Parlamento, eu a adquiri nesta Casa e exerci com imensa satisfação quando investido nas funções de ministro. Serei fiel a ela como presidente, assim como fui enquanto candidato. Não só por gratidão pelas lições que aprendi aqui. Não só por apreço pessoal aos senadores e deputados com quem tive o privilégio de conviver nestes doze anos. Mas porque entendo que não há democracia forte sem parlamento forte, afinado com as aspirações da sociedade e apto a dividir poderes e responsabilidades na direção do Estado.

O FIM DA ERA VARGAS

Sr. Presidente, Srs. Senadores, levamos a cabo a tarefa da transição. Olhando para trás, revendo os obstáculos vencidos, podemos dizer a nós mesmos e ao País, sem jactância, mas com satisfação: missão cumprida.

Mas a hora não é de congratulação apenas. É de pensar no futuro. De projetar, com a régua e o compasso da democracia, o tipo de país que

queremos construir para nossos filhos e netos. E de colocar mãos à obra para vencer a distância entre o sonho e a realidade.

Acontece que o caminho para o futuro desejado ainda passa, a meu ver, por um acerto de contas com o passado.

Acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas, ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista.

Esse modelo, que à sua época assegurou progresso e permitiu a nossa industrialização, começou a perder fôlego no fim dos anos 70.

Atravessamos a década de 80 às cegas, sem perceber que os problemas conjunturais que nos atormentavam – a ressaca dos choques do petróleo e dos juros externos, a decadência do regime autoritário, a superinflação – mascaravam os sintomas de esgotamento estrutural do modelo varguista de desenvolvimento.

No final da “década perdida” – assim chamada, às vezes, com injustiça –, os analistas políticos e econômicos mais lúcidos, das mais diversas tendências, já convergiam na percepção de que o Brasil vivia não apenas um somatório de crises conjunturais, mas o fim de um ciclo de desenvolvimento de longo prazo. Que a própria complexidade da matriz produtiva implantada excluía novos avanços da industrialização por substituição de importações. Que a manutenção dos mesmos padrões de protecionismo e intervencionismo estatal sufocava a concorrência necessária à eficiência econômica e distanciaria cada vez mais o Brasil do fluxo das inovações tecnológicas e gerenciais que revolucionavam a economia mundial. E que a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento colocaria necessariamente na ordem do dia os temas da reforma do Estado e de um novo modo de inserção do País na economia internacional.

Faltava transpor essa agenda dos fóruns especializados para a arena política nacional.

Isto começou a acontecer no governo anterior ao do Presidente Itamar Franco. Infelizmente, de uma maneira atabalhoada, em um ambiente político poluído por uma coorte de desatinos.

Devemos à extraordinária sensibilidade política do Presidente Itamar Franco que esse resultado não tenha sido levado pelo furacão que colheu seu antecessor. Nas circunstâncias difíceis que todos conhecemos, guiado pelo radar da intuição do estadista que hoje o Brasil aclama, Sua Excelência conseguiu salvar do naufrágio aquilo que merecia ser salvo: as medidas no sentido da abertura externa e da desestatização da economia; mas sobretudo a manutenção, na agenda política, das reformas fundamentais para um novo modelo de desenvolvimento.

O País deve muito mais que isso a Itamar Franco. Deve a restauração da dignidade da função pública. Deve a decisão corajosa de atacar pela raiz o mal da inflação, que exauria a sociedade, minava a confiança nas instituições e bloqueava a retomada do desenvolvimento.

Sou pessoalmente devedor de Sua Excelência pela oportunidade que me deu de conduzir o enfrentamento desse desafio, como Ministro da Fazenda, e pelo apoio com que nunca me faltou.

Desse modo, preparo-me para assumir a Presidência, não na atitude messiânica de quem se imagina portador de alguma missão inédita. Faço-o, sim, como orgulhoso continuador do trabalho do Presidente Itamar Franco. E como instrumento de uma agenda de mudanças amadurecidas na sociedade e amplamente conhecida pelas forças políticas.

BASES DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Permitam, Srs. Senadores, que eu repasse os pontos fundamentais dessa agenda, sublinhando aqueles em que a parceria do presidente com o

Congresso e com as forças políticas em geral será imprescindível para o êxito das mudanças.

Estabilidade Macroeconômica

O primeiro ponto é a continuidade e aprofundamento do processo de estabilização econômica – não como um fim em si mesmo, mas como condição para o crescimento sustentado da economia e para o resgate da dívida social.

Meu governo, pela manifestação expressa e maciça de apoio popular ao Plano Real, nasce absolutamente comprometido com a preservação da estabilidade da economia e da moeda nacionais.

Creio não ser outro o sentido do mandato recebido pela imensa maioria dos governadores, senadores e deputados recém-eleitos – tanto os que apoiaram o Plano Real como aqueles que, não apoiando, foram sensíveis ao entusiasmo da população com a moeda forte e propuseram-se a defendê-la, ainda que por outros meios.

Confio que terei a solidariedade do Congresso e dos governadores estaduais no cumprimento deste compromisso.

Contarei com a colaboração da mesma equipe econômica, reforçada por quadros igualmente competentes e dedicados.

Com esta solidariedade, com estes colaboradores na área econômica e com o engajamento de todo o governo – engajamento do qual, convém antecipar, não vou abrir mão, não se trata de um programa do ministro tal ou qual, é um programa do Governo e do Presidente da República – serei inflexível na manutenção da disciplina fiscal e monetária, que é o fundamento da estabilidade econômica.

A agenda da modernização nada tem em comum com um desenvolvimentismo à moda antiga, baseado na pesada intervenção estatal, seja através da despesa, seja por meio dos regulamentos cartoriais.

A realidade do comportamento da economia desde a implantação do Real desmentiu a falácia do “plano recessivo”, como se a austeridade fiscal necessária ao controle da inflação andasse na contramão do crescimento econômico.

A continuidade do crescimento da economia supõe taxas de investimento acima de 20 por cento do PIB, como na década de 70. A retomada dos investimentos – especialmente em infra-estrutura – tem como seus pilares a confiança na estabilidade econômica do País e a construção de um marco institucional que permita à iniciativa privada exercer na plenitude seu talento criador. Marco no qual cabe destacar a crescente autonomia do Banco Central como guardião da estabilidade da moeda.

Por seu lado, a instauração de uma verdadeira democracia econômica e social supõe que a ação do Estado se volte efetivamente para as maiores menos organizadas ou inorganizáveis: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os pobres e os excluídos. Para isso é preciso resgatar o Estado da pilhagem dos “interesses estratégicos”, das “conquistas sociais” exclusivistas, do corporativismo – numa palavra, dos privilégios que distorcem a distribuição de renda.

Tanto a retomada do crescimento como o resgate da dívida social apontam, assim, para um ataque decidido à parte dos gastos públicos que existem apenas para sustentar arranjos corporativos.

A imprensa, ultimamente, deu curso à versão de que eu seria, digamos, excessivamente contido nos gastos pessoais. Os senadores que convivem comigo sabem que a fama é imerecida. Intriga da oposição... Pois bem: creiam que farei por merecer essa fama em tudo o que diz respeito ao controle do gasto público.

O aprofundamento do programa de estabilização também exige que avancemos novos passos na desindexação da economia. O futuro governo terá de levar adiante essa tarefa, com as cautelas necessárias, sem truques nem confiscos, mas com determinação.

Outro equívoco desmentido pelos fatos é a idéia de que a estabilização se faria às custas do “arrocho salarial”.

Na realidade, em vez de arrocho, o que se vê desde a implantação do Real é uma expressiva recuperação do salário médio, da massa salarial e do consumo das camadas mais pobres.

Só em importação de trigo houve um aumento de um milhão de toneladas de um total de sete que importávamos no ano passado, nos últimos seis meses, em função da contenção da corrosão inflacionária, que permitiu que o povo mais pobre comesse um pouco mais de pão ou de macarrão.

Falando em bom português: o povo está comendo mais. Está se vestindo melhor. Está conseguindo realizar os pequenos projetos de consumo que antes eram impossíveis, devido à corrosão dos salários pelo imposto inflacionário.

Espanta, diante disto, que sindicalistas e políticos que se arrogam a defesa do interesse dos trabalhadores não tenham nada melhor a propor, a esta altura, do que a volta da indexação mensal plena. Como se a ciranda de preços e salários já não tivesse provado sua inutilidade para defender o poder aquisitivo dos assalariados!

Desde a derrubada da lei salarial que mencionei aqui, em 1984, até agora, foram inúmeras as tentativas de recompor salário pela via de aumentos nominais. Sempre a inflação corroeu os salários mais depressa do que a vontade do legislador. Não é possível que voltemos aos mesmos enganos do passado, ao invés de aproveitarmos a oportunidade para dar, efetivamente, margem a um outro tipo de relacionamento e a uma sociedade mais justa no que diz respeito à distribuição de renda.

Abertura da Economia

Neste ponto a política de estabilização cruza com outro item da agenda para um novo modelo de desenvolvimento. Trata-se de levar adiante a

abertura da economia brasileira – incluindo, no que couber, os setores financeiros e de serviços – e sua integração ao mercado mundial.

Em 1990, quando a abertura comercial ganhou velocidade, com a abolição de muitas barreiras não-tarifárias e o início do cronograma de redução das tarifas de importação, não faltou quem previsse a “quebradeira” da indústria nacional.

Em vez disso, o que se tem visto são provas da vitalidade do nosso parque industrial. Apesar das altas taxas de inflação, que praticamente inviabilizaram o recurso ao crédito bancário, indústrias de todos os ramos e tamanhos responderam ao desafio da abertura comercial com enorme vigor. Reestruturaram-se; buscaram a atualização tecnológica e gerencial; conseguiram ganhos expressivos de qualidade e produtividade.

Um bom indicador desse dinamismo são as quase 500 empresas brasileiras, detentoras do certificado de qualidade internacional ISO 9000 – qualquer dos nossos países vizinhos não chega à centena, longe dela; e já temos mais de 500 empresas com esse certificado.

Mas o indicador crucial é, obviamente, o desempenho das exportações. Elas aumentaram mais de 14% nos últimos três anos. Estão fechando 1994 com um crescimento de 13% em relação ao ano anterior, que já havia sido um ano de grande expansão.

Os compromissos que o Brasil acaba de assumir no encontro entre governantes das Américas, em Miami, apontam para uma área hemisférica de livre comércio em 2005, daqui a 10 anos apenas. O MERCOSUL funcionará como união aduaneira a partir de 1º de janeiro próximo. E os acordos de cooperação entre os países da América do Sul – o ALCSA – estão sendo rapidamente definidos.

A integração ao mercado mundial supõe a manutenção da curva ascendente de nossas vendas externas.

Eu queria aproveitar para transmitir ao Senado, agora que assisti recentemente a essa cúpula hemisférica, o meu sentimento até de uma certa

ansiedade, por ver que o amanhã já começou e que, eventualmente, ainda não temos a consciência disseminada no nosso País do enorme esforço que teremos que empreender para que possamos efetivamente chegar a 2005 com condições efetivas, reais de competição.

Daqui para frente, no entanto, nosso lema terá que ser claramente: exportar mais para importar mais. Não para continuar produzindo saldos comerciais gigantescos e acumulando reservas, além dos 43 bilhões de dólares que temos depositados nos bancos internacionais.

Nas circunstâncias passadas, foi fundamental manter essas reservas elevadas. O Senador José Sarney, como Presidente da República, enfrentou dificuldades quase sem paralelo porque não tinha a estruturação política de que dispomos hoje. Ele sabe do valor estratégico da existência de saldos e divisas no montante que temos hoje. É o que nos dá os graus de liberdade, que permitiram ser o Brasil o único país a conseguir redefinir sua dívida externa, sem ter feito nenhuma carta de intenção do Fundo Monetário Internacional. Não há outro exemplo. Foi a maior negociação de dívida na história do capitalismo. E foi feita sem que houvesse a necessidade de monitorar a economia brasileira, porque dispúnhamos daquilo que era a condição necessária para decisões audaciosas, mas corretas, nessa renegociação, que eram as nossas reservas. Entretanto, já acumulamos essa massa de reservas. E hoje podemos entrar no desafio dessa nova etapa da economia internacional sem ter a preocupação – naturalmente tendo a preocupação de mantê-las – de ampliá-las, até porque o custo da sua manutenção, em termos de reais, é muito elevado.

Exportar para importar: esta é a regra que deve presidir ao novo ciclo de crescimento. Importar equipamentos e insumos para acelerar a modernização e a expansão da indústria, da agricultura e dos serviços domésticos. Importar bens de consumo, sim, mantendo uma proteção tarifária moderada, para que os preços internos se aproximem dos preços internacionais, e os ganhos de produtividade já ocorridos e por ocorrer se transfiram, efetivamente, para o conjunto da sociedade.

É muito importante ter claro que esse mecanismo permite que a sociedade, no seu conjunto, se beneficie dos ganhos de produtividade, porque, se não tivermos a possibilidade de uma referência externa de preços, os ganhos de produtividade aumentarão ainda mais exponencialmente a concentração de renda, sem que disso se beneficie o conjunto da população.

É assim que se combina crescimento e distribuição de renda nas economias capitalistas maduras.

Nesta perspectiva, o Governo terá de estar atento para não comprometer o desempenho das exportações e da produção para o mercado interno por uma apreciação artificial do real.

Também terá de estar atento – mais que isso, bem preparado – para reagir prontamente às tentativas de *dumping* e outras práticas comerciais ilícitas do lado das importações. Preparado para impulsionar o desenvolvimento tecnológico necessário a nossas indústrias. E para seu financiamento com juros aproximados das taxas internacionais – primeiro passo, aliás, que já foi dado por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e novos passos terão de seguir nessa direção.

Mas em nenhuma hipótese o Governo poderá ceder a pressões que acabariam por trazer de volta o protecionismo, por meio da reindexação do câmbio e de uma depreciação igualmente artificial do real. O dólar não deve voltar mais a funcionar como um índice de preços internos.

Portanto, manter e aumentar a competitividade das exportações, sim. Mas em bases consistentes com a política de estabilização e com a estratégia de abertura da economia. Por meio de medidas que, por um lado, permitam novos ganhos de produtividade às empresas e, por outro lado, aumentem a eficiência sistêmica da economia, reduzindo o chamado “custo Brasil”. Ou seja, o enorme custo adicional para produzir no Brasil, em função de más estradas, de portos deficientes, de impostos mal postos, de mão-de-obra mal treinada e mal paga, enfim, de um conjunto de fatores que, isoladamente, podem não parecer determinantes, mas que, no seu conjunto,

minando o sistema, aumentam o que se chama o custo Brasil. E em uma economia como é a contemporânea, ou prestamos atenção ao custo das demais economias, ou não teremos aberto realmente uma estrada nova para o nosso País. Isso abrange um amplo espectro de providências, desde a eliminação de impostos que dificultam as exportações, até a melhoria das estradas, dos transportes e dos portos, cujo mau estado encarece a produção doméstica.

Isso nos leva a outros dois itens fundamentais na agenda de reformas.

Nova Relação Estado-Mercado

Um deles diz respeito à nova relação entre o Estado e o setor produtivo privado.

No ciclo de desenvolvimento que se inaugura, o eixo dinâmico da atividade produtiva passa decididamente do setor estatal para o setor privado.

Tenho repetido à exaustão, mas não custa insistir: isto não significa que a ação do Estado deixe de ser relevante para o desenvolvimento econômico. Ela continuará sendo fundamental, mas mudando de natureza.

O Estado produtor direto passa para segundo plano. Entra o Estado regulador, não no sentido de espalhar regras e favores especiais a torto e a direito, mas de criar o marco institucional que assegure plena eficácia ao sistema de preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade produtiva.

Em vez de substituir o mercado, trata-se, portanto, de garantir a eficiência do mercado como princípio geral de regulação.

Mão-de-obra e matéria-prima baratas deixaram de ser vantagens comparativas relevantes no mercado mundial. O que faz a diferença é a eficiência conjunta da cadeia de produção e comercialização de cada país.

É fundamental que o Brasil ofereça à indústria doméstica condições semelhantes às dos concorrentes externos.

Para isso, vamos ter de proceder a uma revisão no sistema tributário e nas regras relativas aos mercados de trabalho e de capitais.

Não é correto pedir que se aumente a competição, manter tarifas de importação baixas e, ao mesmo tempo, não dar condições efetivas para que o sistema produtivo nacional possa ser eficaz.

A abertura da economia implica a eliminação de restrições anacrônicas ao investimento estrangeiro, e requer regras claras sobre a movimentação de capitais do exterior e para o exterior.

Também vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam uma proteção cartorial a determinados setores.

A remoção desses entulhos do velho modelo, que vêm do começo da nossa industrialização, aumentará enormemente a eficiência global da economia brasileira. Reduzirá os custos das empresas; reduzirá os custos da política econômica para o próprio Governo, hoje sobrecarregado por subsídios e pela administração de sua parafernália regulatória. E redundará em preços finais mais baixos, tanto para o consumidor doméstico como para as exportações.

Além disso, com o controle da inflação, o sistema financeiro poderá voltar a cumprir sua função básica de captar poupança interna e externa e canalizá-la eficientemente para o financiamento das atividades produtivas.

As medidas no sentido da redução do que chamei de “custo Brasil” devem vir acompanhadas, assim, da queda dos juros internos a níveis próximos dos juros internacionais.

Começamos a ter condições efetivas para isso. Levou tempo para que pudéssemos reorganizar nossa economia. Agora, começamos a ver os sinais mais claros de um caminho desobstruído, para que se alcance esse objetivo.

Tudo isso deve ser feito sem perder de vista o objetivo central: a reafirmação da vocação industrial da economia brasileira e de sua base tecnológica.

Trata-se de discussão que carece de sentido – não encontra abrigo no meu espírito – imaginar um país que não seja capaz de produzir empregos, de ter uma indústria que floresça, de ter uma agricultura próspera e de, ao mesmo tempo, ser capaz de conviver no plano internacional. Não há de ser às custas de desorganização do setor produtivo que as transformações serão feitas, mas também não há de ser às custas do sacrifício popular que se manterá o setor produtivo, se ele for, e quando for, ineficiente.

Constituição da Infra-estrutura Econômica e Social

O quarto ponto que eu gostaria de destacar é a constituição da infraestrutura econômica e social para o novo modelo de desenvolvimento.

Nesta época de competição global, os países bem-sucedidos tratam de acumular dois tipos de ativos que se caracterizam pela baixa mobilidade internacional e pela alta ponderação no rateio das vantagens comparativas: a infra-estrutura de energia, transportes e telecomunicações, e aquilo que se denomina – impropriamente, na minha opinião – “capital humano.”

Se não formos capazes de pensar grande o Brasil, divisar um futuro com metas que motivem o País, que permitam que outra vez se acredite que vamos desencadear uma série de ações na área da infra-estrutura e, ao mesmo tempo, no aperfeiçoamento nas condições de educação, saúde, no capital humano, não adiantará de nada o esforço estabilizador da moeda, porque não é esse o propósito de uma nação grande, como é a Nação brasileira.

O investimento do Brasil na infra-estrutura econômica, além de possibilitar a redução dos custos e o crescimento da produção para o mercado interno, deve ainda levar em conta as perspectivas de expansão do comércio exterior.

Parte desses investimentos será financiada pelo Estado. Para isso a recuperação da poupança pública é fundamental.

Mas a parceria com a iniciativa privada terá um papel decisivo.

O processo de privatização deve ser acelerado e estendido a outras atividades e empresas dos setores de energia, transportes, telecomunicações e mineração.

Mantidos os critérios essenciais de transparência e valorização do patrimônio público, o próprio conceito de privatização deve ser ampliado.

Venda de empresas com controle acionário direto e indireto da União – como já está acontecendo; venda de participações acionárias minoritárias; venda de ativos imobilizados; concessões de serviços públicos, incluindo a responsabilidade por novos investimentos; contratos de administração de serviços com empresas privadas e terceirização de atividades – são diferentes modalidades de privatização que o futuro governo pode vir a adotar, dentro de parâmetros definidos pelo Congresso e sob sua fiscalização.

Não tenho dúvida de que o avanço da privatização pode aumentar a eficiência geral da economia, desde que se faça acompanhar – e eu estarei atento a isso – do fortalecimento da autoridade pública com funções de regulamentação e fiscalização em cada setor.

Hoje os órgãos do Governo encarregados de controlar as empresas estatais são controlados por elas.

Na verdade, as estatais e as suas agências “controladoras” movem-se numa zona cinzenta, onde nem bem vigora a lógica da boa gestão empresarial, nem bem a lógica do interesse público. Ambas acabam atropeladas por ingerências políticas indevidas, por concessões espúrias a interesses privados, pelas “conquistas” corporativas.

É preciso separar esses dois campos para reforçar a ambos – a autoridade pública e as empresas –, dando a estas autonomia de gestão dentro de parâmetros claros de interesse social. Isso vale tanto para as empresas privadas como para as que continuarem estatais.

É muito importante, a meu ver, que se entenda que só pode haver privatização correta quando o País tiver forte a sua autoridade pública. Não

existe a dicotomia estatal e privado. Deve haver reforço da noção de público. E o público deve englobar os dois. A empresa, seja privada ou estatal, deve servir aos interesses públicos. E o Governo deve zelar para que a autoridade tenha a competência e a capacidade de garantir o interesse público.

Não é possível um processo de privatização correto se não for precedido da existência de regras muito claras que definam onde está o interesse público e quem vai controlar o desempenho das empresas – tanto das que restarem do Estado como das que passarem para mãos privadas.

Há muitos exemplos na Inglaterra, no Chile, na Argentina, de privatizações bem-sucedidas e malsucedidas. Portanto, não temos por que seguirmos o caminho das malsucedidas, tendo à nossa frente um caminho das que são bem-sucedidas, que são precisamente as que preservam a autoridade pública para permitir que tanto a concessão quanto a privatização ocorram tranqüila e transparentemente.

Mas não nos deixemos embalar por considerações teóricas sobre a intervenção do Estado na economia. A razão imediata para se avançar com a privatização não tem a ver só com eficiência administrativa. Até porque muitas empresas estatais são muito bem administradas. É também de natureza fiscal.

Trata-se, é certo, de reduzir a dívida pública, para que os resultados da recuperação da “poupança pública” não sejam anulados pelo custo da “despoupança” anterior, ou seja, pelo pagamento de juros. Como herança da indisciplina fiscal dos últimos anos, pesam sobre o Tesouro Federal, direta ou indiretamente, passivos de mais de 200 bilhões de reais. Os senadores conhecem bem as dificuldades dos estados. O equacionamento desses megapassivos deve passar, entre outras medidas, pela venda de ativos da União e dos governos estaduais.

Mas trata-se principalmente de dividir com capitais privados os pesados investimentos na expansão da infra-estrutura econômica. Em uma estimativa conservadora do crescimento da economia, o Brasil terá de investir

20 bilhões de reais por ano, nos próximos quatro anos, para que não surjam “gargalos” na oferta de energia, transportes e telecomunicações.

Na verdade, 20 bilhões de reais é uma cifra modesta diante daquilo que se requer efetivamente para que o Brasil dê um salto nessas áreas. O Estado não dispõe desses recursos. A sociedade se recusa a pagar mais impostos. Somos testemunhas, todos nós – e até mesmo, muitas vezes, porta-vozes –, desses sinais de impaciência da sociedade diante da gula permanente por mais impostos. Por outro lado, é necessário que haja investimento.

Ora, se não há capacidade de o Estado recolher mais recursos e se há necessidade de investimentos, ou os investimentos associam-se à iniciativa privada ou o povo todo paga, via inflação, não sendo nem sequer beneficiário do resultado dessa transformação, porque ela terá sido feita de forma desordenada e porque poucos chegarão à parceria, uma vez que a inflação minaria a crença na viabilidade do Brasil.

Portanto, não se trata simplesmente de aumentar a eficiência administrativa, nem sequer de olhar a questão pelo ângulo do Tesouro. Trata-se da necessidade da própria expansão das empresas e da própria infra-estrutura econômica do Brasil, que está a exigir vigorosos investimentos.

O setor público não seria capaz de financiar sozinho esse volume de investimentos. E dentro do novo modelo de desenvolvimento há outras prioridades às quais destinar os resultados da melhoria da situação fiscal: refiro-me claramente às políticas sociais.

Não podemos estar permanentemente, como todos aqui sabem, sem recursos para a área social. Os recursos de que dispomos têm de ser divididos – quando não majoritariamente destinados –, com investimentos que a iniciativa privada poderia, e deveria, contribuir, ao invés de sangrar mais o Tesouro, impedindo-o de atender com mais eficácia às políticas sociais.

A parceria com a iniciativa privada na infra-estrutura econômica abre espaço para que o Estado invista mais naquilo que é essencial: em saúde, em

educação, em cultura, em segurança. Em suma, para que o Brasil invista mais no seu povo, que é o maior ativo estratégico de um país. E eu acrescentaria que não se pode esquecer da tecnologia, sem a qual tampouco haverá qualquer possibilidade de o Brasil avançar para o novo milênio com passadas firmes.

Essa tarefa, no nosso caso, vem junto com o imperativo ético de incorporar ao processo de desenvolvimento os milhões de excluídos pela miséria.

Também aí, na área social, existe uma área cinzenta entre o público e o privado. É a zona cinzenta do clientelismo e da corrupção, onde tantos recursos e tantas boas intenções já se extraviaram.

Por isso, a parceria com a comunidade é fundamental para o êxito das políticas sociais.

Nesta Casa, há muitos representantes do Nordeste. Todos sabem que a última seca, que foi dramática, quando os Governos Federal e Estadual tiveram de socorrer os milhões de brasileiros assolados pela seca, tivemos não só a maior transferência de alimentos para esta região, como de recursos financeiros, cuja eficácia foi assegurada pela participação crescente das comunidades locais, das igrejas, dos sindicatos, das prefeituras, em um esforço de cooperação e de parceria entre Estado e sociedade.

Por isso a parceria é fundamental. Não porque a comunidade possa substituir a ação do Estado. Mas porque ela é indispensável para dar eficácia a essa ação, apontando as prioridades corretas, fiscalizando a aplicação dos recursos, participando diretamente da execução.

O que agora, no Brasil, se deu por chamar as ONG – Organizações Não-Governamentais, já provaram sua valia na defesa da causa ecológica. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como “organizações neogovernamentais”.

Talvez os membros das ONG não gostem de ser chamados de membros de organizações neogovernamentais. Mas quase como sociólogo, eu diria que é o que acontece. São formas novas de ligação entre a sociedade e o Estado em que a sociedade civil, muitas vezes, se apresenta quase agressivamente frente ao Estado. O Estado se defende e tem receio delas, mas, com o correr do tempo, passam a ser instrumentos da ação pública, e a ação pública passa a ser penetrada também pela sociedade civil. Como tudo que é novo, em um primeiro momento, causa impacto e há uma reação negativa. Mas com o tempo se percebe que a dinâmica é essa e que isso faz parte da sociedade contemporânea. Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e, por isso mesmo, sujeitas à prestação de contas e ao escrutínio público.

Por que não aprofundar essa experiência, então, engajando amplamente as ONG no combate à miséria? Já tivemos, neste ano em curso, o esforço enorme feito pelo CONSEA na questão alimentar, com êxitos bastante significativos. Por que não adotar o mesmo modelo e aperfeiçoá-lo, reconhecendo nelas, em parceria com o Estado, um agente novo de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, tanto do ponto de vista ético e social como ecológico?

O próprio Estado tem de se reorganizar para acolher essa parceria. O princípio da reorganização já está dado: é a descentralização. Nós escrevemos na Constituição que cabe ao Município executar os serviços públicos de interesse local. Só falta aplicar o princípio.

Descentralização e parceria com a comunidade, portanto, serão as linhas mestras das ações do futuro governo no sentido de universalizar o acesso a serviços de saúde e a um ensino fundamental de boa qualidade.

São também os princípios gerais do Programa Comunidade Solidária, com o qual espero ver a pulverização e os desvios de recursos darem lugar a ações articuladas dos diferentes ministérios, estados, municípios e organizações não-governamentais nas áreas de maior concentração da pobreza.

Resumindo: estabilidade macroeconômica assentada na disciplina fiscal e monetária, com a continuidade do Plano Real; integração da economia brasileira ao mercado mundial; preponderância da iniciativa privada no setor produtivo, acompanhada pelo reforço dos instrumentos de regulação do Estado; constituição de uma infra-estrutura econômica e social moderna por meio de novas formas de parceria entre Estado, empresa e comunidade.

Eis aí, no meu entender, os pontos fundamentais da agenda de reformas que temos pela frente, para que a retomada do crescimento nos últimos dois anos seja de fato o início de um novo ciclo de longo prazo.

O BRASIL TEM PRESSA

Sr. Presidente, Srs. Senadores, um Presidente da República – mesmo que seja apenas o Presidente eleito – não deve se aventurar na análise de riscos políticos. Pelo menos não em público. Existe sempre a tendência de o que é mera conjectura, mera “construção de cenários”, virar manchete no dia seguinte como se fosse o anúncio de algum desastre consumado.

Pois bem, se eu pudesse quebrar essa regra uma única vez, antes de me submeter aos rigores da liturgia presidencial, diria que o maior risco que corremos hoje no Brasil é o risco do sucesso.

Ocorre que uma sucessão de fatos positivos – a vitória sobre a inflação, a retomada do crescimento, as próprias eleições, até mesmo a conquista do Tetra –, tudo isso levou o País a um momento de desafogo e recuperação da autoconfiança.

Isto em si é ótimo. O perigo é que o desafogo da sociedade nos leve a baixar a guarda diante dos problemas que persistem.

E não são pequenos problemas.

Dispensando-me de repisar os horrores de um quadro social que os senadores conhecem tão bem e com o qual se angustiam tanto quanto eu.

Quadro que a retomada do crescimento econômico por si só não vai reverter – devemos ter isto bem claro. Que será dos milhões de adultos analfabetos e semi-analfabetos inempregáveis pela indústria, pelos serviços e até pela agricultura moderna? Ao menos os filhos deles terão direito à esperança de uma vida melhor?

A própria estabilização da economia, e com ela as chances de crescimento sustentado, não está garantida.

O Fundo Social de Emergência, que é o fundamento fiscal da estabilização, é um arranjo transitório – e vejam que escrevi a palavra arranjo. Como todos sabem, vai até dezembro de 1995. Se ele não for substituído por medidas permanentes, o precário equilíbrio fiscal – ou o “desequilíbrio controlado”, como diz o Ministro Sérgio Cutollo sobre as contas da Previdência – dará lugar a um desequilíbrio aberto já em 1996.

Eu nunca deixei de afirmar claramente que o Plano Real é o que é: apenas o primeiro passo das mudanças e uma ponte para as reformas estruturais que perdemos a oportunidade de encaminhar neste ano.

Perdoem-me se digo o óbvio: não é a moeda forte que faz o País; é o País que faz a moeda forte.

O Brasil tem pressa, portanto. E nós, seus mandatários, temos prazo – um prazo limitado – para tomar as medidas que garantam a continuidade da estabilização e preparem o terreno para o novo ciclo de desenvolvimento.

O povo, que hoje ensaia uma reconciliação com o poder, será duro conosco amanhã se sofrer mais uma desilusão.

A AGENDA CONSTITUCIONAL

Sei que recairá sobre mim, como chefe do Governo, a parcela principal da responsabilidade pela condução das reformas nos próximos quatro anos. Embora a agenda das reformas não seja minha, no sentido de que não

fui eu que a inventei, fui eu que saí em sua defesa no pleito presidencial. É de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.

Entendo que, no espírito da regra presidencialista, caberá a mim suscitar a discussão, pelo Congresso, das medidas legislativas necessárias para dar curso às reformas. Pretendo desempenhar esse papel com sentido democrático, fiel às minhas origens de parlamentar, dentro do rigoroso respeito à soberania do Poder Legislativo, mas com enorme afinho.

Proponho que recomeçemos de onde paramos na revisão constitucional. Pela remoção, da Carta de 1988, dos nós que atam o Estado brasileiro à herança do velho modelo, e de algumas impropriedades que nós, constituintes, acrescentamos por nossa conta.

Tampouco nesta matéria trago alguma caixa de surpresas. Apesar dos resultados decepcionantes, o processo da revisão serviu para colocar na mesa de negociação as alternativas sobre cada tema relevante.

A esta altura, trata-se menos de introduzir idéias novas do que de articular a vontade política necessária para deliberar. A isto eu tenho me dedicado desde que fui eleito, e já antes, na busca de alianças que dessem maior densidade partidária à minha candidatura. E agradeço o apoio que tenho recebido de tão numerosos partidos.

Encaminharei ao Congresso, em fevereiro, um conjunto de emendas que retoma sugestões apresentadas à revisão pelo Presidente Itamar Franco, e alternativas discutidas no âmbito do Congresso Revisor.

Permitam-me antecipar aqui o sentido de algumas dessas propostas, começando pelas duas questões que a meu ver são mais prementes: a reforma fiscal e a ordem econômica.

O regime fiscal da Constituição de 88 é economicamente ineficiente, socialmente injusto e intrinsecamente deficitário.

O roteiro para a correção dessas distorções passa pelos dispositivos sobre o sistema tributário, a divisão de competências entre União, Estados e Municípios, o Orçamento federal e a seguridade.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Entendo que a reforma tributária reclamada pelo País não tem como objetivo a elevação da carga nominal de impostos, mas sim a facilidade de arrecadação, a eficiência da economia e a equidade social.

Essa reforma não envolve somente mudanças na Constituição. Muito pode e deve ser feito também mediante leis complementares e ordinárias, e até resoluções do Senado.

Ela exige, além disso, uma atitude cooperativa da parte dos Estados, que são responsáveis pelo imposto mais importante do País em termos de volume de arrecadação – o ICMS.

Com vista à eficiência e à competitividade da economia, será indispensável, por exemplo, diminuir a carga sobre o investimento produtivo e as exportações.

Com vista ao emprego e à justiça social, teremos de reduzir os tributos sobre a folha de salários e a cesta básica.

Com vista a diminuir o custo da arrecadação e combater a sonegação, temos a eliminar alguns impostos e integrar as máquinas de arrecadação da União com as dos Estados e Municípios.

Encontrar um ponto de equilíbrio entre as diferentes propostas da reforma é difícil, mas não creio que seja impossível. Algumas alternativas discutidas durante a Revisão Constitucional avançaram bastante nesse sentido. Minha intenção é encaminhar uma delas ou uma combinação delas ao Congresso, como base para a retomada da discussão desse tema, o que farei em 15 de fevereiro.

Seria muito mais sensato, uma vez desenhado o sistema tributário que queremos, fazer uma transição gradual, avaliando, a cada passo, o efeito das mudanças e corrigindo eventuais erros de projeção sobre o comportamento da arrecadação.

Mas nós sabemos como é muito mais difícil e demorado corrigir erros na Constituição do que na lei ordinária.

O ideal, neste terreno, como em vários outros, seria enxugar o texto constitucional, deixando o detalhamento do sistema tributário para as leis complementares e ordinárias.

Volto a este ponto porque me parece que não tem sentido engessarmos todo o sistema tributário de um país na Constituição. Que as regras fundamentais aí estejam, que a divisão entre os Estados, os Municípios e a União aí estejam, mas tudo estar na Constituição, creio que não há paralelo a isso no mundo contemporâneo.

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

A reforma tributária também não deve alterar a distribuição da receita entre a União, os Estados e Municípios – não se trata da gula da União.

A volta ao centralismo anterior à Constituição de 1988, para mim, está fora de cogitação.

Os constituintes fizeram uma opção, a meu ver, correta pela descentralização financeira e administrativa do Estado brasileiro. Trata-se de dar consequência a essa opção. Em vez de reconcentrar recursos, buscar uma divisão mais equilibrada das atribuições.

Eu mencionei antes que o princípio geral da descentralização já está escrito na Constituição.

A União deve ficar exclusivamente com funções de coordenação e responsável pelas ações de caráter nitidamente nacional. Os Estados e Municípios, com a execução, inclusive a gestão financeira, dos serviços de interesse local e regional.

Isto que parece simples e lógico como regra geral esbarra em dificuldades enormes na hora de concretizar a distribuição dos encargos. Primeiro,

devido a ambigüidades do próprio texto constitucional – ambigüidades que nós agora poderemos eliminar.

Mas há dificuldades que não decorrem da Constituição, e sim da realidade social e política. Elas têm a ver, por um lado, com a enorme heterogeneidade do Brasil. E, por outro lado, com o clientelismo que vive da distribuição discricionária de verbas federais.

O clientelismo é quase uma página virada da política brasileira, e terei o máximo empenho para virá-la definitivamente. Pode sobreviver como uma realidade local, mas não creio que tenha fôlego para continuar dando o tom das relações federativas. Nesse plano, a CPI do Orçamento já fez a autópsia da política de clientela.

Quanto à heterogeneidade econômica e social do País, ela está bem presente e tem de ser levada em conta pela descentralização.

Por exemplo, muitos municípios – talvez a maioria – estão prontos para assumir plenamente a gestão dos serviços básicos de saúde e educação. Querem apenas critérios transparentes e prazos certos para a transferência dos recursos estaduais e federais.

Outros, entretanto, especialmente os pequenos municípios das áreas mais pobres, ainda podem precisar de uma presença mais direta e ativa do Estado e da União.

A Constituição deve, portanto, determinar claramente a descentralização, ressaltando a margem necessária para que a transferência dos encargos leve em conta a situação específica dos Municípios e dos próprios Estados.

Aqui, como que em quase tudo, não gosto de ser doutrinário. O princípio é correto – a descentralização, a transferência de responsabilidade, a transferência de recursos, mas a realidade é heterogênea. De nada vale estar tudo definido claramente no papel, e a impossibilidade material do Município, a incapacidade até de organização do pessoal, esteja a exigir uma ação

mais direta do Estado e da União. Temos de atender a essa heterogeneidade. Não estamos aqui para construir simplesmente arcabouços legalmente perfeitos, mas para dar curso a uma transformação do Brasil.

A VERDADE ORÇAMENTÁRIA

Na área do Orçamento federal, o grande problema é o engessamento dos gastos.

Além de aumentar as transferências automáticas de recursos para os Estados e Municípios, a Constituição de 88 criou ou acolheu tantas vinculações de receita e renúncias fiscais, que reduziu a quase nada a liberdade do Executivo federal e do próprio Congresso para definirem as prioridades do gasto público.

Como demonstrei, abundantemente, na discussão do Fundo Social de Emergência, a margem de discricionariedade para o Congresso e para o Executivo é quase nenhuma do Orçamento da União. Já está tudo predeterminado por vinculações.

Como Ministro da Fazenda, eu vivi — e dividi com o Congresso — a angústia de tentar harmonizar demandas sociais mais do que legítimas dentro da estreitíssima margem deixada por essas vinculações e os demais gastos incompressíveis, como as despesas de pessoal e da Previdência. Não é uma experiência que eu deseje nem para os meus inimigos.

Poderíamos continuar fugindo do problema pela via da corrosão inflacionária das despesas, que era o que se fazia. A solução para esse problema foi encontrada nas últimas décadas por meio da ajuda inestimável que a inflação prestava à execução do Orçamento pela União.

Esse recurso, entretanto, implicaria abrir mão do controle da inflação. Se quisermos, como queremos, controlar a inflação temos de tomar outras medidas no plano tributário e no plano orçamentário para que possamos dar conseqüência à nova realidade que estamos vivendo.

Enfrentar o problema implica desengessar o gasto público, eliminando as vinculações de receita do texto constitucional, a não ser em casos excepcionálísimos. E ao mesmo tempo reforçar os instrumentos adequados de programação de gastos já previstos na Constituição: o plano plurianual de investimentos, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

A Constituição já nos dota de todos esses instrumentos. É só levá-los a efeito de uma maneira conseqüente que nós – Legislativo e Executivo – teríamos as condições de fazer uma distribuição adequada desses recursos sem que estejamos obrigados por alguma norma constitucional.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por fim, dentro do capítulo fiscal, existe a questão da Previdência.

Pouparei os senadores de um diagnóstico com o qual eles já estão familiarizados. Passo diretamente à constatação fundamental: nosso sistema previdenciário padece de um desequilíbrio estrutural grave. A relação entre contribuintes e beneficiários, que hoje é de apenas dois para um, tende a baixar ainda mais nos próximos anos. Haverá mais aposentados e beneficiários do que pessoal em atividade.

Mantidas as regras atuais, a perspectiva é de déficits crescentes – mesmo admitindo uma melhora de fatores conjunturais, como o nível de atividade da economia, a eficiência da administração do sistema, o combate às fraudes e à sonegação etc.

Ainda admitindo tudo isso, o desequilíbrio estrutural está montado no nosso sistema previdenciário.

Como esses déficits têm que ser cobertos pelo Tesouro, o desequilíbrio das contas da Previdência se transmite automaticamente ao Orçamento da União.

Não há como pensar em equilíbrio fiscal duradouro nessas condições. Nem há como pensar em aumento real do salário mínimo enquanto o valor dos benefícios previdenciários estiver vinculado a ele.

É possível afrouxar esse nó por meio de medidas pelo lado da receita.

Mas não vejo como desatá-lo sem tocar nas distorções que o sistema abriga pelo lado da distribuição dos benefícios.

Nesse sentido, a prevalência exclusiva do critério de tempo de serviço – caso praticamente único no mundo – cria uma distorção social e financeira que se aprofundará verticalmente nos próximos anos, pois, ao mesmo tempo que as pessoas se aposentam mais jovens, mais tem aumentado sua expectativa de vida.

Será indispensável mudar os critérios de aposentadoria para uma fórmula que combine tempo de serviço com idade mínima.

O Congresso analisou isso, sobretudo a Câmara, extensamente.

Ressalvo, embora seja óbvio, que essas mudanças em nada afetarão os atuais aposentados, cujos direitos adquiridos serão preservados.

Mais ainda, deverá existir uma regra de transição que resguarde as expectativas de direito, ponderando o tempo que faltaria para o trabalhador se aposentar pelas regras atuais.

Digo isso porque, freqüentemente, quando se enfrenta a questão da Previdência, a reação que se espalha é, imediatamente, a mesma, e falaciosa, de que os aposentados vão perder e que aqueles que estão no sistema com uma certa expectativa também perderão.

Perderão todos se não mudarmos o sistema. Porque quando quebrar o sistema todos perdem.

Como há tempo, podemos fazer uma mudança sem afetar direitos e expectativas de direitos – enquanto é tempo. É por isso que urge que essa matéria seja enfrentada pelas regras atuais.

A correção das distorções, entretanto, não pode parar por aí. Que autoridade teríamos para mexer na regra geral da aposentadoria por tempo de serviço, sem tocar nas aposentadorias especiais de servidores públicos, magistrados, parlamentares e professores? E falo duas vezes em mim, como professor e como parlamentar.

Que autoridade teríamos se não enfrentássemos também a questão das aposentadorias especiais? Aposentadorias precoces ou duplicadas, graças a “repiques” e *contagens recíprocas ou simultâneas* de tempo de serviço, têm levado a que a despesa com inativos da União absorva uma parcela crescente da despesa total com pessoal. Isto, aliás, explica em grande medida o paradoxo de que a despesa com pessoal aumenta enquanto o salário da maioria dos servidores ativos permanece baixo.

De 1992 para o Orçamento que está sendo discutido agora para 1995 há uma quase duplicação dos gastos de pessoal em moeda constante e, não obstante, o funcionalismo reclama – e quase sempre com razão – de que os salários são baixos. O que explica esse paradoxo, de que o Governo gasta cada vez mais e o funcionário não se beneficia na mesma proporção, é que há um número crescente de funcionários que se aposentam e entram novos. Então esse gasto, que apareceria como aumento de salário, na verdade, ele é aumento de pessoal assalariado, mas não é aumento efetivo de salário para cada um.

A reforma deve se completar, assim, pela instauração de um sistema verdadeiramente universal de previdência pública, garantindo-se que o teto de benefícios seja compatível com o autofinanciamento a longo prazo. E ainda pelo incentivo à previdência complementar, pública ou privada.

Sei que a questão é espinhosa. Mas é preferível enfrentá-la agora, quando ainda é possível conceber formas de transição que, também nesses casos, preservem os direitos adquiridos e as expectativas de direito, como disse há pouco. Cruzar os braços diante das dificuldades significaria, de fato, compactuar com a implosão do sistema.

CAPITAL ESTRANGEIRO

Passando da questão fiscal à ordem econômica, gostaria de destacar dois temas: o tratamento do capital estrangeiro e os monopólios estatais.

A Constituição de 1988 andou na contramão da História em relação ao capital estrangeiro. Enquanto no mundo inteiro, inclusive no mundo socialista, os governos tratavam de atraí-lo como um importante fator de desenvolvimento, nós impusemos restrições sem precedentes à sua presença na economia brasileira.

É notável como a maioria dos Constituintes, à esquerda e à direita, respondeu, no fundo, à mesma visão antiquada segundo a qual o capital estrangeiro, ou era um obstáculo ao desenvolvimento nacional, ou operava predatoriamente por meio de trustes, e muito de nós, em 1988, apoiamos tais medidas.

Por ironia da História, a crítica a essa visão generalizou-se rapidamente a partir da promulgação da nova Carta.

Acredito que o momento amadureceu para acabar com as restrições descabidas: rever os dispositivos que impedem que o capital estrangeiro venha engrossar a massa de investimentos necessária para dinamizar os setores de energia elétrica e mineração; e eliminar a distinção, mais retórica do que prática, mas ainda assim discriminatória, entre “empresa brasileira” e “empresa brasileira de capital nacional”, como quase aprovamos na Revisão Constitucional.

MONOPÓLIOS ESTATAIS

A mesma visão que inspirou a discriminação do capital estrangeiro levou a inscrever na Constituição o princípio do monopólio estatal do petróleo, que vigorava com base em lei ordinária desde 1954, e estendê-lo às telecomunicações e aos serviços locais de gás canalizado.

Justificado em nome dos “interesses estratégicos” do País, como se a exploração privada fosse uma porta aberta a objetivos antinacionais, o monopólio estatal corre outro risco: o de ser um guarda-chuva de privilégios corporativistas, de associações espúrias com interesses privados, e um obstáculo à realização dos investimentos necessários em setores vitais da infra-estrutura.

Defendo a flexibilização dos monopólios estatais, para permitir parcerias com a iniciativa privada e investimentos privados na expansão dessas áreas.

Eu queria reafirmar meu ponto de vista sobre essa matéria que requer posições claras.

Hoje não se compagina mais desenvolvimento tecnológico existente no Brasil com conjunto de restrições constitucionais em certas áreas.

Permita-me um exemplo banal, Sr. Presidente. Ainda agora, em Miami, no quarto do hotel, havia um aparelho de televisão e uma antena, talvez de 30cm ou 40cm de diâmetro, e esse aparelho alcançava 1.000 canais do mundo todo. Se estivéssemos vendo um filme em um idioma e quisesse vê-lo em outro idioma, procurar-se-ia, por meio de um código, e assim se mudaria o idioma que a pessoa está falando no filme, pois o mesmo filme está sendo exibido em vários canais, em várias línguas. Qualquer pessoa, em qualquer parte do Planeta, pode aproveitar esse desenvolvimento tecnológico. Aqui, no Brasil, igual. E pensamos que temos o monopólio de telecomunicações.

Hoje, pelo telefone mundial, toda gente fala sem nem perceber qual é a companhia telefônica que ele está usando. E os sistemas de utilização desses telefones que entraram em moda no Brasil, que tocam a toda hora — como ainda agora aqui —, existem sem que ainda haja uma regra constitucional definindo se eles podem ou não serem utilizados.

Estamos atrasados diante da vida. Repito o que disse antes: flexibilizar o monopólio não quer dizer abrir mão do controle e da fiscalização.

Não quer dizer que o Estado se retire, e nem que se desinteresse pela pesquisa, das grandes vias de comunicação como das grandes vias de transmissão de eletricidade, que deverão, a meu ver, se manter na mão do Estado. Não significa terra arrasada. Significa uma adaptação, uma flexibilização que se impõe ao País.

A agenda de modernização do País, tal como eu a entendo, passa obrigatoriamente por outros temas constitucionais: os direitos e obrigações dos servidores públicos; as relações de trabalho e a organização sindical; a organização do Poder Judiciário, e assim por diante.

Por último, mas não menos importante, a modernização passa pela reforma política. Notadamente, a reforma do sistema eleitoral.

A propósito, tramita no Senado um projeto de lei de minha autoria que busca compatibilizar o princípio constitucional da proporcionalidade com a introdução do voto distrital nas eleições para deputado, em linhas semelhantes às do sistema misto alemão. Projeto que, apraz-me lembrar, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, em um brilhante parecer do Senador Josaphat Marinho.

Limito-me a assinalar esses temas, Sr. Presidente, devido à limitação do tempo. Não me omitirei sobre eles. Na mensagem que encaminharei ao Congresso, em fevereiro, explicitarei minhas propostas de emenda constitucional a respeito de cada um desses temas.

Entretanto, queria aproveitar esta oportunidade de estarmos juntos aqui no Senado, enquanto tenho a honra de poder falar desta tribuna e como senador, para dar conhecimento, em primeiro lugar, a meus companheiros de Senado e aos congressistas em geral quais são as linhas fundamentais que me parecem essenciais em matéria de relevância nacional.

REFORMAS COM CONTINUIDADE

Concluo com algumas observações sobre a questão, que me parece crucial, do encaminhamento político dessas reformas.

A amplitude das mudanças possíveis, pelo rito de emenda constitucional, é menor, obviamente, do que em uma revisão por maioria absoluta e em sessão unicameral. Eu veria com bons olhos fórmulas que permitissem ao Congresso acelerar a tramitação das emendas.

Esclareço, para evitar que se reproduza o mesmo equívoco quando mencionei anteriormente esse assunto, que não estou pensando em redução de *quorum*, mas em fórmulas regimentais, com eventuais comissões conjuntas ou simultâneas entre a Câmara e o Senado; enfim, mecanismos que a imaginação política das duas Casas nunca foi escassa, e que poderá produzir algum mecanismo regimental que permita, respeitando-se o rito constitucional, a aceleração das reformas. Desde que isso não leve, porém, a uma controvérsia paralisante sobre os procedimentos, em prejuízo dos possíveis consensos sobre o teor das propostas.

Mesmo reconhecendo as dificuldades, penso que não deveríamos restringir de antemão a pauta das discussões. É preferível ser ambicioso no ponto de partida, para que a sociedade e as próprias forças políticas tenham a visão completa de onde se quer chegar – por isso, mencionei tantos pontos hoje – e ter uma idéia clara do grau de prioridade das propostas para, se for o caso, distribuir no tempo as deliberações e não congestionar a pauta do Congresso.

Insisto que o Brasil tem pressa e tem prazo certo para encaminhar as mudanças.

Que a pressa não nos leve, entretanto, ao atropelo, nem de ordem jurídica, nem daqueles que legitimamente se opõem a este ou aquele ponto das reformas.

Uma Constituição não se faz nem se muda com rolo compressor, mas com diálogo. Ela é ou deve ser a expressão dos valores mais profundos da Nação; não da vontade unilateral de maiorias transitórias.

Ainda que meu futuro governo possa contar – espero que conte – com uma sólida maioria, não será a atitude dessa maioria a da arrogância e

do rolo compressor, senão que há de ser a do convencimento pelo interesse nacional, que hoje é visível e quase em muitos casos dispensa até a argumentação. Tenho certeza que o conjunto dos congressistas será sensível a isso.

Por isso mesmo, toda a discussão de emendas constitucionais deveria ter como pano de fundo a preocupação de reconduzir a Constituição ao seu leito natural das regras gerais e permanentes.

O detalhismo da Carta de 1988 teve o efeito indesejado de despolitizar questões e tribunalizar decisões. Matérias mais próprias de lei ordinária ou de programa de governo, uma vez congeladas na Constituição, ficam excluídas do processo político normal. Isto tem péssimas conseqüências, especialmente em matéria fiscal.

O que acontece quando a rigidez da norma constitucional se choca com os altos e baixos da fazenda pública? Os juízes devem decidir de acordo com a lei. Fazer e adaptar as leis às condições do País é tarefa dos mandatários eleitos. Quando essa possibilidade é negada pela Constituição, acabamos todos, juízes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilacerante, como uma “escolha de Sofia”, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

E quem fala, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um ex-Constituinte, ex-Relator adjunto, ex-co-Presidente com o eminente Senador, e meu amigo, Jarbas Passarinho, da Comissão de Sistematização, defensor ardoroso da Constituição de 1988, que continuo sendo, no seu conteúdo democrático. Mas a experiência ensina e nós, naquele momento, angustiados à saída de um regime autoritário, queríamos cobrir de garantias e imaginávamos que, ao colocar na Constituição, estavam preservados os nossos direitos. Mas quem sabe

– e olho de novo para o Senador Sarney – tenhamos exagerado no afã constitucionalizador, e o País, agora que volta à normalidade democrática e termina a transição, pode voltar a confiar na lei. Não precisa depender tudo da Constituição, porque a lei há de ter vigência. E o Congresso Nacional há de ser o melhor juiz daquilo que se pode ou não mudar, do avanço que se pode ter em cada momento. Ao invés de estarmos sendo obrigados retoricamente a ir muito depressa, pela Constituição, e não cumpri-la, ou sermos impedidos de andar mais depressa, porque a Constituição colocou um óbice.

É, portanto, a meu ver, necessário que se busque um esforço de desconstitucionalização daquilo que não precisa ser constitucional.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, abrir mão da obrigação de decidir. Até para que haja diálogo de verdade, e não mera obstrução envolta em floreios retóricos, é preciso que a maioria se articule e diga o que quer, respeitando a minoria.

O Brasil tem pressa, não de resultados milagrosos, mas de sentir que tem rumo certo e que dá passos nesse rumo.

Cabe a nós, ao futuro presidente e à maioria do Congresso, sinalizar esse rumo e tomar as medidas conseqüentes, sem atropelo, mas com decisão.

Eu sempre disse que a estabilização da economia era um processo de ações continuadas. Nada a ver com derrubar a inflação “com um tiro só”.

É assim também que encaro a agenda das reformas estruturais do País. Como um processo contínuo, menos para corrida de cem metros rasos do que para prova de fundo, que exige tanto fôlego como entusiasmo.

O Brasil precisa tanto de mudanças como de continuidade. Precisa de continuidade nas mudanças. Mudanças com continuidade.

Tem sido este o signo da transição do Governo do Presidente Itamar Franco, que eu quero ter também como signo do meu futuro Governo. Mudar

sempre; mudar com convicção; mudar depois de um diálogo, mas com decisão e com firmeza; mudar sem surpresas, sem que isso seja feito ao arrepio do conhecimento do País, mas com uma condução que permita que a mudança inspire confiança no passo que se vai dar e que todo o País saiba que, depois daquele passo, virá outro e depois outro e mais outro até que, em um esforço contínuo, cheguemos realmente a fazer aquilo que é necessário, ou seja, ter não só um País próspero, mas um País onde o povo também tenha participação efetiva nessa prosperidade.

Que seja o mesmo signo da administração que se irá inaugurar no dia primeiro de janeiro. Nada de “cem primeiros dias” de anúncios bombásticos, mas quatro anos de avanços contínuos na direção das reformas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, despeço-me das funções de senador, mas não do Senado nem do Congresso Nacional.

A História, em mais uma ironia, fez com que o primeiro presidente eleito depois da opção do País pelo presidencialismo fosse um parlamentarista convicto.

Serei fiel à vontade do eleitorado em ambas as decisões.

As funções de chefe de governo, que o sistema presidencialista me reserva, eu as exercerei na plenitude. Com todo o meu empenho pessoal e com o assessoramento necessário para fazer da Presidência da República, mais que um símbolo, um núcleo eficaz de coordenação do Governo.

Nem por isso meu coração de parlamentarista e ex-parlamentar deixará de sentir-se em casa nesta Casa.

Lamento que a liturgia presidencialista impeça o presidente de comparecer ao Congresso com a freqüência que eu gostaria – com a freqüência com que compareci como ministro.

Desde já, sinto inveja dos meus ministros, que manterão o privilégio de mergulhar com menos cerimônia neste ambiente tonificante de debate e decisão democrática.

Se a liturgia do cargo vier a tolher-me, a arquitetura da Praça dos Três Poderes conforta-me.

Estarei a poucos passos daqui. De portas e coração abertos para receber os congressistas. Para ouvi-los e aprender deles novas lições de democracia e de amor ao Brasil, como fiz por doze anos nesta Casa. E para compartilhar com eles as dificuldades e as alegrias de mudar este grande País, para torná-lo melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O Sr. Eduardo Suplicy – Concede-me V. Ex^ª um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Ouço V. Ex^ª com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador e Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, vi V. Ex^ª cumprimentando o professor que foi o seu orientador, professor Florestan Fernandes, que deixará este Congresso depois de dois mandatos tão excepcionais. Um outro eminente professor e amigo de V. Ex^ª Albert Hirschman disse que uma das suas principais qualidades é a paixão pelo possível. Ainda outro dia Clóvis Rossi mencionou que talvez o possível seja pouco, que, quem sabe, V. Ex^ª deveria estar querendo o impossível. Isso faz lembrar a história do prêmio Nobel de Economia que outro dia relatou sua viagem em busca da Ilha de Utopia. Por mais que ele navegasse, não conseguiu encontrar aquela ilha. Entretanto, no caminho de volta, encontrou a Ilha de Agathotopia. Os habitantes dessa ilha lhe relataram que ali se tratava de um bom lugar, diferentemente de Utopia, que era um lugar perfeito para seres humanos perfeitos. Agathotopia era um lugar onde se procurou construir instituições, as melhores possíveis para seres humanos imperfeitos. Tão convencido ficou da qualidade daquelas instituições e arranjos, que James Edward Meade voltou a seu país com a disposição de propor que fossem adotadas instituições como aquelas, que visavam, sobretudo, aos objetivos de liberdade, de maior igualdade ou equidade e de eficiência. Dentre essas instituições, estava a maior flexibilidade de preços e salários, a maior participação possível entre capital e trabalho ao nível das empresas e a instituição de um dividendo social ou de

uma renda mínima garantida a todos os cidadãos. Nas últimas semanas, Senador e Presidente Fernando Henrique Cardoso, diversos membros do Governo como o Ministro da Fazenda, Ciro Gomes, Pêrsio Arida e outros têm feito comentários positivos ao Programa de Garantia de Renda Mínima que V. Ex^a, nesta Casa, teve oportunidade de qualificar como uma utopia realista, com os pés no chão, e de aprová-la. Logo após a Conferência de Cúpula, domingo passado, o Presidente Bill Clinton, ao realizar a entrevista coletiva, em sua primeira resposta dada aos jornalistas que lhe perguntaram sobre a questão da pobreza nos Estados Unidos, discorreu longamente sobre o instrumento que lá se denomina “crédito fiscal por remuneração recebida”, uma forma de imposto de renda negativo, que guarda relação com o Programa de Garantia de Renda Mínima. Há aqueles que, diante desse projeto, tenham atitudes semelhantes como a do Marquês de Olinda, que, em 1867, na Reunião do Conselho de Estado, falou sobre quando deveria ter lugar a abolição da escravatura, dizendo que só deveria ser decretada, para todos os escravos e para todos ao mesmo tempo, quando o número de escravos se achasse tão reduzido, em consequência das alforrias e do curso natural das mortes, que se poderia executar aquele ato sem maior abalo na agricultura e sem estremecimento dos senhores, e sempre adiando indefinidamente. V. Ex^a aqui mencionou como gostaria que o combate à miséria no País se desse sem qualquer clientelismo. V. Ex^a mencionou como deveria ser descentralizado e com a participação das comunidades. Será importante que esse combate à miséria se dê, de fato, instituindo-se no País um direito à cidadania para todos, sem que qualquer pessoa, de fato, esteja conseguindo sair da sua condição de pobreza em função do favor deste ou daquele, mas como um direito. Gostaria de, aqui, sugerir que possamos, o quanto antes, chegar a colocar no País esse direito, e não simplesmente aguardar a chegada do apocalipse para que ele se consagre. Gostaria também de dizer da importância – e que espero esteja de acordo com tudo aquilo que V. Ex^a propôs, praticou e defendeu em sua vida – da forma como irá estabelecer o diálogo com os trabalhadores neste País, além do diálogo que, normalmente, as pessoas no poder têm com as elites, com os empresários. V. Ex^a talvez pudesse tecer uma palavra sobre a diretriz que pretende colocar sobre a natureza do

diálogo com os trabalhadores em especial. E aqui falo como Líder do Partido dos Trabalhadores, o partido que teve em Lula o principal adversário de V. Ex^a, aquele que chegou em segundo lugar, e colocando a nossa avaliação de como acreditamos que tem V. Ex^a condições de realizar um governo talvez como nunca antes foi possível no Brasil, e que esteja à altura das esperanças de um povo que votou de forma tão consagrada em favor de V. Ex^a. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy os cumprimentos e as referências que fez ao projeto de sua autoria, que teve meu voto no plenário do Senado. Como ele próprio disse, os comentários recentes foram feitos por membros da equipe econômica, entre os quais o Dr. Pedro Malan, que será Ministro da Fazenda. De modo que isto antecipa o meu pensamento sobre esta matéria.

Quanto aos trabalhadores, no discurso que farei no dia da minha posse referir-me-ei ao meu relacionamento com a população em geral. Hoje, preferi discutir assuntos pertinentes diretamente ao Congresso e aos parlamentares, mas não me furtarei a dizer quais serão os caminhos de diálogo, de trabalho em conjunto. O Senador Eduardo Suplicy, que me conhece há pelo menos vinte e cinco anos, sabe que essa matéria é de meu especial interesse e que esse diálogo foi sempre fluido e continuou sendo. Tive o apoio de mais de 700 sindicatos, os quais me cobraram, de imediato, meu relacionamento com os trabalhadores, com tanta legitimidade quanto qualquer outro possa cobrar, e não me furtarei a dizer.

Agradeço as referências do Senador Eduardo Suplicy e aproveito para dizer que, já que ele mencionou o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, gostaria que transmitisse ao Lula meus sentimentos de admiração, de respeito e de amizade, porque são verdadeiros, e que o comportamento do ex-candidato e atual Líder do PT ajudou, e muito, a criação, no Brasil, de um clima de diálogo durante e especialmente depois da campanha, que não implica apoio, adesão, mas implica uma compreensão civilizada dos propósitos de cada um dos grupos políticos, fortalecendo, portanto, a democracia.

O Sr. Teotônio Vilela Filho – V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Com muito prazer, nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

O Sr. Teotônio Vilela Filho – Quero saudar no Senador Fernando Henrique Cardoso sua extrema sensibilidade de sentir as reivindicações das ruas, e, mais que isso, sua destemida coragem de resistir à demagogia fácil e ao aplauso gratuito. Foi assim desde os tempos da Constituinte. Foi assim desde que Fernando Henrique teve de mudar de partido para não mudar de discurso, teve de mudar de legenda para não mudar de trincheira. Foi assim quando Ministro da Fazenda, teve de resistir à pressão pela estabilização mal-alinhavada e inconsistente dos congelamentos de efeitos passageiros, mas de popularidade tentadora. Foi assim quando candidato, em inquietante desvantagem nas pesquisas de opinião, resistiu à leviandade de prometer o paraíso com que outros acenavam, dos salários cada vez mais altos, com benefícios sociais cada vez mais generosos. Os desafios do Governo são, por certo, diferentes dos enfrentados na Constituinte, no Congresso e na própria campanha eleitoral. Mas têm em comum a marca da medida dura, às vezes momentaneamente mais dolorosas como são as cirurgias sempre indesejadas, mas nem por isso mesmo indispensáveis. O que hoje ouvimos é um roteiro de ação que não faz concessão ao aplauso fácil. O Senador e Presidente Fernando Henrique não corteja a popularidade dos salvadores da Pátria, mas persegue, isso sim, a solução consistente dos problemas nacionais.

No registro desse testemunho de sua corajosa coerência, ao longo de toda sua passagem pelo Senado Federal, formulo votos de que o Presidente Fernando Henrique tenha a mesma sensibilidade que o Senador Fernando Henrique para as reivindicações das ruas, mas continue com a mesma corajosa coerência, com a mesma coerente coragem de resistir à demagogia em nome do futuro e em nome do Brasil. Tanto são os seus problemas, tão graves são os seus desafios que o Brasil precisa hoje muito mais

de cirurgiões que de simples maquiadores; mais de cirurgiões que de esteticistas. E para o cirurgião, tanto quanto a perícia e a competência, são imprescindíveis a coragem e a coerência. Que o Presidente Fernando Henrique tenha, na Presidência, o mesmo brilho e o mesmo sucesso do Senador Fernando Henrique pelo bem do Brasil, pela construção do futuro e da justiça.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Muito obrigado, nobre Senador Teotônio Vilela Filho, pelo seu estimulante aparte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro o meu pronunciamento agradecendo a todos a atenção e o carinho com que me recebem nesta tarde de despedidas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

JOSE BARRETT

JOSÉ SARNEY

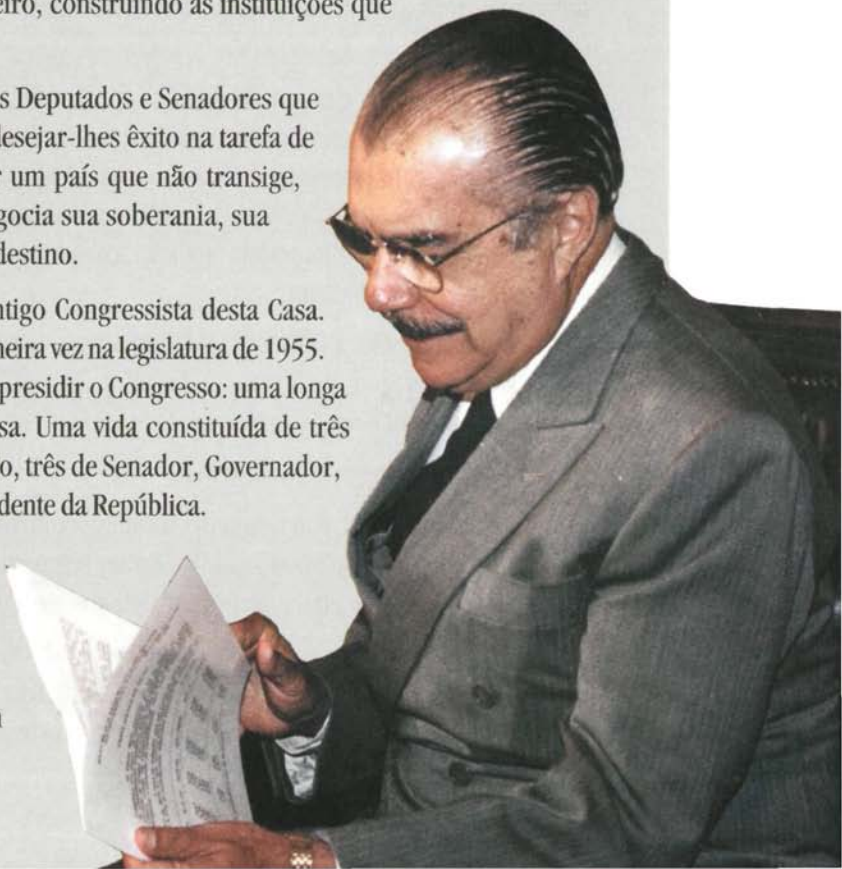
Em sessão de abertura da 50ª Legislatura do Congresso Nacional, analisa a importância do Legislativo em um regime democrático (15-2-95).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Octávio Galotti, Sr. Vice-Presidente da República, Marco Maciel, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Luís Eduardo, Srs. Ministros, Srs. Embaixadores, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, minhas senhoras, meus senhores. Já declarei abertos os trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Há quase duzentos anos nos reunimos, Câmara e Senado, em nome do povo brasileiro, construindo as instituições que fazem o Brasil.

Saúdo todos os Deputados e Senadores que agora chegam, para desejar-lhes êxito na tarefa de continuar a construir um país que não transige, não se curva, não negocia sua soberania, sua independência e seu destino.

Sou o mais antigo Congressista desta Casa. Aqui cheguei pela primeira vez na legislatura de 1955. Isso me legitima para presidir o Congresso: uma longa vida política nesta Casa. Uma vida constituída de três mandatos de Deputado, três de Senador, Governador, Vice-Presidente, Presidente da República.

Aceitei este cargo não num momento de glória do Poder Legislativo, mas numa fase em



que a instituição atravessa profunda crise de identidade, exposta a permanente crítica e censura.

Meu desejo é prestar um serviço ao Congresso, juntando-me a todos os Senadores e Deputados, igual a qualquer um deles, na tarefa indispensável de modernização da Casa, animado pelo propósito de dar-lhe prestígio e respeito perante a sociedade, empreendendo um programa de reformas que lhe confirmem o necessário suporte e agilidade de um Parlamento forte e digno de nosso povo.

Nosso trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de nossas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta. Transparência, moralidade, eficiência e trabalho.

O Congresso é maior do que a soma de todos nós e a maior instituição do governo democrático. Os Parlamentos perderam aquele charme romântico que os acompanhou durante todo o século XIX, até metade do século XX. Eram o centro das decisões, e elas podiam vir pela eloquência. Era o tempo em que os plenários podiam ser tocados pela palavra, pelo delírio e pelo encantamento dos oradores.

Infelizmente, ainda somos dominados pela visão do Parlamento do discurso, apenas uma das formas de fiscalização, e passamos essa imagem à sociedade, que vincula o Congresso ao Plenário.

Mas o Congresso é muito mais.

É fiscalização, é acompanhamento, é controle do Poder Executivo e é o único lugar onde o povo, onde qualquer segmento social pode questionar governos, pessoas, fatos e apontar defeitos e erros, mesmo do próprio Parlamento.

Na mídia, nos organismos da sociedade organizada, nos grupos de pressão, a denúncia do povo passa pelo crivo da aprovação dos que governam

e comandam. Aqui, não. Haverá sempre uma voz, um representante de um segmento social, de um Município, de um bairro, de uma ideologia, de uma religião, de uma raça, de uma profissão, no amplo espectro de que é formada a Casa, para dar corpo à função parlamentar de ser o instrumento da liberdade de opinião.

Sem Parlamento não há democracia, sem democracia não há liberdade, e sem liberdade o homem é apenas e às vezes um sobrevivente.

Sem Parlamento forte não há democracia forte.

O que está sob suspeita nas críticas não são os valores do Parlamento, mas a realização imperfeita desses valores. O Congresso não pode ser julgado pela conduta daqueles que o traíram, dos que o denegriram, de quantos o corromperam, aviltaram e transformaram em instrumento de abuso pessoal ou de grupo.

Srs. Parlamentares, o Congresso nunca faltou ao Brasil. Aqui nasceu o País. Aqui construímos nossas instituições. Nenhum poder sofreu mais no curso da nossa História. Em 1823, fomos fechados quando, sem termos imprensa, discutíamos a liberdade de imprensa; sem termos povo, as liberdades civis; sem termos fronteiras, a constituição de uma nação; sem termos leis, a vitaliciedade e a independência do Judiciário.

Nunca ninguém pensou em fechar o Executivo, mas fomos fechados e dissolvidos em 1823, 1889, 1892, 1930, 1937, 1968 e 1977.

Muitas vezes, ao longo da História, foi o Congresso suspenso, invadido; presos e cassados foram muitos de seus membros. Porém, nunca faltou um grupo de homens que aqui não ficasse, falando, conspirando ou lutando pela sua abertura, pela sua existência, sabendo que a sobrevivência do Congresso era a sobrevivência da Nação. "O que é o poder civil?" Perguntava Milton Campos; e respondia: "É a brigada de choque dos políticos que com põem o Congresso".

Quero, também, ressaltar a nossa identificação inseparável com a imprensa brasileira. Cito apenas um fato: quando o Congresso foi fechado em 1968, não passou um dia sem que o jornalista Carlos Castello Branco não pregasse sua abertura. (*Palmas.*) Lembro Quintino Bocaiúva, Joaquim Serra, Macedo Soares, Carlos Lacerda, Orlando Dantas, Edmundo Bittencourt.

A vulnerabilidade do Parlamento decorre do fato de ser esta a Casa política por excelência, e o conflito é a marca inarredável da política e da liberdade de crítica. No Judiciário as sentenças apenas são conhecidas depois de publicadas; as decisões do Executivo são coordenadas no âmbito do próprio Governo, entre quatro paredes.

As decisões legislativas, ao contrário, são debatidas e tomadas em público, no quadro das divergências políticas e à mercê de nossas paixões, que são legítimas, e de interesses contrariados ou favorecidos.

A visão de um Congresso como uma corte celeste ou uma reunião de sábios e notáveis, e não de homens e políticos, é, sem dúvida, irrealista e ingênua. Os Congressistas são recrutados dentro da sociedade e são representativos das camadas sociais.

No mundo inteiro, a instituição parlamentar encontra atualmente a contestação de sua legitimidade. Surgiu – e devemos estar atentos, porque, sem dúvida, esse fenômeno veio para ficar – um novo interlocutor da sociedade democrática, a opinião pública, com poder político agregado. Ela é formada pela mídia, que, graças às conquistas da ciência e da tecnologia, pode, em velocidade incalculável, através do fascinante mundo dos satélites, fazer com que todos, ao mesmo tempo e na mesma hora, possam julgar os fatos e os homens. É o mundo da sociedade organizada, da democracia participativa, de milhares de associações que agregam legitimidade para falar em nome do povo e de segmentos importantes da sociedade.

O Pe. Antônio Vieira já dizia que, sendo tão natural no homem o desejo de ver, o apetite de ser visto é muito maior. O uso de ver tem um fim com a vida; o apetite de ser visto não acaba com a morte.

O velho conceito da democracia representativa entra em competição com outras legitimidades. Os Congressos podem envelhecer rapidamente, e os partidos sofrem, também, o mesmo fenômeno com os seus programas. E o nosso País, que não tem tradição partidária, convive com algumas reminiscências de instituições políticas do fim do século XIX, de que é exemplo o voto proporcional uninominal, desintegrador dos partidos e estimulador da corrupção. Basta dizer que o Brasil é o único país do mundo onde ainda se pratica esse sistema eleitoral.

Durante muito tempo, julgou-se que o Estado era o instrumento do bem-estar social. Hoje, com o fim das ideologias, o desmoronamento dos dogmas e sectarismos, já se sabe que o desenvolvimento social só terá êxito com o desenvolvimento econômico. Estamos advertidos, também, de que a economia de mercado não é boa distribuidora de renda, impondo-se necessário que tenhamos um Estado forte para assegurar uma sociedade justa. Assim, o que deve pesar não é o tamanho, mas a qualidade do Estado.

Caminhamos para um mundo cada vez mais interdependente. De livre circulação do capital, que pode tirar seu passaporte e sua nacionalidade a qualquer hora, em qualquer casa de câmbio.

Srs. Congressistas, esta legislatura vive a expectativa de promover uma reforma constitucional, sem dúvida a mais ambiciosa e profunda de todas quantas foram apresentadas. Chegam ao Congresso mensagens do Poder Executivo que propõem ampla reforma da Constituição, da qual, todos sabem, sempre fui um crítico sincero e honesto. Estou convencido de que, sem adequadas mudanças no texto de nossa Lei Maior, não haverá meios de superar a crise em que o Brasil começou a mergulhar no final da década de 70, quando já havia sinais de exaustão do modelo que elegia o Estado como o grande agente das transformações efetivamente experimentadas pelo Brasil nos últimos decênios.

O grande mal que vemos em nossa Carta Magna é que ela criou uma situação inviável: é ao mesmo tempo parlamentarista e presidencialista. Nem

o Governo governa, nem o Legislativo legisla. Cria direitos sociais e, ao mesmo tempo, impede pagá-los e ampliá-los, uma vez que não deixa o País desenvolver-se para usufruir do poder germinativo da livre competição e inserir-se na nova ordem mundial.

Balanço terrível dessa crise, Srs. Congressistas, é a falência do Estado, que perde, a cada dia, sua capacidade de prestar serviços ao povo e pagar a dívida social, cuja face mais exposta e mais dramática é o salário mínimo. Na verdade, assistimos ao total desmoronamento das políticas de administração e de governo. Basta dizer – para conhecimento dos Congressistas da dimensão da nossa tarefa – que vamos começar esta legislatura com 59 medidas provisórias e 134 vetos ainda não votados, que obstruem a pauta de nossos trabalhos. Alguns deles remontam a 1990.

Aos olhos da sociedade, perpassa uma visão de ineficiência do Poder Legislativo, quando, na realidade, o fenômeno é mais grave, porque vivemos uma crise profunda das instituições de governo com o sistema criado pela Constituição de 1988.

Este Congresso será desafiado a promover a mudança que recoloque o Brasil em sintonia com as profundas transformações que são pedidas pelo povo brasileiro. O Brasil cresceu, suas estruturas tornaram-se mais complexas, criando uma variada gama de agentes econômicos que clamam por espaços para recolocar o sistema produtivo funcionando no lugar de relevo que lhe está reservado. Em benefício de todos.

Felizmente, há um consenso nacional de que a Constituição criou uma soma exageradamente elevada de encargos para o Estado sem indicar as correspondentes fontes de financiamento deles. Assim como existe a convicção de que, sem remover esses obstáculos constitucionais, não haverá força humana capaz de vencer a crise e reconduzir o Brasil para os caminhos do desenvolvimento econômico com justiça social.

Não é segredo para ninguém que a estabilização econômica definitiva depende das reformas estruturais, que promovam o saneamento do setor

público e desregulem a economia brasileira, de modo a estimular os investimentos de risco no aumento da capacidade produtiva do País, como tem dito o Presidente Fernando Henrique. A estabilização econômica reclama estabilidade política. Ao atual Congresso está reservada a importante tarefa de modernizar nossas instituições políticas, para que o regime se torne mais estável e eficaz.

Convido todos a um árduo trabalho. O Congresso é a Casa do debate, da controvérsia, das idéias, das posições. Desse debate floresce a democracia e surgem as soluções. A idéia do Congresso votando só assuntos de consenso é o anticongresso. Aqui é a Casa para se trabalhar, discutir e dividir a criação de idéias e de soluções.

Vamos dar ao Brasil uma visão de trabalho. Vamos desobstruir nossa pauta e iniciar, nas Casas separadas, mas ligadas por um ideal comum, Senado e Câmara, um trabalho conjugado, para que a opinião pública tenha presente que esta Quinquagésima Legislatura será citada na História do Brasil como um dinâmico e criativo tempo de construção e de serviços prestados ao País. Para isso, estou perfeitamente sintonizado com esta excelente revelação de homem público que é o Presidente da Câmara, Deputado Luís Eduardo, que comigo dividirá o comando de nossas Casas Legislativas. (*Palmas.*)

O Congresso Nacional jamais faltou ao Brasil, nunca obstruiu as tarefas do Executivo e do Judiciário. Nossa obrigação é ajudar o País a diminuir os problemas de nosso povo e assegurar que iremos cumprir quatro anos de mandato em um Congresso de renovação, transparente, sem contemplos com os erros e disposto a punir todos aqueles que, de um modo ou de outro, traírem o mandato que o povo lhes conferiu.

Mas, também, seremos intransigentes e inarredáveis e jamais nos vergaremos na defesa das prerrogativas e da autonomia do Parlamento, Casa que é a expressão da soberania do povo e do sistema democrático, que fez e construiu as instituições que nos mantêm até agora. (*Palmas.*)

Quero, terminando estas palavras, agradecer pelo prestígio que deram a esta solenidade o Exm^a Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Octávio Galotti; o Exm^a Sr. Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; os Srs. Ministros de Estado, os chefes de missões diplomáticas, as autoridades eclesiásticas, enfim, todas as senhoras e todos os senhores que participaram desta sessão.

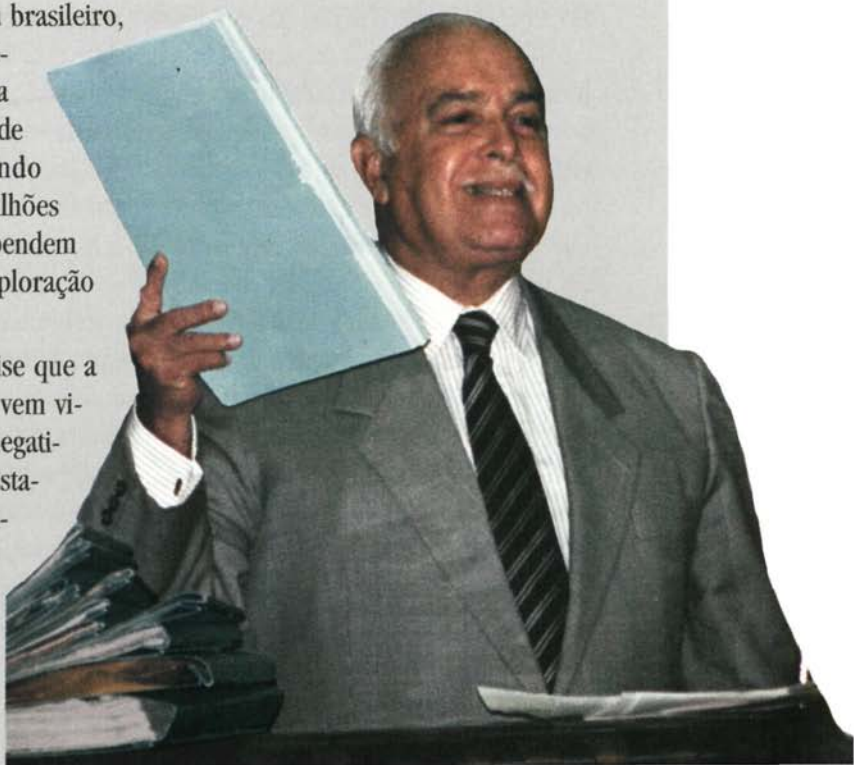
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Em seu discurso inaugural no Senado, manifesta preocupação com o funcionamento precário da Justiça no País (15-3-95).

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — Sr. Presidente e Srs. Senadores. Vou dividir este meu primeiro pronunciamento em duas partes: a primeira, um assunto de muita importância para a economia baiana, a cacauicultura no meu Estado; a segunda, a crise nos três Poderes da República, principalmente no Judiciário, quando, então, terei oportunidade de responder, em parte, ao nobre Colega, o eminente Líder Jáder Barbalho.

Devo salientar que o problema do cacau é um dos problemas mais graves que o meu Estado atravessa. Uma área estimada em 650 mil ha, envolvendo 64 municípios, responsável por 90% de todo o cacau brasileiro, passando por uma séria crise que configura um verdadeiro estado de calamidade, atingindo uma região com 3 milhões de habitantes que dependem basicamente dessa exploração agrícola.

Essa terrível crise que a economia cacauceira vem vivendo, com reflexos negativos na economia do Estado e do País, é resultante do somatório de vários fatores nocivos, merecendo



que se destaquem os preços praticados no mercado internacional, que têm declinado progressivamente, caindo de 4 mil dólares, na década de 70, para 1.300 dólares, em 1994. Essa baixa remuneração do produto levou ao abandono dos tratos culturais, com base em tecnologia adequada, para permitir ganhos efetivos de produtividade. As exportações do cacau, que contribuíram com 945 milhões de dólares em 1979, atualmente estão em torno de 300 milhões. A produção caiu de 410 mil toneladas, em 1986, para 240, no momento. Os sucessivos planos econômicos, que vinham sendo implantados no País, contribuíram para paralisar e ainda continuam penalizando principalmente os cacauicultores. A elevação das taxas de inflação interna serviu para aumentar o custo da produção, de vez que contribuiu para elevar os valores dos insumos e o custo do crédito rural, que é insuportável. Os períodos de sucessivas estiagens, que se prolongam desde 1987 no Nordeste, mas principalmente na Bahia, vieram a agravar bastante a situação. Em meio a tudo isso foi afetada, a partir de 1989, com uma praga denominada "vassoura-de-bruxa". Doença, pela experiência vivida em outros países, principalmente no Equador, que não foi controlada convenientemente e que está tornando inviável a cultura do cacau. Como resultado se verifica o endividamento do cacauicultor, acumulando nos últimos anos despesas realizadas na lavoura, sem que houvesse o retorno do capital empregado. O desemprego de 250 mil trabalhadores, numa região que não oferece outra alternativa de trabalho, somando-se aos seus dependentes a mais de um milhão. — A desarticulação de outros setores da economia regional, dependentes diretamente da economia cacauceira, provocando um quadro de deterioração da economia e da sociedade da região. — A ameaça remanescente de mais de um milhão de hectares da Mata Atlântica, da qual muito se fala, mas não se defende, que dependem do cacauceiro para sua preservação. Caso a cacauicultura torne-se inviável, certamente estará totalmente comprometida. Na busca de soluções para melhorar os efeitos da calamidade que se instalou na região, o Governo da Bahia vem desenvolvendo um heróico esforço, colocando à disposição do setor recursos financeiros além da sua possibilidade, para ver se pode fazer alguma coisa. O apoio tem sido através do Fundo Baiano de Defesa da Cacauicultura, o

FUNDECAU, entidade privada criada pelo setor produtivo, que visa encontrar soluções para o controle da convivência com a vassoura-de-bruxa na área cacaueteira, porque a CEPLAC, o órgão do Ministério da Agricultura, é como se não existisse, tais e tantas foram as suas deturpações. E hoje é apenas um cabide de empregos a infelicitar a zona cacaueteira.

A alocação de um milhão de reais que coloquei para o exercício de 1995, visando a ação conjunta da Secretaria do Estado, através da Empresa de Desenvolvimento Agrícola, é muito pouco, porque o Ministério da Agricultura também não existe na Bahia para fazer qualquer coisa de útil em relação a essa praga.

Ante a exposição acima, com esse quadro terrível, achei por bem fazer uma exposição de motivos ao Presidente Itamar Franco – modesta!! Trouxe o Governador eleito, o Governador Imbassahy que estava no Governo, viemos todos numa ação conjunta também com o Ministro Ciro Gomes. Foi uma luta tremenda para o Presidente Itamar Franco; S. Ex^a, cheio de boa vontade, mandou para os canais competentes, mas, como sempre acontece, o Presidente pouco manda, e o segundo escalão deturpou todas as ordens, e nada foi feito. Para entrar no Conselho Monetário uma dessas resoluções, tive que contar com a boa vontade do Ministro Ciro Gomes, e, antes disso – manda a justiça que se diga –, contei com a boa vontade de um homem que não conhecia e conheci nesse dia, o Senador Beni Veras, que, espontaneamente, inseriu, por sua vontade, nos últimos dias de dezembro, na pauta do Conselho para implementar uma das providências e, mesmo aprovada no Conselho, não foi posta em prática pelo Banco do Brasil. Enquanto isso, assistia, como todo brasileiro, ao BANESPA e ao BANERJ, combinado ou não, sofrerem uma intervenção por causa de uma administração nefasta, por causa de uma administração incompetente, por causa de uma administração corrupta; por causa de uma administração ligada ao Governo do Estado que nada realizava a não ser a política que não leva a qualquer coisa, quando é feita através dos bancos oficiais. Enquanto isso, bilhões e bilhões eram gastos para salvar esses bancos e não se tinha sequer cem ou duzentos milhões para se

empregar na lavoura cacauceira, que durante muito tempo foi o sustentáculo do meu Estado e, mais do que isso, produzia divisas para se fazer parques industriais no centro e no sul do País. Esse é o quadro que aí está. O Ministro Ciro Gomes prometeu as providências, garantiu as providências, mas foi iludido. O Sr. Winston Fritz, que trabalhava naquele tempo no Ministério da Fazenda, prometeu implementá-las, mas sabotou. Pessoas do atual Governo também sabotaram. Era o fim do Governo, então, não se podia tomar nenhuma providência e o resultado é que a cacauicultura passou os momentos difíceis pelos quais está atravessando e essa região está – não é palavra de retórica nem qualquer situação que eu esteja querendo alarmar – mas é uma situação de gravidade incrível em que vive essa região da Bahia. Pedi ao Ministro Ciro Gomes e cheguei até a homenageá-lo. S. Ex^a queria resolver e quis resolver, mas não teve condições de vencer a força do segundo escalão, que é quem manda. E, então, disse a esse Sr. Fritz, que atualmente está em um banco londrino – como acontece com os homens importantes da República, depois que deixam funções importantes do governo: vão para os bancos importantes e nós ficamos aqui clamando e reclamando as providências. Disse a ele: “Se soubesse que quem mandava era o senhor não teria procurado o Presidente da República, eu o teria procurado diretamente, mas infelizmente perdi meu tempo e a Bahia continua sofrendo.”

O Sr. Josaphat Marinho – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, em primeiro lugar, quero congratular-me com sua presença pela primeira vez nessa Tribuna e, para nossa sorte comum, V. Ex^a a ocupa principalmente por tratar de um problema do interesse de nossa terra, ainda que com ramificações em diferentes pontos do território nacional. V. Ex^a fixa o problema do cacau com autoridade suficiente de quem buscou todas as providências, se não para a solução, pelo menos para reduzir as atividades que tem experimentado a Bahia. E a situação é tanto mais grave, porque, como V. Ex^a bem

sabe, hoje o cacau se expande da região sul para a própria região sudoeste da Bahia e, tanto numa como noutra, a vassoura-de-bruxa devasta a produção. Em diferentes momentos, quando Governador, pedi providências. Eu mesmo tive a oportunidade de encaminhar alguns desses pedidos aqui, nos meus primeiros quatro anos de mandato. Nenhuma solução ocorre em verdade. E o que é pior, as soluções, quando surgem, são parcialmente adotadas e sem nenhum critério de planejamento, ou seja, sem nenhum método capaz de assegurar continuidade às soluções prometidas. Enquanto assim ocorre, como V. Ex.^a acaba de declarar, a Bahia continua sofrendo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Agradeço ao brilhante Senador Josaphat Marinho o seu importante aparte ao meu discurso. Não descanso nesta luta. Há muito tenho percorrido a área competente do Governo e continuei a percorrer mesmo antes de assumir o Senado da República. Tomei como compromisso de honra para a Bahia e para os baianos a solução desse problema; pois é uma questão de honra para a Bahia, para os representantes da Bahia no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, bem como para todos os baianos. Vamos resolver esse problema. Não poderemos aceitar que isso não seja resolvido.

Temos visto homens e mulheres chorando. Homens e mulheres na fome e na pobreza do nordeste do nosso Estado. Nunca tínhamos visto isso no sul do Estado, que era próspero e rico, mas hoje já vemos ali a pobreza grassando como na parte mais triste e mais pobre da Bahia. A situação é de calamidade. Não descansaremos sem uma solução. Estive, há 15 dias, com o Ministro Pedro Malan. Pedi-lhe que mandasse alguém da sua confiança – e eu não queria saber quem seria – para ver a situação na área. Ele mandou. Ontem procurei saber o resultado e fui informado pelo Dr. Pedro Parente, que considerava a situação gravíssima, uma situação das mais difíceis que vira no Brasil; estive com o Ministro José Serra, que também me prometeu providências imediatas; estive com o Presidente da República, que também me prometeu. Não adiantam mais, como salientou o Senador Josaphat Marinho, grupos de trabalho. Eu voltarei à região com uma solução, seja ela qual for.

O Governo Federal tem até o direito de dizer que não se plante cacau, de informar que se deve plantar outra coisa, tem até o direito de dizer que quer extinguir a CEPLAC, pouco me importa, eu quero resolver o problema do cacau. Nós queremos e vamos resolver o problema do cacau. O cacau é importante, sobretudo para esses Municípios e para esses 250 mil desempregados. Não é apenas para o governo da Bahia, porque a Bahia cresceu e vive. O meu governo, em 1971, Sr. Presidente, dependia 60% do cacau. A receita do estado era 60% do cacau; hoje pesa apenas 3%, e a Bahia está aí vitoriosa. Conseqüentemente, não é por aí, mas nós não poderemos deixar fenecer uma região que foi e é tão importante para o Brasil. Ela não pode ser injustiçada, depois de ter servido tanto à própria Bahia e ao País. Estaremos em sua defesa com toda a coragem e todo o desafio. Este é um compromisso de todos os baianos, sobretudo de seus representantes.

Sr. Presidente, vamos à segunda parte do nosso pronunciamento. A crise brasileira passa, sem dúvida, pela reabilitação dos três Poderes. Vivemos problemas graves no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. No Executivo, esta Casa e a Câmara dos Deputados são testemunhas do tanto que aconteceu e tem acontecido. Seja como for, sem entrar no mérito dos nossos adversários aqui nesta Casa, que evidentemente queriam um outro resultado, vencemos a eleição, criando a perspectiva muito boa para o povo brasileiro. O povo brasileiro ainda acredita – e tem razão para acreditar – que vamos ter um governo sério, capaz, que dará demonstrações de resolver os principais problemas do País. Penso que a principal praga de qualquer governo – seja no âmbito federal, estatal ou municipal – é a corrupção. O Governo que não for corrupto está fadado a ter êxito. Quem tem experiência administrativa sabe que se administra bem o Estado, o Município ou a União quando existe moralidade administrativa; os recursos aparecem e se pode realizar.

O Brasil atravessa, sem dúvida, uma fase difícil. Acredito, porém, que se possa, ao mesmo tempo, conter a inflação e se criar perspectivas de desenvolvimento. É isso que a Nação espera do Governo Fernando Henrique

Cardoso. Não lhe faltam qualidades. Por quê? Porque ele não era o político experimentado que demonstrou na campanha as qualidades que poucos políticos experimentados teriam para realizar, como ele realizou, uma campanha tão competente. Pode, portanto, no governo, imprimir um ritmo melhor do que está imprimindo. Conseqüentemente, cabe-nos ajudá-lo com o nosso apoio e com a nossa crítica. Com o nosso apoio no Congresso e com a nossa advertência sempre que o seu Governo precise de uma advertência para encontrar o caminho certo que os brasileiros necessitam para chegar ao seu destino. Por tudo isso, acho que é fácil percorrer. De reformas vamos necessitar, e há uma compreensão do povo brasileiro para essas reformas; e do Poder Legislativo para reformar. Portanto, tenho certeza de que os Líderes, as Sr^{as} e os Srs. Senadores estarão inteiramente dentro dessa mentalidade – que é nova no Brasil – de um entendimento feito em outros termos, que não os do passado, para que o País encontre o rumo certo e o Presidente Fernando Henrique Cardoso possa realizar uma administração eficiente. Mas também é preciso que o Presidente Fernando Henrique Cardoso receba os conselhos de bons conselheiros, não se prenda a uma máquina que não produz, não seja sempre cercado pelos áulicos, que nem sempre são os bons conselheiros. Nós acreditamos no Governo, na sua seriedade e estamos dispostos – o meu Partido tem dado provas disso – a apoiá-lo, a fazer com que, neste Senado ou na Câmara dos Deputados, ele obtenha as vitórias e as reformas de que o País necessita.

O Sr. Hugo Napoleão – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Hugo Napoleão – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pois não, nobre Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão – Gostaria de dizer a V. Ex^a que o nosso partido, o Partido da Frente Liberal, apoiou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso numa coligação inicial com o PSDB e com o PTB, ainda quando S. Ex^a estava com cerca de 14% na pesquisa de opinião pública e o oponente com quase 40%. Eu mesmo tive ocasião de saudar desta tribuna do Senado, na nossa convenção, os convencionais. E digo isso para mostrar que acreditamos nas causas liberais e nas propostas apresentadas pelo candidato Fernando Henrique Cardoso em conjugação com o hoje Vice, Marco Maciel. V. Ex^a assoma à tribuna do alto da experiência de três mandatos de governador do glorioso Estado da Bahia, de diversos mandatos na Câmara dos Deputados, de Ministro de Estado, de Senador e de ocupante de direção de alta empresa nacional. E traz um depoimento verdadeiro sobre a postura que realmente devemos adotar. Temos o direito de fazê-lo exatamente porque fomos os primeiros. Exatamente porque nos engajamos no momento em que as coisas eram incertas ainda em matéria de campanha eleitoral. Acho que o rumo é exatamente esse. Devemos emprestar a nossa colaboração porque estamos engajados desde o princípio e devemos naturalmente alertar e advertir quando isso se fizer necessário. Parabéns a V. Ex^a pela estréia com o pé direito nesta Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Muito obrigado, meu caro Líder, por suas palavras e pelo testemunho que traz ao apoio que demos ao Presidente Fernando Henrique Cardoso na hora mais difícil da sua campanha, quando sequer existia o Plano Real e quando o seu concorrente tinha 40% e ele apenas 12%. E demos esse apoio que foi fundamental para que S. Ex^a pudesse fazer a sua vitoriosa arrancada e se eleger Presidente da República. Daí também porque as nossas responsabilidades são maiores na sustentação e nas advertências que temos que fazer para que S. Ex^a possa bem governar o País.

O Sr. Pedro Piva – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Pedro Piva – Senador Antonio Carlos Magalhães, quero lhe dar os parabéns. Fico muito satisfeito e honrado em poder fazer este aparte a V. Ex^a, que é um dos maiores homens públicos deste País. Ouvi com muita atenção as suas palavras a respeito do problema do cacau. Estou inteiramente de acordo. Este é um problema que aflige todo o Brasil. Qualquer crise na agricultura, qualquer crise que prejudique duzentas, trezentas ou mil famílias do Brasil é um problema social incomensurável. Acontece na Bahia, Senador, mais ou menos o que aconteceu no País inteiro com todos os problemas da agricultura. De maneira menos traumática, no Estado de São Paulo, foi o problema do café, onde a mão-de-obra foi inteiramente liquidada, acarretando o êxodo para a cidade, com conseqüências funestas. Quanto a V. Ex^a ter dito que podemos ter estabilidade da moeda e desenvolvimento, peço licença a V. Ex^a para dizer mais: que só poderemos ter a moeda forte com o desenvolvimento, porque, sem desenvolvimento, sem empregos, nós não poderemos fazer nada por este País. Nós precisamos de desenvolvimento, precisamos de emprego para melhorarmos e termos uma melhor justiça social. Dou-lhe parabéns, Sr. Senador, pelo seu brilho costumeiro e habitual.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Muito obrigado, meu prezado amigo e Senador Pedro Piva.

Portanto, acho que deve ficar na cabeça do nosso Presidente aquela máxima, que é tão antiga – vem de Goethe –, de que “mandar é fácil, difícil é governar”. Ele precisa mostrar que a dificuldade do Governo ele vencerá por meio do diálogo e da vontade de exercer o governo.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço aos aparteantes que observem o tempo de dois minutos previsto pelo Regimento, porque o orador tem tempo limitado e a Mesa já anunciou o tempo de que dispõe o orador.

O Sr. Eduardo Suplicy – Primeiramente, no que se refere aos problemas do cacau na Bahia, eu gostaria de dizer que considero dever de cada um dos senadores e, especialmente, dos partidos, procurar conhecer mais de perto, e quero dizer que, pelo PT, embora não da Bahia, procurarei estudar, em profundidade, melhor, inclusive, indo aos locais onde exista o problema de todos que trabalham com o cacau, para conhecê-lo mais de perto e ajudar a pensar junto. V. Ex^a mencionou as dificuldades do Governo brasileiro estar considerando liberar a quantia de R\$100 ou R\$200 milhões para os produtores de cacau. Que razões? Que barreiras? Que dificuldades existem para isso? O Governo terá alegado alguma desculpa? Gostaria de perguntar quais seriam as condições de liberação de crédito? De que natureza seria o crédito. Como se caracteriza a propriedade daqueles que produzem o cacau? Existe, porventura, uma concentração de terras muito grande nessa área? Ou, especialmente, essa agricultura – pergunto porque quero estar melhor informado – trata-se, sobretudo, além de pequenos e de médios proprietários, alguns grandes? Como se caracterizaria a distribuição proposta de crédito? Gostaria de ter informações mais detalhadas para participar do debate sobre a melhor maneira de ajudar a agricultura e os próprios 150 mil desempregados, citados por V. Ex^a e, obviamente, aqueles que estão empregados na área da agricultura. Concluindo, V. Ex^a aqui fez uma referência ao fato de autoridades econômicas que, depois, passam a posições-chave em instituições financeiras. A revista *Veja*, nesta semana, trouxe um número considerável de pessoas que, tendo ocupado cargos, inclusive de presidência do Banco Central, passam para instituições financeiras. E V. Ex^a aqui mencionou este fato de maneira crítica. Considero que, diante desse levantamento, agora mais explícito da própria revista *Veja*, que tem sido objeto de comentários em inúmeros órgãos de imprensa, caberia ao Senado Federal melhor refletir, assim como ao Congresso Nacional, sobre o projeto de lei do ex-Presidente Itamar Franco relativamente a este tipo de procedimento: se não deve o Congresso Nacional agilizar a tramitação deste projeto, já aprovado pelo Senado, que faria com que as pessoas, ocupando cargos importantes

nas instituições financeiras oficiais, depois, por algum tempo, não estivessem ocupando cargos em instituições financeiras privadas?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sou muito grato ao aparte de V. Ex^a, no entanto, não posso responder como gostaria, para não levar todo o meu tempo. Mas vou dizer a V. Ex^a, primeiramente, que as fazendas de cacau são diferentes das fazendas de pecuária; não têm as dimensões das mesmas; são fazendas menores e, conseqüentemente, não têm esse tamanho que V. Ex^a pensa. O crédito de que se fala também é crédito de custeio. Significa também repactuação das dívidas dos cacaicultores, que, tendo uma lavoura dessa ordem, não podem pagar seus débitos antigos, sobretudo com as TR. Esses são alguns dos pontos a serem tratados. A outra sustentação de preço tem em vista que o mercado internacional, hoje, não coloca os preços à altura do custo e da produção. Esses são alguns dos pontos que temos tratado com as autoridades financeiras.

Quanto ao outro ponto, a respeito do Banco Central, como V. Ex^a falou, estou de pleno acordo com as suas idéias, tanto quanto ao projeto do Presidente Itamar, pois ele, autor do mesmo no seu Governo, deveria ter tomado uma atitude mais séria e não tomou, deixou tudo como era antes. Prosseguindo, quanto ao Legislativo, deve-se dizer que há, sem dúvida alguma, uma modificação. Afirmar-se que tudo mudou é exagero, mas não render uma homenagem a V. Ex^a, Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, e ao Deputado Luís Eduardo, da Câmara dos Deputados, seria injusto. V. Ex^a tem imprimido, na Presidência, uma atuação que dignifica sua vida pública, e o Deputado Luís Eduardo, na Câmara dos Deputados, tem agido com muita dignidade, o que tem representado fator importante para reabilitação do Legislativo perante a opinião pública nacional. Temos que prosseguir na mesma linha, não podemos tropeçar, ainda há coisas a corrigir.

Temos um problema, sempre falado aqui e lá na outra Casa do Congresso, que é o da imunidade, não podemos ter imunidades amplas, não podemos ter viagens tão constantes por conta do Erário. Há muito o que modificar e tenho propostas a trazer à consideração do Senado. Há muito o que

fazer, mas, se não errarmos, como no passado, já estaremos fazendo bastante para ganhar o crédito que a opinião pública deseja em relação ao Legislativo brasileiro. E V. Ex^a – manda a justiça que se proclame – tem sido, nesse período, impecável na sua ação de homem público e de Presidente desta Casa do Congresso. Penso que é uma grande oportunidade para a sua atuação, e creio que todos os senadores, mesmo os que são adversários de V. Ex^a, hão de reconhecer que V. Ex^a tem se portado com absoluta imparcialidade e com grande senso de competência no comando desta Casa.

Lembro que não poderemos transigir com o erro! O erro de cada um de nós é um pecado que vamos carregar por todo o sempre! Estamos em uma fase em que os holofotes estão sobre esta Casa, que é muito mais visada do que qualquer outra! Tudo aqui é transparente; não é como no Judiciário, que nos fiscaliza, cujo Ministro Néri da Silveira tem coragem de mandar dizer que temos que agir em 120 dias, sob pena de o Supremo Tribunal Federal tomar providências. O Ministro Néri tem o julgamento de um agravo de coisa simples, da Nordeste Vias Aéreas, há quatro anos! A opinião julga, e não acontece nada neste País com os juízes que não julgam! O Judiciário é o poder que mais precisa ser corrigido neste País! Está se intrometendo no Legislativo a todo o momento, sem que esta Casa reaja! Têm que reagir, esta e a outra Casa! Ele fixa salário. É função nossa, do Legislativo. O Judiciário fixa, e não acontece nada. Ninguém reage. Por isso, eles ousam tentar corrigir-nos nas nossas faltas. Se estamos errados, vamos corrigir. Mas eles precisam ter autoridade para isso.

Acumulam-se processos em todos os tribunais do Brasil. O nepotismo, que infelizmente existia nas Assembléias, na Câmara, no Senado, existe em maior número no Judiciário. Não se julga. Não acontece nada. A corrupção, quando existe, tudo passa por cima. Onde está a celeridade de um processo no Judiciário? O Judiciário é feito para quê? Onde estão os prazos dos juízes? Todos os regimentos fixam prazos para os juízes. Qual o juiz que cumpre prazo? E o que acontece quando ele não cumpre prazo? Nada. Qual a parte que não tem advogado rico que tem defesa? Qual o rico que tem condenação? Qual o crime contra o Erário que já teve condenado?

Ah! Sr. Presidente, Srs. Senadores, quanto lutei na minha vida para condenar um ladrão do Erário! Fui tantas vezes ao Superior Tribunal de Justiça, pedindo a sua condenação. Ele que roubou milhões e milhões de dólares, porque pagou US\$1 milhão a um advogado que foi Ministro do Supremo e Procurador da República, não acontece nada, não entra em julgamento, dilatam-se prazos. Tudo isso acontece sob as vistas da Nação e tudo isso silencia-se. Não se consegue sequer colocar uma nota no jornal. Enquanto, no Legislativo, qualquer das suas falhas é exposta à execração pública. É isso que vivemos. É o regime do medo. Somos vítimas de nós mesmos e temos medo do que pode acontecer, se errarmos, e se tivermos coragem, não teremos medo de ninguém. É isso que quero, um Senado que não tenha medo de ninguém, um Senado que faça com que eles cumpram a Lei do colarinho branco, que não existe para ninguém. Ela é ineficaz, ela tem prazos absurdos. Não se consegue coisa alguma. Os prazos da lei, o processo é moroso, o Judiciário está desaparelhado. Os feitos não correm. O processo eleitoral tem prazos rígidos, porque outras leis não possuem. Por que eles não se reúnem, por que eles não procuram uma maneira para fazerem uma revisão, com o nosso apoio e conosco, dos códigos de processo, que são feitos para protelação e não para o andamento dos processos? Tudo é feito para o faz-de-conta, mas passou a hora. É preciso que haja a hora da verdade. Não direi que todos os juízes não sejam decentes. Existem muitos juízes decentes e muitos homens de bem na justiça brasileira, que merecem o nosso respeito, mas eles também se confundem quando não denunciam seus colegas. Nós temos o bem ou o mal, talvez o bem, de expor os colegas quando necessário, e, quando mereceram, já punimos muitos deles. É preciso que tenhamos coragem também de exigir que eles punam seus colegas que não cumpram o seu dever.

O Sr. Pedro Simon – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Pedro Simon – Senador Antonio Carlos Magalhães, a Casa e o País aguardavam o pronunciamento de V. Ex^a. Sou uma pessoa que tenho

muito respeito por V. Ex^a. Diz a Imprensa e os políticos que V. Ex^a é alguém cujos companheiros apreciam e são apaixonados e que os adversários detestam totalmente. Sou adversário de V. Ex^a, mas confesso que sou seu admirador. Quando ambos fomos Ministros e, depois, V. Ex^a ficou e fui ser governador do Rio Grande do Sul, liguei para o Presidente José Sarney e foi V. Ex^a quem atendeu. Fez o que podia fazer e teve um gesto comigo que nunca pude esquecer. Tenho admiração por sua pessoa. Acho que esse estilo que está adotando, esse debate, essa franqueza estão marcando um ponto muito importante neste novo Senado. V. Ex^a disse bem: o Presidente José Sarney, nesta Casa, e o ilustre Presidente da Câmara dos Deputados estão entrando com o pé direito em uma nova realidade que é fruto de várias questões e o momento é para isso. Estamos, a rigor, vivendo o momento da colheita de erros, equívocos que fizemos no passado. Tivemos sorte de ter pessoas competentes e responsáveis, como o Presidente José Sarney aqui e o Presidente Luís Eduardo na Câmara, que está coordenando esse trabalho. Dentro desta nova realidade, considero importantíssimo o pronunciamento de V. Ex^a. Com relação ao Supremo é verdade. V. Ex^a está tendo a audácia que tem e que, às vezes, muita gente não tem de dizer o que deve ser dito. Por que se fala do Congresso e não se fala do Judiciário? Por que se fala se não votamos um projeto e eles ficam anos sem votar um projeto? Hoje votamos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com relação a um parlamentar, com dez anos de atraso. V. Ex^a tem toda razão: temos de enfrentar o Judiciário. Tem deputado e senador que nomeia parente? Tem, mas tem muito juiz, como diz V. Ex^a, que nomeia parentes. O problema é que eles são vitalícios e nós nos renovamos de quatro em quatro anos. O problema é que a sociedade está olhando para nós, porque temos de prestar contas e eles não precisam prestar contas. Como diz V. Ex^a, um cidadão pegar um processo e ficar com ele na gaveta anos a fio não tem lógica e não tem justificativa. V. Ex^a está levantando o debate. Estamos vivendo, prezado e querido Senador, um momento talvez inédito na história deste País. O País vive com tranquilidade, tem na Presidência da República um homem digno, de bem, sério, as oposições brasileiras estão querendo ajudar. Repare V. Ex^a que, olhando para onde olhar, o Brasil inteiro está torcendo para

que o Senhor Fernando Henrique Cardoso dê certo no Governo e o Brasil inteiro está olhando para nós, no sentido de nós fazermos as coisas. Bem ou mal, o Supremo não pode alterar muito a vida dele; nós podemos alterar a vida do Supremo. O Supremo não pode alterar a vida do Congresso Nacional. Nós podemos criar uma vigilância externa, um conselho externo do Supremo; eles não podem. O pronunciamento de V. Ex^a é fantasticamente oportuno, a hora é agora. Vamos revisar nossa Casa, vamos fazer com que ela seja rápida, real e concreta. Vamos dar um basta às reuniões do Congresso apenas três vezes por semana. Vamos fazer o nosso calendário. Vamos votar os projetos com a rapidez necessária. Vamos fazer tudo isso, mas vamos exigir que a sociedade e a imprensa também olhem para o Poder Judiciário e façam com que ele realize o que tem que ser realizado. Ouço o pronunciamento de V. Ex^a com muito carinho e respeito, pois penso que é muito oportuno, já que V. Ex^a está iniciando, juntamente com todos nós, um novo momento, pois, com lideranças como a de V. Ex^a, seremos capazes de fazer as grandes transformações que o Brasil está esperando. Meus cumprimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Senador Pedro Simon, sou-lhe muito grato, pois sinto-me estimulado com o aparte vindo de V. Ex^a, que possui uma grande experiência, já que ele coloca um ponto que me tinha faltado e que é base para tudo isso, qual seja, somos renovados de oito em oito anos e os juízes são vitalícios e abusam do direito da vitaliciedade sem que nada lhes aconteça.

Entretanto, não podemos e não devemos nos silenciar. A nossa voz tem de ser mais alta no combate a esses privilégios.

O Sr. Ney Suassuna – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O orador dispõe de apenas mais oito minutos para finalizar seu discurso.

O Sr. Ney Suassuna – Gostaria apenas de parabenizar V. Ex^a e dizer que, nessa direção, hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tomou a decisão de fazer um projeto em que proíbe o nepotismo nos três Poderes. Estou feliz de estar aqui presente para ouvir o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Sr. Presidente, não quero terminar a minha oração despretensiosa, mas sei que com objetivo de moralizar os três Poderes, em especial o Poder Judiciário, porque todos nós somos vítimas dele, na medida em que ele se intromete na ação de todos, sem, também, falar ou dizer alguma palavra sobre o absurdo que, infelizmente foi votado na Câmara, no Senado, e sancionado pelo Presidente da República, num mau momento, que foi o Estatuto dos Advogados. Se nós queremos diminuir as nossas imunidades, fazer com que elas vinguem somente no plenário, nos assuntos da nossa atividade parlamentar, nós cometemos erros graves. Eu acho que nós precisamos ter coragem de modificar o Estatuto dos Advogados, um estatuto corporativista, um estatuto que afronta a Justiça e que a Justiça ainda não corrigiu como deveria, e que é, em verdade, um ponto negativo em relação à Ordem dos Advogados do Brasil. Ela própria deveria se julgar acañhada de ter proposto e de aceitar privilégios como os votados pela Câmara e pelo Senado, e sancionados pelo Presidente Itamar Franco. O Estatuto dos Advogados é uma vergonha, e como vergonha deve merecer a nossa repulsa e do País.

O Sr. Bernardo Cabral – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pois não, Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Eu quero advertir os eminentes Senadores que o tempo do orador está a se esgotar, e como V. Ex^{as} têm presenciado, tenho o dever de manter o Regimento da Casa.

O Sr. Bernardo Cabral – Sr. Presidente, se não me for concedido o aparte vou ter que falar na hora da liderança e não darei chance para que o eminente Senador possa me contraditar. Estou apenas querendo ser leal com o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa está apenas zelando pelo tempo da Casa e advertindo os Colegas, e ao mesmo tempo o orador, de que ele, ao conceder o aparte, está justamente retirando o seu tempo de tribuna.

O Sr. Bernardo Cabral – Sr. Presidente, quero em primeiro lugar situar o discurso do eminente Senador Antonio Carlos Magalhães em dois pontos: primeiro, que registrei com profunda inquietação quando S. Ex^a registrou que, em 1971, 70% da receita provinha do cacau e hoje são apenas 3%. Creio, Sr. Presidente, que estou ouvindo com tanta atenção que registrei isso e me solidarizo com S. Ex^a por isso. Na segunda parte, quero fazer uns reparos de ordem pessoal, Sr. Presidente. Vem na esteira do que foi dito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, na hora em que S. Ex^a excetua alguns juízes. Não poderíamos, Sr. Presidentê, sob pena de macularmos a Instituição, quando ela merece de qualquer forma o nosso apreço, por causa de alguns elementos. Que instituição? O Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Na hora em que o eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, e eu com a minha experiência na matéria... a idéia do combate ao privilégio. Qual seria o privilégio? O privilégio da vitaliciedade. O que é estranho, porque a vitaliciedade seria total quando ela, hoje, morre nos setenta anos, portanto o sujeito é obrigado a se aposentar e essa vitaliciedade seria como nos Estados Unidos, a vida inteira. Mas, vamos dizer que é uma vitaliciedade meio capenga. E aqui é que não considero vitaliciedade, considero-a prerrogativa, predicado da magistratura. Veja, Senador Antonio Carlos Magalhães, que à época da ditadura, do AI-5, quando foram suspensas as garantias da magistratura, ela vivia acuada, amedrontada – salvo honrosas exceções. Neste ponto, quero divergir para dizer a V. Ex^a que considero necessário, para o magistrado, essa prerrogativa. Pouco importa se ele não a merece, como muitas vezes não a

merece. Quanto à OAB, quero fazer referência a apenas um ponto: na época áurea da ditadura, três grandes advogados, Heleno Fragoso, Arnaldo Sussekind e Jorge Tavares, saíram de seus lares, foram encapuzados, porque defendiam clientes com os quais tinham divergências ideológicas, mas mesmo assim foram até o fim. Discordo em algumas partes do atual Estatuto, mas não posso dele discordar no total, como V. Ex^a faz. Eu ficaria, como advogado, mal no Senado se não lhe desse essa minha posição de absoluta lealdade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a dispõe de quatro minutos.

SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Suficientes para responder ao meu querido colega e amigo Bernardo Cabral.

O Senador Bernardo Cabral já respondeu por mim; falou como advogado.

Como advogado V. Ex^a trabalhou bem: defendeu o tribunal e defendeu a Ordem da qual foi presidente. Disse que não há vitaliciedade. Ora, há vitaliciedade, sim. Os congressistas sofrem porque descontam e mesmo assim vão ter, provavelmente, seus institutos extintos. Os juízes se aposentam e levam os seus vencimentos para casa, na íntegra, com os 35% do tempo de serviço e tudo mais. Os advogados que V. Ex^a citou – acho que Sussekind e Jorge Tavares estão vivos – provavelmente não concordam com o Estatuto dos Advogados. Nenhum advogado decente concorda com ele, inclusive V. Ex^a. E o juiz decente também não se curvou ao AI-5: Ribeiro da Costa foi um grande juiz e não se curvou ao AI-5; reagiu como Ministro do Supremo ao AI-2, que dirá ao AI-5? Álvaro Ribeiro da Costa e Silva, nome que pronuncio com respeito.

Conseqüentemente, essas coisas todas da história eu conheço, para fazer justiça aos juízes que merecem. Há vários juízes decentes, dignos; mas há os corruptos, que o advogado controla. Isso não pode acontecer; a parte indefesa é que fica prejudicada. Isto é o que temos de defender: uma Justiça

rápida, uma Justiça para todos. Rui já dizia, com muita propriedade, que a justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada, manifesta. Na *Oração aos Moços*, Rui Barbosa falava isso. V. Ex^a, que tanto já leu Rui, sabe que ele falava isso. Todos dizem isso, conseqüentemente, temos de pensar no povo que representamos. E aqui tenho certeza de que V. Ex^a pensa muito mais, como todos nós outros, no povo que representamos, do que nos clientes da advocacia que muitos advogados representam. Vamos defender o nosso povo contra as injustiças da Justiça e vamos fazer com que este Parlamento cresça na dignidade, no serviço à população, que esse é o nosso dever com o País.

Muito obrigado a V. Ex^{as}. (*Muito bem! Palmas.*)

DARCY RIBEIRO

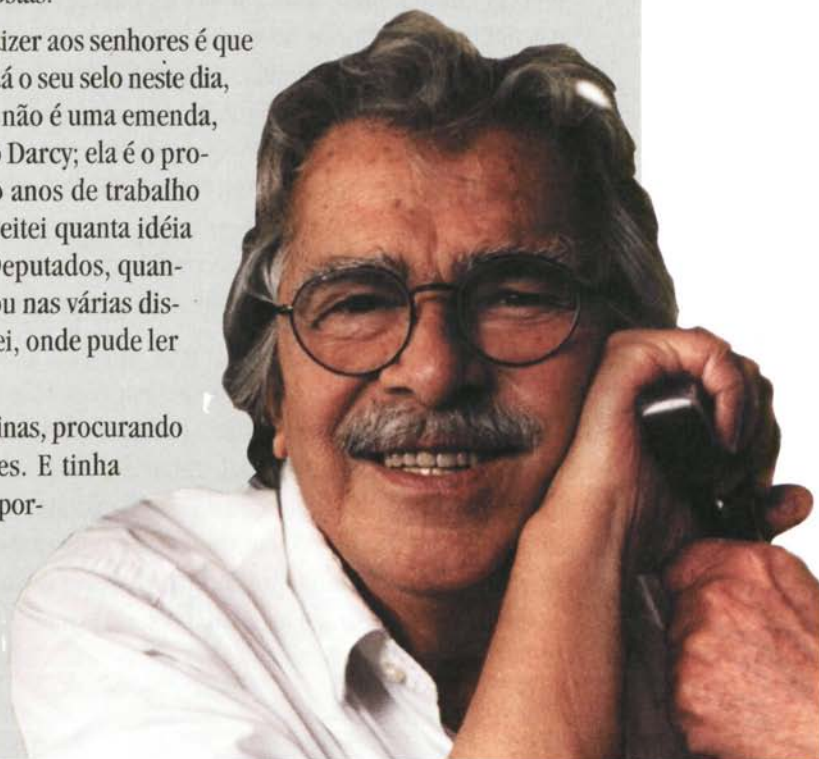
DARCY RIBEIRO

Em sessão do Senado Federal, relata projeto de lei de diretrizes e bases para a educação brasileira (8-2-96).

O SR. DARCY RIBEIRO (PDT – RJ) – Meus queridos Pares – desculpem se é palavra não regimental – Senadores da República, a elaboração desta lei ensinou como é grande o Senado, como é grande o Parlamento. Eu recebi mais de trezentas emendas, o que dá uma medida da participação desta Casa. Pude aproveitar duzentas integralmente, o que indica, também, como a Casa é competente. Sou um homem exigente. Incorporei as duzentas emendas porque elas alargavam a lei, faziam-na mais aplicável, mais sábia e mais justa. E, além dessas cem incorporadas integralmente, ainda incorporei cento e cinquenta parcialmente, ou seja, a maior parte das emendas que me foram propostas.

O que eu tenho a dizer aos senhores é que esta lei, a que o Senado dá o seu selo neste dia, não é uma lei do Darcy, não é uma emenda, não é um substitutivo do Darcy; ela é o produto, é a síntese de oito anos de trabalho do Parlamento. E aproveitei quanta idéia surgiu na Câmara dos Deputados, quanta idéia surgiu no foro ou nas várias discussões de que participei, onde pude ler os relatórios.

Li milhares de páginas, procurando as melhores inspirações. E tinha condição para fazer isso, porque estou ligado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação há trinta



anos. Fui eu, como Ministro da Educação, que pus em execução a antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a lei que trazia grandes inovações e grandes atrasos para o Brasil, por exemplo, a loucura de fechar os institutos estaduais de educação, para dar liberdade de criar escola normal para quem quisesse. A qualidade do ensino normal caiu incrivelmente. Em nome da liberdade de deixar todos formarem normalistas, fez-se um atraso terrível na educação.

Esta lei leva em conta essa experiência, e é uma lei que não tem asperezas. Ela é, em grande parte, consensual. Eu mesmo não concordo com alguma coisa que está aqui, que aceitei porque era a vontade da maioria, que é mais sábia; mas creio que cada um de nós pode tomá-la como sua lei.

Creio que podemos ir à Câmara dos Deputados, pedindo que aprove essa lei, convicto que estou. Conheci as leis que há no mundo — as novas leis da França, da Argentina, de Portugal, que tinham muito boas leis. Mas o mundo mudou tanto, a tecnologia da educação mudou tanto, que aqueles países também sentiram necessidade de fazer novas leis, para estarem à altura do seu tempo. Nossa lei também está. É uma lei avançada, ampla, e o que é muito lindo, uma lei descontente com a educação tal como está. Eu sentia terror de fazermos uma lei ingênua, que sugerisse que, se o ensino primário continuasse como está, haveria solução. Não, não haveria solução nunca. A lei abre oportunidade para refazê-lo. O ensino médio, o ensino superior, esta lei os descreve como problemas, como situações que têm que ser constatadas pela Nação e reformadas para que o Brasil dê aquele passo que tem que dar.

Somos muito mais atrasados em educação do que qualquer país do nosso nível de desenvolvimento. Qualquer país, muito antes de alcançar o nível de desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil, resolveu as questões básicas de integração da população na civilização letrada. No Brasil, sabemos hoje, mais do que ontem, mais do que quando comecei a trabalhar em educação com o Anísio, que ser analfabeto é ser marginal. Quem é alfabetizado, que cursou até a quarta série primária, quem é capaz de ler, de

escrever e de procurar um anúncio no jornal e de fazer uma conta, aprendeu a aprender. Ele pode ir adiante, com ou sem ajuda.

Esta lei – estou certo – abre a todos os brasileiros suas disposições transitórias e incumbe todas as prefeituras e executivos a tomarem em suas mãos todas as crianças brasileiras, para que, em dez anos – e vai-se levar dez anos –, possamos ter professores de turma competentes para alfabetizar e cuidar das crianças. E muito mais professores competentes em todos os níveis, mas essas são fundamentais. É imensa – centenas de milhares – a quantidade de professores não preparados e não porque são leigos, pois há leigos melhores que os formados, mas inaptos, precisando de ajuda, e essa lei providencia a ajuda com as novas técnicas de educação.

Estou orgulhoso, Srs. Senadores, porque junto com V. Ex^{as} elaboramos a lei que o Brasil precisava, uma lei luminosa para a educação, uma lei que permitirá ao Brasil certificar a si mesmo como civilização.

Muito obrigado por tudo que foi dito com relação a minha pessoa, e sou sensível a isso. Não somente gosto de elogios, porém o que mais me agrada é ver reconhecido o meu esforço; sou como a minha rainha que está rindo de mim, pois nós dois ficamos muito encantados e muito agradecidos quando ouvimos expressões que podem ser injustas, diga quem quiser, mas adorei ver que vocês gostam de mim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As palavras de V. Ex^a, Senador Darcy Ribeiro, ficarão nos nossos Anais como uma marca indelével desta sessão histórica do Senado Federal.

A complexidade desta lei só foi possível ser votada e vencida com a respeitabilidade, o talento e o reconhecimento que todos nós temos por V. Ex^a. Mais de 400 emendas foram oferecidas no primeiro turno. No turno suplementar, mais de 300 emendas, o que constitui uma lei de mais de 700 emendas, que demandou trabalho de muitos anos, que não seria possível sem a competência e sem a experiência de V. Ex^a, um intelectual, grande professor e devotado santo pela educação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

JOSEPHAT MARINO

JOSAPHAT MARINHO

Despede-se do Senado Federal, ao término de seu mandato (20-1-99).

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA. *Pronuncia o seguinte discurso.*) –

TEMPO E GERAÇÕES

Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, Sr^{as} e Srs. Senadores. Ao despedir-se da Câmara dos Deputados, em dezembro de 1958, para assumir o mandato de Senador pela Bahia, Otávio Mangabeira lamentava a ausência dos que com ele ingressaram no Congresso Nacional ou no curso do caminho o integraram. Já não vendo os de sua geração na antiga Cadeia Velha, acentuava o fato com melancolia. “Somente eu vivo por aqui, perambulando, uma sombra, uma sobra, um vestígio, uma reminiscência do passado.”

Sem o mesmo cepticismo que marcou a fase final da vida do grande baiano, experimento nesta hora sensação semelhante à que o envolveu. Dos com que entrei na Assembléia Constituinte do Estado da Bahia, em 1947, ou na Assembléia Legislativa, em 1955, entre os quais fortes inteligências fulguravam, não há no Parlamento, hoje, senão Antonio Carlos Magalhães, Djalma Bessa e eu, coincidentemente os três nesta Casa.



Uns foram colhidos pela tragédia ainda no exercício de seus mandatos estaduais. Outros a morte foi ceifando, com vagarosa determinação: Luiz Rogério de Souza, Nelson de Sousa Sampaio, João Borges de Figueiredo, para recordar os que mais nos aproximamos, por afinidades políticas ou ideológicas. Destes, apenas João Borges alcançou, por duas vezes, a Câmara Federal, exercendo o mandato com dignidade e relevo. Dos que sobrevivem, quase todos distanciados da política militante, Rubem Nogueira, que foi Deputado Federal, dedica-se a atividades culturais, Jorge Calmon é jornalista, e Joaquim Alves da Cruz Rios, ainda agora diretor de jornal.

Em 1962, turbulência na política baiana me fez resistir à conformação de companheiros fraternos. Embora disposto a retomar os encargos profissionais de advogado, vi-me envolvido por espontâneo movimento dos pequenos partidos de oposição, a que se aliou o prestigioso Partido Social Democrático. Liberado do compromisso de ingresso em qualquer deles, porque já defendia ampla reforma partidária, nasceu minha candidatura ao Senado, sem nunca ter tido a oportunidade de ser deputado federal. Eleito, juntamente com o ex-governador Antônio Balbino, aqui defrontei, a partir de 1963, Milton Campos, Afonso Arinos, Moura Andrade, Daniel Krieger, Aurélio Viana, Filinto Müller, João Agripino, Mem de Sá, Aloísio de Carvalho, Petrônio Portella, entre tantas outras personalidades.

De volta a este plenário em 1991, aqui não estava nenhuma das individualidades com quem convivi no primeiro mandato. Apenas pude rever, em visita de velha estima, Aurélio Viana, afastado de todas as atividades. Retornara ao Senado em 1994, e sobrevive em ação política, Jarbas Passarinho, que não exerceu o mandato conquistado em 1966, porque Ministro de Estado nos governos militares. Antônio Balbino, voltado para a profissão de advogado, faleceu em 1992.

Mesmo dos companheiros da legislatura iniciada, nesta Casa, em 1991, “a indesejada das gentes”, da imagem do poeta, já arrebatou Hélio Campos, Ronaldo Aragão, Nelson Carneiro, Darcy Ribeiro, Onofre Quinan,

Humberto Lucena, Vilson Kleinübing, Alexandre Costa, João Calmon e Pedro Teixeira. Da bancada federal baiana desapareceu de repente a figura moça, já projetada para o futuro, de Luís Eduardo Magalhães. À sucessão dos dias e anos corresponde a sucessão de vidas e gerações, a que se junta uma saudade a cada passo.

CONVÍVIO CORDIAL

Ainda bem que com os que partiram, como em relação aos presentes, converti puro conhecimento em convívio cordial, acima de siglas partidárias, de filosofias e de crenças. A educação e a inevitabilidade da convivência diária nos ensinam a ser tolerantes no contraste de temperamentos, de opiniões e tendências. Por vezes, porém, assuntos e circunstâncias aquecem o debate, além do calor normal. Rogo a todos compreensão, se em algum momento lhes feri a sensibilidade. Assim peço, sobretudo, aos Líderes Élcio Alvares e Hugo Napoleão, que recolheram com tanta brandura as minhas discrepâncias.

Sei que fui, não raro, perseverante na defesa de idéias ou no combate a proposições. A coerência e as convicções impunham-me firmeza, mesmo sem esperança de êxito. Era o cumprimento do dever de consciência.

Se Rui Barbosa não se imita pela dimensão excepcional de seu pensamento e de suas atitudes, dele se recolhem sempre lições a ser praticadas. Uma delas nos ensina que “o dever sobrevive à esperança, e a paixão do bem substitui, com vantagem, a confiança na vitória”. Forrado dessa convicção é que discordei, discuti, critiquei. Não o fiz por negativismo, mas no intuito de colaborar para deliberação conveniente, segundo idéias expendidas. Podia não estar certo. Procedia, no entanto, com ânimo de aperfeiçoar as decisões legislativas. Se o Parlamento é órgão de resolução coletiva, nenhuma parcialidade deve julgar-se detentora exclusiva da verdade e do acerto. De nossos pronunciamentos o juiz é o povo, livre e corretamente informado.

DIÁLOGO DEMOCRÁTICO

Aprendi a raciocinar no diálogo na Faculdade de Direito da Bahia, nas aulas magistrais de Nestor Duarte. Ali ele introduziu, a partir de 1934, o método do debate em classe, como forma de preparar o pensamento, a conferir idéias e a divergir sem hostilidade. A experiência, notadamente na política e na advocacia, consolidou esse processo de ação como dignificante da relação entre pessoas e entre grupos. Tornei-o modo de vida, retificador de enganos.

Pude, assim, formar aliança política com Antonio Carlos Magalhães, concordando e divergindo: concordando com liberdade de opinar e agir e divergindo com o comedimento gerador de respeito comum. Tal estilo terá con corrido, talvez, para que não aprofundássemos a intimidade, mas determinou, seguramente, que nos entendêssemos com deferência e cordialidade. Teremos ambos acertado e errado, sem excesso, contudo, de um para com o outro.

Adversários de um dia, encontramos-nos noutro, caro Senador, em duas oportunidades, para jornadas democráticas, na tradição da política baiana. Se em 1986 não me coube o honroso encargo do Governo, realizamos, juntamente com João Durval, uma campanha esclarecedora e decente. E a Bahia sabe que, mesmo na planície, não desertei do dever de servi-la. Em 1990, com o seu e o apoio de seus amigos, recebi consagrada votação para senador. De mim, procurei, quanto pude, reduzir o ímpeto do adversário, para vê-lo governador, cuja vitória proporcionou ao Estado a ordem no trabalho e no desenvolvimento.

Aqui no Senado nos foi dado conjugar esforços, com sua louvável determinação como Presidente e com o prestígio da Casa, para aprovar o Projeto de Código Civil, do qual tive a honra de ser Relator-Geral.

Chegamos ao desaguadouro desta hora, Senador Antonio Carlos Magalhães, seguindo caminhos diferentes, sem alteração, porém, da cordialidade, que também o espírito baiano nos aconselha a manter.

TRAVESSIA DO SÉCULO

A contenção de palavras e atos, acredito, é que me permite falar sem constrangimento, no instante em que me despeço do Senado. Faço-o rendendo homenagem aos colegas e confirmando idéias sustentadas. Hei de defendê-las onde quer que me encontre, com as variações requeridas pelo tempo histórico, e respeitando as convicções opostas.

No limiar do novo século, haveremos todos de enfrentar, nas mesmas ou em tribunas diversas, problemas de uma civilização em mudança. Ninguém poderá antecipar soluções lineares e definitivas. As transformações que estão ocorrendo, sob o impulso da ciência, da tecnologia e dos movimentos culturais e de massa, são demasiado complexas para apropriação por grupos e teorias. A ciência e a tecnologia criam processos e instrumentos, que generalizam formas de proceder. Os movimentos culturais e de massa superam preconceitos e universalizam direitos. Se a sociedade estima a generalização de conhecimentos e as medidas protetoras do homem, os povos organizados precisam preservar tradições e modos de vida, asseguradores de sua fisionomia histórica.

As mudanças desdobram-se, portanto, em um processo polêmico, entre uniformidades e dessemelhanças. Cumpre considerar umas e outras, até para que, em nome do desenvolvimento, não se institua novo tipo de colonialismo. Buscar o equilíbrio na diferenciação é tarefa do ser humano e de cada povo, em grande parte do político, na atividade legislativa e executiva.

GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADES

Mais difícil se torna a tarefa de redução dos desequilíbrios porque a globalização não tem expandido apenas conhecimentos, mas revelado e mantido disparidades e injustiças, com o consentimento e a cumplicidade do neoliberalismo. Não obstante a triste realidade da maioria dos povos, insiste-se em desconhecer que “o mundo homogêneo e simétrico da teoria

econômica não existe”, como proclama objetivamente Emmanuel Todd, em livro de 1998. As desigualdades apuradas demonstram a heterogeneidade, e não a homogeneidade da situação econômica. Todas as estatísticas, inclusive as das Nações Unidas, mostram impressionante desproporção entre o elevado quadro econômico de alguns povos e o padrão de inferioridade da maioria. As condições de vida variam da riqueza à pobreza, à miséria e à exclusão social, mantidos privilégios inadmissíveis.

Em seu número de novembro do ano findo, *Le Monde Diplomatique* publicou preciso estudo em que Ignacio Ramonet resume as desigualdades gerais. Assinala, para tristeza das consciências justas, que:

“1º, as três pessoas mais ricas do mundo possuem fortuna superior à soma do produto bruto dos 48 países mais pobres, equivalentes à quarta parte da totalidade dos estados do universo;

2º, em mais de 70 países, a renda por habitante é inferior à que se verificava há vinte anos. ‘Em escala planetária, cerca de 3 bilhões de pessoas – a metade da Humanidade – vivem com menos de 10 francos por dia’;

3º, a abundância de bens atinge níveis sem precedente, mas o número dos que não têm teto, trabalho, nem o suficiente para se alimentar aumenta sem cessar. Dos 4 bilhões de habitantes que contam os países em via de desenvolvimento, perto de um terço não tem acesso a água potável; um quinto das crianças não absorve suficientes calorias ou proteínas. E aproximadamente dois bilhões de indivíduos – um terço da Humanidade – sofrem de anemia”.

Indagando se essa situação é “fatal”, o autor responde que não, e esclarece:

“Segundo as Nações Unidas, para assegurar a toda a população do globo acesso às necessidades de base (nutrição, água potável, educação, saúde), seria bastante deduzir, das 225 maiores fortunas do mundo, menos de 4% da riqueza acumulada”.

Para que a medida redutora das maiores fortunas possa ser tentada, a conclusão inteligente do estudo invocado arrima-se também no juízo de Amartya Sen, titular do prêmio Nobel de economia. A conclusão reconhece, contrariamente às teses neoliberais, que “é preciso conferir ao Estado, e não ao mercado, superior responsabilidade na promoção do bem-estar da sociedade”.

Para corrigir essa realidade, impõe-se a presença firme do poder do Estado, disciplinado pela lei, porém com autoridade adequada a estabelecer a ordem justa possível. As forças do mercado lutam, preferencialmente pelo lucro. É imprescindível que o Estado, como instrumento de equilíbrio, garanta a paz social, relativa, decerto, mas fundada em restrições aos excessos do poder econômico privado. Não há tranqüilidade geral onde o capital domina sem limites, e o sofrimento se alastra no desamparo, ou ao abrigo apenas da generosidade dos afortunados.

A indispensabilidade da posição preeminente do Estado é tão irrecusável que a sustentam hoje teóricos liberais, como Galbraith, e observadores do pensamento arguto de Alain Touraine. Aquele, em conferência na Universidade de Toronto, em 1997, acentuou a necessidade de uma economia de prosperidade, que “exige a intervenção pública forte e inteligente para temperar o ímpeto especulativo”. O sociólogo francês, em artigo de dezembro último, proclamou, igualmente, “a necessidade de reforço da capacidade de intervenção do Estado”, mesmo entendendo que “não se trata mais de escolher entre capitalismo e socialismo”.

Acima de opções filosóficas, pois, reclama-se a interferência do Estado para, pelo menos, atenuar os desníveis sociais e econômicos. Não é a intervenção indiscriminada, mas delimitada. É a interferência institucionalizada, logo, regulada por normas permanentes, para que não se substituam providências racionais por decisões alheias ao interesse social e público. Se os que dirigem o Estado ou o poder político são também portadores de paixões e interesses, cumpre submetê-los a regras superiores a suas preten-

sões e fraquezas. Não há que confundir objetivos de agentes públicos com interesse coletivo. Se não é fácil, sempre, estabelecer a distinção devida, cabe à pluralidade das forças políticas exercer a vigilância, que inibe ou corrige confusões e abusos. A dificuldade de separar o joio do trigo é que não pode impedir a ação intervencionista apropriada. O fim superior do Estado repele o abstencionismo, que consagra injustiças.

PROBLEMAS DO BRASIL

No Brasil, com as disparidades regionais e socioeconômicas, a falta de reais programas plurianuais, a desarticulação dos órgãos administrativos, impõe-se a segurança de intervenção planejada, que alcance as estruturas enfraquecidas, ou atingidas pela iniquidade das diferenças forçadas.

Provado está pela estagnação da economia, pelo aumento do desemprego, pela permanência das desigualdades regionais, pelo desequilíbrio entre as exportações e as importações, pela gravidade, enfim, da crise a que chegamos que as práticas neoliberais não promoverão a prosperidade nacional.

É por isso que Alain Touraine, com a autoridade de pesquisador social e com insuspeição notória, ponderou que cabe ao nosso Governo assumir posição de centro-esquerda, inspirado nas “categorias populares desfavorecidas”. Deve fazê-lo, afirma, porque “não haverá desenvolvimento duradouro no Brasil sem uma luta prioritária contra a desigualdade e a exclusão sociais”.

Essa atitude prudente, acrescente-se, convém aos próprios titulares do capital, para que se evite a maré montante do desespero coletivo, que não costuma dar aviso prévio para eclodir.

Questões internas, umas, e, de índole universal, outras, estarão presentes, pois, à indagação da nova legislatura e, em um quadro de crise, que perturba as soluções.

Avulta, conseguintemente, a responsabilidade do Poder Legislativo, compelido a traçar fronteiras mais nítidas entre as suas e as atribuições dos outros órgãos constitucionais, notadamente o Executivo, para fortalecer-se na opinião do País. Tal só será possível no regime de uma Constituição estável, interpretada e aplicada com espírito construtivo.

TAREFA DE RECONSTRUÇÃO

Não se trata de imobilizar a Constituição, mas de conferir-lhe perspectiva histórica, coibindo alterações circunstanciais e contrárias ao sistema originariamente tecido. Não se trata de robustecer o Poder Legislativo em detrimento do Executivo e do Judiciário. O ideal é dar-lhe autoridade para que legisle melhor e sempre em benefício da sociedade, o que significa prestigiar todos os órgãos de poder político.

Assim revigorada a estrutura do regime, será suficientemente forte e flexível: forte para servir de alicerce às grandes decisões e flexível para ajustar-se adequadamente à realidade, sem prejuízo da discussão impessoal e produtiva.

O Senado e a Câmara dos Deputados têm papel relevantíssimo nesse processo de redimensionamento do sistema político. Sendo um a imagem da Federação, na diversidade de suas regiões, e a outra o perfil do povo, na diferenciação dos segmentos sociais, hão de estar irmanados na fiel elaboração da lei, que é a disciplina de todas as instituições e de todos os cidadãos. Por isso mesmo as duas Casas, engrandecidas pela elevação de suas funções, representam âncoras do regime livre e justo.

Com a reforma política em perspectiva, o Congresso Nacional terá uma oportunidade singular para maior legitimação dos partidos e do sistema eleitoral, dando-lhes, e à representação eleita, o que lhes falta para integração com o destino do povo. É próprio, nomeadamente, estabelecer as condições legais seguras para conciliação dos interesses com a fidelidade às idéias.

UNIDADE DE PENSAMENTO

Relevem-me os eminentes colegas que na despedida desta Casa misture o testemunho de apreço com a discussão de assuntos polêmicos. No intuito de resguardar a coerência de pensamento e de ser leal à Instituição que me acolheu com tanta benevolência, e a que sou intensamente agradecido – dos Senadores aos funcionários de todas as categorias e aos representantes dos meios de comunicação – não sei fazê-lo de outra forma.

Aos oitenta e três anos de idade, “não reivindico postos, mas espero continuar um militante da democracia e da justiça social”. No chão áspero da rua também há espaço para o combate gerador de esperança.

Não posso dizer, como em um verso de Augusto Frederico Schmidt, que “nada ficou em mim do tempo extinto”. Guardo lembrança do tempo pretérito. Guardo-a na expectativa de colher no passado as lições válidas que ajudam a fixar a direção do futuro. A individualidade humana não é resultante de um tempo, antes de todos os tempos da vida, com as depurações impostas pelas mudanças sucessivas.

Admitidas as mudanças inevitáveis, conserva-se o patrimônio de toda a vida.

GRATIDÃO À BAHIA

Esse patrimônio é que forma a unidade da consciência, que me permite dizer à Bahia, na comoção desta hora, que não há palavras para traduzir-lhe o reconhecimento pela honra de tê-la representado, por duas vezes, na Câmara alta do Congresso Nacional. Só o respeito permanente tentará exprimir a gratidão que lhe devo.

Sr^{tes} e Srs. Senadores, devo concluir. Sinto, porém, para minha alegria, que vários colegas querem distinguir-me com seus apartes.

É o que ora faço. (*Palmas.*)

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Permite V. Ex^ª um aparte, nobre Senador?

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Senador Josaphat Marinho, eu pediria primazia no aparte, porque me distinguiu citando meu nome.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Creio que o nobre Senador pelo Estado do Rio de Janeiro não se oporá a que o Líder do PFL fale em primeiro lugar.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Agradeço a deferência do eminente Senador e devo dizer a V. Ex^ª, nobre Senador Josaphat Marinho, que aqui fala seu atento admirador e assíduo ouvinte para proclamar, com singeleza, o seguinte: em seu magnífico livro *Minha Mocidade*, Winston Churchill, traduzido por Carlos Lacerda, refere-se à Câmara dos Comuns da Grã-Bretanha de maneira incisiva ao afirmar como era bom participar daquela instituição, e compartilhar da convivência com aqueles homens ilustres. Eu direi apenas como foi edificante fazer parte dos trabalhos desta Casa do Congresso Nacional, na qual tantos e tão relevantes serviços prestou o mestre Josaphat Marinho!

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Artur da Távola.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Senador Josaphat Marinho, cada um de nós é a própria formação. Somos o resultado daquilo que nos formou na infância e na juventude, e isso nos acompanha. Quero, em primeiro lugar, dizer ao nobre Senador que V. Ex^ª é, para mim, o político que encarna em plenitude os valores da minha formação. E tudo que sempre imaginei realizar na vida pública sempre vi em V. Ex^ª a existência plena. A cultura jurídica, a independência absoluta, o valor ético e uma consciência social. Tudo isso encapado pela essência do pensamento liberal, qual seja o que está na primeira parte do discurso de V. Ex^ª, a certeza de que é no livre jogo das idéias que os povos se constróem. Faço aqui uma reflexão ao longo das palavras de V. Ex^ª.

De certa forma, Senador, não é V. Ex^a que deixa o Parlamento. Vejo na saída de V. Ex^a algo um pouco diferente. Parece-me ser que o Direito está a deixar o Parlamento, que já foi a sua casa, esmagado pela economia, esmagado pelas questões administrativas ou pela luta pelo poder. Com efeito, na sociedade pós-moderna, o Direito vai perdendo aquele carácter finalista que sempre determinou os atos políticos, porque não há Direito sem uma finalidade filosófica a justificar-lhe, sem um conjunto de princípios e de finalidades que o justifique. E observo que o Direito deixa o Parlamento. Na saída de V. Ex^a, é o Direito – que melhor representado jamais esteve nesta Casa – que deixa o Parlamento. Ele voltará, porque nada revoga o Direito; nem a insânia dos povos, nem os momentos em que ilusões outras ocupam as preocupações cotidianas, e V. Ex^a o acentuou no discurso. V. Ex^a, portanto, deixa esta Casa como algo que, em geral, não se defere aos Parlamentares: os estadistas sempre são as pessoas do Poder Executivo, e V. Ex^a é um estadista do Parlamento, pela obra legislativa, pelo valor das idéias e pela independência das mesmas. Quero dizer-lhe – sem transformar este aparte em outro discurso – que é com grande emoção que nos despedimos, mas saiba que as suas lições estão guardadas. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Artur da Távola, honra-me a sua declaração de que exprimo o pensamento de sua geração. Quando V. Ex^a assim declara, em verdade V. Ex^a me confunde, porque fui e pretendi ser aqui apenas um companheiro entre tantas figuras ilustres, no meio das quais V. Ex^a tem fulgurado pela singularidade do pensamento e da enunciação de suas idéias. Muito obrigado.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Josaphat Marinho?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Pois não, nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Josaphat Marinho, quero homenageá-lo apartando de pé. E o faço porque durante esses longos anos

de convívio – já se vão mais de 33 – jamais vi em seus lábios o sorriso rasteiro da bajulação. Jamais! Seja quando era eu Deputado Federal e V. Ex^a Senador, depois advogados juntos, Conselheiros Federais da Ordem dos Advogados do Brasil, e agora aqui no Senado. E o faço de pé porque tenho a representação de seu suplente, que aqui esteve ao longo de quatro meses, o Senador Francisco Benjamim, meu colega Deputado Federal na Assembléia Constituinte, que, impossibilitado de registrar, pede que eu o faça. É claro que o mandato é legítimo, não sei se a representação será feita com o brilho que S. Ex^a o apartearia. V. Ex^a citou o poeta Augusto Frederico Schmidt. Quero lembrar aqui Guilherme de Almeida, que em determinada quadra da sua vida disse: “Eu sinto uma infinita saudade deste eu que não sou mais”. V. Ex^a jamais sentirá essa saudade. Se tivesse de defini-lo, Senador Josaphat Marinho, diria que V. Ex^a é uma espécie de animal político confinado na jaula de sua inteireza moral. Posso dar esse atestado junto com o testemunho. E, ao fazê-lo, tão breve quanto os demais colegas, quero ressaltar uma pequena lembrança. Tão grande quanto V. Ex^a, no brilho que lhe é peculiar, há alguém que, no anonimato de sua existência, tem sido tão grande também, que é D. Iraci, sua esposa que aqui se encontra e a quem homenageio. (*Palmas.*) Com isso, meu querido mestre Josaphat, não preciso lhe dizer da saudade que deixará neste Plenário. Mas como saudade não se mata, saudade se junta, vamos juntar as nossas saudades daqui a uns dias.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Sim, nobre Senador, vamos matar as saudades no propósito de bem-servir ao País. Ele é que precisa continuar com a nossa assistência, com a nossa presença, onde quer que nos encontremos, ainda que uns em lugares diferentes dos outros.

Sabe com que emoção recebo o seu aparte, o meu velho companheiro de lutas duras na fase do regime militar, fundador, como eu, do MDB.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Josaphat Marinho, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Os colegas me desculpem se porventura não respeitar a ordem. Ouço o Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Josaphat Marinho, o Congresso Nacional perde, e perde muito, com o ocaso de seu mandato. Ouvia o Senador Bernardo Cabral falar da resistência de um grupo no período revolucionário. Àquela época, eu era jornalista, mas já o admirava profundamente como Senador que era. E recordo-me de episódios fundamentais para a vida institucional deste País, como foi a votação da Constituição de 1967. Era um período ainda em que grandes juristas povoavam a paisagem da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pedro Aleixo, um dos luminares de então, foi o Presidente da Comissão Especial que examinou o projeto enviado pelo Presidente Castello Branco. E ele me dizia que poucos haviam contribuído tanto com a perfeição e com a beleza da Constituição que então se concebia, quanto o Senador opositor Josaphat Marinho. Estas eram as palavras de Pedro Aleixo. E dizia-me mais, que a contribuição de V. Ex^a foi tanto maior e mais efetiva no Capítulo Dos Direitos e Garantias Individuais. Já àquela época, embora opositor ao regime, Josaphat não se furto à colaboração; afinal a Constituição é um instrumento que baliza a vida de todos os brasileiros. V. Ex^a, àquela época, era uma referência jurídica neste País. Hoje, eu diria como Artur da Távola, ainda que com outra expressão: V. Ex^a é uma âncora aqui no Senado no mundo do Direito. V. Ex^a vai sair daqui, mas, com o seu discurso, já nos deixa uma significativa, uma densa contribuição no conturbado mundo econômico em que vivemos. Leva V. Ex^a do Senado Federal o meu apreço especial, a minha amizade, a minha admiração profunda que, seguramente, são também de todos os Senadores. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a não se resumiu a manifestar o seu pensamento; ainda invocou fatos do passado para situar a minha posição na fase de elaboração da Carta de 1967, e relembrando palavras que lhe foram ditas pelo saudoso Pedro Aleixo. Sou muito grato às suas palavras e à sua lembrança.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Nobre Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Nobre Senador Líder do PMDB, irei alternando entre as Bancadas de um e outro lado, para que assim seja tanto quanto possível equânime.

Concedo o aparte ao Senador Jader Barbalho.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) Senador Josaphat Marinho, há pouco, V. Ex^a recordou que foi um dos fundadores do MDB. Quero deixar registrado nos Anais do Senado que eu tive o privilégio de ser seu cabo eleitoral, como Deputado Estadual, na Primeira Convenção Nacional do PMDB, da qual tive oportunidade de participar, e de votar na chapa que V. Ex^a encabeçava. Não direi “lamentavelmente”, porque, se o dissesse, estaria cometendo uma injustiça. Não vencemos a Convenção. Não direi “lamentavelmente, não vencemos”, porque acabou sendo Presidente do MDB Ulysses Guimarães, a quem tanto o nosso Partido e o Brasil devem. Foi um privilégio muito grande para mim, que fui seu cabo eleitoral, ter tido a oportunidade de ser colega de V. Ex^a no Senado Federal. Não gosto de despedidas, Senador Josaphat Marinho, mas quero dizer com toda sinceridade, pois não sou adepto de elogios gratuitos, que compareço a esta sessão com o sentimento de que o Senador Josaphat Marinho merece as homenagens do Senado Federal, do Poder Legislativo, da classe política e da sociedade brasileira. Meus cumprimentos. A tendência na vida pública é a acomodação, é a de que o homem público se transforme em um conservador. Com V. Ex^a, foi o contrário. Parece-me que com o passar dos anos V. Ex^a foi apurando sua conduta de tal forma que consegue produzir o último discurso com o equilíbrio que sempre pautou sua intervenção na tribuna, chamando a atenção de todos nós, dos homens públicos deste País, e da sociedade brasileira para o quadro social existente. Senador Josaphat Marinho, meus cumprimentos. É sempre festa a chegada ao poder, mas tenho certeza de que mais importante que a festa do momento em que se chega ao cargo público é a festa do momento em que se deixa o cargo público com o reconhecimento dos seus pares, porque esse reconhecimento não é gratuito. V. Ex^a poderá deixar a tribuna do Senado com a

certeza de que seus pares expressam o sentimento da sociedade brasileira quando afirmam que V. Ex^a foi um grande parlamentar e que tem sido um grande homem público. Meus parabéns pela carreira.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Obrigado, nobre Senador Jader Barbalho. E, se lhe agradeço a bondade das palavras afetuosas, estimo ter ouvido que mereci a honra do seu voto para ser Presidente do MDB e sobretudo estimo ouvir de V. Ex^a que já naquele momento não disputávamos por hostilidade a Ulysses Guimarães. Procurávamos, dentro do espírito que determinou a criação do Partido, fazer a renovação dos seus dirigentes, porque isso é próprio do regime democrático.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Nobre Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Dou a palavra ao nobre Senador Iris Rezende.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Josaphat Marinho, pela honra que nos confere concedendo-nos este aparte após um pronunciamento que considero histórico. O pronunciamento proferido nesta tarde quando V. Ex^a se despede do Senado, uma vez que está a findar seu mandato, representa um brinde ao Senado Federal, como reconhecimento, eu sei, à admiração, ao carinho, ao respeito que a unanimidade da Casa lhe dispensa. Tenho acompanhado V. Ex^a sempre, desde que eu era estudante de Direito: acompanhava-lhe ora como jurista, ora como grande tribuno, ora como político que fez escola neste País. Não seria necessário dizer da profunda admiração que sempre nutri pela sua pessoa e pelo seu trabalho. Mas, ao chegar ao Senado, pude entender que V. Ex^a, com essa sua simplicidade e humildade, não permitiu que o País conhecesse a dimensão do que representa na vida pública deste País. Pude sentir isso quando presidi a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pelo seu conhecimento e responsabilidade, ao estudar todas as questões que eram levadas à apreciação daquela Comissão, que V. Ex^a representava para aquele conjunto de Senadores um norte,

uma segurança na apreciação de todas as questões que envolviam aspectos de constitucionalidade e juridicidade dos projetos apresentados. E aqui, a presença praticamente maciça dos Senadores nesta tarde, ouvindo V. Ex^a, demonstra que também no Plenário V. Ex^a significou luzes para todos nós. Posso afirmar, sem medo de errar ou de estar exagerando, que o Senado, quando V. Ex^a daqui se ausentar, não será mais o mesmo. A lacuna será eterna pela ausência de V. Ex^a. Mas o Senado continuará grande, respeitado, porque um dia V. Ex^a integrou esta Casa. Quero, neste momento, manifestar – que me permitam os meus companheiros de representação de Banca do Estado de Goiás – as homenagens do povo goiano a V. Ex^a e, ao mesmo tempo, dizer a V. Ex^a que, ao deixar esta tribuna, deverá fazê-lo com a sensação do dever cumprido. A sensação que levou o grande Apóstolo Paulo, no final de sua luta, a dizer que havia combatido o bom combate. V. Ex^a poderá voltar suas atenções à Pátria e dizer que combateu o grande combate. Não que tenha terminado a carreira, como disse o Apóstolo Paulo, porque V. Ex^a ainda prestará grandes serviços ao nosso País. Mas V. Ex^a poderá repetir, como Paulo, que guardou a fé. V. Ex^a nunca perdeu a fé neste País, mesmo diante das injustiças sociais, um dos itens de seu pronunciamento de advertência a todos nós, para que, a cada momento, a cada dia, busquemos no Estado a força suficiente para promover o equilíbrio social, diminuindo a ganância, a luta pelo lucro, em benefício de milhares e milhares de criaturas que, muitas vezes, não têm um teto ou um fiapo de esperança. V. Ex^a vai deixar esta Casa com o sentimento do dever cumprido, de que muito fez pelo País e de que ainda muito fará pelo nosso povo. Nossas homenagens, Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Iris Rezende, eu já o conhecia a distância pelas notícias a respeito do administrador. Nesta Casa, eu o conheci de perto, e ainda mais de perto quando V. Ex^a presidiu a Comissão de Constituição e Justiça. Ali pude apurar o seu espírito democrático, a forma com que procurava conciliar as nossas divergências, por vezes tão profundas, no plenário daquela Comissão.

Permita que lhe diga que não hei de ter dado o bom combate do Apóstolo, mas procurei dar o combate, que me pareceu do meu dever, a serviço do País.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Concedo o aparte ao nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Infelizmente, chegou o dia. Já estávamos na expectativa de que este dia chegaria, e V. Ex^a faria o seu pronunciamento de despedida. Não nego que sinto uma profunda emoção em aparteá-lo, preferiria que não fosse necessário fazê-lo. Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a não se dá conta do que V. Ex^a representa para o Brasil de hoje, para a nossa sociedade, para a nossa gente. Nesses 83 anos que V. Ex^a não aparenta ter, nessa sua biografia fantástica, V. Ex^a concorreu à Presidência do MDB. Eu também estava do lado de V. Ex^a, como Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, chefe do Partido. Vim aqui votar em V. Ex^a, e não em Ulysses, porque V. Ex^a, naquela época, representava o que entendíamos que o MDB deveria representar e que – justiça seja feita – V. Ex^a terá de reconhecer lá adiante, foram as bandeiras que o Dr. Ulysses agarrou e defendeu com grande bravura. Eleito Deputado no Rio Grande do Sul, na expectativa de ver meu Brasil crescer e desenvolver-se, aterrorizado pelos atos do arbítrio, eu vinha de lá na expectativa do pensamento e das idéias de V. Ex^a, que já eram conhecidas no meu estado pela sua coerência, pelo brilhantismo das suas idéias e pela sua fidelidade. V. Ex^a passou por vários partidos, mudou para ficar fiel às suas idéias, porque, lamentavelmente, os partidos é que se alteram neste País, os partidos é que não têm coerência, não têm fidelidade, os partidos é que nada representam. Que figura fantástica esta! Estou a me lembrar, creio que o Senador Jader também, do discurso de V. Ex^a naquele jantar aqui em Brasília, na Churrascaria do Lago, em que V. Ex^a pregava suas idéias. Lá se vão tantos anos... As idéias são essas que V. Ex^a expôs aqui hoje. Seu sonho, sua proposta, seu pensamento, sua filosofia com relação à sociedade, ao Brasil,

aos humildes, com relação à democracia... V. Ex^a não mudou. Evoluiu, pode ser, mas fiel ao seu pensamento. Conforme pôde salientar com grande inteligência, as alianças e os entendimentos, como aquele feito com Antonio Carlos Magalhães, demonstraram como podemos nos dar as mãos e caminhar juntos, ainda que pensando diferente, tendo um ideal maior, o ideal da nossa Pátria, da nossa gente e de nossos princípios. O pronunciamento de V. Ex^a foi mais uma aula, uma aula de despedida. Mas, Senador Josaphat Marinho, eu já disse desta tribuna e é importante repetir hoje: o Brasil vive um momento difícil na economia, na área social, mas, basicamente, vivemos um ano *conturbado*, porque vivemos um período sem referências. Olhamos para a Igreja, para os militares, para o Congresso, para a imprensa, para a universidade... Quais são as referências? Onde está o pensamento de quem fala e prontamente tem suas palavras estampadas em um jornal? Onde está aquele com cujas idéias nos identificamos? Foi o que ocorreu com muita gente em relação a Milton Campos, a Juscelino Kubitschek. Identificamo-nos com o Dr. Ulysses, com o Brigadeiro Eduardo Gomes, até mesmo com Carlos Lacerda, de quem eu discordava. Mas somos obrigados a reconhecer que eram pessoas marcantes no Brasil. Senador, tenho duas referências: uma é V. Ex^a, nos seus 83 anos, e um jovem perto dos 102 anos de Barbosa Lima Sobrinho, a outra referência. São pessoas com as quais eu me identifico e que vivem aquelas suas idéias das quais não se afastam por vantagem, por favor ou por seja lá o que for. Barbosa Lima Sobrinho é uma pessoa fantástica. Até ontem, nos seus artigos de praticamente uma página no *Jornal do Brasil*, em que ele fazia um retrospecto do ontem e do hoje e uma perspectiva do amanhã, identificamo-nos com ele. E V. Ex^a, Senador Josaphat Marinho, muito mais do que imagina, é essa referência que pode ser constatada na TV Senado, uma grande realização deste Congresso pela qual as pessoas podem nos assistir, independentemente de aparecermos em um ou em outro jornal por um segundo. E agora, com o que V. Ex^a está a fazer, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, teremos mais facilidades não apenas na TV a cabo. Dessa forma, muitos estão assistindo ao pronunciamento de V. Ex^a, Senador Josaphat

Marinho, e estão vendo em seu pensamento essa referência: dignidade: nota 10! Caráter: nota 10! Coerência: nota 10! Jurista: nota 10! Preocupação com o social: nota 10! Preocupação com a nossa gente: nota 10! Senador Josaphat Marinho, estamos vivendo realmente um momento histórico! Senador Antonio Carlos Magalhães, em boa hora, V. Ex^a está publicando os pronunciamentos feitos nesta Casa, começando do passado, como só poderia ser. À exceção do meu aparte, eu faria um apelo a V. Ex^a para que, com um salto, fizesse agora uma publicação especial desse pronunciamento do Senador Josaphat Marinho, a fim de que tivesse a contemporaneidade necessária nesta hora que estamos a viver.

Já fui muito amigo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e continuo sendo, mas não tenho aquela intimidade que tinha no passado. Se eu a tivesse hoje, ou se tivesse a amizade e o prestígio que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem com o Presidente da República, V. Ex^a estaria convocado para, no dia 1^o de fevereiro, estar em uma assessoria especialíssima no Palácio do Planalto, para dar o assessoramento que ninguém pode dar. Eu faria isso. Penso que seria importante que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse alguém com essa visão, embora seja verdade que V. Ex^a muitas vezes esteja lembrando discursos dele de ontem. Se o talento de V. Ex^a, que para alegria nossa vai ficar em Brasília, não estiver junto do Presidente Fernando Henrique, se o Sr. Antonio Carlos Magalhães não se lembrar de V. Ex^a na coordenação de algo superior no Senado Federal, para mim seria uma honra se V. Ex^a, meia hora por dia, viesse dar uma aula no meu Gabinete para a série de Senadores que lá estariam para beber conhecimento. Senador Josaphat Marinho, estou profundamente emocionado. Sei que devemos aceitar os desígnios de Deus, porque Ele faz as coisas como deveriam ser feitas, e devemos respeitá-las e cumpri-las; mas este é um daqueles momentos em que me pergunto: elegeu-se tanta gente, inclusive eu; será que Deus foi justo em não fazer com que V. Ex^a permanecesse em nosso meio? Contudo, tenho certeza de que o seu exemplo, a sua personalidade, a sua grandeza haverão de servir de estímulo e de bandeira neste Senado. Srs. Senadores, assim como hoje

olhamos para trás e lembramo-nos de Rui Barbosa, assim como hoje olhamos para trás e lembramo-nos de Joaquim Nabuco, logo adiante haveremos de olhar não para trás, mas logo adiante, e vamo-nos lembrar de Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, pela extensão da nossa estima, pela dimensão no tempo, V. Ex^a pode imaginar o quanto me tocam suas palavras. Não saberia traduzir perante V. Ex^a o meu sentimento de gratidão. Entretanto, quero dizer-lhe neste instante que ficarei enormemente satisfeito e plenamente engrandecido se puder manter a continuidade das relações, inclusive não lhe dando aulas, mas trocando idéias, para aprender com a sua experiência e a sua inteligência.

O Sr. Djalma Falcão (PMDB – AL) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Djalma Falcão (PMDB – AL) – Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a ouvirá agora o aparte do mais humilde dos seus companheiros, mas um dos mais entusiastas de seus admiradores. Somos contemporâneos, companheiros de Bancada do nosso libertário PMDB, no momento histórico e decisivo da vida nacional quando tivemos de enfrentar os primeiros momentos do Regime Militar de 1964. Há apenas 10 meses no exercício do mandato de Senador, tenho sido aqui um discípulo atento de tantas e tão fulgurantes inteligências que habitam esta Casa do Congresso Nacional, mas um aluno sobretudo atento às palavras, às lições do mestre eminente do saber jurídico, da ética na política, da consciência social, do espírito público e do amor acendrado às melhores causas do Brasil e do povo brasileiro. A atuação fecunda de V. Ex^a na vida pública brasileira haverá, sem dúvida, de repercutir e de militar em favor das gloriosas tradições da velha Bahia, que certamente, na voz dos historiadores modernos, passará a ser reconhecida também como a terra de Rui Barbosa, de Castro Alves, de Antonio Carlos Magalhães e de Josaphat Marinho. Feliz é o homem – sobretudo o homem público, Senador Josaphat Marinho – que em um discurso de despedida, como é o de V. Ex^a, pode cercar-se da admiração de todos. Neste aparte, que é principalmente

para expressar minha grande consideração, permita-me também fazer minha melhor homenagem: V. Ex^a, que anuncia o encerramento de sua vida pública, sai dela cercado da estima, do respeito dos seus pares no Senado Federal e na sociedade brasileira. Agradeço-lhe a oportunidade desse aparte que me permite, de alguma forma, ter a honra de passar a fazer parte da sua biografia. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – V. Ex^a não há que me agradecer, nobre Senador. Eu é que lhe sou reconhecido pela bondade de suas palavras. Sem que tivéssemos tido oportunidade de grande aproximação, V. Ex^a chega a esta Casa e acaba de me distinguir com expressões tão generosas. V. Ex^a não se deve proclamar discípulo, por ser um homem público experiente, que aqui chegou para conferir as suas com as nossas idéias.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Senador Josaphat Marinho, Senador e Parlamentar de primeiro mandato, considero-me um privilegiado. Ao chegar aqui, intimidado com o peso dessa presença histórica que nos cerca, como se ouvisse a cada canto a palavra dos grandes vultos que povoaram o Senado Federal, procurei encontrar aqui um ancoradouro, um sinal, um farol. Confesso-lhe que transformei o privilégio de ter V. Ex^a nesta Casa neste farol, neste paradigma. V. Ex^a chega, do alto de seus oitenta e três anos, vestido nessa juventude invejável de corpo e de espírito, abençoado por uma lucidez impressionante. Depois de oito décadas de vida, V. Ex^a coloca sobre si mesmo, como as grandes marcas, as grandes homenagens, o grande galardão da sua carreira, a sua própria vida. Seu momento mais luminoso não há de ter sido esse ou aquele particular, nem aquele instante inesquecível do seu relatório sobre o projeto do Código Civil, mas a conduta, a coerência, o exemplo de cada dia, a certeza íntima – que sei ter V. Ex^a –, considerada por seus pares um paradigma. V. Ex^a ingressa na história escolhendo o momento de fazê-lo, cercado do carinho de todos, da admiração do seu País, do reconhe-

cimento dos seus pares, mas com consciência, com saúde, com firmeza. V. Ex^a tem a convicção, como disse o Senador Pedro Simon, de que, brevemente – assim como V. Ex^a citava Mangabeira no início do seu discurso –, alguém estará citando V. Ex^a em alguma despedida. Mas sabe V. Ex^a também que tem ainda uma grande contribuição a dar a seu País, que precisa muito dela, por muito tempo. Agradeço-lhe pelas lições de vida, pelo exemplo de parlamentar, por aquelas palavras generosas com que, aqui e ali, V. Ex^a carinhosamente se dirigiu a mim em várias oportunidades. Um dia, quando da minha despedida desta Casa, essas palavras carinhosas serão um importante galardão que levarei da minha passagem pelo Senado Federal. Muito obrigado, Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Geraldo Melo, devolvo a bondade de suas expressões também com uma confissão. Quando V. Ex^a chegou ao Senado, comecei, como é natural, a observar os colegas que vinham cumprir seu mandato. Desde logo, observei o seu cuidado em não precipitar pronunciamento. V. Ex^a fez como o bom condutor, que sonda o terreno, observa e julga, em torno, tudo o que ocorre para só se pronunciar com segurança. Notei, desde a sua manifestação inicial nesta Casa, a sobriedade, a lógica do raciocínio, a correta concatenação das idéias, tudo revestido em uma linguagem ponderada e sóbria, própria do debate parlamentar.

Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PA) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PA) – Senador Josaphat Marinho, sou mais um discípulo entre tantos que se confessam seus alunos e aprendizes, um discípulo que vive, a exemplo desta Casa, um momento muito especial e particular na sua história. Não quero repetir as referências feitas por aqueles que o apartearam, realçando, ressaltando e sublinhando aspectos de sua vida parlamentar, da sua personalidade, do seu caráter, da sua inteli-

gência, da sua formação. V. Ex^a é como aqueles mestres que conseguem, ao longo da vida, o dom da sabedoria e que não são eternos porque são presentes, mas pelos credos, pelos ensinamentos e pelo próprio espírito. Nesse instante, vivemos um momento particular, porque assistimos à conjugação de dois sentimentos: a saudade e a esperança. Seus ensinamentos conduzem o espírito humano, bonito, que V. Ex^a exhibe a nos transmitir a certeza da esperança. Onde há esperança, não há saudade. Para ser fiel às minhas origens, à poesia popular da minha terra – repito:

*“Essa palavra saudade
eu ouço desde criança;
saudade de amor passado
não é saudade, é lembrança;
saudade só é saudade
quando se perde a esperança.”*

A dignidade de suas prédicas, de suas lições e a firmeza de seu caráter não consentem com o sentimento da saudade, mas com a eternidade da lembrança, como uma indicação de caminhos. Muito obrigado por tudo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Ronaldo Cunha Lima, ao lado das palavras de afeto, V. Ex^a ainda uma vez nos revela aqui as suas expressões de beleza literária. Não era possível, nem mesmo na limitação do aparte, faltar a manifestação do poeta. Eu lhe sou muito grato. A saudade só é saudade, se não provoca esperança.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Josaphat Marinho?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Pois não, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Josaphat Marinho, quero expressar também o quão extraordinários foram seus exemplos, a maneira tão lúcida com que aqui nos brindou com conhecimentos e

elucidações sobre o que realmente os constituintes quiseram dizer. Seu profundo conhecimento das leis fez com que o Senado inúmeras vezes fosse alertado a respeito de decisões que estávamos por tomar; não fosse o alerta de V. Ex^a, muitas vezes teríamos incorrido em erro. E, nas ocasiões em que V. Ex^a apontou erros nas decisões do Senado, muito coerentemente, ganhando o respeito de todos, dizia que não poderia votar; que teria de se abster por não poder estar de acordo com o que outros colegas, às vezes até em maioria, estavam fazendo. V. Ex^a aqui se debateu incansavelmente por seus ideais, inclusive expressos hoje. O pronunciamento que V. Ex^a fez nesta tarde teria fundamento e alcançaria extraordinária repercussão em qualquer dos parlamentos do mundo, porque V. Ex^a falou para o planeta Terra. Ao citar que algumas pessoas entre as mais ricas detêm patrimônio superior ao de diversos países do planeta, demonstrando também que, se houvesse uma razoável redistribuição da renda, poderíamos fazer com que todos os habitantes da Terra pudessem sobreviver com dignidade, V. Ex^a mostrou aquilo que é o ideal da sua vida; mostrou, sobretudo, a luz do encantamento da presença de V. Ex^a entre nós. Só uma pessoa que tanto acredita naquilo que faz, naquilo que coloca em suas palavras no cotidiano é que mantém esse espírito e, na sua idade, ainda parece um jovem que está batalhando, como os jovens brasileiros, pela democratização, pela ética, exigindo que o Brasil realmente caminhe na direção democrática, mas para a criação de uma Nação justa. Muito obrigado por ter sido essa extraordinária pessoa com a qual pudemos conviver. Esperamos receber, por muito tempo, a sua visita. E, quando fôssemos à sua terra, gostaríamos sempre de visitá-lo, para continuarmos aprendendo extraordinárias lições. Meus parabéns pelo seu extraordinário mandato.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, digo eu, Senador Eduardo Suplicy, pela cordialidade do seu convívio, pela utilidade da permuta de idéias. V. Ex^a, quer como Líder do PT, quer como Senador, foi um homem que revelou e tem revelado uma enorme capacidade de dialogar, de consentir e mudar idéias, desde que não afrontem os rumos do seu par-

tido. Tive muitas oportunidades de participar com V. Ex^a da mesma linha de pensamento. Em outros momentos, divergimos, em um como em outro caso, com a liberdade e a cordialidade de agora.

A Sr^a Júnia Marise (Bloco/PDT – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Neste momento, até para não parecer parcialidade, concedo a palavra à Senadora Júnia Marise.

A Sr^a Júnia Marise (Bloco/PDT – MG) – Senador Josaphat Marinho, ouvimos atentamente o pronunciamento de V. Ex^a; foi um momento de triunfo de toda a sua trajetória política, tal como a participação de V. Ex^a como Relator do novo Código Civil Brasileiro. Em todos os momentos da atuação de V. Ex^a, desde quando aqui chegamos, em 1991, aprendi a admirá-lo. Já o admirava pelas manifestações, pelas expressões e pelos testemunhos que sempre foram formulados pelo nosso saudoso Presidente Tancredo Neves, mas aqui aprendi a admirá-lo pela capacidade demonstrada por V. Ex^a em todos estes anos, por sua inteligência e saber jurídico e, principalmente, pela coerência nas suas atitudes e nos votos que V. Ex^a proferiu nesta Casa. Certa vez, perguntei-lhe por que V. Ex^a não havia chegado ao Supremo Tribunal Federal, uma vez que esse convite lhe fora feito. V. Ex^a me deu a seguinte resposta: “Não pude aceitar, porque teria apenas oito meses para ficar no Supremo Tribunal Federal; por isso recusei o convite.” Essa deve ter sido uma das inúmeras vezes em que V. Ex^a recusou convites, pois sempre pautou sua vida na ética e, principalmente, em suas convicções. Diria que, na verdade, V. Ex^a não passou apenas pelo Senado, mas foi um Senador que engrandeceu esta Casa, mostrando-se um dos grandes homens públicos de nosso tempo. Guardo de V. Ex^a todos os ensinamentos. Gostaria, para concluir este meu aparte, de citar uma frase que li aos 15 anos, naquele célebre livro que serve à juventude e à adolescência, de Antoine Saint-Exupéry. Trata-se de um livro que jovens, crianças e adultos se permitem voltar a ler de vez em quando. Antoine de Saint-Exupéry tem uma frase maravilhosa e tão romântica quanto a sua genialidade: “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas.” Jovem Senador Josaphat

Marinho, V. Ex^a está hoje colhendo o testemunho, não gratuito, mas espontâneo e sincero de todos os senadores. Assumi o meu mandato ao mesmo tempo que V. Ex^a, que tão bem cumpriu suas atribuições políticas, e também estou deixando esta Casa agora. A Bahia, que tem Jorge Amado, Gal, Caetano e Gil, também tem Antonio Carlos Magalhães e tem V. Ex^a, que engrandece a Bahia e o Brasil. V. Ex^a deixa para nossa juventude o sábio exemplo de que não podemos perder a esperança, não podemos deixar de pensar na construção do futuro e devemos sempre continuar lutando, seja como pessoa pública ou cidadão, por um Brasil cada vez maior. Deixo, emocionada como V. Ex^a, o testemunho modesto e sincero de alguém que teve oportunidade de acompanhar V. Ex^a, de ter assento nesta Casa ao lado de um Senador que tanto dignificou o mandato conferido pelo povo baiano. Um grande abraço, Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senadora Júnia Marise, quem trabalha ou trabalhou ao lado de mulher com sua capacidade de pensar e agir guarda esperanças permanentes. Desde que V. Ex^a aqui chegou, tivemos caminhos comuns na generalidade das decisões. Estávamos sempre a pleitear em favor do mais justo, do mais correto, do mais democrático, com o respeito aos que de nós divergiam, mas sempre estivemos em linha comum – e talvez V. Ex^a haja sido sacrificada na eleição exatamente por isso. A sua luta, entretanto, fica. Fica como uma demonstração da sua capacidade de resistência, do seu poder de pensar e de opinar, sem atentar no dia de amanhã. Eu lhe sou imensamente grato pelas palavras que proferiu.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Senador Josaphat Marinho, o alfabeto, entre outras coisas mais importantes, coloca o Ceará e a Bahia muito próximos. A disposição das bancadas neste plenário, segundo a ordem al-

fabélica dos Estados, deu-me o privilégio e a honra de ter assento vizinho a V. Ex^a. Com isso pude, ao longo desses quatro anos, absorver os ensinamentos e as idéias que V. Ex^a tem sobre a política, a economia, o funcionamento da sociedade e sobre as atividades parlamentares. Daí por que quero ser fiel a uma das suas orientações, quando V. Ex^a me disse: “Lúcio, todo aparte deve ser breve, porque, longo, passa a ser uma intromissão no discurso do outro”. Assim, neste momento lembro essa orientação de V. Ex^a. Qualquer um de nós, de qualquer partido, interpretaria fielmente o sentimento da totalidade dos Srs. Senadores. Se há divergências de natureza política, se há posições antagônicas em determinado momento, isso de nenhum modo obscurece o valor, o talento, a cordialidade e a sobriedade com que V. Ex^a se comporta em suas atividades parlamentares. A praxe do Parlamento brasileiro prevê geralmente dois discursos: o de estréia, quando o político chega, ungido pela escolha popular, cheio de idéias, propostas e entusiasmo, e o outro, quando deixa o Parlamento. Creio que o mais difícil é o de despedida.

A vida política é cheia de embates, emoções. Uma vida política longa e vitoriosa, como a de V. Ex^a, certamente experimenta muitas vicissitudes, momentos de glória, de insucesso. O risco é cair na tentação do ceticismo, do desalento, do ressentimento. Neste particular, seu discurso é uma peça. Invocando o passado – o passado é o que não passou –, as lições, os ensinamentos de V. Ex^a não passaram, permanecerão conosco. Sua presença permanece no Senado para balizar nossos trabalhos, orientar nossas ações, inspirar nosso desempenho parlamentar. V. Ex^a está se despedindo do Senado, mas não abandonou a trincheira. No chão áspero das ruas a que se referiu, continuará o bom combate: o combate pela cidadania, pelo desenvolvimento social, pelo respeito à democracia e pelo fortalecimento das nossas instituições políticas. Neste momento, trago não apenas minha palavra, mas a da Bancada do Ceará, de justa homenagem a V. Ex^a, pelo conjunto da sua vida pública – não só pela segunda passagem pelo Senado. V. Ex^a é um exemplo a ser lembrado e seguido pela sua disposição permanente de defender o interesse público e o bem comum. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Lúcio Alcântara, nós nos aproximamos até pela proximidade das nossas cadeiras. Isso nos permitiu trocar idéias, conferir impressões. Pude ver, então, como o médico Lúcio Alcântara estuda, investiga e se manifesta como político com virtudes de um bacharel. Quem não o conhecer de perto ou não tiver notícias de seus antecedentes não o julgará médico no Senado. Tive, entretanto, o privilégio de conhecer os dois ângulos de sua personalidade: a do médico e a do político preocupado com o exame geral das questões e, inclusive, com a investigação das noções jurídicas, sempre essenciais à orientação de nossas decisões. Foi uma felicidade para mim essa proximidade, que me permite agora ouvir palavras tão generosas.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Senador Josaphat Marinho, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Concedo o aparte ao Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Senador Josaphat Marinho, embora Senador pelo Pará, nasci, criei-me e formei-me no Estado de V. Ex^a. Ainda garoto, no tempo das lutas estudantis na Escola Politécnica da Universidade Federal do Pará, já ouvia falar de V. Ex^a. O conceito que tínhamos era o de um homem íntegro, de um homem sério, de um homem lutador, de um homem que aspirava por mudanças. Passado todo esse tempo, V. Ex^a é hoje a mesma pessoa. Conhecido aqui no Senado, conhecido no Congresso, conhecido em todo o País como um homem competente, um homem lúcido, um homem inteligente, bem-intencionado. E continua lutador. Não vou me alongar nos elogios à capacidade de V. Ex^a, mas ressaltarei, dentre todas as suas qualidades, a que mais admiro: a sua juventude. V. Ex^a, com essa idade, parece mais jovem do que qualquer um de nós. Não sei se vejo em outros senadores nesta Casa ou em nós mesmos, que ainda estamos numa fase intermediária dessa vida parlamentar, a juventude, a alegria, a felicidade e a energia no exercício de seu trabalho e sua atividade como nós encontramos em V. Ex^a. Nunca

pensei, nos meus tempos de movimento estudantil, que um dia pudesse vir a ser colega de V. Ex^a. Quero dizer que foi uma enorme honra para mim. Sinto, sinceramente, de coração, que V. Ex^a não permaneça conosco nesta Casa. Particularmente sentirei muito a falta da presença de V. Ex^a que foi sempre para nós um exemplo, uma fonte de consulta e de inspiração. Quando V. Ex^a manifesta sua opinião, nós a usamos para tentar convencer outros, devido à importância que ela tem. Sinto muito não tê-lo ao nosso lado nesta Casa. Contudo, tenho a esperança de que V. Ex^a continuará sempre jovem, sempre disposto, sempre lutador. E tenho fé no futuro deste nosso País quando encontro pessoas com sua energia, com sua capacidade e com sua disposição. Felicidades, Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Muito grato, Senador Ademir Andrade, às suas palavras e à sua manifestação de esperança quanto a minha juventude que não sei se será tanta.

O que posso lhe dizer é que, inspirado na esperança de continuar útil à sociedade, li e guardei, no desejo de praticar o verso do poeta: “Pouco importa a idade; tem cada idade a sua juventude”.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço o aparte do nobre Senador Roberto Requião.

*O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Josaphat Marinho, acabamos de ver reconfirmada a impressão que já tínhamos, visto que o Senhor é, sem dúvida, o Senador mais admirado e respeitado nesta Legislatura. Lamento, apenas, que não tenha sido tão seguido quanto é admirado. Não quero chamá-lo de Excelência em sua despedida da Legislatura; quero chamá-lo de companheiro. Companheiro é uma palavra originária do italiano *con pane*, com pão. Companheiros são aqueles que, sentados numa mesma mesa, partilham o pão; o pão farto e doce dos bons momentos, e o pão parco, amargo e difícil dos momentos adversos. Eu o vejo talvez não como um mestre, mas*

como um companheiro que, durante esses quatro anos em que participei das discussões do Senado da República, sempre seguiu na direção que foi a minha. Sempre aplaudido, sempre respeitado, mas muito pouco escutado. O seu discurso de despedida da Legislatura foi magnífico, um alerta profundo sobre as disparidades sociais e coroa todo o processo de advertência sobre o que acontecia no nosso País e que é pronunciado exatamente no dia em que, Senador Josaphat Marinho, o mercado financeiro grita alto as razões do companheiro. Tenho em mãos uma nota de compra de dólares feita hoje, no Citybank, por Aluísio Fernandes Bonavides, meu companheiro de partido. Duzentos dólares, para uma viagem aos Estados Unidos, custaram-lhe R\$380,00, estando, portanto, o dólar ao nível de R\$1,90. A crise é grande, mas o companheiro Josaphat Marinho exercitou a sua maior virtude, que é exercer a análise crítica e profunda, que a sua estatura intelectual permite, sem a emoção da agressividade. Vejo no companheiro Senador um samurai, que exercita a espada, sem a emoção da agressividade, mas com a precisão mortal do golpe bem acertado. Espero que, ao lado dos elogios recebidos pelo Senador nesta sua despedida, surja o despertar da consciência do Senado da República, não apenas pelo brilho da sua exposição, pela profundidade dos seus conhecimentos, mas, fundamentalmente, pelo alerta que o Senador Josaphat Marinho vem trazendo ao Senado, ao Congresso Nacional e ao País sobre os descaminhos da política econômica brasileira e os desacertos na condução da política administrativa e social. Receba um abraço do companheiro Senador Roberto Requião, que quer, tanto quanto o Senador Pedro Simon, vê-lo atuando na política brasileira. Não levanto a utopia de acreditar que o Presidente da República o recrutaria nesse momento. Se Sua Excelência fosse capaz disso, o dólar não estaria a R\$1,90. Mas quero vê-lo nas universidades, nas platéias, nos sindicatos e nos partidos, transmitindo um pouco dos seus conhecimentos, do seu alerta e da sua experiência. Aproveito para convidá-lo, logo no início de março, para pronunciar uma palestra – tema livre –, transferência de experiências aos peemedebistas do Paraná. E o faço fundamentalmente por ser o Senador do PFL.

O PFL esteve sempre acima das questões partidárias; fiel à Bahia, mas, acima de tudo, fiel ao Brasil e às suas convicções.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Agrada-me, Senador Roberto Requião, o tratamento de companheiro. Nós ambos, durante todo o mandato, em verdade, assim nos tratamos. E não será impróprio dizer que o espírito de companheiros é o que domina no convívio do Senado. Dentro das nossas divergências, das nossas dissensões, há sempre um sentimento de respeito, de cordialidade, de pudor que não nos leva nunca a perder o companheirismo que domina o convívio nesta Casa.

Não sei se estarei em condições de dar a contribuição que V. Ex^a assinala, mas lhe asseguro que a disposição é de continuar pugnando, quanto puder, pelas mesmas idéias.

Desejo ouvir agora a nobre Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Josaphat Marinho, ouvindo o discurso de V. Ex^a de despedida desta Casa e os apartes feitos pelos colegas, ocorreu-me tirar V. Ex^a do púlpito e colocá-lo no meio dessa juventude que o Senador Ademir Andrade acabou de mencionar. Tenho um exemplo muito concreto de um admirador seu, assessor nosso da Liderança, que me dizia ser esta a juventude verdadeira: um homem que, com todas essas atribuições, ainda se dá ao prazer de ir ao supermercado ajudar a fazer a sua própria feira. É muito interessante perceber que os homens que são grandiosos também se voltam para aquelas pequenas coisas que são fundamentais na nossa vida. Parabéns pela grandeza no grande; parabéns pela grandeza no pequeno, porque não existe separação entre aqueles que privilegiam uma relação ética com a vida. Quero dizer que, para mim, foi de grande aprendizagem a convivência com V. Ex^a, mesmo sendo apenas aqui do Plenário e não tendo participado, como o meu querido Senador José Eduardo Dutra, Eduardo Suplicy e tantos outros, das conversas nos diferentes projetos que foram debatidos com V. Ex^a. Mas quero dizer uma frase exemplar de autoria do poeta Leo Buscaglia que tenho repetido muitas vezes e que me serviu de

ensinamento: “Nós, seres humanos, somos todos anjos com uma só asa e só conseguimos voar quando estamos abraçados”. V. Ex^a, nesta Casa, ao longo desses quatro anos que o tenho acompanhado, permitiu-nos o abraço a várias bandeiras do Brasil, algumas até da Oposição, com sua cultura jurídica, sua coerência política e sua forma respeitosa de tratar a divergência mesmo ao ter que dizer “não”. Falo sempre que uma pirâmide encanta pelo seu topo, mas o que a faz grandiosa é a base que a sustenta. Sua base ética sustenta o topo daquilo que é V. Ex^a, que hoje brilha nessa tribuna. Sem essa base, no entanto, certamente, esse brilho seria diminuído. Por isso, hoje, todos eliminamos uma expressão que deve tê-lo perseguido com muita chateação. Nunca vi nenhum Senador ir a confronto com V. Ex^a discordando ou dizendo determinados desaforos – como costumamos chamar no Norte ou no Nordeste. Todos o elogiaram. O Senador Pedro Simon, certa vez, falou algo interessante: “Todos concordam com Josaphat Marinho; o que atrapalha a vida dele é quando dizem ‘mas’”. Hoje, V. Ex^a não ouviu o bendito “mas”. Todos disseram o que V. Ex^a merece sem repetir aquela conjunção. Hoje, V. Ex^a conseguiu ser uma unanimidade, tirando de sua vida o famigerado “mas”, que muitas vezes fazia com que todos concordassem com os seus brilhantes pareceres, mas dissessem: “Mas, como isso não é possível”, “mas, como isso não é realista”, “mas, como o Brasil não suporta uma idéia como essa, vou votar contra o meu querido Josaphat Marinho”. Hoje V. Ex^a é um exemplo para o Brasil, um exemplo para a juventude, no grande e no pequeno. Muito obrigada.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, nobre Senadora. A unanimidade nessa hora é expressão de generosidade da Casa, generosidade que cresce na voz de V. Ex^a. É a Senadora que aqui chegou e de logo pôde demonstrar à Casa a firmeza de suas convicções, a fidelidade às suas origens, o amor à sua gente, e manter no plano alto do Senado Federal a simplicidade de quem veio dos longes do Amazonas. V. Ex^a tem sido um exemplo. Um exemplo de tenacidade, um exemplo de clareza de atitude. E ao mesmo tempo uma expressão de cordialidade no trato e na divergência, que é a boa forma do diálogo democrático.

Ouço o Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Josaphat Marinho, confesso-lhe com toda sinceridade: sinto neste instante uma certa alegria por poder inserir no pronunciamento de V. Ex.^a algumas palavras de minha parte. Sinto-me feliz em poder participar, meu mestre e de todos os senadores, de um pronunciamento que será um norte para todos desta Casa – foi sempre e é para todos os senadores e brasileiros. Confesso-lhe, com toda a sinceridade, que guardo com muita emoção os diversos apartes que recolhi ao longo de alguns pronunciamentos que fiz nesta Casa dos quais V. Ex.^a participou, o que enobrece, sem dúvida alguma, o pronunciamento de qualquer dos demais senadores. É com emoção que guardamos tudo isso. A maneira de V. Ex.^a se conduzir, de tratar os colegas... Senador Josaphat Marinho, V. Ex.^a disse ainda nesta tarde que, deixando esta Casa, o Senado Federal, iria para o chão áspero da rua. Mas tenha a certeza que lá estará também, senão formalmente, o Parlamento, o Senado, o Congresso Nacional. Todos nós seremos mais enobrecidos e enaltecidos por onde V. Ex.^a queira andar por este País, por este mundo. Nesse chão áspero, duro, da rua, seremos mais engrandecidos com a ida, com o caminhar de V. Ex.^a. Sentimos isso desde já. Por isso, ao participar de seu discurso com breves palavras, acredito que o faço em nome de Santa Catarina – o Senador Geraldo Althoff aqui está, mas não vejo a Senadora Sandra Guidi. Nós três Senadores por Santa Catarina, de partidos diferentes, representamos a unidade catarinense a homenageá-lo neste instante. V. Ex.^a é unanimidade nacional.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Casildo Maldaner, eu não apenas acompanhei a atuação de V. Ex.^a nesta Casa. Pela objetividade de suas intervenções, tive, muitas vezes, o cuidado de nelas interferir. V. Ex.^a é um homem de partido capaz de reduzir suas paixões para tratar os assuntos à luz do interesse público, que é o fundamental para a característica da nossa representação política. Por isso mesmo, sou-lhe muito grato pelas expressões desta hora.

Ouço o Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Josaphat Marinho, é difícil para qualquer um de nós sintetizar em uma frase, uma palavra ou mesmo um aparte todo o pensamento que V. Ex^a trouxe para este Senado Federal durante a sua atuação extraordinária como Parlamentar de vanguarda e, com a sua contribuição, quis e conseguiu, em muitos pontos, mudar setores do Direito em nosso País, haja vista ter sido o grande Relator do Código Civil Brasileiro, no Senado Federal. Foi muito feliz o Senador Artur da Távola ao denominá-lo de “O Estadista do Legislativo”. Nessa mesma trilha, poderíamos dizer que, pela defesa intransigente das atribuições do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, do fortalecimento de nossas prerrogativas, V. Ex^a poderia também ser denominado de “O Advogado do Legislativo”, porque é por meio do Direito que nós conseguimos aplacar a sede de poder dos homens, do poder do dinheiro e do poder de dominação das classes menos favorecidas. No momento em que a Economia se sobrepõe em muitos pontos ao Direito e os economistas estão querendo sobrepujar os juristas, a presença de V. Ex^a no Senado Federal foi da maior importância para demonstrar, com a sua sabedoria, com os seus estudos, que o Direito está acima da Economia. O direito do cidadão de conquistar as prerrogativas de viver bem dentro de uma sociedade está acima da economia. Então, Senador Josaphat Marinho, eu queria felicitá-lo por tudo o que fez pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal. Como Relator também das medidas provisórias V. Ex^a mostrou, com a sua pena e a sua inteligência, que o Poder Legislativo pode encontrar o seu lugar, a sua autonomia, a sua soberania na democracia brasileira. V. Ex^a deixou muitas lições para todos nós. Meus parabéns, muitas felicidades! Muito obrigado por tudo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos Valadares, uma das alegrias constantes que experimentei nesta Casa foi a identidade das nossas idéias, apesar da diferenciação das legendas. Nós a superamos e seguimos caminhos quase sempre os mesmos, defendendo o processo

de socialização capaz de reduzir as desigualdades e as injustiças sociais. Foi isso o que muito nos aproximou e é-me grato.

Ouço o nobre Líder do PSDB, Senador Sergio Machado.

O Sr. Sergio Machado (PSDB – CE) – Senhor Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu querido Senador Josaphat Marinho, o político se aposenta quando deserta dos seus ideais, e o que temos observado é que V. Ex^a é um político jovem: continua sonhando, lutando e defendendo aquilo em que acredita, como o fazia durante o regime militar de 1964. Nunca teve medo, sempre teve como rumo e como caminho a defesa de um ideal. Nós, do PSDB, temos um orgulho muito grande de ter convivido com V. Ex^a durante esses anos. Muitas vezes discordamos, muitas vezes trilhamos caminhos diferentes, mas sempre lutamos pelo mesmo ideal: servir ao País e encontrar o caminho para abrigar na sociedade a maioria dos brasileiros que foram esquecidos. V. Ex^a deixará o Senado, mas continuará na luta desfraldando a bandeira que representa o ideal do povo brasileiro, o ideal de todos os democratas. Vamos continuar juntos lutando e sonhando. Tenho certeza de que havemos de contribuir para construir o País de nossos sonhos. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Assim espero que aconteça, eminente Líder. Não importam as divergências circunstanciais. Divergir educadamente é forma de encontrar soluções adequadas. É o que temos praticado aqui. É o que espero que o Senado continuará a praticar, dentro do processo da divisão partidária mas da unidade de pensamento a serviço do País.

Concedo o aparte ao Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Josaphat Marinho, vou seguir os ensinamentos de V. Ex^a relativos ao aparte não tanto por convicção, mas por falta de idéias, mesmo porque um episódio que citaria, que, a meu ver, é emblemático do seu caráter e da sua retidão moral, já foi citado pela Senadora Júnia Marise. Posteriormente, pensei em elogiar sua juventude, o que foi feito pelo Senador Ademir Andrade. Então, gostaria

apenas de agradecer a V. Ex^ª a convivência que tivemos nesses quatro anos tanto no Plenário quanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde eu, leigo completo em matéria de Direito, tive a oportunidade ímpar de aprender muito com V. Ex^ª. Hoje, V. Ex^ª está fazendo uma despedida formal, mas ainda não é a sua despedida real. Dependendo do resultado da votação que se processa na Câmara dos Deputados neste momento, relativa à contribuição dos aposentados, esse assunto será debatido aqui na semana que vem. Demonstrando minha aridez de idéias, quero pegar carona no aparte da Senadora Marina Silva e dizer que espero que a maioria dos senadores não ressuscitem a famigerada conjunção “mas” e, na próxima semana, elogiem V. Ex^ª mas discordem da sua conclusão e votem contra os ensinamentos de V. Ex^ª. Muito obrigado pelo prazer e pela honra de ter convivido com V. Ex^ª nesse período.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^ª está entre aqueles com quem tanto convivi na discussão dos assuntos nesta Casa. E em múltiplas ocasiões, independentemente da sigla partidária, estivemos juntos. É que nos identificavam as idéias, e as idéias não têm legenda. Precisamente, por isso, é que elas precisam ser afirmadas acima dessas divergências de índole partidária, que nem sempre representam diversificação de idéias. Por isso, estivemos sempre juntos e juntos estaremos, dentro do pensamento que aqui desenvolvi, até o último dia em que exercer o mandato de Senador.

Ouço o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Josaphat Marinho. Depois de ouvir os Senadores Jader Barbalho, Pedro Simon e Edison Lobão, que fizeram retrospectivas da vida política de V. Ex^ª que tanta utilidade tiveram para a vida nacional, e também os Senadores Bernardo Cabral e Artur da Távola, referindo-se à sua participação também na vida parlamentar, cujas estrofes, que em poesia relataram, a própria vida escreveu, eu pouco poderia, já no ocaso desta sessão memorável, fazer alguma referência. Lembro-me do

carinho com que V. Ex^a sempre me tratou, desde a primeira hora em que a esta Casa cheguei. Dizia o Senador Geraldo Melo que, quando aqui chegou pela primeira vez, tremia ao ouvir as vozes daqueles que por aqui passaram e se referiu à inteligência de V. Ex^a. Também eu, que pela primeira vez assumi um cargo no Parlamento, depois de praticamente 40 anos no Serviço Público, posso dizer que, provavelmente, minhas pernas eram menos firmes que as do Senador Geraldo Melo, bem como as da Senadora Marina Silva, a quem o Senador Pedro Simon se referiu. Na minha visão, comparando-me a um repentista, que guarda, de um lado do cérebro, uma ou duas frases a fim de formar a estrofe com que responderá ao seu desafiante, eu, quando debatia com V. Ex^a um projeto do qual eu era Relator, invocava a presença de Deus, a fim de que me desse mais um argumento que rebatesse, não juridicamente, aquilo que V. Ex^a colocava com tanta inteligência e conhecimento, mas politicamente, de forma que pudesse ganhar a proposição no voto. Ponce de Leon andou a vida toda atrás da fonte da juventude e, ao olharmos V. Ex^a, descobrimos que a juventude está na inteligência, na dignidade, no tratamento humano que se dá às pessoas. V. Ex^a é um exemplo. Quando eu dizia “meu caro mestre”, para refutar algum dos argumentos V. Ex^a, com essa simpatia, com esse sorriso que vem da alma, do coração, dizia-me ser um mestre que não era seguido. Espero ser perdoado por isso. Em meu coração, em minha alma, sempre o segui. Que Deus o proteja! Tenho certeza de que a presença de V. Ex^a será permanente neste Plenário.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Romeu Tuma, ninguém nesta Casa se caracteriza mais pela cordura de tratamento do que V. Ex^a. Eu poderia até dizer que V. Ex^a surpreendeu a Casa, diante das funções que exerceu antes de Senador, suscetíveis de gerar contradições e indiferenças. V. Ex^a saiu daquele campo do serviço público para a vida política, aqui chegou e imediatamente deu-se a conviver bem com toda a Casa. V. Ex^a é, realmente, uma expressão de delicadeza no trato com as pessoas e os grupos políticos. Não é por outro motivo que, exercendo seu primeiro mandato, neste momento, já é Líder do Governo nesta Casa.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço o Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador Josaphat Marinho, a vida do homem público é marcada por momentos: momentos de alegria, de decepção, de emoção, momentos de tomar decisões. Este é, sem dúvida, mais um momento. Gostaria aqui de relembrar um momento importante na vida de V. Ex^a, quando, no período de exceção, ao ter de tomar uma decisão, houve por bem identificar a sua posição dizendo que “ao rei tudo, menos a dignidade”. Essa dignidade V. Ex^a carrega consigo ao longo do tempo; tempo em que V. Ex^a nos deixou grandes exemplos. Agora V. Ex^a deixa esta Casa, deixa exemplos e leva saudades. Deixa exemplos de firmeza, de determinação, de coragem, de cultura, de conhecimento jurídico, de independência e de coerência. Tive oportunidade de conviver com V. Ex^a por pouco tempo, pois me ausentei desta Casa durante dois anos, razão por que estivemos juntos por apenas dois anos. O que posso aqui registrar, meu caro colega Senador Josaphat Marinho, é que pude, ao longo desse tempo, colher exemplos de convivência e de comportamento. Espero poder cultivar esse aprendizado de dois anos ao longo da minha vida, que, espero, possa ser longa como a de V. Ex^a, mas principalmente que eu possa observar, a cada momento, o que deve ser feito para o bem do nosso povo. Precisamos aprimorar o processo democrático, precisamos respeitar as divergências, mas, principalmente, precisamos ter consciência da nossa responsabilidade. Por isso, fico muito feliz em poder apartear V. Ex^a neste momento, cumprimentá-lo e parabenizá-lo, porque V. Ex^a vai, mas não dá as costas para o seu povo; V. Ex^a vai, mas está sempre ligado a seu povo, porque se comprometeu que estará sempre perambulando pelas ruas tortuosas deste País, mas, sem dúvida, na condição de um operário que quer continuar construindo uma Pátria e uma Nação mais justa. É esse exemplo que, espero, sirva não apenas para mim, mas para todos nós, seus colegas senadores, e, principalmente, para o povo brasileiro. Seja feliz, Senador!

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – As palavras de V. Ex^a, Senador Arlindo Porto, têm o calor da bondade mineira. Permita-lhe declarar que V. Ex^a, se passou pouco tempo na Casa, após entrar no exercício do seu mandato, saiu para ser ministro e voltou engrandecido pela nobre atitude que tomou.

Nobre Senadora Marluce Pinto, releve-me a demora em lhe conceder a palavra.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Nobre Senador, é um prazer para todos nós estarmos aqui ouvindo V. Ex^a fazer um belíssimo discurso. Tenho a certeza de que ficaríamos aqui por toda a noite. As palavras dirigidas a V. Ex^a o foram com muita justiça. Faltou apenas uma palavra: serenidade. Fiquei durante essas horas todas ouvindo V. Ex^a e aqueles que o apartearam, e, em nenhum momento, mesmo sendo possível perceber a sua emoção, V. Ex^a perdeu a serenidade e a tranqüilidade. Tenho a certeza de que a juventude de V. Ex^a, tão propalada por nossos colegas, deve-se exatamente a essa maneira de ser, não se permitindo nunca ficar exaltado. É exatamente pela sua consciência tranqüila, por suas atitudes, que V. Ex^a tem permanecido sempre jovem. Muitos foram os momentos em que tivemos o orgulho de ter nesta Casa um colega com a capacidade intelectual de V. Ex^a. Mesmo não sendo jurista, senti-me orgulhosa quando, da tribuna desta Casa, pude assistir a V. Ex^a relatando o projeto de reforma do Código Civil, valendo-se dessa memória cristalina que lhe é peculiar. Volto a dizer que poucos são os seres humanos privilegiados pela memória que V. Ex^a conserva até hoje, quando muitos, a considerar pela idade, já não querem participar. Como V. Ex^a falou, não importa a idade, mas as idéias, os planos. V. Ex^a é um ser humano que vê sempre a beleza, valoriza o menor, os carentes, os que realmente têm necessidade de pessoas para lhes defender.

Muitas vezes, seus discípulos não o seguiram, como já foi dito por colegas que me antecederam, não porque V. Ex^a não tivesse razão. Ao ouvi-lo, sempre vimos muita sinceridade e conhecimento nas suas palavras. Mas,

muitas vezes, nobre colega, não podemos seguir o que nossos mestres nos ensinam. Tenha V. Ex^a uma certeza ao descer desta tribuna: jamais suas palavras foram em vão. Serviram como ensinamento para todos nós, como serviram para nossas reflexões. Quando não as seguíamos, não estávamos trilhando caminho certo. Fazíamos reflexões. Às vezes, precisamos discordar até mesmo da nossa consciência, esperando que, à frente, possamos aplicar nossos ensinamentos no momento mais oportuno. Vivemos num Estado sacrificado e devemos seguir a opinião de muitos para que, nas ocasiões mais difíceis, possamos contar com esses muitos para defenderem, ao menos, as nossas necessidades, quando não as nossas idéias. Lamento que nunca tenhamos tido a idéia de inserir em nossa Constituição um dispositivo que permitisse a um pequeno número de Senadores, como V. Ex^a e outros que um dia também não serão reeleitos, a vitaliciedade. Em um País bem próximo do Brasil, a Venezuela, há Senadores vitalícios. Eles votaram essa medida para os ex-presidentes de seu país. Quem sabe juristas como V. Ex^a, o Senador Bernardo Cabral, e o Presidente Antonio Carlos Magalhães pudessem elaborar um projeto de lei nesse sentido, ainda que fosse para contemplar um limitado número de senadores vitalícios. Esses senadores vitalícios não seriam, necessariamente, aqueles que tivessem passado pela Presidência. Eu gostaria que, nesta hora, aqui no Brasil, tivéssemos o privilégio de tê-lo como Senador vitalício nesta Casa. Muito obrigada.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Nobre Senadora, são gratificantes as expressões que V. Ex^a acaba de proferir.

Não há que estranhar as nossas divergências, são naturais nesta Casa. Num Parlamento como este, o que é exatamente engrandecedor é que possamos divergir sem hostilidade. É o que temos praticado. O fato há pouco referido pelo nobre Senador Romeu Tuma, evidentemente, traduziu-se apenas numa passagem de conversa íntima. Jamais tive a pretensão de ser nesta Casa o mestre seguido. Aqui ninguém pode é ser mestre incondicionalmente seguido. O próprio desta Casa é que cada qual emita seu juízo, sujeito ao contraste das opiniões.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Concede-me V. Ex^ª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Piva.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Senador Josaphat Marinho, ouvi do meu lugar, na última fileira, na última banda, os elogios que foram proferidos a sua pessoa. Todos foram unânimes. Dizem que a unanimidade é burra, mas não no caso de V. Ex^ª, que é uma exceção. Já que V. Ex^ª é cumpridor do Regimento, vou me ater também ao Regimento e falarei pouco, apenas dois ou três minutos permitidos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Se for pelo Regimento, são dois minutos.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Então, falarei três minutos, falarei um minuto a mais porque para falar de um Parlamentar baiano, Presidente Antonio Carlos Magalhães, será preciso dobrar o tempo regimental. Senador Josaphat Marinho, abençoada é a terra Bahia. É a Bahia de Todos os Santos, com o seu sincretismo religioso, com todos os seus santos e orixás; com todos os seus políticos, com todos os seus Antonios Carlos, com todos os seus Josaphats Marinhos. A Bahia, berço do Brasil, descobriu esta terra imensa para os portugueses e nos doou plenamente, formando-se aqui inteligências maiores, principalmente naquela terra. A Bahia, Senador Josaphat Marinho, é referência de grandes vultos. Quando olhamos este Plenário onde nos reunimos, devemos nos lembrar de Rui Barbosa, justamente sobre a cabeça de nosso Senador Antonio Carlos Magalhães, que é Senador vitalício pelo voto e que o será sempre, pois ganhará todas as eleições em seu Estado. Dessa forma, Senadora Marluce Pinto, não nos preocupemos com isso, pois o nosso Presidente do Senado será um Senador vitalício. Senador Josaphat Marinho, que honra, que prazer um advogado, como eu, prestar uma homenagem ao mestre neste dia! Não sei quantos advogados existem nesta Casa. Mas vejo aqui, em relance, um dos mais brilhantes: Bernardo Cabral, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, lutador intransigente dos direitos humanos

e civis. Quanto a V. Ex^a, nunca o chamei de companheiro, como deveria; nunca o chamei de Senador, como deveria; sempre o chamei de professor. E é nesse título que faço a minha derradeira homenagem nesta Casa, mas só na condição de Senador, porque tenho certeza de que voltarei a esta tribuna para ainda elogiar os trabalhos que V. Ex^a perpetuará por muito tempo em sua vida privada. O seu aluno, Professor Josaphat Marinho, vai continuar um pouco mais de tempo aqui. Certamente não serei vitalício, certamente voltarei às ruas com V. Ex^a, chamando-lhe de professor. Mas a Bahia, que deu tudo e que nos dá este momento de alegria e de orgulho de tê-lo se despedindo com essa categoria e a ética que norteou a sua vida, enche-nos de alegria. E isso não é uma despedida, Senador; é um elogio, uma caminhada que V. Ex^a perpetuou por todo esse tempo. Desejo-lhe, Senador Josaphat Marinho, meu mestre, meu professor, que continue andando, que continue sonhando, que continue voando e encontre o seu Xangri Lá.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Nobre Senador Piva, não são surpreendentes as suas palavras. Logo que V. Ex^a entrou nesta Casa, o que revelou não foi nem o espírito do advogado, nem o espírito do empresário. V. Ex^a não chegou para reivindicar, mas para distribuir atenções. E foi isso que deu imediatamente ao seu convívio o tom de cordialidade com que lhe agradeço, neste instante, as generosas expressões.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB – PE) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Com a palavra o nobre Senador Carlos Wilson.

O Sr. Carlos Wilson (PSDB – PE) – Senador Josaphat Marinho, praticamente, tudo já foi dito pelos Senadores que me antecederam, mas eu não poderia deixar de destacar o privilégio de ter convivido nesta Casa, durante quatro anos, com V. Ex^a. Todas as vezes em que eu chegava ao Plenário, aqui o encontrava como uma referência de tranqüilidade e de sabedoria. Hoje V. Ex^a se despede, mas o faz com a consciência tranqüila e, acima de tudo, com a certeza do dever cumprido, porque nunca vi, nesta ou na outra

Casa, um Parlamentar ser homenageado como aconteceu com V. Ex^a hoje. É um privilégio para nós, Senadores, termos convivido e aprendido nesses quatro anos com V. Ex^a. Devo dizer, nesta hora, do orgulho de ter sido companheiro do Senador Josaphat Marinho como Senador da República.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Eu é que lhe agradeço o tratamento cordial, nobre Senador. V. Ex^a, repetidamente, quando ingressava neste plenário, por qualquer dos seus caminhos, à direita ou à esquerda, tinha a bondade de chegar a minha bancada para o cumprimento amigo. Eu lhe retribuo neste instante.

O Sr. Djalma Bessa (PFL – BA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Pois não, nobre Senador Djalma Bessa.

O Sr. Djalma Bessa (PFL – BA) – Emérito Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a iniciou o seu pronunciamento lembrando-nos dos idos de 1954 na Assembléia Legislativa da Bahia. V. Ex^a, no PDC, o Senador Antonio Carlos Magalhães, na UDN e eu, no PSD. Lembro-me de que a postura de V. Ex^a hoje, a sua lucidez, a sua eloquência não se diferenciam muito dos idos de 1954, portanto, há 45 anos. Não resisto à tentação de, ainda para falar da juventude de V. Ex^a, transmitir um diálogo que tive com um colega Senador, que me dizia desejar abandonar a política. Disse-me que não queria mais saber de política militante e acentuou-me que estava com um pouco mais de 60 anos e não se considerava nenhum Josaphat Marinho que, aos 85 anos, está com todo vigor, toda força e com toda energia.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – V. Ex^a não aumente: são 83 anos.

O Sr. Djalma Bessa (PFL – BA) – Então, distingo três características essenciais em V. Ex^a: a do professor, que fala com uma clareza muito grande, com muita fluência, claro e didático; a do advogado, que argumenta com muito brilho e com muita lógica faz as suas ponderações, as suas con-

siderações, as suas premissas, concluindo com absoluta lógica; e a do político que vem-se destacando em vários mandatos legislativos. Não são características isoladas, elas se interligam e até são complementares. Basta analisar o pronunciamento que V. Ex^a fez hoje, para se constatar o professor pela lição que ministrou, pela visão que deu do mundo, pelas dificuldades que estão grassando e penalizando os carentes. V. Ex^a ainda fez várias ponderações, várias sugestões. Portanto, no seu discurso, encontraremos o professor, o advogado – pela defesa que fez de novos rumos, nova ordem e nova justiça – e o político que avançou bastante na área social. Não poderia V. Ex^a ter sido mais feliz no seu pronunciamento. Este é realmente um dos grandes momentos que vive o Senado Federal. Congratulo-me com o nobre Senador que ainda tem muita estrada e muito chão a percorrer, porque saúde não haverá de lhe faltar. Rogo ao Santo Padroeiro Senhor do Bonfim por V. Ex^a e por Dona Iraci.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Agradeço a bondade de V. Ex^a, nobre Senador Djalma Bessa. Fomos companheiros de assembléia legislativa na legislatura baiana de 1955. Reencontramo-nos aqui e, para minha satisfação, num clima de perfeito entendimento e cordialidade. As diferenças de idéias não nos separaram, de maneira que posso recordar o dia de ontem, como V. Ex^a o fez, com a mesma alegria com que convivemos nesta Casa.

O Sr. Júlio Campos (PFL – MT) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Júlio Campos (PFL – MT) – Escreveu Guimarães Rosa que morremos para provar que vivemos. Mas um homem como Josaphat Marinho não precisa morrer para provar que viveu: basta contemplar o seu trabalho, a sua luta pela Bahia, pelo Nordeste, pelo Brasil, para comprovarmos que ele viveu, sim, a favor da Democracia, a favor do bem-estar do povo baiano e do povo brasileiro. Sinto-me pequeno ao apresentar um aparte em homenagem a este grande mestre, a este grande professor, Josaphat Marinho. As

suas histórias maravilhosas: ainda há pouco tempo atrás, veio visitar o Senado o jovem Jânio Quadros Neto, com a intenção de conhecer Josaphat Marinho, que fora Presidente do Conselho Nacional de Petróleo no Governo Jânio Quadros. Eu, então, acompanhei o jovem até a sala do Professor Josaphat Marinho, a seu Gabinete localizado no fundo do Senado, onde mais uma vez tomamos uma lição de vida, uma lição de Democracia, uma lição de lealdade, ao saber da maneira correta com que o Professor e Senador conduziu seu trabalho no breve período que foi o Governo Jânio Quadros e da sua participação naquele Governo. Cada vez mais admirei o seu trabalho. A mesma maneira, o mesmo comportamento que o Senador Carlos Wilson sempre teve, de fazer questão de cumprimentá-lo no dia-a-dia de nossa convivência no Senado, eu também tive esse prazer e essa honra. Nós, do humilde Mato Grosso, lá do Centro-Oeste, nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, não podíamos deixar, neste instante de despedida do grande mestre Josaphat Marinho, de trazer a V. Ex^a o abraço do povo da fronteira, o abraço do povo pantaneiro, do povo mato-grossense, do homem do Centro-Oeste, que reconhece no grande mestre, no grande Senador, uma das figuras mais ilustres que a Bahia deu ao Brasil neste Século XX. Felicidades, e que Deus o abençoe na longa jornada que terá pela frente em favor da Bahia e do Brasil.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Grato a V. Ex^a, Senador Júlio Campos, mas esteja certo de que não há diferença de altitude entre nós. Estamos todos no mesmo plano. O que vale é exatamente a possibilidade do convívio em regime de igualdade com que nos tratamos, apesar das nossas diferenças, com o respeito comum.

Com a palavra o nobre Senador Sebastião Rocha.

O Sr. *Sebastião Rocha* (Bloco/PDT – AP) – Eminente Senador Josaphat Marinho, tive oportunidade de acompanhar grande parte do discurso de V. Ex^a de meu gabinete e dois sentimentos me tomaram. O sentimento de consternação com o fim do mandato de V. Ex^a, pois o Senado perde o seu conselheiro *hors concours*, e o sentimento de admiração. Fiquei maravilhado

com o discurso brilhante do grande mestre que é V. Ex^a no Senado da República. V. Ex^a ganhou, ao longo de sua vida pessoal e pública, o respeito de toda a Nação e o reconhecimento de todo o povo brasileiro. Mencionarei uma outra característica de sua personalidade para acrescentar às tantas que já foram citadas: V. Ex^a merece o atributo de sábio, porque soube fazer florescer no terreno fértil da inteligência que Deus lhe deu a sabedoria e o conhecimento. E soube, mais do que isso, transformar esse conhecimento em benefícios para a sociedade e ser um exemplo de homem público e de cidadão para o País. Portanto, acrescento mais esse adjetivo – aliás, merecido e justo – para qualificar V. Ex^a. Vou dispensar-me de dizer que é um homem de conduta ilibada, um companheiro gentil, terno, que soube manter, durante sua vida pública, a independência do pensamento e da expressão, o que é fundamental num homem com a estatura política de V. Ex^a. Para concluir, quero apenas manifestar a esperança de que a luz que sempre emanou do espírito de V. Ex^a possa continuar iluminando o Senado da República e a nós, senadores, para que possamos, inspirados sempre no seu exemplo, trabalhar por um Brasil melhor para todos os brasileiros. Obrigado e parabéns pela conduta e pela forma como decidiu encerrar sua carreira política.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a, chegando a esta Casa, revelou uma das características essenciais à vida parlamentar: dedicou-se ao estudo dos problemas da sua especialidade. O político não absorveu o homem de pesquisa, hábil, apto a investigar as questões de sua competência e trazê-las bem examinadas ao conhecimento da Casa. Caracterizou-se, portanto, como um parlamentar eficiente. É o que quero assinalar nesta hora em que lhe agradeço as expressões, mas lhe pedindo que me permita dizer que em nenhum momento eu posso me considerar um sábio. Quanto mais vivo, quanto mais estudo, maior certeza tenho de que há muito a aprender. Ninguém se deve julgar plenamente ciente de todas as coisas e de todos os fatos da vida. A vida, ao contrário, ensina-nos que é preciso vivê-la sempre para corrigir os enganos e os desacertos.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Ouço o nobre Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Nobre Senador Josaphat Marinho, mais uma vez, gostaria de agradecer-lhe a aula. Os discursos de V. Ex^a sempre permitiram-nos, de uma certa maneira, fazer uma previsão: sabíamos que o que V. Ex^a falasse seria o mais correto. Posso dizer-lhe isso hoje, porque assisti à íntegra do pronunciamento de V. Ex^a. Fui ao Tribunal de Contas da União cumprimentar o novo Ministro que hoje é empossado, o ex-Deputado Adylson Motta, e participei da reunião da Comissão de Orçamento, porque tinha certeza de que a sessão solene de hoje não terminaria antes do anoitecer. Portanto, eminente Senador, eu, que como muitos tive o privilégio de conviver com V. Ex^a, sinto-me honrado. V. Ex^a faz parte da galeria das figuras mais ilustres da Bahia; V. Ex^a se encontra no mesmo patamar de Rui Barbosa, de Antonio Carlos Magalhães e do grande Senador que aqui esteve – que V. Ex^a está lembrando o nome e me foge agora...

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Aloísio de Carvalho Filho.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – ...exatamente! V. Ex^a está na galeria dos homens mais ilustres, mais probos da Bahia. Para finalizar, eminente Senador, gostaria de dizer que sonho com um Parlamento com muitos “Josaphats Marinhos”. Seria o ideal, mas tenho a certeza de que é pedir demais. V. Ex^a deixa uma saudade muito grande. Nesta despedida, V. Ex^a leva uma vantagem sobre esta Casa, porque sai daqui rico, rico de amizade, de respeito, de consideração e, sobretudo, de admiração; e deixa o Senado muito pobre. Quiçá possamos ter uma pessoa da estirpe de V. Ex^a no próximo século. Seja bem feliz, eminente Senador.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Grato a V. Ex^a, mas me permita ponderar que o Senado continuará rico de figuras e de idéias. Eu é que me senti honrado em integrá-lo, em participar de suas atividades e em

receber, neste momento, manifestação tão gratificante e de estima, como a que parte das palavras de V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Josaphat Marinho?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Pois não, nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, ontem recebi um bilhete do gabinete de V. Ex^a e fiquei muito triste, pois era exatamente o convite a fim de que hoje estivesse aqui presente porque V. Ex^a se despediria. Lembro-me que há quatro anos, quando cheguei a esta Casa, novato, via V. Ex^a como um ícone. E V. Ex^a tratava-me com toda a bondade, dando conselhos. Quando solicitava alguma informação ou conselho, V. Ex^a era extremamente humilde, como se fosse um igual. E ficava impressionado com isso. Estávamos desde cedo trancados em uma sala decidindo normas para a votação do orçamento que deve ocorrer amanhã. Quem conhece a distância sabe o quanto é longe e como é preciso estar lá. Mas não poderia deixar de comparecer a esta despedida para dizer que foi uma honra conviver com V. Ex^a e que sempre vou citá-lo não apenas como uma das grandes figuras da Bahia mas como uma das grandes figuras do Senado de todos os tempos. Foi uma honra, foi um mérito conviver com V. Ex^a. Lamento que não se estenda mais essa convivência que tínhamos não apenas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como aqui no plenário e em outros ambientes, mas que com toda certeza foi para mim de grande valia. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – A reciprocidade da estima V. Ex^a sabe que é perfeita. Convivemos cordialmente durante todo esse tempo, e às vezes, até não para censurá-lo, mas para suscitar controvérsia, eu o advertia sobre determinadas orientações. Fazia-o pela estima, que renovo neste instante.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Com a palavra o nobre Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Josaphat Marinho, quero dizer a V. Ex^a que o aparte que lhe dirijo, eu não o considero como uma observação, mas como um ato de responsabilidade, porque é o aparte ao discurso de despedida do Senador Josaphat Marinho, um cidadão e um político especiais. Não porque apenas seja um homem sério, culto, equilibrado, inteligente. Ninguém aqui se esquece da relatoria proferida por V. Ex^a do Código Civil, quando, durante mais de duas horas, relatou sem nem ao menos consultar o papel, produto, evidentemente, de um homem competente, inteligente e equilibrado. Mas julgo ser um ato de responsabilidade, porque o que quero dizer é que tenho V. Ex^a na conta de um homem polido, agradável no trato, mas, acima de tudo, um homem polêmico. E todo homem polêmico tem opiniões que nem sempre são acatadas. Eu mesmo divergi de V. Ex^a em algumas oportunidades, até silenciosamente. Mas, se divergi, nunca perdi o respeito pela opinião de V. Ex^a. É esse o traço marcante que esta Casa guarda em relação a V. Ex^a. Podemos até ter divergido em alguns momentos, mas, em nenhum momento, perdemos o respeito pela sua opinião, por uma razão que reputo muito simples: V. Ex^a é um homem que não transaciona com suas convicções, em nenhum momento de sua vida. E vai viver muitos anos mais, é o meu desejo. E todo cidadão que não transaciona com suas convicções é ponto de referência. V. Ex^a, deixando o Senado, deixa uma lacuna: a perda de um ponto de referência. Seja muito feliz, querido amigo Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Obrigado, Senador José Agripino, pela alta expressão do seu juízo. Efetivamente, não posso compreender-me como um ponto de referência, mas me agrada ouvir de V. Ex^a que não transaciono com as idéias. Não o faço, inclusive, em respeito ao pensamento dos outros, aos quais não peço que abdicuem de suas convicções.

O Sr. Bello Parga (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Com a palavra o Senador Bello Parga.

O Sr. Bello Parga (PFL – MA) – Ilustre Senador Josaphat Marinho, neste momento em que V. Ex^a faz as suas despedidas desta Casa, por meu intermédio, a voz do Maranhão faz-se presente para dizer também o seu adeus. Não poderia faltar a este coro de reconhecimento e exaltação à exemplar carreira política de V. Ex^a, a este exemplar de parlamentar de comportamento vertical, em que avultam o estudo, a ilustração, a assiduidade e a compreensão dos problemas nacionais. A voz do Maranhão não podia faltar neste momento em que V. Ex^a é reconhecido por todos como um parlamentar que engrandeceu o Senado da República, e, assim sendo, engrandeceu a cada um de nós, seus companheiros.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Grato a V. Ex^a por suas expressões, mas me permita assinalar que eu é que me engrandeci participando do Senado, inclusive no convívio de homens como V. Ex^a.

Permitam-me os colegas, cessada a oportunidade dos apartes, que peça desculpas ao nobre Líder Hugo Napoleão por não lhe ter dado, em seguida ao seu aparte, a palavra justa de agradecimento. Faço-o agora, renovando o agradecimento pela cordura com que aceitou as minhas divergências e, ao mesmo tempo, devo agradecer o alto pronunciamento que aqui fez, no Expediente, o nobre Senador Jefferson Peres, com uma expressão de bondade e de estima, muito do espírito amazonense.

PALAVRAS FINAIS

Senhoras e Senhores Senadores, devo concluir. Depois de tamanha expansão de estima dos prezados colegas, é evidente que não soube, nem sei agradecer-lhes por expressões devidas. Retribuo-lhes a generosidade com a certeza de que não esquecerei este momento culminante de bondade e de educação política. O que atinge a alma não tem limite temporal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sr. Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a se despede do Senado à altura dos momentos de sua grande vida. O pronunciamento de V. Ex^a ficará na história desta Casa, daí por que o pleito, Senador Pedro Simon, já está atendido. A consagração ao Senador e ao homem público, V. Ex^a bem merecia. Sua vida inteira a serviço da Bahia, das letras jurídicas, do Parlamento e da causa democrática realmente fazia com que V. Ex^a merecesse tal consagração. Há mais de três horas, o Senado, atentamente, ouve V. Ex^a, que traz, com o brilho de sua inteligência e a sua capacidade oratória, e mais ainda a segurança dos seus conceitos, um dia memorável para a sua vida, mas principalmente para a vida do Senado. Daí por que, mestre, V. Ex^a disse ainda há pouco, respondendo a um aparte – e falou mesmo como professor – que entende perfeitamente as divergências, inclusive daqueles que não seguiam os seus pontos de vista. Muitos votaram conscientemente contra pontos de vista de V. Ex^a, mas todos tinham, porque têm, o dever de respeitá-lo.

Na vida, tenho dito que o homem público deve ser querido e respeitado, mas, se tiver que ser uma coisa só, que seja respeitado, e V. Ex^a tem o respeito da Bahia, do Senado e do País, pela sua coerência e pela sua competência.

De tudo ficou patente que V. Ex^a só cometeu uma inverdade, até porque quis ser consciente. Ficou patente que V. Ex^a tem uma idade falsa para mais do que a real. V. Ex^a não tem essa idade e todos sabemos, e ainda bem que não tem, porque muitos anos V. Ex^a ainda vai continuar ensinando a todos nós. (*Palmas.*)

V. Ex^a contou um pouco da sua vida. Ela é muito maior do que a modéstia de V. Ex^a. Eu desejava que, como homem público, V. Ex^a realizasse a vontade de ascender ao Governo da Bahia. Desde 1962, desejava que isso acontecesse, e repetimos em 1986. E foi das poucas vezes que a Bahia arrependeu-se de não ter levado ao Governo um homem como V. Ex^a. Esse arrependimento provavelmente beneficiou-nos a ambos na eleição de 1990, quando o povo nos consagrou.

Nesta Casa, a opinião de V. Ex^a sempre era abalizada, sóbria e brilhante. Como mais de um aparteante salientou, tudo poderia se resumir no trabalho notável que V. Ex^a realizou no Código Civil. O Brasil vai lhe dever isso, e já é um pecado da Câmara não tê-lo votado até agora. V. Ex^a, com toda a clareza da sua inteligência, pontificou desta mesma tribuna por mais de duas horas e meia, sem sequer um papel para se lembrar dos artigos do Código que V. Ex^a relatava. Esse trabalho é um trabalho espetacular, notável, e tenho certeza de que, entre nós, só a figura de V. Ex^a seria capaz de realizá-lo.

Quero dizer que V. Ex^a continuará plantando na Bahia e aqui as suas idéias e dando sempre a sua colaboração. Enquanto eu aqui estiver neste cargo, V. Ex^a será uma figura indispensável ao Senado da República. Com ou sem mandato, a figura de V. Ex^a sempre estará presente nesta Casa, pessoalmente e principalmente pelo seu exemplo. Daí por que, tendo V. Ex^a como exemplo para as futuras legislaturas e para esta Casa, creio que cumpro uma determinação dos Srs. Senadores, que não me foi passada, mas que sinto nos olhares de todos: V. Ex^a não pode terminar esta sessão sem tomar assento à Mesa, presidindo os trabalhos.

Peço que V. Ex^a assuma a Presidência. (*Palmas.*)

O Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, vai ocupar sua cadeira em plenário, deixando a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Josaphat Marinho, pelo restante da sessão.

.....
Antes do término da sessão presidida pelo Senador Josaphat Marinho, após a votação de vários projetos, pede a palavra o Senador Bernardo Cabral:

O SR. BERNARDO CABRAL (AM – PFL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. *Pela ordem.*) – Sr. Presidente, o gesto do eminente Senador Antonio Carlos Magalhães não pode ser traduzido como uma homenagem ao seu conterrâneo. S. Ex^a declarou que interpretava o pensamento do Plenário, e é verdade! O que se colhe desse gesto é que pela primeira vez na história do Senado isso acontece. E se V. Ex^a fez referência a vultos tão famosos, eles não mereceram essa láurea, porque V. Ex^a, Senador Josaphat Marinho, assume a Presidência do Senado pela escolha unânime dos que aqui estão representados na figura do titular, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Isso é o que vale em um homem público! Não é eventualmente o poder que ele consegue empalmar ou a riqueza de bens materiais que consegue guardar, mas o que realiza em função da coletividade. V. Ex^a assume hoje a Presidência do Senado Federal em um momento histórico e de uma forma como nenhum homem público conseguiu. Ainda que V. Ex^a não quisesse esse desejo, ainda que a Casa não tivesse se manifestado, V. Ex^a, nesta hora, é o Presidente de honra do Senado Federal. (*Palmas.*)

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – V. Ex^a tem a palavra, nobre Senador.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. *Pela ordem.*) – Gostaria apenas de aludir ao fato de que o projeto recém-votado não teve discussão no plenário somente porque V. Ex^a aqui não estava. Se V. Ex^a aqui estivesse, o projeto teria sido discutido. (*Risos.*)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – Com a palavra o nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. *Pela ordem.*) – Quero felicitar o Senador Antonio Carlos Magalhães pela raridade de seu gesto, pela alta inspiração que o levou a fazer isso. Tem razão o nosso querido Senador Bernardo

Cabral: se estávamos vivendo uma sessão inédita e histórica neste Senado, se estávamos vivendo um acontecimento emocionante na despedida de V. Ex^a, agora, sim, ele é absolutamente inédito. V. Ex^a está nos presidindo com honra, dignidade, competência, seriedade! Que bom! Que bom mesmo para nós, que já estávamos emocionados em levarmos permanentemente, na visão dos nossos olhares, a figura de V. Ex^a naquela tribuna. Agora não tenho dúvida de que nunca haveremos de nos esquecer da figura de V. Ex^a na Presidência do Senado, honrando e dignificando a Casa que tem a honra de tê-lo em seu meio. E isso ficará registrado na publicação que o Presidente fará. Muito obrigado, meu querido professor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Josaphat Marinho) – Assinalo e agradeço as expressões dos nobres Senadores Bernardo Cabral e Pedro Simon.

Meus caros colegas, durante dois mandatos, ou seja, ao longo de 16 anos, é a primeira vez que ocupo esta cadeira. Não tendo pleiteado nunca integrar a Mesa, tive o cuidado de não pleitear também a Presidência, em momento algum, e até de não aceitar ocupá-la. Julgava que o direito era dos que compunham a Mesa.

Neste momento, porém, abriu-se uma exceção, pela alta deferência do Presidente Antonio Carlos Magalhães, para que, na minha despedida, presidisse por instantes, honrosamente, o Senado da República. E eu o faço com enorme satisfação, e com a mesma satisfação, solicito ao Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães que assuma a Presidência, porque somente S. Ex^a pode, neste instante, encerrar a sessão.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970
Brasília – DF

